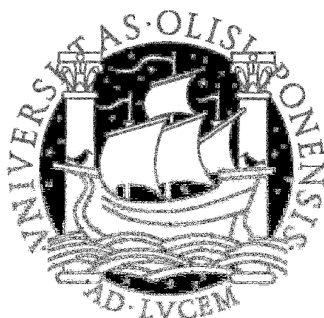


UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



O TRABALHO FORÇADO NA LEGISLAÇÃO COLONIAL
PORTUGUESA - O CASO DE MOÇAMBIQUE
(1899-1926)

Mestranda: ESMERALDA SIMÕES MARTINEZ
Mestrado: História da África

2008

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA



O TRABALHO FORÇADO NA LEGISLAÇÃO COLONIAL
PORTUGUESA - O CASO DE MOÇAMBIQUE
(1899-1926)

Dissertação apresentada a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, para obtenção do grau de Mestre em História da África, sob orientação da Professora Doutora, Isabel Castro Henriques.

ESMERALDA SIMÕES MARTINEZ
Lisboa - 2008

Agradecimentos

Primeiramente, e por direito, o agradecimento é para a Professora Isabel Castro Henriques por aceitar a orientação desta dissertação.

Em seguida, agradeço a duas mulheres portuguesas, que me receberam e me incentivaram: Manuela Guerreiro e minha amiga-irmã, Vera Correia, esta última abrindo-me as portas do lar e do coração.

Agradeço, também, a todos os funcionários dos diversos arquivos e bibliotecas por onde passei, em particular, as duas funcionárias da Sociedade de Geografia de Lisboa e os funcionários do Arquivo Histórico do Ultramar, que, a exemplo do Fernando, do Jorge e do Dr. Sintra tiveram a paciência dos que estão acostumados a lidar com os “neófitos”; através deles, descobri que essa “virtude” é uma grande aliada do pesquisador.

A Sra. Arlete, agradeço a atenção e pronto atendimento às minhas solicitações.

Do outro lado do Atlântico ficaram os meus amigos e familiares: a eles agradeço por se conformarem com a “ausência”, tão prolongada, de uma “mãe”, “filha”, “irmã”, “tia”, “sobrinha”, “cunhada”, “avó”, “companheira”, “amiga”.

Ao meu “fiel” escudeiro Carlos, pelo apoio no “Ultramar” (americano); sem ele nos bastidores brasileiros tudo ficaria mais difícil.

A todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me ajudaram e apoiaram, a minha gratidão.

O TRABALHO FORÇADO NA LEGISLAÇÃO COLONIAL PORTUGUESA - O CASO DE MOÇAMBIQUE – 1899-1926

Esmeralda Simões Martinez

Resumo

A legislação colonial portuguesa sempre esteve baseada nos princípios constitucionais da “especialidade”; “urgência” e “respeito pelos usos e costumes dos indígenas” consagrados pelo Acto Adicional à Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa (1852).

Atendendo a estes princípios foram publicadas muitas leis, dentre elas as que regulavam o trabalho indígena.

O trabalho foi escolhido com meio civilizacional. A legislação especial estabeleceu a obrigatoriedade do trabalho pessoal dos indígenas que, através desta legislação eram considerados menores, portanto, sem capacidade jurídica de declarar sua vontade, que era suprida pela declaração de vontade do Curador.

É esta obrigatoriedade do trabalho, e a sua regulamentação geral na África portuguesa e a específica de Moçambique (1899-1926), o objeto da nossa dissertação.

Nosso estudo analisa as formas do trabalho admitidas na legislação: trabalho livre (contratado), trabalho compelido (forçado), trabalho para cumprimento de penas (correcional).

Através das leis, identificamos um sistema de exclusão dos direitos de cidadania e um afastamento da legislação vigente na Metrópole.

Os fins perseguidos pelo legislador estavam orientados para “criminalizar” as condutas dos indígenas, que eram assim qualificados por leis especiais e sujeitos a multas e penas de trabalho gratuito, punições que lhes eram aplicadas pelas autoridades administrativas.

Concluimos que os princípios constitucionais junto com o princípio colonial universal da “missão colonizadora” justificaram a criação de um regime especial para os indígenas, com a finalidade de tirar-lhes direitos de liberdade e mantê-los como “indígenas”, “selvagens”, o mesmo que dizer: “excluídos”.

Palavras chave: legislação – especialidade – indígena – trabalho - exclusão

Resumen

La legislación colonial portuguesa estuvo siempre basada en los principios constitucionales: “especialidad”, “urgência” y “respeito de los usos y costumbres”, consagrados en el Acto Adicional a la Carta Constitucional de la Monarquia Portuguesa (1852).

Teniendo en cuenta estos principios han sido publicado muchas leyes, entre ellas las que reglamentaban el trabajo indígena.

El trabajo fue elegido como medio de civilización. La Legislación especial ha establecido la obligatoriedad del trabajo personal de los indígenas, que eran considerados como menores, por lo tanto, sin capacidad jurídica de declarar su voluntad, que era suplida por la del Curador.

Es esta reglamentación general del trabajo de los indígenas en África Portuguesa y, en especial, en la Colônia de Moçambique (1899-1926) el objeto de la nuestra disertación.

Nuestro estudio analiza todas las formas del trabajo aceptadas en la legislación: trabajo libre (contractado), trabajo compelido (forzado) trabajo para cumplimiento de las penas (correcional)

Identificamos a través de las leyes un sistema de exclusión de los indígenas de los derechos de la ciudadanía y un afastamiento de la legislación imperante en la Metrópoli.

Los objetivos perseguidos por el legislador eran orientados para “criminalizar” las conductas de los indígenas, así calificados por leyes especiales y sujetos a fuertes multas y penas de trabajo gratuito, castigos que eran aplicadas por las autoridades administrativas.

Llegamos a la conclusión de que los principios constitucionales con el principio universal de la “misión civilizadora” han basado la creación de un régimen especial para los indígenas, con la finalidad de quitarles derechos individuales de libertad y mantenerlos como “indígenas” “salvajes”, lo mismo que decir: “excluidos”.

Palabras llave: legislación - especialidad- indígena - trabajo-exclusión

ABREVIATURAS

Art	. artigos de leis
A.R	Assembléia da República
AHU	Arquivo Histórico do Ultramar
BSGL-	Biblioteca da Sociedade de Geografia
BFDUL	Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
BFLUL	.Biblioteca da Faculdade de letras da Universidade de Lisboa
BN	Biblioteca Nacional
BOM	Boletim Oficial de Moçambique
CSD	Câmara dos Srs. Deputados
CLNU	Colecção da Legislação Novíssima do Utramar
D.G	Diário do Governo
DCSD	Diário da Câmara dos Senhores Deputados
DGU	Direcção Geral do Ultramar
DGC	Direcção Geral das Colónias
JCU	Junta Consultiva do Ultramar
CC	Conselho Colonial
CSC	Conselho Superior das Colónias

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	1
Objetivos e Questionamentos	4
Metodologia.....	8
Fontes	15
Fontes Primárias	15
Fontes Secundárias	17
Terminologia	17
 1 LEIS PARA O ULTRAMAR	 25
1.1 Especialidade das Leis	27
1.2 Urgência	33
1.3 Respeito aos usos e costumes indígenas.....	38
1.4 Missão Civilizadora	43
 2 O REGULAMENTO DE 1878	 53
2.1 Entre 1878/1899 – Modificações no Regulamento	66
2.1.1 Poder de Fogo dos roceiros de São Tomé – Decreto de 1889	67
2.1.2 Conceituação do Indígena para efeitos de trabalho correcional	69
2.1.3 Mecanismo Indireto – Objetivo igual	72
 3 O TRABALHO COMO OBRIGAÇÃO MORAL.....	 81
3.1 Trabalhos Preliminares	81
3.2 Relatório da Comissão	83
3.3 Apresentação ao Parlamento	94
3.4 Publicação do Regulamento	100
3.5 Das diversas formas de obrigar o indígena a trabalhar	100
3.5.1 Trabalho Voluntário	101
3.5.2 Trabalho Compelido	107
3.5.3 Trabalho Correcional	109
3.5.4 Competência e casos para aplicação da pena	111
3.5.5 O “Outro” contra si próprio	115
3.5.6 Medidas Complementares	116
 4 DO GERAL AO PARTICULAR	 119
4.1 Moçambique	119
4.2 O Regulamento de 1899 em Moçambique	127
4.3 Moçambique – Particularidades	133
4.3.1 Emigração para o Transval	133
4.3.2 A Confirmação da Inferioridade	146
4.3.3 Mais braços para São Tomé – Mudanças na legislação	150

4.3.4	Mais uma regulamentação do trabalho indígena em Lourenço Marques.....	162
4.3.5	Terras. Para quem?.....	172
5	A REPÚBLICA E O TRABALHO INDÍGENA	177
5.1	Regulamento de 1911	177
5.2	A Constituição da República Portuguesa e as Colônias	180
5.3	Um Regulamento do Trabalho Indígena para Moçambique	184
5.4	Decreto no. 154	190
5.5	Regulamento do Trabalho Indígena de 1914	193
5.5.1	Fatos relevantes que o antecederam no ano da sua publicação	193
5.5.2	Regulamento – Para quem?	201
5.5.3	Quem protege também condena	205
5.5.4	A Contratação	209
5.5.5	Trabalho compelido e Trabalho Correccional	213
5.5.6	Medidas de Protecção	215
5.5.6.1	Trabalho de Mulheres e Menores	215
5.5.6.2	Saúde e Higiene do Trabalho	218
5.5.6.3	Salário e seu Pagamento	224
5.5.6.4	Recrutamento e Emigração	226
5.6	Penalidades e Processos	228
5.7	Moçambique e o Novo Regulamento de 1914	231
5.8	Furor legislativo em Moçambique 1914-1920	238
6	A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA PÓS GUERRA .	257
6.1	Diretrizes Internacionais	257
6.2	Alterações na política metropolitana: reflexos em Moçambique	260
6.3	Legalização da Exclusão – Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique – 1926.....	269
6.4	Legislação pós-ditadura	278
6.4.1	Código do Trabalho Indígena	278
6.4.2	Revisão do Estatuto Político,Civil e Criminal dos Indígenas de Moçambique Angola e Guiné	284
6.4.3	Acto Colonial	286
7	CONCLUSÃO	295
	Legislação	311
	Legislação Internacional	312
	Portarias Governo Geral de Moçambique	312
	Circulares	313
	BIBLIOGRAFIA	315
	Periódicos	327
	Boletins Oficiais de Moçambique e Diários do Governo consultados	329

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Quando se trabalha a lei, necessariamente, há que se ter conhecimento do momento da sua criação e dos motivos que determinaram a sua existência. Há que se levar em conta se o acontecimento que determinou a sua edição é um facto novo nunca antes regulado, se, ao contrário, a situação já foi objeto de regulamentação anterior. Nesta última hipótese, há que se conhecer essa regulamentação e por que ela foi alterada; enfim, o trabalho com a legislação é um típico trabalho de historiador, que procura nos documentos que dispõe e nas circunstâncias em que eles foram produzidos, retirar uma verdade, ainda que provisória, ou aproximar-se dela tanto quanto possível.

As leis regulam comportamentos, relações, situações fáticas que acontecem dentro de um determinado espaço envolvendo as pessoas que nele vivem. Tem natureza geral ou particular, ou seja; regulam determinadas situações que envolvem, exclusivamente, alguns atores sociais ou, indiscriminadamente, todos os que vivem no espaço de sua abrangência. Vigem por determinado tempo, ou indeterminadamente. As leis com vigência pré-fixadas têm o seu prazo de validade definido no seu próprio texto e é criada para regular, por determinado tempo, uma situação que necessite de urgente regulamentação. Justificam as atitudes administrativas que serão tomadas para a resolução da situação extraordinária que, exatamente por assim ser, não está regulamentada, ou então, encontrando-se no ordenamento como hipótese, está condicionada a ocorrência do acontecimento previsto. Por exemplo: para que as autoridades de um determinado território possam solicitar ajuda de outros países, de outros Estados, e até do próprio setor privado, para atender situações emergenciais, como casos de calamidade pública, se faz necessária uma lei que declare tal estado; a hipótese da declaração, que já está prevista na lei, necessita de um decreto – lei no sentido lato, que justifique as muitas outras medidas administrativas que serão tomadas pelos administradores para debelar aquela situação extraordinária.

Cessado o motivo que determinou a edição da lei, “*occasio legis*”, desaparece tanto a medida principal – a declaração em si – quanto as demais que foram determinadas para resolver aquela situação específica, extraordinária.¹

¹ Para um maior entendimento sobre a validade das leis, eficácia, revogação, caducidade, ver: GALVÃO TELLES, I., 2001, pp. 104-114.

Se, entretanto, a lei é criada para regular uma determinada conduta por tempo indefinido, ela vige até que uma outra lei regule a mesma situação, ou até que seja, expressamente, revogada.

Através da legislação podemos reconhecer comportamentos, situações, conjunturas, oportunidades políticas, ideologias, filosofias, enfim; podemos reconstituir o momento histórico contemporâneo a sua edição. Podemos conhecer como os legisladores trabalharam os conceitos, as idéias, justificando a legalização desta ou daquela medida. Não se trata de valorar a lei, trata-se de interpretá-la, e, para a sua correta interpretação, todos os momentos da sua formação têm de ser levados em consideração. Uma coisa é trabalhar a lei como fonte de direito, outra é trabalhá-la como fonte histórica, como é o presente caso.

Como fonte de direito a lei existe e tem de ser observada por todos àqueles aos quais é dirigida, uma vez que a sua finalidade é a regulamentação da conduta; o que não impede que, na sua aplicação, recorra-se a sua interpretação.²

A interpretação das leis, muitas vezes, confunde-se com a tarefa do historiador, embora dela difira porque, na interpretação para efeitos de aplicação da lei, o intérprete procura dar um sentido que lhe é mais favorável, que melhor atenda aos seus interesses, há sempre uma valoração comprometida com a situação que se quer resolver. Neste caso, o intérprete procura saber qual o motivo que levou o legislador a criar a lei, e o faz para justificar, exatamente, a sua própria argumentação. O Historiador, quando interpreta a lei, quando procura os seus fundamentos e os motivos da sua edição, deseja e quer reconstituir as circunstâncias motivadoras da criação do estatuto; o que levou o legislador a procurar regulamentar aquela determinada conduta, a criar um novo tipo penal, uma nova hipótese de incidência, e saber se, com esta regulamentação, os objetivos pretendidos foram alcançados e, se não alcançados, porque não o foram. Enfim; procura tirar do documento as informações que permitam caracterizar uma época, identificar a filosofia política, o “*modus vivendi*”, um costume, para quem foi feita, se solucionou ou não a questão, se a conduta regulada já era conhecida pelo aplicador, por que aquele tipo de conduta foi regulado, se a regulação teve alguma influência externa, se esta mesma conduta é regulada em outros ordenamentos jurídicos. Questiona, pois, a lei como fonte histórica; como documento que é.

² Idem, pp. 237-260.

O nosso estudo, todo ele baseado na legislação sobre o trabalho indígena no Ultramar Português, e em especial na Colônia de Moçambique, entre 1899/1926, alcança a virada de um século e passa por três regimes políticos diferentes; Monarquia Constitucional até 1910, República de 1911 a 1926, que, neste ultimo ano, deu lugar a Ditadura, atravessa uma guerra mundial (1914-1918) e, por força dela, muitas alterações no mapa geográfico colonial e na economia mundial.

Passou-se da Monarquia, período em que a idéia assimilacionista igualava os indígenas aos portugueses,³ ou seja: - os indígenas eram considerados como cidadãos portugueses e regidos pelas leis aplicadas na metrópole, embora na sua fase final, “Era Ennes”, finais do século XIX, eles já fossem considerados incapazes e, por isso mesmo, tutelados pelo Estado, iniciando-se aí o processo de exclusão e reconstrução da imagem do “indígena”, - à República, que, aproveitando as idéias de Ennes, continuou o processo de desvalorização do indígena, que, além de perder a sua cidadania, viu-se reduzido ao estado de total incapacidade por ser considerado de uma “raça inferior” e de costumes “selvagens”, cuja evolução só poderia ser encontrada através da sua domesticação pelo trabalho, que passou a ser uma obrigação moral e legal para os indígenas, e um meio civilizacional utilizado pelos colonizadores para dar cumprimento à sua missão colonizadora.

A mudança de regime político, República – Ditadura, não alterou o “*status quo*” do indígena, que continuou a ser regido por leis especiais, que persistiam em lhe negar o status de cidadão.

A escolha das datas, pois, como se pode ver, não foi à toa: a primeira relaciona-se com a regulamentação do trabalho indígena após a extinção da escravidão e da condição de liberto, quando, segundo a legislação, institui-se a liberdade contratual para os indígenas, embora tutelados pelo Estado, fase em que se cria a imagem do indígena como um indivíduo “indolente”, “selvagem”⁴, para justificar, exatamente, a exigência do trabalho, que funcionaria como um meio civilizador; a segunda porque, naquele ano, foi estabelecido o regime de Indigenato para as Colônias de Moçambique e Angola, com a

³ Ver : SILVA CUNHA., J.M da.,1953, p.115-129 JOÃO, M.I., 1989, p.198-203; SILVA, A.C.N. da, 2006, pp.165- 200.

⁴ Antes mesmo dessa criação da imagem do indígena, isto é: da imagem que justificaria a legislação sobre o “trabalho forçado”, esta já estava associada a “barbárie”, “selvageria” “indolência” “embriaguez”, o que pode ser constatado em Valentim Alexandre. (1998:88-90) que através de jornais da época nos dá a sua exata noção. Desta maneira, chegamos a conclusão de que o que se fez, foi uma recriação dessa imagem.

publicação do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Moçambique e Angola pelo Ministro das Colônias, João Belo, (1926), lei que foi estendida à Guiné em 1928, oficializando a exclusão dos indígenas de todo e qualquer direito inerente aos portugueses.

Evidentemente que, mesmo fixando as datas limites, tivemos que retroceder no tempo, em relação ao início, e avançar em relação à data limite final, para que pudéssemos ter a noção dos fatos que antecederam a primeira, e que se seguiram à última; por isso analisamos, ainda que superficialmente, o Regulamento de 1878 e avançamos até o Acto Colonial de 1930, passando pela reforma do Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas em 1929. No retrocesso, em razão das causas; no avanço, por força das conseqüências.

Todas essas mudanças, com causas endógenas ou exógenas, geraram transformações no ordenamento jurídico português ultramarino, que necessitou adaptar-se às novas exigências.

A criação de leis para regular qualquer atividade, inclusive da própria administração, obedece a todo um arcabouço político, um sistema com base jurídico filosófica, que fundamenta o próprio sistema e as escolhas das soluções, e a temática do trabalho faz parte desta sistematização.

O trabalho indígena nas colônias, pois, não podia escapar a toda esta sistematização, que justifica e embasa qualquer modificação na legislação, e é através desta última e das suas transformações, que desenvolveremos toda a nossa argumentação que tem os seguintes objetivos e questionamentos:

Objetivos/Questionamentos

Após a Conferência de Berlim (1885), passou-se a exigir a ocupação efetiva do território como justificativa do domínio. Era, pois, necessário que os países colonizadores implementassem políticas que alcançassem os objetivos definidos no Acto de Berlim e, mais tarde, confirmados pela Conferência de Bruxelas (1890) ⁵, o que significava ocupar o

⁵ CAETANO, M.1963, p. 147, reportando-se ao Acto de Bruxelas esclarece: “[...] Em primeiro lugar, todo o Acto geral está dominado pela idéia de que as Potências coloniais devem tomar providências em benefício das populações nativas. A velha concepção das colônias como simples campo de exploração cede lugar a um novo conceito em que os territórios coloniais devem merecer das metrópoles especial solicitude para serem desenvolvidas e civilizadas, em proveito não só do mundo civilizado mas também dos indígenas.

espaço africano, promover o seu desenvolvimento, e cuidar do bem estar dos indígenas, que deveriam ser trazidos para a civilização, justificando, desta maneira, a continuidade da colonização. A efetiva ocupação, pois, tornou-se, a partir da Convenção de Berlim, condição para o reconhecimento do domínio sobre as colônias. Ao lado dessa efetiva ocupação, o país colonizador precisava demonstrar que estava apto a cumprir o estabelecido no art. VI da Ata da referida Conferência, ou seja: “dever geral dos povos colonizadores de zelar pelo bem estar dos povos colonizados e supressão da escravidão e do tráfico”⁶.

Portugal, para cumprir esta obrigação, necessitava ocupar o “hinterland”, o que significa, dentre outros objetivos, impor-se aos chefes que dominavam a região, o que foi feito através de uma contínua ação militar que, em Moçambique, segundo a literatura colonial oficial, teve o seu auge com a derrocada do Gungunhana pelas tropas chefiadas por Mousinho de Albuquerque em 1895⁷. Aliada a esta ocupação se fazia imperiosa a demonstração de que o país colonizador era capaz de assegurar o desenvolvimento cultural e econômico das colônias, o que só seria possível com a utilização do trabalho dos indígenas e com a integração destes à sociedade, nos moldes em que esta era idealizada e reconhecida pelos colonizadores. Era necessário, pois, um programa de Governo, que se traduzisse numa política (estabelecimento de metas e programa de seu cumprimento) que tivesse como fim a civilização do “indígena”, que o retirasse do estado “bestial” em que se

E qual o primeiro passo para cumprir tal missão? Ainda a ocupação efectiva dos territórios. Mas o Acto de Bruxelas não se limita já à formulação do princípio: discrimina os processos mais eficientes de ocupar..., ”

⁶ ALMADA, J. de, 1943, p. 32. Para uma maior explicação dos motivos que levaram à sua convocação e a própria realização da conferência, consultar: SANTA RITA, J.G. 1916, p.50; OLIVEIRA, F. de, 1962. CAETANO. M., ob. cit. pp. 94 -107.

⁷TOSCANO, F. e QUINTINO, J. 1930. O feito de Mouzinho de Albuquerque foi devidamete valorizado pelo Governo, que disto utilizou-se para “[...] exaltar a figura e as proezas do vencedor – o herói português”.Isabel Castro Henriques(2004:292)..A autora também identifica, nesta valorização, duas representações: a primeira simbolizando uma vitória frente a Inglaterra e a segunda a ratificação da capacidade militar de Portugal (Idem.:293). A.H. de Oliveira Marques (2001: 65) também nos dá conta desta exaltação dos feitos militares nas campanhas de pacificação, utilizada como propaganda colonial e que focaliza Mouzinho de Albuquerque como o herói. O militar também é também lembrado no Estado Novo, quando, mais uma vez, o Governo utiliza os “feitos militares” para ratificar o mito colonial português e vocação histórica de “possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas”Art. 2º do Acto Colonial, que institucionaliza tal vocação, que passa a fazer parte da essência da Nação Portuguesa. Para dar conhecimento das ações realizadas no Ultramar, os Relatórios de governadores e comissários são publicados pela Agência Geral das Colónias. Congressos são realizados, Exposições são feitas, Em 1937, realiza-se a “Exposição Histórica da Ocupação”, que de acordo com o Secretariado da Propaganda Nacional (1942:74) “[...] foi, o corajoso e nobre acto de justiça para com o imediato passado, tão belo, da obra da ocupação militar do Império Africano.”

encontrava⁸, com a finalidade de melhorar a sua condição de vida e de alcançar a civilização.

Essa política, que foi architectada por António Ennes não só durante a sua passagem pelo Ministério da Marinha e Ultramar (1890-1891), como também durante o período em que esteve em Moçambique como Comissário Régio (1891), tinha como objetivo principal a civilização através do trabalho.

O trabalho retiraria, de acordo com Ennes, o negro da ociosidade em que vivia.

Para a execução desta política civilizacional se fazia necessária a criação de normas que regulamentassem e legitimassem o trabalho indígena, e a maneira como este seria exigido pelas autoridades. Precisava-se de mecanismos, novos e legítimos, para forçar o indígena a trabalhar, que não se confundissem com o trabalho escravo, à altura, não mais permitido; ressaltando que, à época, observava-se o princípio da assimilação total dos indígenas aos portugueses.

E foi com este objetivo que, em 26 de outubro de 1897, através de portaria, o Ministro da Marinha e Ultramar⁹ nomeia uma Comissão sob a presidência de António Ennes, que tinha como finalidade um estudo sobre as populações indígenas e os meios eficazes para obrigá-las ao trabalho¹⁰.

O resultado do trabalho desta comissão, da qual também fazia parte Paiva Couceiro,¹¹ foi a edição do *Regulamento do Trabalho dos Indigenas*¹² que, pelo seu caráter de urgência,¹³ não foi apreciado pelo Poder Legislativo. Esta falta de apreciação pelo

⁸ A indolência, a barbárie e a inferioridade do negro foram muito exploradas para justificar as medidas que foram tomadas. ENNES, A. 1971, pp. 49, 69, 75; 1946, p. 26-27; ALBUQUERQUE, J.M. de, 1913, p. 99-103 (apesar do nome de Mouzinho de Albuquerque ser grafado com a letra “z”, nesta edição do relatório impressa pela Sociedade de Geografia aparece o nome com a letra “s”); MARNOCO E SOUZA, 1949, pp. 102-103.

⁹ O Ministro da Marinha, à altura, era o Conselheiro António Eduardo Villaça.

¹⁰ ENNES, A. et al, 1946, p. 25 -55.

¹¹ Eram membros da comissão: António Ennes, Luís Fischer Berquó, Poças Falcão, Anselmo de Andrade, Jaime Lobo de Brito Godins e Henrique de Paiva Couceiro, este último foi Governador Geral de Angola em 1907-1908.

¹² Regulamento do Trabalho dos Indigenas - Decreto de 09.11.1899 – Diário do Governo nº 259 de 15.11.1899, pp. 646-654.

¹³ A propósito da urgência para a legislação ultramarina Albano Magalhães, em 1907, dizia: “[...] Ninguém desconhece que é usando da urgência que tem sido feitas quase todas as leis ultramarinas. Tem-se usado e abusado da urgência; declara-se á pressa a urgência para antes das câmaras reunirem se tomarem medidas que lá seriam discutidas ou retardadas, e espera-se que as câmaras fechem para se declarar urgente determinada providência que as Câmaras não votaram ou que nem sequer se lhes quis propor. Não é segredo de Estado, todo o mundo o sabe!” MAGALHAES, A. de, 1907, p.93; Ver Disposições Constitucionais a respeito da urgência e especialidade para as leis coloniais, Art. 15 do Acto Adicional à Carta Constitucional de 1852; Confirmando a urgência, Ver a exposição de motivos do Ministro António Eduardo Villaça, Diário do Governo nº 259, pp. 646-647.

Legislativo era normal em relação às leis ultramarinas, as quais, na sua grande maioria, eram editadas através Decreto do Ministro da Marinha e Ultramar.

No artigo 1º desse regulamento cria-se a obrigação do trabalho como meio do indígena melhorar a sua condição social e adquirir meios de subsistência, estabelecendo-se que, caso o indígena não satisfizesse voluntariamente tal obrigação, a isto seria compelido pelas autoridades.

A partir desta autorização para a compulsão, estava legalizado o trabalho forçado; embora a lei o tenha denominado de trabalho compelido,¹⁴ o que levou Silva Cunha a comentar que “[...] estava consagrado o poder coercitivo das autoridades sobre os indígenas”.¹⁵

A Lei criou a obrigação e os mecanismos para que esta fosse cumprida e exigida, indicou quem poderia exigí-la e como fazê-lo, e especificou quais as penalidades para o descumprimento.

É, pois, esta obrigatoriedade do trabalho e a sua regulamentação que será objeto do presente estudo, que se propõe a responder as seguintes questões:

O que significa a condição especial estabelecida na Constituição para as leis coloniais e quais a sua aplicação em relação às leis regulamentadoras do trabalho indígena?

A criação das leis regulamentadoras do trabalho indígena atendia aos princípios constitucionais vigentes?

A regulamentação da mão-de-obra indígena observava o estabelecido na legislação internacional sobre o trabalho (convenções, recomendações)? Como Portugal adaptou as suas leis internas a esta legislação imposta pelo direito das gentes?

Na aplicação da norma nas colónias era observado o Regulamento Geral elaborado na Metrópole?

A especialidade da lei era observada somente na edição das leis gerais para as colónias criadas na Metrópole ou, também, era observada em relação aos regulamentos locais editados por cada uma das delas?

Como o não atendimento ao trabalho compelido pode transforma-se em pena de trabalho forçado e como era regulado tal mecanismo?

¹⁴ Arts. 31º e 32º do Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899.

¹⁵ SILVA CUNHA, J.M. 1949, p.152.

Por que os demais regulamentos do trabalho indígena, que se seguiram ao de 1899, continuavam a insistir com o trabalho forçado? Como este se coadunava com os princípios da liberdade (igualdade de todos perante a lei, autonomia da vontade).

Como, diante do ordenamento jurídico de cada época, criou-se uma justiça “paralela” no ultramar, (particulares podiam aplicar penalidades aos serviçais; concessionárias tinham o poder de aplicar a justiça e gerir territórios sob a sua responsabilidade para aplicação das penalidades previstas nos regulamentos de trabalho)?

Metodologia

São, pois, estes questionamentos que serão analisados no estudo que pretendemos desenvolver, que será feito com base na legislação oriunda da metrópole, nos acordos e convenções internacionais e na legislação específica da colônia de Moçambique, através dos regulamentos, portarias, circulares e ofícios expedidos pelos governadores, altos comissários, capitães mores, secretários, curadores.

Toda a legislação será considerada dentro do ordenamento jurídico da época, ou seja, a análise da lei terá como base o texto constitucional em confronto com as leis gerais e as específicas da colônia de Moçambique, sem deixar de levar em conta a legislação internacional.

O certo é que se partirá sempre do geral para o particular; das disposições relativas ao trabalho forçado de caráter geral, inclusive de origem internacional, legislação produzida na Metrópole, a que efetivamente era aplicada na colônia de Moçambique e quais as implicações decorrentes da aplicação da lei no tempo e no espaço, (vigência e territorialidade).

Evidente que a pretensão aqui apresentada não é nova, pois inúmeros autores já estudaram o trabalho indígena e analisaram as leis gerais regulamentadoras desse trabalho: Sá da Bandeira (1873); Antonio Ennes (1893); Albano de Magalhães (1907); Lopo Vaz Sampaio (1910); William A. Cadbury (1910); J.A.Lopes Galvão, (1925); Eduardo d’Almeida Saldanha (1931); René Mercier (1933); Josph Folliet (1934); Robin Cohen (1944); J.P. Paixão Barradas (1947); Joaquim da Silva Cunha (1949); Marcelo Caetano (1953); José Maria Gaspar (1961); Kevin Grant (1965); James Duffy; (1967), Adelino Torres (1989), Valdemir Zamparoni (1998); este último escreveu, especificamente, sobre o

trabalho em Lourenço Marques, mas tentaremos, inclusive, através dos seus estudos, encontrar respostas às perguntas aqui formuladas, tomando como orientação o texto legal e a sua interpretação.

Para a interpretação da lei e da maneira que ela era entendida pelos aplicadores, bem como dos motivos que levaram a aplicação de maneira diversa do estabelecido nos regulamentos gerais, nos socorreremos de uma vasta bibliografia, mas muitas publicações não serão tratadas como tal, e sim como fontes primárias, como exemplo: os diversos relatórios sobre Moçambique que foram publicados extra oficialmente, (Antonio Ennes, Mouzinho de Albuquerque, Freire de Andrade), relatórios dos governadores distritais, atas de reunião do conselho de governo, dentre outros. A nossa proposta, entretanto, é comparar a legislação geral, nos seus pontos mais polêmicos, com a respectiva regulamentação e aplicação na colônia, seja na sede (capital), seja nos distritos, seja nas circunscrições, para chegarmos à conclusão se eram ou não observados, nessa regulamentação e aplicação, os princípios constitucionais, se é que estes, em algum momento, foram aplicados aos indígenas, e a legislação infraconstitucional - leis gerais - (código civil, código penal e leis gerais especiais para as colônias).

O levantamento das leis gerais, não só das leis referentes ao trabalho, se faz necessário, porque em muitas delas encontramos dispositivos que se referem diretamente ao trabalho, bem como regulamentações outras, que têm reflexo no objeto do presente estudo, como por exemplo, o Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique,¹⁶ Leis Orgânicas das Colônias;¹⁷ Código Penal Português;¹⁸ Código Civil Português;¹⁹ Leis de administração colonial;²⁰, leis que regulam a emigração; as leis que conceituam o indígena e o assimilado, para este ou aquele efeito; as diversas Constituições Portuguesas no período e o Acto Colonial.

O confronto entre a legislação geral e a particular demonstrará como, ainda que a civilização do indígena através do trabalho tenha sido uma política constante ao longo dos anos abrangidos pela presente análise, a legislação era adaptada para ampliar (assimilação)

¹⁶ Decreto 12533 de 1926 e suas modificações. Diário do Governo nº 237, pp 1667-1670 de 23.10.1926

¹⁷ Lei Orgânica da Colônia de Moçambique.

¹⁸ Na caracterização do crime de vadiagem e na prisão correcional.

¹⁹ Regulamentações diversas – processo legislativo, hierarquia de leis, capacidade, contratos de prestação de serviços, capacidade, incapacidade, nacionalidade, cidadania.

²⁰ Leis de organização dos diversos órgãos responsáveis pela aplicação da política indígena nas colônias, leis administrativas diversas.

ou restringir direitos (indigenato). Também ficará claro como o princípio da especialidade foi manipulado pelas autoridades para atender aos objetivos da missão colonizadora.

O conceito de cidadania será utilizado e a partir dele tentaremos identificar se aos indígenas eram atribuídos direitos a ela relativos, e é a partir dele que entenderemos as políticas indígenas, que, se em momentos assimilou (assimilação total, assimilação tendencial) e garantiu direitos iguais aos povos de além mar, em outros, os restringiu completamente, criando uma regulamentação especial. Além dele, também observaremos o princípio da especialidade, talvez o mais importante de todos os que eram observados em relação às leis ultramarinas, que era aplicável às leis coloniais, o qual autorizava a criação de leis especiais, ou sua aplicação especial e espacial. Serão ainda considerados outros conceitos chaves como: soberania, liberdade, igualdade, justiça, coerção, urgência, revogação, vigência, e as conseqüências produzidas pela aplicação deles – contrato, autonomia da vontade, vadiagem, direitos, inclusão, exclusão, deveres, poder.

Os conceitos serão utilizados observando-se as circunstâncias políticas existentes à época da edição das leis, e dentro dos contextos legais em que se encontram, e que se expressam através das fontes primárias e secundárias que servem de base ao presente estudo.

Para efeitos de sistematizar o trabalho dividimo-lo em 6 Capítulos, que correspondem, de um modo geral, às diversas alterações da regulamentação do trabalho indígena; coincidentemente, estas alterações, na sua grande maioria, ocorreram juntamente com as mudanças do regime político: 1878 e 1899 – Monarquia; 1911 e 1914 - República; 1926 e 1928 - Ditadura; entretanto, o primeiro capítulo- Leis para o Ultramar - é dedicado aos princípios que eram observados na criação das normas relativas ao ultramar. Analisa-se nele a especificidade das leis ultramarinas, o respeito pelos usos e costumes dos indígenas, a urgência e a missão civilizacional. Evidentemente que é o momento de se estabelecer um diálogo com a doutrina, com as diversas teorias que justificam a existência destes princípios, que sempre foram observados pela administração colonial na edição das leis, ressaltando que tais princípios não são particulares a Portugal.

O Segundo Capítulo refere-se ao Regulamento de 1878²¹ – *Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da África portuguesa*, que embora não esteja abrangido pela periodização aqui observada, é de importância extrema para o

²¹ D.G n°. 267 de 21.11.1878, pp. 380-387

desenvolvimento do trabalho, porque é a partir dele e da contestação dos seus valores, conceitos e princípios, que se desenvolve toda a legislação posterior. Neste capítulo também serão analisadas todas as medidas que antecederam a edição do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas* (1899)²², início cronológico do nosso trabalho.

O Terceiro Capítulo, talvez o de maior importância dentro do objetivo do presente trabalho, trata, especificamente, do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas*.

Antes de adentrarmos na análise dessa lei, achamos por bem fazer uma referência à situação de Moçambique, colônia escolhida para a análise das leis locais e a sua conformação com as leis de natureza geral. Como já restou esclarecido, a escolha dessa colônia foi feita por sua qualidade de fornecedora de mão-de-obra, seja a nível interno, seja intercolonial, seja internacional. Moçambique fornecia trabalhadores para o Transval, para o Rand, para São Thomé e para a própria colônia, prazos da Zambézia, Companhia de Moçambique, Sena Sugar, comerciantes e industriais de Lourenço Marques.

O Regulamento é analisado minuciosamente: questiona-se a sua legalidade, a sua adaptação aos princípios internacionais estabelecidos na Convenção de Berlim e Bruxelas, os seus conceitos, observando-se, sempre, os objetivos que direcionam este trabalho.

A caracterização da obrigação moral do trabalho introduzida pelo regulamento, e que perdurará até o momento em que se estabelece para os indígenas, ao menos em termos do discurso, a liberdade de contratação será estudada e analisada, seja através da própria legislação, seja através da doutrina nacional e internacional, que procuravam justificá-la como “fazendo parte da missão civilizacional”.

A legislação, na medida do possível, é observada em sua adaptação local nos diversos distritos de Moçambique. Quando dizemos na medida do possível, estamos a nos referir aos limites que foram impostos pela documentação.

No Capítulo Quarto, tentamos situar Moçambique em termos de legislação, seja administrativa, seja no que diz respeito às leis regulando as relações de trabalho, no contexto colonial geral, e individualmente, até o advento da República. Analisamos leis gerais que influenciaram mudanças na legislação interna na Colônia e leis especiais dirigidas a determinadas colônias, que tiveram reflexos em Moçambique, como o *Regulamento Provisório do Trabalho Indígena e Fomento Agrícola de Angola*, (1902),²³

²² D.G. nº. 262 de 18.11.1899

²³ Regulamento de 16.07.1902. Coleção de Legislação Portuguesa de 1902, Coimbra. Typographia de F. França Amado, 1902., pp 385-409)

os *Regulamentos autorizando a Emigração de Indígenas contractados para São Thomé (1903, 1908 e 1909)*.²⁴

No contexto interno, analisamos a legislação específica do trabalho, aí incluídos os acordos de emigração para o Transval; neste particular, enfatizamos as queixas dos governadores distritais a respeito desta emigração, para o que utilizamos como fontes os relatórios destes mesmos governadores, a exemplo do de Inhambane e do de Quelimane; o *Regulamento dos Serviçais e Trabalhadores em Lourenço Marques (1904)*,²⁵ expressão da repressão contra os indígenas, embora seja nele identificado, à exclusão de qualquer outro aqui analisado, seja de caráter geral, seja de natureza particular, o direito à ruptura do contrato, por qualquer das partes, mediante um prévio aviso.

Por força da ratificação do pensamento Ennes, a inferioridade do indígena é comentada, item 4.2, para deixar claro o interesse da sociedade intelectual portuguesa pelas colônias nesse período (1899 à 1910), em que o estudo da colonização passou a ser feito em caráter científico. Estudavam-se não só as técnicas de administração colonial, como também, e, sobretudo, as características biológicas do “negro”.

A inferiorização da “raça negra” é sistemática: a antropologia é utilizada para se inquirir e justificar a inteligência do preto. A fisionomia do preto é ressaltada para caracterizar a sua animalidade, o estudo do crânio do negro²⁶ ratifica a sua inferioridade no que diz respeito ao raciocínio. A ciência torna-se grande aliada no processo de colonização, que é ação dos povos civilizados de trazer os não civilizados à civilização, justificando todas as medidas que seriam tomadas pela administração colonial, para, com este processo de inferiorização, excluir os indígenas de todo e qualquer direito peculiar aos portugueses.

Muitas outras medidas são tomadas no período, mas algumas têm maior relevância para Moçambique, com é o caso do Decreto de 09.07.1909 - *Regimen Provisório para concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique*,²⁷ sua importância não está, tão somente no fato de ser uma medida para exploração do solo, mas pelo seu reflexo

²⁴ Decreto de 23.01.1903, B.O.M nº. 14 de 04.04.1903, p. 182-217; Decreto de 23.04.1908, B.O.M nº 29 de 18.07.1908 pp. 297-303; Decreto de 17.07.1909, B.O.M nº 37 de 11.09.1909 .

²⁵ Decreto de 09.09.1904 Suplemento ao B.O.M nº 45 de 1904

²⁶ A craniometria justifica, com as medidas das características dos crânios, a inferioridade dos africanos. A forma arredondada do crânio do negro “braquicéfalo”, passa a caracteriza-lo e a hierarquiza-lo em relação ao branco, de crânio alongada “dolicefalo”, como uma raça inferior. A cor da pele, os lábios grossos, o cheiro forte, tudo é utilizado para inferiorizar o negro.

²⁷ Decreto de 09.07.1909 CLNU Vol XXXVII, 1909, pp 234-283

no mundo do trabalho indígena, porque, segundo a lei, aquele que cultivasse a terra e dela tirasse a sua sobrevivência, estava excluído do trabalho compelido, pois cumpria, dessa maneira, a obrigação moral e legal do trabalho.

Avançamos no capítulo até o ano de 1913, último ano da vigência do Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899-1911, com todas as modificações introduzidas e os seus reflexos dentro de Moçambique, que neste ano publica o seu *Regulamento do Trabalho indígena dentro da província de Moçambique*²⁸, ressaltando que a regulamentação refere-se à adaptação do Regulamento de 1899, que até então não tinha sido, internamente, regulado. Neste particular demos ênfase à discussão da lei no Conselho de Governo.

Chegamos ao Decreto de nº.154²⁹, que institui o repouso remunerado, talvez o último diploma metropolitano relacionado ao trabalho indígena, antes da edição do Regulamento de 1914.

No Capítulo Quinto, tratamos do Regulamento de 1914 - *Regulamento Geral do trabalho dos indígenas nas colónias portuguesas*³⁰ que, se não coincide com a mudança do Regime – Monarquia-República, envolve ainda muita desta mudança e é, sem dúvida, o mais extenso do nosso trabalho, porque alcança o período republicano de 1914-1926.

Antes, entretanto, de falarmos especificamente do Regulamento, alguns acontecimentos internos e externos tiveram de ser analisados, por força da influência que tiveram na aplicação de tal regulamento.

Assim nos reportarmos a *Lei de Organização das Províncias Ultramarinas*, nº. 277, e a de *Organização Financeira*, nº.278³¹, que embora não tenham tido aplicação total, chegando mesmo a ser suspensas, serviram de base para as que lhes foram posteriores.

No que se refere à administração demonstramos como o discurso foi inverso da ação; o discurso pregava a observação da descentralização, mas o que ficou estabelecido na prática e na própria lei, que contrariava a intenção, era a centralização.

O Novo Regulamento, composto de 264 artigos, foi tratado nos seus pontos mais importantes, até porque, quase que na sua totalidade, era repetição da legislação que lhe foi anterior, entretanto, como algumas mudanças ocorreram, o item que a ele se refere foi

²⁸ Portaria nº 1310 de 04.10.1913. B.O.M de 18.10.1913

²⁹ Decreto de 01.10.1913. B.O.M. nº 44 de 01.11.1913

³⁰ Decreto de 14.10.1914. Suplemento ao B.O.M nº 49 de 1914.

³¹ Leis nºs. 277 e 278 B.O.M nº 40 de 03.10.1914

subdividido em 6 subitens, sendo que o referente às medidas de proteção aos Indígenas, foi, por sua vez, subdividido em outros 4.

A aplicação do Regulamento em Moçambique tem lugar no item 5.7, em que são analisadas as mudanças introduzidas pelas portarias do Governo Geral e Decretos do Alto Comissário.

Muitas medidas de natureza administrativa são destacadas, porque elas têm reflexo na regulamentação da vida do indígena, seja no nível interno, seja no nível externo, por isso analisa-se a portaria nº. 317 de 09.01.1917, do Governo de Moçambique- Portaria do Assimilado-³² que tanta controvérsia causou no seio da elite moçambicana.

O contexto internacional teve importância fundamental neste período, e, portanto, aqui tratamos do final da Guerra Mundial (1914-1918), através da Conferência de Paz, que determinou a criação do Bureau Internacional do Trabalho e falamos da Convenção de Saint Jean-en-Laye.

Poderíamos, com a instalação da ditadura em 1926, e com a edição do diploma que oficializou a exclusão dos indígenas - *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias de Moçambique e Angola*,³³ pelo Ministro João Belo finalizar o nosso trabalho, mas, certamente, ele não ficaria completo, dado o reflexo deste diploma legal na vida dos indígenas no período a ele posterior e assim, embora em linhas muito gerais, analisamos uma parte da legislação pós ditadura, seja no contexto internacional, seja no contexto interno, avançando para alcançar a reforma do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas das Colônias de Moçambique, Angola e Guiné*,³⁴ bem como o *Acto Colonial de 1930*,³⁵ reportando-nos à sua inclusão no texto constitucional. Ainda fazemos referência *Regulamento do Trabalho Indígena na Colônia de Moçambique*,³⁶ também editado em 1930.

Por fim, no último item do trabalho, como não poderia deixar de ser, chegamos às conclusões que nos foram indicadas pela análise, se não minuciosa de toda a legislação, ao menos cuidadosa, dentro dos limites que nos foram impostos pela documentação.

O trabalho foi exaustivo, e, com certeza, será cansativo para quem se dispuser a fazer a sua leitura, mas o trabalho com a legislação sempre o será, porque, sendo a lei, em

³² B.O.M nº 02 de 13.01.1917, Ia. Série, p. 7-8

³³ Decreto nº 12.533 de 23.10.1926. D.G. nº 237, Ia. Série, de 23.10.1926 pp. 1667-1670

³⁴ Decreto nº 16.473 de 06.02.1929. D.G. nº 30, Ia. Série, de 06.02-1929, pp. 386-389

³⁵ Decreto nº 18.570 de 08.07.1930. D.G. nº 156, 2º Semestre de pp. 74 - 79

³⁶ Portaria nº 1180 de 04.09.1930, Suplemento ao B.O.M nº.35, Ia.Série, de 04.09.1930.pp.411-444

sentido lato, o respaldo jurídico para toda e qualquer ação que provoque alteração no ordenamento jurídico existente, seja para criar, modificar, ou extinguir direitos, ela sempre estará presente e necessitará de interpretação.

No período colonial, no que se refere ao objeto do nosso estudo, em que era preciso retirar dos braços indígenas toda a força de trabalho que eles podiam fornecer, a legislação foi pródiga, não só na sua quantidade, mas na sua maior característica, que era a de retirar direitos “àqueles braços”, excluí-los do mundo dos civilizados, o que implica sempre em mascarar o real, que no dia posterior, já pode necessitar de uma outra máscara, mais bonita, mais colorida, ou mais feia e menos colorida, mas com o mesmo objetivo, esconde-lo com um discurso ideal e legal.

Fontes

Fontes Primárias

As fontes primárias (legislação e doutrina) encontram-se nos arquivos portugueses, muito particularmente, no Arquivo Histórico Ultramarino, no da Assembléia da República Sociedade de Geografia de Lisboa, Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Biblioteca Nacional, Biblioteca Municipal de São Lázaro.

As fontes doutrinárias, (em sua grande parte considerada como primárias), encontram-se, na sua maioria, depositadas na Biblioteca Nacional, na Faculdade de Direito, Sociedade de Geografia, e demais bibliotecas da Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Faculdade de Letras.

Como o período analisado é longo, e como a legislação foi modificando-se no decorrer do tempo, e de acordo com as circunstâncias político econômicas, embora as bases da política levada a efeito por António Ennes, em relação ao trabalho indígena, tenha sido sistematicamente seguida pelos demais criadores de leis regulamentando esse labor, pelo fato dele fazer parte do processo civilizacional, que era uma questão política e, conseqüentemente, de Estado, optamos por escolher Moçambique como terreno para a análise das leis relativas ao trabalho indígena em todas as suas variantes: (voluntário, compelido, correcional).

Analisaremos, como dito, a legislação oriunda da metrópole, a geral e a especialmente concebida para Moçambique, colônia que não foi escolhida por acaso, mas

por ter sido fornecedora de mão-de-obra para outras colônias, não só nacionais, como internacionais, a exemplo dos trabalhadores das minas na Rodésia; no Transvaal; os trabalhadores que prestaram serviço na construção das linhas de ferro; nas plantações de São Tomé e Príncipe; nas colônias francesas; nas grandes indústrias de açúcar; na construção do Canal do Panamá³⁷. O trabalho forçado nessa colônia será analisado, sempre através da lei, nas suas diversas formas: trabalho forçado como pena, trabalho forçado como pagamento de multas, trabalho forçado para pagamento de impostos, trabalho compelido.

Outros documentos tais como: relatórios dos governadores das colônias, consultas a Junta Consultiva, Conselho Colonial, Conselho Superior das Colônias, discussões parlamentares; boletins oficiais das colônias; notícias da Imprensa sobre a legislação aprovada pelo parlamento português; periódicos da época; actas de conselho de Governo, bibliografia produzida em cada época serão utilizados para o conhecimento da organização administrativa do espaço em que estas leis eram aplicadas, porque é o aparato burocrático o responsável pela aplicação da legislação; assim, se faz necessária a identificação das autoridades responsáveis pelo seu cumprimento.

A história não é estática e a movimentação dos atores históricos determina a adequação das instituições ao momento histórico e as suas respectivas mudanças que, normalmente, se traduzem nas alterações dos estatutos legais, com a criação, revogação e extinção de normas. O estudo de todas estas transformações através da legislação, dos estudos dos seus idealizadores, das posições doutrinárias dos doutores, juristas, sociólogos e filósofos, enfim, o mundo das idéias³⁸, que influenciava o aparecimento e o aperfeiçoamento das leis e medidas administrativas, nos permitirá entender e justificar a criação das normas e das instituições criadas para levar a efeito a sua execução.

Embora não possa este estudo abranger o direito comparado, pela questão do propósito e do tempo em que será realizado, algumas referências serão feitas, no que se relaciona à legislação referente ao trabalho forçado nas colônias de outros países colonizadores, que em muitas oportunidades, como veremos, serviu de exemplo e fundamento para a criação das normas relativas não só à administração colonial, como em relação à regulamentação da mão-de-obra indígena.

³⁷ Legislação Novíssima do Ultramar, Vol. XV, 1887, pp. 450-451.

³⁸ GUIMARÃES, A. 1983, pp 69-79; MOURÃO, F.A.A., 1989, pp 35-63. MERCURE, D. e SPURK, D. (orgs), 2005; HENRIQUES, I.C., 2004.

Fontes Secundárias

Como fonte secundária será utilizada a bibliografia nacional e estrangeira sobre a matéria, pois é através dela que contextualizaremos o momento histórico que determinou a necessidade da criação de cada uma das leis e das instituições atinentes ao objetivo deste trabalho.

Entretanto, antes de começarmos a analisar os estatutos jurídicos relativos à mão-de-obra e aos seus correlatos, há que se ter uma visão clara de como estas leis eram feitas; quais os princípios aos quais obedeciam; quem tinha a competência para criá-las, para tanto nos socorremos da bibliografia específica de direito colonial.

Terminologia

Um trabalho que envolve uma quantidade razoável de leis que utilizam uma terminologia específica, necessita que alguns termos que serão utilizados sejam bem conhecidos, a fim de evitar confusões, má interpretação, por tantos quantos tenham acesso a sua leitura, assim se faz necessário alguns esclarecimentos que só podem ter lugar nesta introdução.

Quando nos reportamos a lei o fazemos no seu sentido geral: *qualquer norma regulamentadora de conduta, que crie, modifique, extinga direitos*. Assim falamos em Lei, regra de conduta, emanada do poder legislativo; do poder executivo (Decretos do Executivo com força de lei); Portarias do Executivo metropolitano ou local (Moçambique).

Quando falamos em Constituição, Lei Maior, Lei hierarquicamente superior a todas as demais, estamos falando na Lei fundamental de Portugal, que no período de nossa abordagem passou por algumas modificações, que serão analisadas nos seus momentos próprios e dentro do texto. 90

Os documentos que foram utilizados neste trabalho empregam, indiscriminadamente, as palavras, “pretos”, “negros”, “indígenas”, “selvagens” “gentios” para designar os indígenas africanos e elas podem ter varias conotações.

Normalmente quando os vocábulos “preto” e “negro” são utilizados, elas têm uma carga depreciativa. Usa-se para inferiorizar o indígena - que é a palavra que será por nós utilizada quando, no texto, a ele nos referimos em nossos comentários e opiniões pessoais -

marcando a inferioridade do “Outro”. Com esta conotação elas aparecem, em grande parte dos discursos que negam qualquer direito ao indígena.

Nos textos legais, normalmente, utiliza-se a palavra indígena, e a conceituação de quem assim é considerado é de importância vital para a aplicação das leis especiais, só a este aplicável, quanto pior em relação ao trabalho compelido, ao qual só indígenas estavam sujeitos, evidentemente, nas hipóteses indicadas na legislação. Nos primeiros regulamentos do trabalho indígena encontramos diversas referências a “serviçais”, sem que, entretanto, a utilização do termo indígena, exclua, ou seja, diferente, em alguns contextos, da categoria que era o trabalhador indígena. Isabel Castro Henriques identifica os serviçais como “[...] trabalhadores contratados que deviam ser repatriados terminado o seu contrato – enviados para São Thomé ou para as minas do Transval”.³⁹

O termo serviçal, entretanto, é bem peculiar à legislação do século XIX, tanto que o Regulamento de 1878 e 1899 que se referem, o primeiro à contratação de serviçais e colonos nas províncias portuguesas⁴⁰ e o segundo, embora tenha o título de Regulamento do trabalho indígena,⁴¹ mantém a terminologia em diversos artigos, mui principalmente, quando continua a denominar a Curadoria, como Curadoria dos Serviçais e Colonos⁴². Em ambos os contextos, o termo se reporta aos indígenas contratados para prestação de serviços, seja na própria colônia, seja em colônia diversa e significa o mesmo que trabalhadores indígenas.

Já no início do século XX, com as diversas leis modificadoras do Regulamento de 1899, mui particularmente as Leis regulando a Emigração para São Thomé (1903, 1908,1909)⁴³ reportam-se a trabalhador indígena, entretanto, no art. 29º do Decreto de 1903, se vê referências a serviçais, mas ali fica bem claro que se está a falar de trabalhadores contratados para a prestação de serviços. No do ano de 1908, o decreto de aprovação, fala em emigrantes de Angola, Guiné, Moçambique e do estrangeiro, entendendo-se emigrante como o contratado para prestação de serviços em colônia diversa da do local da contratação; “art. 1º - é permitida a emigração de indígenas contractados

³⁹ HENRIQUES, I.C., 2004, p.296.

⁴⁰ D.G nº 267 de 20.11.1878, pp.380-387

⁴¹ D.G.nº 262 de 18.11.1899. pp.646-654

⁴² Idem. Arts. 15 a 20

⁴³ B.O.M nº14 de 04.04.1903,pp.184-188; B.O.M nº29 de 18.07.1908,pp.298-302; B.O.M nº 37 de 11.09.1909, pp.425-436

[...] para serviços domésticos, industriaes e agrícolas,”⁴⁴ embora continue a utilizar o termo serviçal em alguns artigos: 29º, 30º e 36º, mas sempre com o sentido de trabalhadores contratados, o mesmo ocorrendo no Regulamento de 1909, que no Decreto de Aprovação reporta-se, literalmente, a contratos de indígenas, expressando, portanto, tal termo, trabalhadores.

Em 1904, entretanto, quando em Lourenço Marques foi publicado o *Regulamento de serviçaes e trabalhadores indígenas no districto de Lourenço Marques*,⁴⁵ nos parece que o legislador quis fazer uma diferenciação entre quem era serviçal e quem era considerado trabalhador; caracterizando o primeiro como sendo os domésticos em serviço para particulares, e os segundos, como os empregados em funções de alguma qualificação, tais como: operários, jornaleiros (entendendo-se como tal os que trabalham por jornada, dia, horas até) e de outras profissões.

No Regulamento de 1914 – *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas* - define-se “serviçais” como aqueles que se contratarem só para prestação de serviços mediante pagamento de salário. A definição acrescenta um termo salário como elemento caracterizador do serviçal⁴⁶, neste regulamento a referência ao serviçal é constante, embora alguns artigos utilizem o termo indígena contratado.

Assim, no decorrer do trabalho, os termos: indígena, trabalhador indígena, serviçal, serão empregados indistintamente, significando o prestador de serviço indígena sujeitos aos regulamentos e leis mencionados.

Fora do mundo do trabalho, o indígena é muitas e muitas vezes conceituado, e como dito, tal conceituação pode significar a inclusão ou exclusão de regulamentação da conduta por leis especiais.

O indígena é conceituado em diversas leis, e a sua conceituação sempre leva em conta critérios biológicos e culturais: “O indígena é o indivíduo da raça negra, ou dela descendente, que se não distinga pelos hábitos do comum de sua raça”. Esta é uma conceituação básica que, durante o período cronológico do trabalho não sofreu grandes variações.

Entretanto, após a edição da portaria que instituiu o Alvará do Assimilado Portaria nº 317, (1917) em Moçambique, na qual exigia-se o alvará de isenção, ou seja, um

⁴⁴ B.O.M nº 29 de 18.07.1908,p.298

⁴⁵ Suplemento ao B.O.M no. 45 de 09.09.1904, p. 4-6. B.O.M no. 29 de 18.07.1908,p.298-303

⁴⁶ Suplemento ao B.O.M no. 49 de 10.12.1914 p.957

documento que dava a condição de assimilado, conceituou-se o “indígena como indivíduo da raça negra ou dela descendente que pela sua ilustração e costumes se não distingue do comum daquela raça”, e, para assim não ser considerado e ganhar o status de assimilado, o indivíduo da raça negra ou dela descendente tinha que saber falar, ler e escrever a língua portuguesa; adotar a monogamia; abandonar inteiramente os usos e costumes da raça negra e ter profissão, ou exercer arte ou ofício compatível com a civilização europeia, que dê meios de subsistência a si, e aos seus familiares. Se demonstrado todos estes requisitos o indivíduo não seria regulado pelas leis aplicáveis aos indígenas.

Por força da repercussão dos protestos contra esta portaria, uma nova conceituação do indígena é feita pela Metrópole e aparece, pela primeira vez no conceito, a referência ao “gentio”, Decreto nº. 7151⁴⁷ de novembro de 1920, que, nos seus considerandos, se reporta ao princípio da igualdade de direitos para todos os cidadãos portugueses sem distinção de raça ou de naturalidade; ao emprego impreciso do termo indígena nas leis e regulamentos coloniais o que dava origem a abusos e injustiças, a que se precisava por termo; a conceituação do indígena como todo indivíduo natural da terra em que habita; que só podiam ser objeto de leis especiais aqueles indígenas vulgarmente conhecidos pelo nome de “[...] gentios, que vivem e desejam continuar a viver sob os usos e costumes privativos dos agregados sociais indígenas, como claramente se infere das bases orgânicas da administração das colônias”; que a relação entre indígenas e portugueses era importante e que a expropriação por utilidade pública introduzida em alguns regulamentos contraria os mais elementares princípios de direito, mesmo tratando-se de população atrasada em civilização, e por tudo isto resolve que as leis que regulam os direitos civis dos europeus nas colônias portuguesas são extensivas aos indígenas que adotem os usos e costumes públicos dos europeus e se submetam as leis e regulamentos impostos aos indivíduos europeus do mesmo nível social.

Assim, a partir do decreto acima identificado (1920), era indígena o gentio que desejasse continuar vivendo sob os costumes privativos dos agregados sociais indígenas.

Por fim, e já com o *Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas* (1926), volta-se a conceituar o indígena como “o indivíduo da raça negra ou dela descendente que, pela sua ilustração e costume não se distinga do comum daquela raça”, art. 3º do de 1926 e art. 2º, do de 1929.

⁴⁷ D.G. nº. 237, Ia. Série, de 22.11.1920 p. 1614. – “Gentio” aquele que segue a religião pagã; selvagem. - definição encontrada em COSTA, J.A e MELO, A.S de, p. 708.

No decorrer do texto, entretanto, ao nos reportarmos àqueles aos quais a legislação especial do trabalho é aplicada, o faremos, de acordo com o seu emprego no documento, utilizando as palavras “serviçais”, “indígenas”, “trabalhadores” “pretos” “contratados”, ficando claro, entretanto, que a legislação especial, seja ela de referência ao trabalho ou não, tem aplicação aos “indígenas” como definidos na lei, no entanto quando expressarmos alguma opinião pessoal empregaremos o termo indígena, como já dito acima, pois a este, na forma da lei, é que se aplicava a legislação analisada, objeto do nosso estudo.

As Expressões latinas utilizadas, a exemplo de: “ius soli”, “ius sanguini”, “jure et de jure”, “res nullius”, “ex nunc”, “ex tunc” são devidamente explicadas no texto no momento em que aplicadas.

1 – LEIS PARA O ULTRAMAR

1 - LEIS PARA O ULTRAMAR⁴⁸

As leis que eram feitas para o Ultramar tinham algumas características especiais. Primeiramente, na sua grande maioria, por autorização constitucional, não eram votadas pelo parlamento; depois, eram leis que tinham aplicações exclusivas, e marcadas pelo que se denominou de urgência, todas estas características, todavia, só aparecem quando, através do texto constitucional, autoriza-se o Governo a legislar para o Ultramar.

A *Constituição Monárquica Portuguesa de 1826* não se referia ao Ultramar explicitamente, isto porque, à altura, o ultramar era considerado como fazendo parte da Nação, art. 2º, ou seja; a nação era um todo formado pelo reino e seus domínios e a Constituição tinham vigência, sem ressalvas, em todo este território, o que implica em que as leis portuguesas eram válidas para as colônias, sem quaisquer alterações.⁴⁹

Entretanto, com a edição do *Acto Adicional de 1852*, no seu art. 15º, estabeleceu-se a edição de leis especiais para as colônias, começando, oficialmente, a ser observado o regime da autonomia, tão solicitado pelos administradores ultramarinos.

O art. 15º do Acto mencionado autorizava a edição de leis especiais e sem a apreciação preliminar das Câmaras, esta última providência, em função da urgência em que tais leis eram editadas.

Mas que urgência era esta a que se reportava a lei? Como entender a urgência para a edição das leis ultramarinas, quando qualquer lei, seja ela regulando matéria administrativa, tributária, económico-social, era a qualquer momento editada pelas autoridades competentes?

Que tipo de urgência era essa que permitia que, mudada a direcção do Ministério da Marinha e Ultramar, muitas leis fossem publicadas modificando as existentes, tão somente para que o novo Ministério, algumas vezes somente para contrariar a política anterior, e para satisfação de quem o dirigia, criasse novas medidas.⁵⁰ por vezes, voltando a aplicar medidas anteriores que já não tinham dado certo, apenas e tão somente para demonstração do poder.

Algumas vezes, como no caso do acordo com a Inglaterra negociado por Corvo, objeto de inúmeras críticas por parte dos políticos, e por força disto não ratificado, teve de

⁴⁸ Ultramar - territórios portugueses em África

⁴⁹ MIRANDA, J., 1976

⁵⁰ CARVALHO, T., 1900, p. 49; FEIO, M.M., 1901, p. 19.

ser revisto e ratificado pela Câmara dos Deputados. Tal tratado, que já fora tão criticado e, possivelmente, uma das causas da queda do ministério regenerador, também o foi em relação à queda do ministério progressista em 1881⁵¹.

O fato é que, a partir da edição do *Acto Adicional*, as leis ultramarinas começaram a observar princípios diversos dos que eram utilizados para a criação das leis aplicáveis na metrópole.

Os princípios assegurados pelo *Acto Adicional* eram: especialização, a urgência, que, aliados aos da observação dos usos e costumes dos indígenas e o da missão civilizadora, que consistia em elevar o nível moral e material dos indígenas, e foi internacionalizado pela Conferência de Berlim; nortearam, ao menos teoricamente, a administração colonial, seja quando esta observava o regime de assimilação, o da centralização, da autonomia ou o da descentralização.

O certo é que ação dos dirigentes, baseada nas observações internas, ou seja; verificadas “*in loco*” por funcionários ultramarinos, ou ainda influenciadas pelas políticas das outras nações civilizadoras, afastadas aquelas de natureza “pessoal”, em que se modificavam leis apenas para satisfação do partido que estivesse no comando do Ministério responsável pelo Ultramar, fundamentaram a edição das leis que regulavam vida dos povos do ultramar.

Dentre esses princípios, o da especialidade das leis, parece-nos o que mais abrangência tem; Isto porque engloba, de uma maneira ou de outra, os demais; além de resultar da observância daqueles que viveram e conheceram, ou pensavam conhecer, mais de perto, as dificuldades e problemas que existiam no ultramar, determinados pelos diferentes costumes e usos dos diversos povos que povoavam a África portuguesa, que não comportavam soluções provenientes do direito comum.

Se assim não fosse, não se teria colocado a ressalva, no decreto que autorizou a aplicação do *Código Civil de 1867* no ultramar,⁵² do respeito aos costumes dos indígenas, art. 8º. Uma prova inequívoca de que a observação dos usos e costumes era uma forma especial, diferente da metrópole, de resolver as questões, de acordo com as tradições e, de uma maneira ou de outra, uma forma encontrada pela doutrina, e apropriada pela administração, para alcançar o “Outro”.

⁵¹ ALEXANDRE, V., 1998, pp.108-109

⁵² Decreto de 18 de novembro de 1869.

Observemos, especificamente, tais princípios, para depois questionarmos se, nas leis relativas ao trabalho indígena, eles foram levados a efeito na criação das normas.

1.1 – Especialidade das Leis

A Especialidade das Leis era uma preocupação constante das autoridades responsáveis pelo Ultramar.

Em princípio, a especialidade para as leis ultramarinas tinha como fundamento, realmente, a diferença entre os povos colonizados. Argumentava-se que as leis da metrópole não poderiam ser aplicadas a quem estava em tão inferior grau de desenvolvimento, a quem não tinha capacidade de determinar-se e entender a natureza ou finalidade das leis.

Aos iguais, por pertencerem ao Estado Português, de acordo com o critério do “*ius solis*”, nascidos em território português, como era o caso dos nascidos nas colônias portuguesas, deveriam ser aplicadas as leis comuns; Mas como se justificaria aplicar aos indígenas regras estabelecidas para o convívio social relativas ao direito de propriedade, direito de família, direitos perante o Estado, se estes não conheciam as instituições que fundamentavam toda a proteção do Estado em relação aos seus cidadãos? Como aplicar aos indígenas as leis protetoras da propriedade privada se os indígenas não a conheciam como tal?

Como aplicar as regras do direito de família, se cada homem poderia ter mais de uma mulher, sem que isto ferisse qualquer princípio moral, religioso ou jurídico e se a quantidade de filhos tivesse como finalidade, não só a confirmação da virilidade, como, também, a própria continuidade do poder e da vida.

Enquanto os católicos davam valor aos laços de sangue, à família cognatícia, os indígenas eram agnáticos, porquanto a família era constituída por tantos quanto vivessem em comunidade resultante de uma ascendência comum, como também das diversas ligações matrimoniais que se estabeleciam por conveniência e pela manutenção do poder.

Era evidente, pois, que a aplicação das leis comuns aos indígenas não teria lógica e, nem tampouco, surtiria qualquer efeito, porquanto para que uma lei seja observada, é necessário que a comunidade para a qual é dirigida aceite-a como uma ordem geral a que

todos devem se submeter em nome de uma paz social. As leis comuns, pois, não serviam para aqueles povos de costumes tão diversos⁵³.

Entretanto, a necessidade de normas era premente; afinal o direito tinha de ser positivado, ou seja, escrito para que fosse exigido e observado, tanto pelos aplicadores, quanto por aqueles para quem era dirigido, e uma maneira jurídica tinha de ser encontrada para justificar a edição de leis diferentes para serem aplicadas aos “portugueses” do ultramar.

A necessidade de edição de leis especiais, pois, sempre foi uma constante e a literatura colonial está cheia de exemplos em defesa da observação deste princípio.⁵⁴

O tema da especialização das leis relativas ao ultramar fez parte das discussões levadas a efeito no Congresso Colonial Nacional, (1901) realizado em Lisboa, sob os auspícios da Sociedade de Geografia, no qual, Eduardo da Costa,⁵⁵ que fora Governador de Moçambique, se posicionava a favor da autonomia local, “[...] autonomia que não comporta uma suprema liberdade, mas que significa uma grande iniciativa de acção para dirigir todos os negócios do país, provendo de remédio, por legislação apropriada e local, a todas as necessidades de momento [...]”, que, implicitamente, significava aderir à especialização das leis reguladoras da vida colonial, isto porque se o Governador é que, em princípio, vivendo e convivendo na colônia, sabia das suas dificuldades, dos costumes dos seus indígenas, da ineficácia das medidas tomadas pela metrópole, logicamente, deveria tomar medidas adequadas às condições locais, o que significa afastar-se do direito comum elaborado pela metrópole e criar, ou sugerir, normas “especiais”.

O Professor Marnoco e Sousa, embora entendesse que “[...] a manutenção dos usos e costumes indígenas deve-se considerar como uma situação provisória [...]” porquanto, segundo ele, os indígenas com o contato com os europeus tenderiam a aceitar e respeitar as instituições européias, assemelhando-se assim aos habitantes da metrópole, achava que, até

⁵³ O Congresso Internacional de Sociologia Colonial, que teve lugar em Paris de 6 a 11 de agosto de 1900, em suas diversas conferências trata do assunto, inspirando, inclusive, a doutrina portuguesa, pois, muitos do que ali passaram são referências bibliográficas na cadeira de direito colonial. Girault, Van Kol, Billiard, Zimmermann. *Congrès International de Sociologie Coloniale, Tome Premier, Rapports et Procès – Verbaux des séances*, Paris, Arthur Rousseau Editeur, 1901, pp.49-79,15-35, 83-85. In Tome Second, *Mémoires Soumis Au Congrès*, pp 5-58.

⁵⁴ SÁ DA BANDEIRA, 1873, p.118; ENNES. A.,1971, pp 73-74;ALBUQUERQUE, J.M.,1899, p.175; GIRUALT,M A., 1901, pp. 53-54; GARRET,T. de A., 1910, pp 179-180, 199; ULRICH,R.E., 1910, p.33; SOUZA,M. e.,1946, p.107-108; CAETANO,M., 1948, pp 14, 18,19.

⁵⁵ COSTA, E., 1901, pp.258-269,321-221: 1903 pp.8-23

que isto pudesse acontecer, havia “[...] necessidade de uma legislação especial [...]”⁵⁶ Acrescenta-se, entretanto, que dito professor era contrário à assimilação, e dizia, citando Leroy Beaulieu, que “[...] Os indígenas não querem a nossa legislação e nós também não temos interesse algum em a impor [...]”⁵⁷.

Os desiguais não podem ser tratados igualmente, exatamente porque quando damos tratamento igual ao desigual afastamos a igualdade. Um exemplo simples e pratico leva a esta conclusão: A legislação municipal aplicada em Lisboa, não é a mesma que é aplicada no Porto ou no Algarve, embora todos estejam dentro de Portugal e sujeitos as mesmas leis de natureza nacional. Isto se explica porque cada uma destas regiões tem as suas particularidades, as suas condições geográficas, os seus costumes e tradições, que a legislação municipal, portanto, local, têm de observar para atender ao bem estar da população. Justifica-se, pois, a especialidade, que vem a ser um regime de aplicação exclusiva dentro dos respectivos espaços para o qual a lei é criada. A igualdade, entretanto, como veremos, foi distanciada dos seus valores no que se refere ao ultramar.

A especialidade das leis para o ultramar após o *Acto Adicional de 1852* passou a fazer parte do texto constitucional, vide que a *Constituição da República Portuguesa* (1911) no art. 67º consagra o princípio⁵⁸, que, também, fez parte do *Acto Colonial* (1930), constitucionalizado pela *Constituição Política da República Portuguesa* (1933), art. 25º: “[...] As Colônias regem-se por diplomas especiais nos termos deste título [...]”.⁵⁹

O Congresso Colonial Nacional de 1901⁶⁰ ocupou-se, como já informado acima, em diversos momentos, da legislação colonial. Muitas das conferências tratavam da especialização da legislação ultramarina como uma das soluções para o caos administrativo que campeava no ultramar.

J.C. Carvalho Pessoa, na Conferência realizada em 01 de junho de 1901, faz inúmeras críticas à legislação metropolitana que era aplicada nas colônias. Traz muitos exemplos do caos que era a aplicação de leis no ultramar, mui principalmente, no que se

⁵⁶ Ob. cit, p.107.

⁵⁷ *Idem*, p.100

⁵⁸ MIRANDA, J., ob. cit. p.210: art. 67º, “Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas o estado de civilização de cada uma delas.”

⁵⁹ *Idem*, p. 273-274.

⁶⁰ O 1º. Congresso Colonial Nacional aconteceu em Lisboa na sede da Sociedade de Geografia de Lisboa de 02 a 05 de dezembro de 1901. A abertura do Congresso contou com a presença do rei D. Carlos e com a colaboração de muitas autoridades ultramarinas, a exemplo de Aires de Ornelas, Eduardo da Costa, Ernesto de Vasconcelos, J.C. Carvalho Pessoa, Conde de Penha Garcia, Manuel Moreira Feio, Silva Teles.

refere ao poder dos governadores e funcionários ultramarinos de editar regulamentos e portarias para regulamentar e, até mesmo, explicar o próprio sentido da lei.⁶¹

Diz o autor da conferência que “[...] o que está provado é que se não pode promulgar uma lei geral para todas as colônias e que se deve atender às circunstâncias próprias e aos usos e costumes de cada uma d’ellas para se decretar especialmente o que também para cada uma d’ellas convier [...]”⁶². A África não é igual, portanto, não pode ser homogeneizada para efeito da legislação.

Na Conferência indicada, o autor reporta-se a casos de aplicação da lei que deviam ser observadas nas colônias, e até mesmo na metrópole, sem que a especialidade de cada uma delas tivesse sido levada a efeito na elaboração do diploma legal pertinente. Conta-nos ele, que foi editada uma lei inspirada na legislação francesa, objetivamente falando; apenas foi feita uma tradução da norma. Quando da aplicação desta no caso prático, em que um veterinário teria de tomar uma medida prevista no diploma legal, ou seja; um seqüestro de uma vaca tuberculosa, para retirá-la do local em que se encontrava para evitar a contaminação das demais e não causar danos ao público, a lei não pôde ser cumprida porque não existiam “estábulos” para onde o animal deveria ser levado, conforme previsão legal.⁶³

Na mesma palestra trouxe à colação muitas outras situações envolvendo a legislação ultramarina e a dificuldade da sua aplicação, exatamente pela falta de observação da peculiaridade de cada colônia.

Aliás, um dos objetivos do Congresso supra referido, era o de “[...] estudar, quanto possível minuciosamente, sob a forma de relatórios práticos, os variadíssimos problemas da colonização e da administração ultramarina, taes como: revisão da legislação ultramarina, pondo-a em harmonia com o estado actual e com as condições peculiares de cada colônia [...]”⁶⁴, restando aprovados alguns votos, que recomendavam a observação das condições especiais das colônias.⁶⁵

A preocupação com as peculiaridades de cada colônia era uma constante e as revistas que tratavam do ultramar estavam sempre noticiando a necessidade da observação destas especificidades na edição das leis. Tito de Carvalho em sua coluna “Revista

⁶¹ PESSOA, J.C.C., 1901, pp. 503-518.

⁶² *Idem.* pp. 508

⁶³ *Ibid.* p.514

⁶⁴ REGO, A. da S., 1969. p.287

⁶⁵ Congresso Colonial Nacional, Conferências Preliminares e Actas, Vol I. Votos VI, VII, XVI pp 227-230.

Ultramarina” que era publicada pela *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, mesmo antes da realização do Congresso Colonial Nacional, apontava as dificuldades de se legislar para as colônias “[...] resultantes da diversidade das condições de cada uma d’ellas [...]”.

Nos artigos desse autor, a questão da especificidade de cada colônia é sempre retomada, e não só esta, porque ele também questiona a urgência com que eram editadas as leis ultramarinas.⁶⁶

A especialidade das leis ultramarinas não era uma exclusiva preocupação portuguesa, todas as nações colonizadoras tinham-na como base na edição das normas para aplicação nas suas respectivas colônias, e não poderia ser diferente, porque a diversidade que se apresentava em cada uma delas necessitava de tratamento desigual, até mesmo para que fossem igualadas.

A literatura francesa colonial, que inúmeras vezes serviu de exemplo para as autoridades portuguesas, era favorável a observação dos usos e costumes dos indígenas, e, conseqüentemente, da especialização das leis.⁶⁷

A questão era aventada em todas as esferas, seja entre doutrinadores, administradores locais, seja pelos Ministros da Marinha, aqueles que efetivamente tinham sobre si a responsabilidade da direção do Ultramar; tanto isto é verdade que pode ser observado no relatório apresentado a Câmara dos Deputados em 1899, quando o Ministro Eduardo Villaça dá conta de que é necessária uma modificação nas leis ultramarinas, porque para ele não era possível “[...] transportar além dos mares os processos de administração que são aplicáveis á metrópole, nem mesmo submeter a regimen uniforme regiões, por vezes tão distintas [...]”.⁶⁸

A especialidade das colônias devido a causas físicas (geográficas) como culturais (diversidade dos usos e costumes, dos indígenas de cada uma delas) sempre foi um norte, pois, em relação às medidas administrativas que iam sendo tomadas pelas autoridades competentes, aquelas que, por conhecerem todos os problemas locais podiam, efetivamente, procurar soluções para eles, fossem de caráter administrativo, legislativo, judicial, embora, algumas vezes, administradores despreparados e imbuídos da superioridade e força que orientavam os seus princípios, terminavam por cometer grandes

⁶⁶ *Idem*, pp 376-377.

⁶⁷ LEROY- BEAULIEU, P., 1908, pp. 621-626,.

⁶⁸ DCSD nº 31, sessão de março de 1899, p.14

heresias administrativas e jurídicas em nome desta especialidade da legislação ultramarina, como o caso do governador interino de Moçambique, Balthazar Freire Cabral, (1897-1899) que, através de portaria publicada no Boletim Oficial de Moçambique, determinou uma reforma da administração da Justiça, na qual alterava a organização judicial e normas processuais, o que não estava dentro da sua competência, vez ser matéria que, obrigatoriamente, deveria ser tratada pela Metrópole.⁶⁹

Os despreparados não sabiam, provavelmente, que esta especialidade não significava contrariar a lei maior, no caso a Constituição Portuguesa, os Códigos da metrópole que vigiam no Ultramar (Cód. Penal, Código Civil, Cód. de Processo Civil) Regulamentos gerais que serviam a todas as colônias e de base para as adaptações. Atendendo apenas a interesses, muitas vezes pessoais e demonstrativos do poder e prepotência, criavam, através de portarias, normas locais que se distinguiam de todas as demais vigentes nas demais colônias; esta criação de normas locais não seria problema, se não contrariasse as determinações contidas nas demais normas regulamentares a que as portarias deveriam referir-se, ou explicarem, para terem execução. Outras vezes, por descaso, não se cumpriam às determinações estabelecidas na lei, o que tornava inócua a própria determinação legal, como o caso que nos dá conta Albano de Magalhães em relação à nomeação das comissões distritais para procederem à codificação dos usos e costumes, a fim de ter aplicação o art. 8º do Código Civil de 1867, citando Almeida Cunha: “[...] Da comissão de Moçambique consta-nos, por informação do seu digno presidente, que declara não julgar necessária a codificação dos usos e costumes, por conformarem-se os povos indígenas com as nossas leis [...]”.

O princípio da especialidade das leis ultramarinas foi observado para a edição das leis que regulavam a conduta dos habitantes do ultramar, mesmo nos períodos em que a assimilação tornou-se mais forte, circunstâncias especiais impediam a aplicação total da legislação comum da metrópole.

Tal base orientadora justifica o regime estabelecido pelo Decreto 12533 de 23 de Outubro de 1926, *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e*

⁶⁹ CLNU, 1898, Vol XXVI, Lisboa, Companhia Typographica, 1900, p.43. A correspondência enviada ao Sr. Governador comunicando a rejeição, “*in limine*” da portaria informa os motivos que a determinaram. Não só resta claro que o governador interpretou mal as faculdades que lhe eram atribuídas pelo Parágrafo 2º, art. 15 do Acto Adicional de 1852, como também, contraria o disposto na Carta orgânica de 01 de dezembro de 1869 que vedava aos governadores qualquer alteração na organização do poder judiciário e nas leis processuais. Também, nesta mesma correspondência, o Ministro entende que não há qualquer urgência para que o governador tenha tomado tal medida.

Moçambique e tantas outras medidas tomadas pelo Governo, embora outras causas tenham levado as autoridades a editarem as mais diversas leis que, se algumas vezes assimilavam, outras discriminavam tanto os indígenas que lhes negavam o acesso cidadania. Aliás, o que foi uma constante, pois o pensamento que orientou, durante muito tempo, a política indígena foi o de que o negro pertencia a uma “raça inferior”⁷⁰, que não poderia ter direitos iguais aos brancos, aos ocidentais.

Na exposição de motivos do Decreto 16473 de fevereiro 1929 que alterou o Decreto 12533 de 23 de outubro de 1926, o então Ministro das Colônias, José Bacelar Bibiano, justifica a necessidade do *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola, Moçambique e Guiné*, exatamente para respeitar “[...] os usos e costumes, em tudo o que não colida com os direitos individuais de liberdade e de existência, com os princípios de humanidade e com a soberania de Portugal [...]”⁷¹. Em outro item da exposição ele diz: “[...] Não se atribuem aos indígenas, por falta de significado prático, os direitos relacionados com as nossas instituições constitucionais [...]”.

A especialidade das leis para o ultramar tinha a finalidade de respeitar os costumes indígenas, nativos, embora possamos acrescentar uma outra, que está implícita nas medidas tomadas com base neste princípio; o de negar aos indígenas os direitos decorrentes da cidadania, e de lhes ratificar a inferioridade, inferioridade que, até mesmo um dos grandes defensores e conhecedores dos costumes indígenas, por ter sido Juiz na Beira e em Timor, Albano de Magalhães, reconhece quando comenta a extensão de direitos políticos aos indígenas.

“Utopias ridículas de quem não investiga, liberalismos piegas de quem nunca perscrutou o abismo que separa um cérebro de branco do preto, no início ainda da sua vida social humana, sem formação de idéias, sem compreensão, sem reflexão e sem adaptação até às noções sociológicas mais rudimentares!”⁷² (grifo nosso)

1.2 - Urgência

A negação dos direitos de cidadania aos indígenas passava por outra base orientadora para a edição das leis, que era a urgência na sua edição, princípio contido na Constituição.

⁷⁰ Ver nota nº 26

⁷¹ “D.G nº 30, Ia. Série, de 06.02.1929, p.386

⁷² Ob.cit. p.230

Se, por um lado, a urgência era necessária em função da demora de apreciação das propostas de leis pelo Parlamento, por outro lado, retirava um dos direitos do cidadão: o de ter as suas regras de conduta votadas pelos seus pelos seus representantes.

Mas o que poderia ser considerado urgência para a edição de leis ultramarinas? Por que esta urgência foi colocada na Constituição Portuguesa, através do Acto Adicional de 1852. E qual o motivo de estar na lei de 14 de agosto de 1856 que regulava as funções dos governadores?

Por este decreto era considerado urgente: art. 2º. “Todos os casos em que for comprometida a segurança interna ou externa das províncias ultramarinas”.

Qual seria mesmo a questão de segurança interna ou externa que justificava a edição dos diversos “Regulamentos do trabalho indígena”, ou a regulamentação de quem poderia ser considerado assimilado, ou ainda, a conceituação jurídica do indígena? A questão era efetivamente política, e por sê-lo, deveria passar por aqueles que eram os representantes da população, para que estes, cumprindo o seu senhor, aprovassem o melhor caminho para alcançar os objetivos políticos.

Entretanto, assim não era, porque os representantes do povo não se preocupavam com àquele povo que não era civilizado, tanto que, em 1873, Sá da Bandeira argumentava que a política constitucional, ou seja, aquela pela qual as leis deveriam ser discutidas e votadas no parlamento, não era cumprida em relação ao Ultramar, isto porque, nas discussões legislativas “[...] se dá preferência aos negócios que dizem respeito ao continente do reino: do que se segue, haver falta de tempo necessário para se tratarem aquelles que são relativos ao ultramar”.⁷³

Todavia, o problema da urgência das leis tem muitas outras consequências: O Acto Adicional de 1852 determinava que, qualquer lei editada em regime de urgência para o ultramar, deveria ser submetida às Cortes quando estas se reunissem: Ora, esta obrigação de submeter as medidas às cortes tinha que finalidade? Validar a lei? Aprovar a medida? Rejeitá-la? Se a lei não fosse apreciada o que acontecia com os atos praticados sob a sua orientação? São perguntas que muitas vezes ficaram sem respostas e que foram objeto de questionamentos pela imprensa especializada em ultramar, a exemplo das questões levantadas, mais uma vez, por Tito de Carvalho na sua coluna “Revista Ultramarina”⁷⁴,

⁷³ Ob. cit. p.121.

⁷⁴ Ob. cit. p.377.

quando analisa um projeto de modificação da carta em relação à apreciação, pelas Cortes, das medidas tomadas pelo Governo com base na urgência.

No projeto fixava-se prazo de 1 ano para que as Cortes apreciassem as medidas, e o colonista questionava, exatamente, qual seria a consequência para os atos praticados com base em leis não apreciadas dentro destes prazos? Se a medida fosse rejeitada, o que aconteceria com o negócio realizado com base nela? As preocupações demonstram que a urgência era de grande importância para a edição das leis para as colônias e que sempre foi objeto de questionamentos, análises, estudos e de controvérsias entre as Cortes e o Governo, porque as primeiras entendiam que o fato do governo legislar, sem a participação do Parlamento, era uma usurpação de poder.⁷⁵

A urgência institucionalizou, em relação ao ultramar, o Decreto com força de lei, o Decreto ditatorial. O Srs. Ministros da Marinha e Ultramar, depois Ministros da Marinha e das Colônias, adiante Ministros das Colônias, tinham autorização constitucional para legislar sobre os assuntos das Colônias, atribuição que, no nível local, e dentro dos limites estabelecidos pela lei, também era peculiar aos governadores coloniais,⁷⁶ o que se denomina de competência concorrente, embora com limites. Quando se diz competência concorrente nos reportamos ao fato de que os dois níveis de governo, no caso o Ministro (Estado) e os Governadores (Colônias) podiam legislar, sobre o mesmo assunto, o que não aconteceria em caso de ser a competência exclusiva de uma das duas esferas.

Em qualquer das hipóteses, seja a lei urgente editada pelo Ministro, seja pelo Governador da Colônia, deveria ser observada a limitação imposta pela Constituição; o Ministro deveria ouvir, previamente, a Junta Consultiva do Ultramar, e os governadores os respectivos Conselhos de Governo, entretanto, em ambos os casos, as medidas teriam de ser submetidas ao Parlamento quando este voltasse a funcionar.

Com a extinção da Junta Consultiva do Ultramar em 1911 à altura já denominada Junta Consultiva das Colônias, a função passou a ser exercida pelo Conselho Colonial criado em 27 de maio de 1911 e, a partir de 1926, pelo Conselho Superior das Colônias.

Entende-se, perfeitamente a urgência; sem dúvida alguma o Governo não poderia ficar atrelado à boa vontade do parlamento para apreciar as propostas de lei, pois,

⁷⁵ MAGALHÃES. A., ob. cit. p.97-105. Este autor noticia a discussão em torno da urgência que foi entabulada nas Cortes entre o deputado Xavier Cordeiro e o Deputado Ferrer, que na verdade se tratava, não da própria urgência em si, mas da faculdade atribuída aos governadores de legislar.

⁷⁶ Art. 15 Parágrafo 2º. do Acto Adicional de 1852

realmente, havia casos de urgência que tinham de ser decididos com rapidez, e só poderiam sê-lo através de uma autorização contida em um diploma legal, que validasse o ato praticado e desse competência a quem o praticasse. Se as autoridades ultramarinas ficassem a espera da apreciação da proposta pelo parlamento, quando esta fosse aprovada já seria inócua, porque a situação para a qual fora criada ou idealizada já mudara, prescindindo de uma nova regulamentação; vide o caso do Senado que, em 1914, ainda estava a discutir o Regulamento do Trabalho Indígena de 1911, que havia sido modificado, exatamente, naquele ano.

Também não se pode olvidar da questão partidária e das próprias inimizades pessoais entre os membros do parlamento entre si, e entre esses e o próprio Executivo. O caso do tratado de Lourenço Marques pode ser um bom exemplo disto.

O fato, entretanto, é que a urgência virou, em relação às leis ultramarinas, uma constante e, em nome dela, “[...] declara-se á pressa a *urgência* para antes das câmaras reunirem-se se tomarem medidas que lá seriam discutidas ou retardadas, e *espera-se* que as câmaras fechem para se declarar *urgente* determinada providencia, [...]”⁷⁷.

A proposta de Lei para regulamentar o trabalho indígena nas colônias, que foi precedida de estudos de uma comissão chefiada por Antonio Ennes, foi apresentada à Câmara dos Srs. Deputados, pelo então Ministro da Marinha e Ultramar, em março de 1899. Esta proposta de lei, e mais 12 outras, acompanhavam o relatório do Ministro. Observe-se que todas as treze medidas eram propostas de lei e que eram apresentadas à Câmara para apreciação, antes de sua aplicação na colônia. O que sucedeu, entretanto, é que a Câmara entrou em seu recesso sem que a proposta de Lei regulamentando o trabalho indígena fosse apreciada, o que levou a que o Ministro, através de Decreto com força de lei, baseado no art. 15 do Acto Adicional, publicasse o regulamento em outubro de 1899, cinco meses após a sua apresentação na Câmara dos Deputados.⁷⁸

Ressalte-se, por oportuno, que tal regulamento teve vigência até o ano de 1911, quando foi revogado, embora praticamente ratificado, pelo Governo Provisório da República Portuguesa, não se tendo notícia de que a Câmara dos Deputados o tenha apreciado.

Apesar de a urgência ser objeto de muitas discussões, porque ela era a causa do que alguns chamavam de usurpação da competência do poder legislativo, foi um meio

⁷⁷ MAGALHÃES, A. ob. cit., p.93(os destaques são do autor)

⁷⁸ DCSD no. 31 de 23.03.1899, p.84

encontrado para a resolução dos problemas ultramarinos, que não permitiam a espera pela decisão do legislativo; e como princípio legal que era, constitucionalmente, assegurado, serviu de base e fundamento para a edição de leis ultramarinas ao longo do tempo.

Entretanto, o princípio que era utilizado, quase sem restrições, na metrópole, não resolvia, na prática, a problemática da regulamentação das diversas situações coloniais, que pela sua própria dinâmica, pelas mutações freqüentes, necessitava que as medidas administrativas, e não só estas, fossem mais rapidamente aplicadas e/ou modificadas.

Observemos bem toda a burocracia para que uma lei entrasse em vigor e tivesse a sua aplicação nas colônias. Primeiramente, o Ministro teria de, por força do estabelecido no art. 15 do Acto Adicional de 1852 e na legislação que lhe foi posterior, ouvir os órgãos consultivos – Junta Consultiva do Ultramar, Conselho do Ultramar, Conselho das Colônias, nos seus respectivos períodos de existência, sendo que algumas vezes, como no caso do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas* (1899), a consulta era precedida por estudos de alguma comissão nomeada para este fim; posteriormente, se as Cortes não estivessem em recesso, teria de apresentar o projeto de lei para deliberação, ou então, valendo-se do artifício legal permitido constitucionalmente, declarar a urgência da medida e editar a lei; após isto, cada colônia deveria publicar o diploma legal em seus respectivos “Boletins Oficiais”; publicada a medida, muitas vezes era necessária a publicação de portaria local explicativa, ou então, em casos de reformas administrativas, mui particularmente as que determinavam a criação de cargos, aumentos de despesas e outras medidas, aguardar que a despesa fosse autorizada ou, ainda, a chegada do funcionário que ocuparia o cargo ou a função criada, existindo, também, os casos em que a medida precisava de ser regulamentada pelo Governador para adaptação às condições locais. Todo este processo burocrático demorava e, não poucas vezes, a própria lei era substituída por outra, sem que houvesse o cumprimento da anterior. Assim, a questão da urgência tinha, em si, uma contradição; servia, na metrópole, para que os srs. Ministros tomassem as medidas que acreditavam urgentes, de acordo com as suas convicções e orientação partidária, sem a interferência do legislativo, mas não proviam o ultramar, com a urgência que deveria, dos meios para a aplicação da medida tomada.

Podemos concluir, pois, que a declaração de urgência não era, de nenhuma maneira, em todos os casos em que foi utilizada, uma questão de necessidade inadiável, e sim um

meio técnico-legal, constitucionalmente assegurado, de legislar para o ultramar sem a participação do parlamento, entretanto, não era garantia de aplicação e observação da lei.

O princípio da urgência foi incluído em todos os textos constitucionais a partir do Acto Adicional de 1852. No Acto Colonial (1930) foi admitido com os limites estabelecidos no Parágrafo Único do art.27.⁷⁹ e, ao longo de todo o período abrangido por este estudo, serviu, praticamente, como base legal para a grande maioria das leis editadas, ditatorialmente, pelo Executivo para o Ultramar.

1.3 – Respeito aos usos e costumes indígenas.

Tudo o que se disse a respeito da especialidade, e por isso foi dito que de todos os princípios ele é o mais abrangente, porque engloba todos os demais, vale em relação à aplicação do princípio que titula este item.

A questão é lógica; se preciso civilizar quem é diferente de mim, tenho que chegar até ele, conhecer os seus hábitos, a sua cultura, as suas instituições e particularidades. É uma lei normal da alteridade, o outro precisa ser identificado e conhecido para que com ele se possa interagir.

Não é escusado dizer que a geografia, entendendo-se como tal o espaço físico e suas características, tem uma participação importantíssima para variação destes hábitos tradicionais dos povos. É ela que determina o tipo de atividade lucrativa, a maneira de desenvolver esta atividade, as condições climáticas, a facilidade ou não de locomoção e comunicação dos povos, a maneira de vestir, de alimentar-se.

O esforço de todas as nações colonizadoras em criar e fomentar as atividades das Sociedades de Geografia não foi vão, exatamente pelo fato de que estas sociedades, com os seus estudos e expedições, em muito contribuíram para o conhecimento das terras e dos costumes e usos dos seus habitantes nas respectivas colônias.

Não só a geografia, mas outras disciplinas que, conjuntamente com esta nos trazem o “Outro” com uma maior probabilidade de conhecimento e de interação, foram cientificamente utilizadas no trato com os indígenas e com o seu habitat.

Se as nações colonizadoras tinham como finalidade explorar as colônias ou povoá-las, em qualquer dos casos, o trato com os indígenas era fundamental. Era preciso conhecer

⁷⁹ MIRANDA, J., ob. cit., 274.

os seus hábitos, a língua, as suas instituições. Estamos na ordem do discurso, no conhecer; não chegamos ainda no respeitar, o que se afigurava, de uma maneira geral, aos olhos ocidentais, uma heresia, isto no caso que estamos a analisar. Como seria possível aos brancos, de uma civilização tão superior, respeitar hábitos de “bárbaros” “selvagens”?

O problema é que, gostando ou não, entendendo ou não, para que as nações colonizadoras se estabelecessem, o respeito aos usos e costumes dos naturais da terra tinha de ser observado para que o mínimo de organização fosse alcançado, porquanto era necessária a colaboração dos naturais da terra para que os objetivos dos colonizadores, seja de povoação, seja de exploração das colônias, fossem atingidos. No caso de Portugal, mais ainda, tendo em vista que a população portuguesa e a pobreza do país não permitiam o estabelecimento de uma quantidade substancial de colonos portugueses nas colônias, para fazer frente ao contingente africano.

Os indígenas tinham as suas instituições, as suas crenças. O direito consuetudinário existia com toda a força entre eles, e uma ordem jurídica baseada em costume não se muda apenas com a edição da lei escrita, que, se não aceite por aqueles aos quais se dirige, termina por ser letra morta, perdurando a tradição.

No caso dos indígenas portugueses então, a questão piorava muito mais, porque, primeiro não sabiam a língua do colonizador, que por sua vez também não sabia a deles; a dificuldade da comunicação era enorme, aquelas pessoas de hábitos tão diversos estavam entrando nos seus domínios, apropriando-se das suas riquezas, devastando suas populações, destruindo seus lugares sagrados, impondo-lhes uma religião⁸⁰, afastando-lhes das suas famílias, das suas tradições, das suas crenças, utilizando as suas forças, o que gerava o medo e, conseqüentemente, uma reação hostil.

⁸⁰ Isabel Castro Henriques (2004) p. 41-42. diz, e com muita propriedade, que “Não se pode dominar o Outro enquanto ele dispuser de um sistema religioso autónomo: se assim for, ele pode sempre furtar-se à dominação do Mesmo. Nestas condições compreende-se que o afrontamento religioso seja mais amplo do que a missionação, sem podermos esquecer a violência que sempre a caracterizou”.

Medo⁸¹ que também alcançava o colonizador, embora este não pudesse existir ou ser demonstrado, afinal a grande maioria dos que estavam na administração das colônias, eram militares que foram adestrados para nada temer. Como se o medo não fizesse parte do próprio ser humano e do seu natural desejo de sobrevivência. O medo do colonizador era daquele ser desconhecido para eles, daquelas figuras tão diferentes do que se entendia por um “ser humano pertencente à raça branca”, ao padrão estético do ser humano, o belo, o sábio, o que era capaz de aprender, e o mais importante, o que era capaz de ensinar e, de com o seu exemplo, civilizar.⁸²

Hannah Arendt, reportando-se ao imperialismo colonial, afirma que este se serviu de dois mecanismos de domínio e organização política dos povos descobertos; a raça e a burocracia: “[...] a raça como princípio da estrutura política; o outro, a burocracia como princípio do domínio no exterior”. A raça, “[...] foi uma forma de explicar a existência de seres humanos que ficavam à margem da compreensão dos europeus, e cujas formas e feições de tal forma assustavam e humilhavam os homens brancos, imigrantes e conquistadores, que eles não desejavam mais pertencer à mesma comum espécie humana”⁸³.

A autora não poderia ser mais objetiva e clara; o “Outro”, o indígena era um fator negativo e o branco em nada poderia se igualar a ele. Era preciso dominá-los, devorá-los, como se refere Isabel Castro Henriques,⁸⁴ fazer com que eles entendessem, perfeitamente, a sua inferioridade; era preciso afastar o terror de ser um dia comparado com “aquilo”, que Oliveira Martins classificava de “[...] não raro próximo do antropóide e bem pouco digno do nome de homem”.⁸⁵

⁸¹ Hanna Arendt, 1976, pp. 100-101, citando Joseph Conrad – “Heart of Darkness” 1902, [O âmago das Trevas] nos dá a exata noção do pavor do branco em relação ao “negro”, não só pelo próprio medo em si, mas do medo de ser da mesma espécie que ele. “[...] Este homem pré-histórico, amaldiçoava-nos ou implorava-nos ou dava-nos boas vindas? Quem o poderia saber? Entre nós e o meio ambiente não havia qualquer entendimento; passávamos entre eles como fantasmas, cheios de espanto mas secretamente apavorados, como homens são diante da exaltada rebeldia de loucos... A terra parecia aqui um outro mundo..., e os homens.... Não, não eram humanos. Mas isto era pior, essa suspeita que me invadia aos poucos de que não eram inumanos. Porque ao urrarem e pularem, e darem cambalhotas, e fazerem trejeitos horríveis, o que nos impressionava era justamente a idéia de que fossem humanos como nós, e foi difícil pensar em nosso remoto parentesco com esse tumulto selvagem e violento”.

⁸² Ver. HENRIQUES, I.C., 2004, p.51, quando a autora se refere aos mitos da ideologia colonial em relação à superioridade congênita do homem branco com a finalidade de reforçar a inferioridade do negro.

⁸³ ARENDT, H., 1976. p.93.

⁸⁴ Ob cit. p.42.

⁸⁵ OLIVEIRA MARTINS, J.P.de, 1953, p. 255. Na SGL há um exemplar dessa obra, 3ª edição, que está sem data de publicação, possivelmente feita em 1887, em que a citação aqui referida encontra-se na pg. 284, a obra foi editada em Lisboa, Livraria Antonio Maria Pereira. Hanna Arendt, 1976, pp. 100-101, citando

É interessante notar, entretanto, que a constante inferiorização do negro, se olhada de outro ângulo, diferente do que nos é apresentado pela literatura colonialista e documentos produzidos pelo colonizador, possibilita um entendimento de que a inferioridade, em relação à África, era exatamente dos colonizadores,⁸⁶ não só pela sua quantidade numérica, mas pelo próprio desconhecimento de todos os hábitos, línguas, meios de cura de doenças, geografia física, enfim, do que eram aquelas terras, aquelas águas, aquele mundo desconhecido para o Ocidente, que se imperializava e precisava de expandir os seus mercados e de encontrar locais onde pudessem obter as matérias primas que lhes eram necessárias, bem como mão- de- obra barata.

Se o colonizador precisava locomover-se em África, precisava de braços para carregar os seus apetrechos, necessitando, pois, dos “indígenas!”; se necessitava de um guia que conhecesse bem uma região, dependia do “indígena”; se precisava lutar contra um determinado chefe indígena, tinha de aliar-se a outro chefe que com aquele tivesse diferenças; se precisava plantar, precisava de braços “indígenas”; portanto, a inferioridade em muitos aspectos, não foi do “Outro”, e sim do “Mesmo” que a nada disto estava acostumado, e os que estavam, quando chegavam em África, por se julgarem superiores, não queriam fazer aquele trabalho indigno e que o igualaria àquele. O certo é que nada sabiam da vida e dos costumes, para si bárbaros, mas que eram a história viva daqueles que, devido a uma organização tribal, hierarquizada, institucionalizada,⁸⁷ souberam manter as suas tradições e não permitir que aquele outro, que lhas queriam acabar, o fizessem. Os termos de vassalagem firmados com os chefes das várias tribos indígenas são exemplos da necessidade dos portugueses de manterem com os naturais da terra uma relação amistosa e necessária, porque estas avenças permitiam a própria defesa dos territórios, em relação aos demais colonizadores, dentre outras vantagens. Para os chefes indígenas, a aliança garantia

Joseph Conrad – “Heart of Darkness” 1902, [O âmago das trevas] nos dá a exata noção do que se pensava do “negro”: “[...]”

⁸⁶ Ver. MARQUES, A.H. de O. 1998, p. 146. O autor não trata de inferioridade dos portugueses, mas dá alguma superioridade ao indígena, quando esclarece: “[...] os negros dispunham de grande numero de trunfos seus: conheciam o terreno, estavam habituados ao clima e aos insectos, tinham esmagadora superioridade numérica, etc.”

⁸⁷ O Juiz de Direito, Antonio Almeida Cunha, em relatório enviado ao Governo em 1883, informa: “Os indígenas têm auctoridades propriamente suas, que lhes decidem as suas questões (milandos), e com nomes especiaes (sangiras, samações, capitães); quando não se conformam com a decisão vão ao capitão mor, e na falta d’este ao arrendatário do prazo, e ainda, em último recurso ao governador do districto. É uma organização muito semelhante à nossa”. Embora a citação demonstre que os indígenas já misturavam a Justiça endógena com a exógena, nota-se que, em primeiro lugar, aquela era procurada para a resolução dos problemas, seguindo a sua tradição. COELHO, A., 1883. p. 332

os seus poderes em relação às outras tribos indígenas, e em relação ao próprio colonizador, que reconhecia, desta maneira, o próprio poder do chefe local. Há nestes acordos uma troca visível de favores, embora os portugueses tivessem maiores vantagens, porque utilizam o poder dos chefes indígenas para os seus propósitos, como o fato de torná-los arrecadadores dos impostos, fornecedores de mão-de-obra, e quando necessário, defensores dos territórios.

A rendição dos portugueses aos usos e costumes indígenas foi, pois, imprescindível, tecnicamente pensada e correta, sem que isto acontecesse, o que conseguiram sem que a força estivesse presente, não teria sido alcançado. Quando falamos em rendição, evidentemente, estamos a nos reportando ao fato de que os colonizadores tiveram de tolerar alguns dos usos e costumes dos indígenas, como forma de chegar até eles, e não só para isto, como também, em linguagem atual, para que tudo isto servisse de marcadores culturais, que mantivessem a própria diferença que sempre existiu, mesmo nos momentos em que se falava em assimilação, quando todos eram considerados “portugueses” porque nascidos no território português e sujeitos as mesmas leis. O critério da representação do ultramar no parlamento é uma boa maneira de testar o tratamento desigual que era dado ao ultramar e aos indígenas, no particular.

O maior problema de levar a efeito o respeito a estes usos e costumes estava em que eles eram desconhecidos e, necessariamente, para ter aplicação, tinham que ser conhecidos, o que para a época significava, codificados. A codificação em questão foi muitas vezes determinada, no entanto, poucas vezes, ou quase nenhuma, atendida, devendo-se atribuir isto, exatamente, à diversidade existente entre os inúmeros povos que habitavam as colônias, além da desídia (negligência) dos funcionários a quem incumbia este estudo e codificação. Em uma só colônia, a exemplo de Moçambique, deveriam ser, pelo determinado no Código Civil de 1867 e decreto de 18 de novembro de 1869 que tornou a sua aplicação obrigatória no ultramar, respeitados os usos e costumes dos baneanes, bathiás, parses, mouros, gentios e indígenas,⁸⁸ o que significava a codificação de todos, lembrando que no caso específico dos indígenas, muitas outras teriam de ser observadas.

As Comissões criadas para elaborar estes projetos de codificação não tiveram êxito e a determinação desta codificação, muitas vezes repetidas, não teve efeito.

⁸⁸ CLNU, 1868-1869, p.335.

Observe-se que a determinação para a codificação foi estabelecida em 1869. Se tem notícia do Código de Milandos Inhambanenses que foi aprovado por Portaria Provincial em 1889. O que é da urgência? Se foram necessários 20 anos para que uma codificação, que fora resultado de uma determinação legal, fosse aprovada! Isto vem a ratificar exatamente o que se disse a respeito da urgência, que era mesmo uma formula técnico-legal encontrada para que as leis do ultramar fossem editadas sem passar pelo parlamento e que os usos e costumes, mesmo não codificados, foram observados, pelo menos a nível local, pelos administradores, mui principalmente, no que se refere às questões judiciais.

Entretanto, a questão da codificação dos usos e costumes era um pensamento utópico, e que não resultaria para os efeitos desejados. O fato de “positivar” o direito consuetudinário significaria a sua provável extinção, retirando-se dele o seu dinamismo.

1.4 – Missão Civilizadora⁸⁹

Consiste, para a grande maioria das nações civilizadoras, mais acentuadamente, após a Conferência de Berlim,⁹⁰ quando restou consagrado o dever das potências colonizadoras de zelar pelo bem estar das populações indígenas, o de trazê-los à civilização, e o de melhorar as condições morais, materiais e jurídicas destas populações.

Pela sua importância fundamental, e por ser um princípio universal que foi observado pelo conjunto formado pelas potências colonizadoras, falamos primeiro dos peculiares a Portugal, daqueles criados pela legislação interna do país exatamente para dar sustentáculo ao maior deles, o da missão civilizacional, do qual passamos tratar, mui particularmente, pela sua íntima ligação com o mundo do trabalho indígena, que faz parte do nosso objeto de estudo.

Essa missão civilizadora tinha duas espécies de objetivos: os explícitos e os implícitos; dentre os explícitos, universalmente acatados pelas potências colonizadoras, estão os que tinham a finalidade de melhorar as condições materiais e morais dos

⁸⁹ Van Kol diz que: “onde a civilização não pode estar espontaneamente, ela deve ser importada através de um trabalho paciente de educação e transformação de uma organização defeituosa”. “Favorecer o bem estar dos indígenas, melhorar a sua vida, elevá-lo a um nível superior, é um dever de toda a nação que se diz civilizadora, é o cumprimento de sua missão civilizadora”. KOL. V., 1901, p 16. (tradução livre).

⁹⁰ ALMADA, J.de, 1943, pp.32; CAETANO, M., 1963, p.96.

indígenas, uma ideologia comum aos civilizados. Nos implícitos podemos identificar aqueles que se referem a uma melhoria, mas não da vida dos indígenas, e sim das nações civilizadoras, que precisavam de novos mercados e de matérias primas, além de um lugar onde pudessem colocar os seus excedentes populacionais, e muitas das vezes, como aconteceu em Portugal, a sua população carcerária. Neste particular o exemplo fica com Angola, para onde foram enviados muitos que tiveram de cumprir a pena de degredo.

O que nos interessa são os motivos explícitos da missão civilizacional, porque neles se concentraram os colonizadores, vez que tinham de encontrar os meios adequados e legais para o exercício desse mister, e também porque eles servirão para confirmar a existência dos motivos reais, embora em muitas oportunidades, ocultados, implícitos, o que esperamos demonstrar com a análise da legislação.

Melhorar as condições materiais dos indígenas, condições estas, que aos olhos dos ocidentais, estão intimamente ligadas à criação de necessidades, necessidades que seriam do próprio ocidental, originadas do seu “*modus vivendi*”, dos seus hábitos que levavam, ao seu critério, a uma vida saudável, confortável e digna, adaptada ao momento civilizacional em que viviam.

Para os indígenas as necessidades, completamente diversas das dos ocidentais, eram satisfeitas com a sua própria produção e com as suas trocas. Os indígenas tinham a sua agricultura de subsistência, tinham a sua artesanaria, sabiam trabalhar com minerais e tinham uma rudimentar indústria de transformação.

O que seria melhorar as condições materiais para os ocidentais?⁹¹ Ensinar aos indígenas técnicas agrícolas modernas para uma produção em grande escala, que a eles em nada beneficiava? Mostrar aos indígenas que além das bebidas espirituosas que eles conheciam e fabricavam a partir dos seus frutos e raízes naturais, existiam outras que tinham o mesmo resultado, ou seja, lhes deixariam alcoolizados e enriquecidos os produtores de vinho da metrópole? Fazer com que os indígenas fossem obrigados a cultivar o algodão, para depois que este fosse industrializado na metrópole, retornasse para a

⁹¹ M. Lasseur no Congresso de Sociologia realizado em Paris, conceitua colonização como uma ação civilizadora pelas raças superiores em benefício das raças inferiores, e que isto passa pela proteção dos indígenas de toda a opressão, por assegurar o respeito aos seus direitos de propriedade, lhes dar a garantia de uma boa legislação e uma boa justiça, e que estes não são os únicos deveres que a expansão colonial impõe à metrópole. A condição dos indígenas apresenta outros dois aspectos o moral e o material e foi sobre este duplo aspecto que a Conferência de Berlim se debruçou. A missão colonizadora tem de passar, obrigatoriamente, pela evolução da condição moral e material dos indígenas. LASSEUR. M., 1901, pp.8,10 (tradução livre)

colônia em forma de panos e fatos para que o indígena os comprassem e se caricaturassem? Fazer com que os indígenas tivessem as suas palhotas para lhes cobrar o imposto que serviria aos cofres do Estado? ⁹²

Se bem observarmos, o que se queria alcançar, ou seja; qual o objetivo implícito que se queria obter com a melhoria das condições materiais e morais dos indígenas, temos que, na grande maioria das situações, o resultado favorecia, realmente, ao colonizador.

Quando se melhora a técnica e a produção agrícola aumenta, beneficia o dono da plantação, que não era o indígena, que só tinha direito a uma participação nesta produção, o que, entretanto, não se lhe aproveitava, pois que, em alguns casos, quando se fazia o encontro de contas, o indígena estava sempre em débito para com o seu “partner”; o caso das pontas na Guiné portuguesa é um bom exemplo disto: As pontas eram terrenos demarcados por um comerciante que fornecia, a quem quisesse ali trabalhar, as sementes e, até mesmo, o próprio sustento durante a cultura, com a obrigação de que, no final da colheita, lhe fosse pago 100%, ou mais, deste adiantamento. Era uma espécie de parceria, embora, com prejuízo para um dos parceiros.⁹³

Quando introduzo hábitos alimentares novos para os indígenas, aumento o consumo dos gêneros alimentícios, o que favorece o fornecedor de tais gêneros e não, diretamente, o indígena, que simplesmente acresceu mais um item às suas necessidades. Se coloco um novo produto no mercado, produto este do qual detenho o monopólio e obrigo, eliminando a concorrência nativa (fabricação das bebidas pelos indígenas), que este produto seja utilizado, acresço mais uma necessidade à vida dos indígenas, o que funciona duplamente em negativo para si, que passa a gastar mais com a bebida que tanto aprecia e continua alcoolizando-se, mas isto funciona, positivamente, para os produtores do vinho, embora tenha sido sistemático o combate ao alcoolismo.

No que se refere à elevação moral dos indígenas, aqui também há objetivos explícitos e implícitos. Os explícitos são aqueles delineados pelas questões altruísticas e humanitárias. Os implícitos, fazer com que os indígenas aceitassem com maior facilidade os hábitos dos brancos, a fim de que o convívio e a comunicação entre estes e os primeiros fosse o mais amigável possível, o mais pacífico para que a submissão fosse ainda maior.

⁹² Ver. CAETANO, M. 1954, pp.42-63, sobre a criação de necessidades para o indígena e a mudança dos seus hábitos.

⁹³ Ver. SILVEIRA, J.F. 2001, p.254

A melhoria das condições morais dos indígenas tinha a finalidade de incutir nos indígenas hábitos e crenças, que afastassem os traços da sua vida tradicional, distanciando-os dos seus usos e costumes, que eram considerados bárbaros, para fazê-los aceitar o “mundo correto” dos ocidentais, embora neste aspecto as coisas tivessem de andar vagarosamente, porque os usos e costumes de um povo não são passíveis de transformações apenas com exigências legais, com novas leis, e nem com intenções altruísticas; e, quanto a isto, os colonizadores tiveram, efetivamente, de recapitular.

No que concerne ainda à melhoria das condições morais dos indígenas, temos que um elemento de grande importância e, até mesmo fundamental, para os fins da missão colonizadora, foi o religioso. Ser civilizado era ser católico, crer em um Deus justo e onipotente, que assegurava a diferença entre colonizador e colonizado; que teria dado aos primeiros a missão de trazer os segundos para a sua glória, com a divulgação e expansão da sua fé.⁹⁴ Em Portugal o elemento religioso teve papel primordial. Os religiosos, fiéis aliados do Estado português mesmo quando já não eram subvencionados por este, eram os responsáveis pela pregação do evangelho e pela educação dos indígenas, o que significava o ensinamento da língua portuguesa e das qualidades morais que o homem deve ter para receber tal qualificação, dentre elas, a obrigação de trabalhar e de sustentar-se, através deste esforço, reconhecido e louvado por Deus⁹⁵, a si e a sua família, família nos termos concebidos pelos ocidentais: pai, mãe e filhos havidos de uma união matrimonial abençoada por Deus. Neste particular, falharam o Estado e a religião, porque tiveram de aceitar o matrimônio da maneira como ele era realizado na África portuguesa, na qual os homens podiam ter diversas mulheres, isto explicitamente, sem maiores subterfúgios como era peculiar aos povos civilizados que tinham e mantinham outras mulheres, que não a própria esposa, as “teúdas e manteúdas”, e na própria religiosidade em si, que não alcançou o objetivo que era afastar os cultos tradicionais dos indígenas, nem tampouco do islamismo como se desejava.

Em relação aos métodos utilizados pelos colonizadores para melhoria das condições morais dos indígenas, temos que, em muitos casos, a estratégia utilizada pelos portugueses

⁹⁴ CAETANO, M., 1951. pp. 32,42-43; GRANT, K., 2005, pp. 7-10.

⁹⁵ Isabel Castro Henriques (2004) ao se reportar à missionação na África argumenta que “[...] esta actividade pretende não só demonstrar a inferioridade religiosa do Outro, mas destina-se a assegurar a sua transição para o espaço religioso do Mesmo. Estamos perante a tarefa mais problemática da actividade cultural dos europeus, mas fundamental no quadro lógico da dominação. Não se pode dominar o Outro enquanto ele dispuser de um sistema religioso autonomo: se assim for, ele pode sempre furtar-se à dominação do Mesmo” Ob cit. p.41.

foi a tolerância. Toleravam-se alguns hábitos, todavia impunham-se muitos outros, e esses outros eram os que aproveitavam, materialmente, aos portugueses. Um terceiro fator somava-se aos anteriores; além de educar e ensinar a língua, deveria ser dada uma qualificação jurídica aos indígenas, a fim de que direitos e deveres pudessem ser assegurados e exigidos. Este era o objetivo explícito. O implícito era saber como retirar aos indígenas os seus direitos à propriedade do solo, à sua liberdade de ir e vir, a sua liberdade de ter os seus “deuses”, de contratar os seus serviços, e lhes impor o dever de trabalhar, de pagar impostos, sem que nada disto fosse considerado ilegal.

Como então se fazer isto? Como retirar dos indígenas os direitos de cidadãos, que, especificamente no caso português, lhes era atribuído até o momento em que ficou estabelecido, em lei, que eles deveriam ser regidos por leis especiais?

Exatamente através destas leis especiais, que serviam para demonstrar todos os objetivos implícitos da colonização. Era o momento de transcender do discurso colonizador para a ação prática. Era a hora de retirar dos indígenas a sua liberdade e de submetê-los à autoridade portuguesa, que lhes dirigiria a vida, determinando o que eles podiam ou não fazer, como andar, como se vestir, para quem trabalhar, o que beber, e onde gastar.

Embora o discurso continuasse o mesmo, isto no meio intelectual, no mundo das idéias, porque o Estado Português chegou mesmo a constitucionalizar os fins explícitos da colonização no art. 2º do Acto Colonial, que passou a fazer parte da Constituição Portuguesa em 1933:

“É da essência orgânica da Nação Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendem, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”.⁹⁶

a prática continuava demonstrando o objetivo implícito, rebaixar o “*status quo*” do indígena, fazê-lo, efetivamente um indígena, retirar-lhe qualquer status de cidadão português, que já lhe fora afastado tantas vezes e em diversos momentos: na autorização constitucional para ser regulado diferentemente dos portugueses, através das leis especiais; nas leis de assimilação; na exigência de pedir autorização para mudar de residência; na exclusão do direito de voto; na exigência de comprovar a condição de assimilado; no regime de concessão de terrenos.

⁹⁶ MIRANDA, J., ob. cit. p.267.

O certo é que a idéia de civilizar estava intimamente ligada à inferiorização dos indígenas africanos; somente acentuando esta inferioridade do “Outro”, o “Mesmo” poderia mais facilmente dominar. Os verbos empregados no discurso civilizador não deixam a menor dúvida disto: colonizar, assimilar, ensinar, melhorar, proteger, obrigar; mas estes mesmos verbos podem mostrar outra faceta da colonização, que não faz parte do discurso oficial. Colonizar, em se tratando da África portuguesa, significa constatar a existência de um povo com história, com cultura, que passou a fazer parte da própria história portuguesa, que, insistentemente, tentava negativá-la, como forma de confirmar a sua própria, aquela dos grandes descobrimentos e do pioneirismo da própria missão civilizadora, que encontrando “selvagens”, transformava-os, através do evangelho, cumprindo a missão secular e que lhe foi confiada por Deus.

A preocupação era retirar a história do “Outro”, e fazê-lo aceitar a do “Mesmo”, criando arremedos de europeus, que, também por isso, eram objeto da ironia, do sarcasmo, patrocinado pelo racismo velado, mas identificado dos portugueses; o que, aliás, perdura hoje em dia e facilmente visível, quando observamos os olhares, dos de pele clara, que são lançados aos de pele escura, que insistem em povoar o Rossio e adjacências.

O assimilar é também uma forma de negação, porque transmite a idéia de que o que o “Outro” tem não presta, está fora do padrão, portanto, para que ele possa crescer, no caso dos indígenas, “civilizar-se”, é preciso assimilar os costumes dos que se julgam superiores, evidenciando, assim, toda a carga de racismo que marcou todo o processo colonial, muito bem caracterizado por um vogal do Conselho de Governo de Moçambique quando, na discussão de uma proposta de aumento do funcionalismo que foi proposto pelo Procurador da Coroa e Fazenda, em relação à equiparação dos vencimentos dos amanuenses, Eduardo Saldanha, representante da Associação dos Proprietários, opinava por uma classificação, agrupando-os em 1ª e 2ª classe. À primeira pertenceriam os europeus e à segunda, logicamente, aos indivíduos de cor que teriam vencimentos menores. Entretanto, pior de que a proposta da divisão é o posicionamento do Sr. Agnelo Ferreira que, sarcasticamente, diz “ [...] que gosta muito da cor, mas para *fundo de quadro*. Só a admite para fazer realçar a raça branca[...]”⁹⁷

Ensinar, entendendo-se como tal a transmissão do que era aceite como correto no plano europeu, sem levar em consideração o saber do “Outro”, que, para os “sábios”, nada

⁹⁷ AHU. Liv. 1906-1908, pp. 7-8 Acta da sessão de 02.05.1908 do Conselho de Governo da Província de Moçambique.

tinha a ensinar. Esta é mais uma forma de negatizar o indígena, até porque, segundo uma grande parte dos administradores, baseados em argumentos científicos, os indígenas não tinham capacidade mental para aprender, e se não tinham esta capacidade, também não poderiam ensinar nada, porque de nada sabiam. Lembremos-nos que o colonizador exercia uma tutela sobre os indígenas, e quem é tutelado, em bom direito, é incapaz.

Os verbos outros que dominam o discurso, também têm toda uma carga negativista, mas um deles demonstra todo o “poder” que se pretendeu ter sobre os destinos dos indígenas africanos, negatizando-os mais ainda, porque eles deixaram de ter direito sobre o próprio corpo, que era utilizado pelo Estado, quando transformou os “indígenas”, a partir do “obrigar ao trabalho”, em escravos legais.

E é nele, e por ele, que se realizou a grande obra da civilização portuguesa após a Conferência de Berlim. Foi com este verbo (obrigar) que os indígenas passaram a escravos disfarçados, pois com base no que ficou acordado nessa Conferência e na que lhe seguiu, a ocupação efetiva da África portuguesa tinha de ser realizada, o que passava por uma enorme modificação na administração das províncias, bem como, no trato com os indígenas, que a partir de 1899, pela legislação portuguesa, adaptada ao discurso internacional, tinham a obrigação moral e legal de trabalhar como forma de melhorar a sua condição material e moral, obrigação esta que, se não cumprida, voluntariamente, seria imposta pelo Estado, ou seja: o Estado, com o apoio da lei, **obrigava** o indígena a trabalhar, não só para si, Estado, como também para particulares, tudo, porém, com o objetivo de cumprir a missão civilizacional a si atribuída, como bem expôs o Sr. Antonio Eduardo Villaça, Ministro da Marinha e Ultramar quando apresentou a proposta à Câmara dos Deputados:

“Os principios fundamentais d’essas providências [...] Não são violentos, não offendem direitos naturais, não transgridem os preceitos na nossa legislação liberal e humanitária, de que tanto nos ufanamos” [...] Obrigar populações numerosas a trabalharem, obriga a facultar-lhes trabalho, o que pode ser ainda mais difficil commettimento; mas o systema de compulsão que se propõe atenua em grande parte essa difficuldade, permitindo que essa compulsão se gradue pela procura que houver de trabalhadores, tanto para os serviços públicos e municipaes, como para serviços particulares”.⁹⁸

E é esta regulamentação legal do trabalho, seja ele forçado ou voluntário, que passará a ser analisada nos capítulos que se seguem.

⁹⁸ DCSD n.º. 31 de 20.03.1899, p.58

2 - O REGULAMENTO DE 1878

2- O REGULAMENTO DE 1878⁹⁹

Apesar do limite cronológico deste trabalho ser o ano de 1899, data da edição do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas*, que introduz, oficialmente, a obrigação moral do trabalho como meio de civilizar os indígenas, cumprindo o estabelecido nas recomendações internacionais a respeito dos deveres dos colonizadores, não há como deixar de analisar alguns aspectos do regulamento de 1878.

Tal regulamento de inspiração liberal e da pena de Sá da Bandeira, foi o real introdutor das medidas de proteção ao trabalhador indígena, pode-se dizer até, com ele começa a ser criado um “direito do trabalho” a ser aplicado nas colônias, e é a partir dele e da contestação veemente dos princípios e medidas nele contidos, que serão editadas as novas regras para as relações de trabalho em África.

O Regulamento de 1899 seria apenas mais uma regulação do trabalho indígena, se não tivesse sido precedido de tantos “por quês” e tanto “para quês”; por isso mesmo cabe aqui uma superficial, todavia necessária, análise do que lhe antecedeu e por ele tão combatido.

O Regulamento de 1878 que vigia à época da Convenção de Berlim e até a edição do de 1899, de cariz liberal, embora admitisse o trabalho forçado e já delineasse a obrigação do trabalho como forma de civilizar o indígena, tinha limites impostos pela própria ideologia liberal.

Nessa lei, o indígena, caso não fosse considerado vadio, e isto deveria ser declarado judicialmente, ou seja, através de uma sentença penal, tinha a liberdade de contratar o seu trabalho nos termos definidos no Regulamento, sob o império da liberdade contratual, embora continuasse a ter a proteção do Estado, não mais como tutelado, isto no dizer da letra da lei, arts. 6º a 8º do Decreto, mas como um indivíduo que deve merecer a atenção do Estado para não ser enganado, ludibriado, e para que a contratação do seu trabalho não lhe fosse prejudicial; enfim, cabia ao Estado exercer a fiscalização do cumprimento da lei.

A lei em questão é produto, mais uma vez, da “persistência” do Marquês de Sá Bandeira em aplicar os princípios liberais às relações de trabalho em África, isto de referência às que envolvessem o trabalho indígena, e demonstra que o Marquês utilizou

⁹⁹ D.G nº. 267 de 21.11.1878, pp. 380-387

como estratégia a graduação da liberdade do ex escravo, como o fez durante toda a campanha que travou desde a primeira lei, sob sua inspiração, que pretendeu acabar com a escravidão.

Quando falamos em graduar a liberdade do ex escravo, falamos do fato de que a libertação não se deu de uma hora para outra, em um só ato; ela foi fabricada em passos lentos e ao lado de medidas outras que tentavam atenuar o impacto que seria causado com esta libertação. Primeiro declarou-se que a escravidão tinha uma data limite, que era a de 29 de abril de 1878, (Decreto de 29 de abril de 1858); antes deste, pela lei de 25 de outubro de 1853, os escravos que fossem transportados por terra seriam considerados libertos, com a obrigação de servir ao patrão (senhor) por dez anos, bem como a que obrigava ao registro dos escravos, sob pena de serem eles considerados libertos, o que aconteceu com os escravos do Estado, Lei de 14 de dezembro de 1854.

Depois, através da lei de 1869, aboliu-se a escravidão, mas os ex escravos não passaram, de imediato, à condição de indivíduos livres, eles continuariam a trabalhar para os seus patrões, até o ano de 1878.

É bom que se observe que este decreto tinha um reflexo futuro que lhe é implícito, porque é a partir dele que fica assegurada a transição do estado de liberto para o de cidadão. A partir da data nele fixada passa a ter fim a situação de liberto, que deixava de estar sujeito a qualquer condição e, em princípio, passava a cidadão, apenas com as limitações, de caráter geral, a estes impostas, - como se isso fosse possível em relação ao indígena africano no contexto em que eles estavam inseridos - o que teve como resultados, como observaremos adiante, muitas queixas, preocupações, reclamações, e o que também levou a procura de formas alternativas de obrigá-lo a trabalhar.

Em 1874, entretanto, uma nova lei antecipa a extinção do estado de liberto em Cabo Verde, o que ocorreu em São Thomé em fevereiro de 1876¹⁰⁰, antes, porém, em 1875,

¹⁰⁰ Francisco Mantero comentando a antecipação da extinção da condição servil em São Tomé, diz: “Determinava a lei de 29 de abril de 1875, que em igual data em 1876 terminaria, em todo os domínios da coroa portuguesa, a condição servil da raça negra; um excesso de altruísmo levou as autoridades de São Tomé a anteciparem essa data, produzindo-se, desde logo o êxodo dos trabalhadores das roças, livres e libertos para a cidade. Foi aquele um momento angustioso para a colônia, porque a escassa força pública de que o governo dispunha, composta na sua maioria de pretos de Angola, apesar da rigorosa disciplina em que manteve o seu inolvidável comandante, o Major Antonio Joaquim da Fonseca, depois Visconde de Santa Margarida, era numericamente insuficiente para conter tão grande massa de homens e mulheres como foram aqueles que durante muitos dias se acumularam na cidade, e porque não tendo chegado ainda à província os regulamentos especiais de trabalho, que estavam em estudo na metrópole, o governo local achava-se desarmado de preceitos legais, em que pudesse assentar a sua acção para evitar anarquia. O resultado desta imprevidência foi perderem-se para a agricultura milhares de braços que foram engrossar a legião de *vadios*

declara-se que a condição de liberto está extinta em todas as colônias um ano após a publicação desta lei. art.1º da Lei de 29 de abril de 1875¹⁰¹, embora os ex libertos ficassem sujeitos a trabalhar por dois anos, de preferência, para os antigos patrões. Note-se que estes contratos eram obrigatórios e que São Thomé, a critério das autoridades, podia contratar serviçais de outras colônias, ou seja, a própria província, digo o Governo da província, contratava os serviçais e sublocava esta mão-de-obra.

Finalmente, em 1878, com a edição do *Regulamento para os contratos de serviçais e colonos nas províncias da África portuguesa*, instaura-se, teoricamente, a era da liberdade contratual em relação ao trabalho indígena, embora isto tenha durado muito pouco, e a liberdade não passasse do mero tom do discurso.¹⁰²

Se bem observamos os considerandos que antecedem a publicação do Regulamento:

“Considerando, outrossim, que o estado de civilização indígenas não os habilita ainda, a promoverem, por si próprios, a manutenção dos seus direitos de cidadãos livres, e que, por tal razão uma proteção especial da auctoridade se lhes torna essencial, o que foi attendido no mencionado projecto de regulamento.”¹⁰³

chegamos à conclusão de que a liberdade apregoada não é real. O que o indígena podia fazer, isto é, se com isto concordasse o Curador - vide o amplo campo de interferência que esta autoridade tinha em relação à contratação - era acertar o salário, quando tinha a oportunidade de fazê-lo, o que raramente acontecia porque este já estava pré-fixado na lei, em relação ao mínimo que deveria ser pago, lembrando que os contratos eram nulos, art. 23, se não fossem outorgados pela autoridade pública.

Se os indígenas não podiam, conforme consta do “considerando”, por si próprios, promover a manutenção dos seus direitos, a única interpretação que se pode fazer é que não eram considerados capazes, e não sendo capazes não poderiam, como não puderam,

dos quais ainda hoje restam alguns conhecidos sob a denominação de “forros gregorianos”. (grifo nosso). MANTERO,F., 1954, pp. 42-43 Forros gregorianos foi a denominação dos escravos libertados pelo então governador de São Thome, Gregório José Ribeiro, em 18.11.1875

¹⁰¹ Em relação a esta lei há um dado importante que deve ser registrado, e que ela foi submetida a votação no legislativo.

¹⁰² O Regulamento local de Moçambique que deu execução ao Regulamento Geral de 1878 naquela província, contrariando todo e qualquer principio liberal, cerceia a liberdade de ir e vir dos serviçais, ao estabelecer no seu art. 31 que: “Posto sejam de folga os dias santificados, os serviçais obrigar-se-hão a não sair da propriedade *sem licença do patrão*” (grifo nosso). Aqui o discurso não foi traído pelas palavras, ele diz exatamente o que se queria dizer, não havia qualquer liberdade, os indígenas estavam confinados na propriedade de onde não saiam caso não autorizados. Regulamento aprovado em 25 de maio de 1881,CLNU Vol. XI, 1881-1882, Lisboa, Imprensa Nacional, pp. 54-65.

¹⁰³ D.G. nº. 267, de 21.11.1878

exercer a liberdade contratual que inspirou a edição da lei, seja para escolher o patrão para quem trabalhar, seja para fixar as cláusulas contratuais, seja para decidir, ao menos, se queriam mesmo trabalhar para outrem.

Na realidade, quando se fala na liberdade contratual, temos que esta liberdade está no fato de que, nas cláusulas obrigatórias que deveriam constar nos contratos, os princípios liberais foram observados quando da sua idealização. Obedeceu-se aos princípios da liberdade no momento em que foram estabelecidas as obrigações e os direitos de ambas as partes; no respeito que se deveria ter com a própria vida do indígena, na eleição dos meios a que, tanto empregados como os patrões, podiam recorrer para ver os seus direitos reconhecidos; mas, efetivamente, a liberdade de decisão, de escolha, o exercício da própria razão, o império da vontade que caracteriza a liberdade contratual, estes não foram assegurados, em momento algum, aos indígenas, portanto, não se pode falar em liberdade de contratação, que pressupõe o ter e agir de acordo com a sua própria vontade.

A lei em questão fixava os limites mínimos que deveriam ser observados para a contratação dos serviços e, por isso mesmo, era necessária uma fiscalização por parte das autoridades competentes, a fim de que estas condições mínimas fossem cumpridas, aliás, um princípio do direito do trabalho até hoje considerado. O Estado, em proteção ao trabalhador, aquele considerado mais fraco na relação de trabalho, fixa as condições mínimas que devem ser atendidas nas contratações, admitindo, entretanto, que as partes possam, através de negociação coletiva, estabelecer condições inferiores, diante de situações que possam justificá-las e desde que assim acordem. No entanto, e ainda assim, esta liberdade é fiscalizada, porque estas negociações são feitas com a participação dos representantes do Estado.

O fato é que, no caso da lei analisada, o Estado estava presente com a obrigação de assegurar a pseudo “liberdade contratual”, dentro do que a lei estabelecia, nos moldes já explicitados.

Através dessa lei criou-se a obrigatoriedade do registro dos contratos, que só podiam ser escritos e só por esta forma poderiam ser provados; além de estabelecer a nulidade de qualquer deles que não atendessem ao ali determinado.

Embora o Regulamento tivesse a intenção explícita de acabar com o trabalho forçado e apregoasse a liberdade contratual, o seu próprio título já dá margens a interpretações desfavoráveis aos seus objetivos. Analisando-o a partir do seu título, já se

pode inferir que ainda havia nele muitos resquícios da antiga forma de exploração do trabalho. A palavra “serviçal” utilizada para qualificar o prestador do serviço, no caso os “pretos livres”, demonstra que, apesar de serem considerados livres até para contratarem-se, os trabalhadores indígenas continuavam a ser vistos como “servos”, entendendo-se como tais, aqueles que estão obrigados a servir, nos termos da lei: “contratar os seus serviços”.

O dicionário de D. Raphael Bluteau¹⁰⁴ de 1720 no verbete dedicado ao verbo servir associa-o a “ser servo de alguém” “ser seu criado” e quando se reporta à serviçal o faz como “homem serviçal. Amigo de servir, de prestar”. Diferente não é o significado encontrado em Francisco Torrinha¹⁰⁵, que encontra para o servio (servus) o “ser escravo; levar vida de escravo, estar sujeito; obedecer, sujeitar-se, conformar-se.”.

No dicionário contemporâneo da Língua Portuguesa o termo designa “[...] aquele que gosta de prestar serviços: que faz serviços, que serve aos outros desinteressadamente; [...] Próprio de criado ou de indivíduo que serve por soldada; o que serve por soldada; criado de servir [...]”.¹⁰⁶

Se juntarmos o amigo de servir, o homem serviçal com o ser servo de alguém, com o ser seu criado e, ainda, com o obedecer temos que palavra serviçal foi propositadamente escolhida, para caracterizar a situação em que, logo, se encontrariam os trabalhadores indígenas.

Observe-se a conotação do servir que até hoje ouvimos, quando alguém é apresentado a outrem e este, quando diz o seu nome, acrescenta a saudação: “seu criado”, ou seja, aquele que pode receber uma ordem vossa, um pedido, enfim, algo que fará esta pessoa obedecer, fazer, servir.

Assim sendo, ou a palavra traiu a intenção, ou confirmou o pensamento? Por que usar serviçal, se existia o “trabalhador”? Há uma explicação lógica: podemos até dar a liberdade ao indígena, mas este continua numa condição inferior. A igualdade não podia ser tão grande assim; era necessário reafirmar a inferioridade para garantir a superioridade, que se vislumbra até mesmo no momento em que a lei é protetora, porque a proteção é

¹⁰⁴ BLUTEAU, R., 1720, p 614-616. O dicionário em questão encontra-se na Biblioteca da Sociedade de Geografia de Lisboa. E o verbete original é: “Servir. Ser ferveo de alguém, fer feu criado. *Alicui fervire(io, ivi ou ii, itum) ou famulari, (or, atus fum) Cit.* O primeyro verbo he mais ufado. O verbo *Ancillari* àlem de fer pouco ufado, raras vezes fe acha na fuá própria fignificação. Titinnio, & Autor da Oração que fatalmente fe attribue a Cícero cotra Salluftio, ufão do dito verbo *Ancillari*

¹⁰⁵ TORRINHA, F., 1942, p. 792.

¹⁰⁶ VALENTE, A.L dos S., 1881.p.1641

estabelecida em favor do indígena, para acentuar a sua própria condição inferior. Admite-se a fiscalização, sem dúvida, porque necessária, mas para que atribuir-se ao Curador Geral a função de “Protector Nato”? Não seria mais simples dar ao Curador a sua função normal que é a de fiscalizar a lei, como representante do Estado que era?

Quem precisa de proteção de um Curador é porque não é capaz, e se não é capaz não pode gozar da liberdade que a lei estabelece. Parece que o discurso foi realmente traído pelas palavras, ou então, elas foram utilizadas com o seu significado próprio, numa maneira de perpetuar a dualidade que sempre existiu na relação Portugal-África em termos de legislação: o que está explícito na lei e o que está implícito na intenção do legislador; a superioridade explícita e a inferioridade implícita; a divergência entre a ordem do discurso e a ordem da práxis, o ideal e o real, enfim, o colonizador e indígena.

Todavia, o Regulamento traz muitas obrigações para os patrões que, indubitavelmente, beneficiam os indígenas e que traduzem a intenção do legislador de lhes dar um tratamento mais humanizado e mais condizente com os princípios liberais inspiradores da lei:

- a) obrigação de fornecer roupas e alimentos;
- b) obrigação de pagar o mínimo de salário e de ração;
- c) obrigação de pagar, em dobro, o trabalho em horas suplementares;
- d) obrigação de contratar colonos com as suas respectivas famílias;
- e) obrigação da repatriação mesmo em caso do falecimento do patrão, o que ficava a cargo dos seus herdeiros;
- f) fixação da jornada e proibição de estipular obrigação de extrapolação desta em contrato;
- g) respeito aos dias santificados;
- h) penalização para os patrões que deixassem de pagar os salários e fornecer a ração.

Não se pense, entretanto, que somente os patrões, como disse Ennes,¹⁰⁷ é que tinham obrigações: os indígenas, além da própria obrigação do trabalho em si, também deveriam cumprir o determinado na lei, e a pena para o descumprimento era o “trabalho forçado”, porquanto aquele que faltasse por 15 dias ao serviço seria tido como “vadio” art.

¹⁰⁷ ENNES, A., ob.cit. pp. 70-71.

53º e, nos termos do art. 90º, estava sujeito ao trabalho obrigatório, de até dois anos, em estabelecimentos públicos.

Além de serem considerados vadios, e esta adjetivação para as finalidades previstas – trabalho forçado - não é peculiar ao sistema português,¹⁰⁸ no caso da ausência ser de mais de 15 dias, se as faltas fossem em número menor de dias, resultava na perda da ração diária e do valor do respectivo salário desses dias em dobro, art. 52º.

Analisando este dispositivo chegamos à conclusão que, se o indígena faltasse a três dias de trabalho perderia o salário de 6 dias e mais a ração dos três dias não trabalhados; se, entretanto, ele faltasse 14 dias perdia o salário de 28 dias, ou seja, trabalhava 14 dias de graça para o patrão e não recebia qualquer valor por este labor, o que significa, em outros termos, trabalho forçado, de servo, de graça.

O Regulamento fala em falta injustificada, entretanto, não informa o que é falta justificada, os motivos que levariam a um serviçal faltar ao serviço e não ser por isto punido, ficando, ao que parece, esta justificativa à discricionariedade do “patrão”. Se assim era, temos que o dispositivo podia ser usado em favor do patronato, que poderia até fazer destas faltas um método de não pagamento de muitos dias trabalhados.

Outra faceta interessante do Regulamento prende-se ao fato do Estado passar a ser empregador oficial de mão-de-obra. É o que se depreende do art. 79º do diploma em análise, que autoriza o Estado a contratar e distribuir os indivíduos por sua conta contratados, figurando a parte contratante, ou seja, quem solicita a mão-de-obra, como um sublocatário. O Capítulo VII do Regulamento, formado pelos arts. 79º á 89º, teve a sua execução autorizada em São Tomé e Príncipe através portarias régias datadas, respectivamente, de 05 de agosto e 02 de junho de 1880.¹⁰⁹

Neste aspecto há uma possibilidade de encarmos a atuação do Estado, que pretensamente queria acabar com a escravidão e, conseqüentemente, com o tráfico de escravos, como um agente oficial deste mesmo tráfico. Observe-se que o Estado era o responsável pelo fornecimento da mão-de-obra,¹¹⁰ ele é que podia autorizar a contratação, seja para o seu próprio território, como para territórios estrangeiros, vide autorização concedida ao Conde Fernando de Lesseps, Presidente diretor da Companhia do canal inter-

¹⁰⁸ VIDROVICHT, C.C e MONET H.,1974. p.109.

¹⁰⁹ CLNU. Vol X – 1879-1880, pp. 150 e 238

¹¹⁰ VIDROVICHT, C.C e MONET H.,1974. p. 107

oceanico de Panamá, (1887) para contratação de trabalhadores em Moçambique que deveriam trabalhar na construção do Canal do Panamá.¹¹¹

Neste mesmo ano autoriza-se a contratação de indígenas na capital de Moçambique e em Inhambane para trabalharem na ilha de Reunião;¹¹² indígenas de Inhambane e Lourenço Marques seguem para o Natal;¹¹³ determina-se que Governo Geral de Moçambique permita a emigração para colônias francesas de Mayotte e de Nossibé.¹¹⁴ Nesta última autorização há uma particularidade em relação às prescrições a serem observadas na emigração: No art. 1º o governo declara que será estabelecido “[...] um depósito temporário de indígenas que livremente queiram contratar os seus serviços [...]”. O termo depósito causa espécie, porque remonta a arrumação de coisas, espaço onde se guardam “coisas”, o que contrasta exatamente com a última parte do dispositivo que fala da liberdade de contratação.

Há um outro dado interessante na última contratação acima referida, que é o fato de que os contratos serão regidos pela lei do local da prestação dos serviços. O indígena é contratado em território português, mas ficará sujeito às leis de outra nação. Se já é difícil para o “Outro” entender o “Mesmo”, ou melhor; ou seja, o seu próprio colonizador, imagine-se o entender um outro “Outro”. O indígena sairia da sua terra natal seguiria para as colônias francesas, onde sequer teria a proteção do seu “Curador Nato” ou do próprio governador, ou de qualquer outra autoridade portuguesa.

A única “proteção” que se infere nestes contratos é o fato do governo português determinar que os contratos com os “franceses” sejam feitos logo no desembarque e que sejam enviadas cópias para as autoridades portuguesas.

Pergunta-se: Se os contratos seriam regidos por leis francesas, em caso de descumprimento por qualquer das partes, qual a autoridade que aplicaria a sanção? As autoridades francesas é a resposta lógica, e quem defenderia os indígenas portugueses? Quem fiscalizaria o cumprimento do contrato? Enfim, quem zelaria pelo “bem estar” destes trabalhadores? Certamente não seria a autoridade consular de Portugal nas colônias francesas, porque a lei a isto nada se refere, a não ser que devem ser remetidas cópias destes contratos para dita autoridade.

¹¹¹ CLNU, Vol. XV, 1887, pp.450-451

¹¹² *Idem* p.244

¹¹³ Portaria do Governo Geral de Moçambique, nº 08 de 03.01.1891, B.O.M. nº 01, de 03.01.1891, pp.3-4.

¹¹⁴ CLNU. Vol. XI 1881-1882, pp 67-68

Não é desnecessário lembrar que a emigração, seja para o Transval, seja para a Rodésia, que, se em alguns momentos foi proibida, (1896), era uma constante e grande fonte de arrecadação de receita para a Coroa Portuguesa.

Um outro ponto que merece destaque neste regulamento é a penalidade aplicada aos vadios. Diz o artigo 90º que os que fossem julgados vadios nos termos do Código Penal, estariam sujeitos a trabalho obrigatório de até dois anos. O Código Penal no art. 256º conceitua o vadio como sendo “aquele que não tem domicílio certo em que habite, nem meios de subsistência, nem exercita habitualmente alguma profissão, ou ofício, ou outro mister em que ganhe sua vida, não provando necessidade de força maior, que o justifique de se achar n’estas circunstâncias [...]”.

Para ser considerado vadio, entretanto, era necessário, na capital do Reino, que o indivíduo fosse julgado e condenado, condenação equivalente a até 6 meses com prisão correcional, ficando à disposição do governo, para que este lhe fornecesse trabalho pelo tempo que lhe parecesse conveniente.

O Código Penal vigia em todo o território português, o que incluía o ultramar; portanto, ainda que, de acordo com o art. 15º do Acto Adicional de 1852, as colônias pudessem ser regidas por leis especiais, o que se não podia era, em nome desta especialidade, alterar penas estabelecidas na lei, como foi o caso, porque o regulamento previa o trabalho pelo prazo nunca inferior a 6 meses, enquanto na Metrópole a pena máxima era de 6 meses. Observe-se a sutileza. Na capital do reino a pena era de até seis meses; nas colônias, esta pena não poderia ser menor que seis meses, ou seja, ela poderia ultrapassar o máximo estabelecido para a metrópole a critério exclusivo do julgador, podendo, nos termos do art. 90º chegar até a 2 anos, ou seja: triplica-se o período da punição. A graduação da pena começa pelo máximo estabelecido para a metrópole, o que significava o afastamento do princípio da igualdade constitucionalmente assegurado e dos princípios liberais que informavam o Regulamento e contraria a própria lei vigente no Ultramar, que era o Código Penal. Observemos que estamos tratando de um período em que a doutrina da assimilação era a adotada, considerando os indígenas como cidadãos.

Por outro lado, o Regulamento cria uma nova hipótese para configurar o tipo penal, mas aplica a penalidade prevista para uma outra situação. Observe-se a conduta proibida, fato gerador da aplicação da pena no caso das colônias, e no caso da metrópole; Para as colônias o fato de faltar ao trabalho 15 ou mais dias era motivo para que o indivíduo fosse

considerado vadio, ou seja; o indivíduo tinha um trabalho e dele ausentou-se por 15 dias e, por isso, era tido como vadio e sujeito a trabalho forçado. Na capital, o indivíduo não tinha trabalho, era um sujeito errante, morava na rua. Os vadios, como conceituado no código são “seres ociosos, errantes, sem família, sem cidadania, seres que simplesmente não cumpriam as regras estabelecidas e ocupavam um espaço específico: a rua.”¹¹⁵ Situações diversas que não podiam ser inseridas em um só tipo penal. O tipo penal, vadiagem, portanto, não poderia ser aplicado ao indígena, quanto pior, a pena agravada como estabelecida.

Em razão disto, conclui-se que, em nome da especialidade das normas para ultramar, o tipo penal vadiagem foi manipulado para alcançar um ilícito civil, quiçá administrativo, que era a falta ao trabalho por período igual ou superior a 15 dias. O motivo explícito da medida: fazer com que o indígena trabalhasse; o implícito, a admissão justificada, legalizada, do trabalho forçado. O indígena, portanto, diferentemente de todos os empregados, não podia faltar ao trabalho, porque se assim o fizesse, passava de trabalhador a criminoso, era considerado um vadio. Pela mesma legislação, não tinha o direito (liberdade contratual) de dar por findo o seu contrato, isto lhe era, textualmente, proibido antes do prazo estabelecido no acordo. Se assim agisse, também cometia o delito previsto na lei penal: vadiagem.

Em relação a faltar ao trabalho, o *Regulamento Provincial para a Execução do Regulamento de 1878 em Moçambique*,¹¹⁶ chegou ao requinte de estabelecer prazo para que o indígena possa ficar “doente”. Este só tem o direito a recebimento de salário por doença que tenha duração de “três dias”, mas do que isto, art. 9º § 1º, perde o direito ao recebimento do salário¹¹⁷. E aí, pergunta-se: Se o indígena estava doente, se a doença só podia ser de três dias, se depois de três dias ele não recebia salário porque não estava a trabalhar, o que se fazia? Era ele considerado doente ou vadio? A pergunta tem pertinência porque a falta por mais de 15 dias muda o status do empregado, de trabalhador, como já se viu, passa a vadio.

Não é demasiado dizer que o Regulamento de 1878 não foi votado pelo parlamento; foi editado com base no art. 15 do Acto Adicional de 1852.¹¹⁸

¹¹⁵ DURÃO, S.; GONÇALVES, C.G.; CORDEIRO, G.I., 2005, p.124..

¹¹⁶ CLNU Vol. XI, 1881-1882, pp. 54-65.

¹¹⁷ *Idem.*, p.54.

¹¹⁸ D.G nº 267 de 21.11.1878, pp. 380.

Não se pode esquecer, nesta pequena síntese, que estamos a falar de um período em que tanto o Código Penal, como já vimos, quanto o Código Civil eram aplicados no Ultramar, embora com as limitações impostas pelas próprias leis autorizadoras dessa extensão. O que significa dizer que, em tudo que não fosse regulado por lei especial, tais códigos eram os que serviriam para regular as condutas e os atos praticados no ultramar português.

Por que se faz esta ressalva? Porque os dispositivos de natureza geral tinham aplicação no ultramar, como é o caso da vigência das leis e da sua interpretação; os relativos à personalidade; aos direito de propriedade; aos direito de família, dentre outros.

A importância disto é fundamental, senão vejamos: O Código Civil de Seabra, repetindo a igualdade que estava estabelecida na Constituição Portuguesa, afirma, entretanto, que esta igualdade perante lei comporta exceção nos casos em que forem especialmente declaradas.

Comentando este artigo, Carneiro Pacheco¹¹⁹ afirma que foi com base nele que o decreto, que determinou a aplicação do Código Civil no Ultramar, “[...] ressalvou a legislação transitória sobre as pessoas dos escravos declarados livres pelo Decreto de 25 de fevereiro de 1869”.

E, decididamente, o Decreto de 18 de novembro de 1869, a que o jurista se reporta, no art. 3º determina que “continuam em vigência a legislação transitória sobre as pessoas dos escravos declarados livres”.

O que aconteceria se não tivesse sido feita esta ressalva na Carta de lei que aprovou o Código Civil, art. 9º, e no art.7º do Código introduzido por esta? Toda a legislação teria sido revogada pelo Código Civil e teríamos duas opções: Ou os libertos continuavam como tal, dado que a lei em vigor à época, (1869) era o decreto de 25 de fevereiro daquele ano, que abolira a escravidão, mas mantinha o estatuto de liberto até a data nele fixada, ou, a partir da publicação do Código Civil, todos, sem exceção, eram considerados cidadãos portugueses sem distinção de cor, raça e sexo, com os direitos e deveres inerentes a este status, hipótese que possivelmente não seria a admitida, porquanto nenhum branco ocidental queria ser igualado ao selvagem indígena africano.

A questão do conhecimento da lei é outra abordagem que, em se tratando dos indígenas, traz um grande problema. O Código Civil a que estamos nos reportando, no art.

¹¹⁹ PACHECO, A.F. C., *Código Civil Atualizado* Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1920, pp.9

9º determina; “ninguém pode eximir-se de cumprir as obrigações impostas por lei, com o pretexto de ignorância desta ou com o do seu desuso”.

No caso dos indígenas, como aplicar este artigo do código, que não continha qualquer ressalva? Eram os indígenas obrigados a conhecer as leis escritas, idealizadas e feitas na metrópole? Como poderiam os indígenas conhecer estas leis se não sabiam a língua, aliás, se, de acordo com a idéia geral, eram considerados “selvagens e incapazes”.

No caso específico do contrato de serviçais, que é o que nos interessa, como isto foi resolvido? E esta solução era acertada e cumpria mesmo a finalidade? Será que os indígenas eram mesmo informados dos seus direitos e deveres, ou só o eram dos deveres? Uma destas respostas encontra-se no próprio considerando transcrito supra: os indígenas precisavam de um intermediário. Entre eles e o contratador dos seus serviços sempre existiria a intermediação do Curador ou de seus delegados, porque era ele, indígena, nos termos da lei, considerado incapaz e, portanto, necessitava de alguém para “cuidar” de si, de “falar” por si, de “conhecer” por si e de “contratar obrigações por si e para si”.

Por fim um outro aspecto que leva a confusões quando da aplicação das leis, independentemente da sua eficácia espacial, que é a questão da sua eficácia temporal, ou seja; a sua vigência. Quando uma lei começa a ter efeitos e regular determinada conduta? Quando uma lei regula situações a par das já existentes, qual a que prevalece? São questões que suscitam grandes dúvidas e problemas, e que, em relação ao Regulamento de 1878, levou alguns casos a prescindirem de consultas a juristas e a pronunciamentos dos magistrados, bem como a diversos conflitos entre os governadores. E para os indígenas, como explicar-lhes a vigência das leis e as suas alterações, que não eram poucas, sem que eles sequer entendessem estas modificações, as quais alteravam a sua relação com o patrão, e com o Estado, sem que eles de nada soubessem, a não ser que eram obrigados a cumpri-las?

Os indígenas aprenderam a respeitar as leis pelas conseqüências, ou seja; pelas sanções que lhes eram impostas, pois, em muitos casos, não sabiam, sequer, da existência da própria lei e da conduta que deveriam ter; erravam por não saberem e recebiam castigos por este desconhecimento; mas as mudanças na legislação não surpreendiam tão somente os indígenas, isto também acontecia em relação aos patrões, embora, algumas vezes, este desconhecimento aparente era de total conveniência para os objetivos que eles queriam alcançar.

Estas reflexões têm razões de ser, como se pode conferir através do parecer do Senhor Procurador João Pinto dos Santos, que em 1902 responde a uma consulta feita por Francisco Mantero, a respeito da exigência da revisão dos contratos pelo Curador Geral, uma vez que a guia de embarque dos indígenas contratados não estava assinada pelo Governador Geral da Província.

O Sr. Francisco Mantero, como diretor da Companhia da Ilha do Príncipe, fez contratações de serviçais em Ambriz e segundo ele, “as estações oficiosas criam objeções à realização de tais contratos, porque exigem que eles sejam ratificados em Loanda, o que força, além das despesas de transporte com a viagem para o sul dos passageiros, cujo destino é o norte, uma duplicação dos custos (emolumentos), agora alojamentos, alimentação, etc.”¹²⁰

Na resposta, o Senhor Procurador da Coroa e Fazenda, diz que não há nada de errado com esta exigência, porque estava em vigor o Regulamento de 1878 e não o de 1899, devido à suspensão da sua execução.¹²¹

O parecer está baseado nos arts. 63º e 64º do Regulamento de 1878, que determinava que: “não poderão ser embarcados colonos ou serviçaes para qualquer das províncias sem que os seus contratos sejam revistos pelo curador geral.”.

É interessante notar que o Regulamento de 1878, em 1902, após a edição do Regulamento do Trabalho Indígena de 1899, ainda estava em vigência e, portanto, os contratos e as suas condições eram por este regulados; por outro lado, o próprio Sr. Mantero, tinha perfeito conhecimento de que o regulamento não tinha aplicação ao caso, porque sendo ele um dos expoentes da agricultura de São Tomé, participando de sociedades que tinham força junto ao Governo, era pouco provável que não tivesse ciência da não aplicação do regulamento de 1899.

O que nos leva a um outro questionamento: Que é da urgência em que o Regulamento posterior foi publicado? Para que ela serviu? Para tirar do parlamento a sua apreciação? Para regular que situação urgente e necessária? Se era tão urgente a sua edição, por que ele foi suspenso? Estas perguntas serão respondidas no decorrer do trabalho, quando analisarmos o Regulamento de 1899 e as suas conseqüências.

¹²⁰ AHU, DGU Maço 703 parecer datado de 06 de janeiro de 1902

¹²¹ Idem.

2.1- Entre 1878/1899 - Modificações no Regulamento

Até o advento do Regulamento de 1899 muitas leis foram editadas modificando o regulamento de 1878. Leis que alteravam o regulamento em si, e outras que, em princípio, não tratavam do trabalho indígena, mas a ele se reportava em inúmeros dos seus dispositivos que continham medidas que refletiam nestas relações.

É oportuno esclarecer que, após 1885, ano da Conferência de Berlim, a estratégia da nação portuguesa, como das demais potências colonizadoras, toma um novo rumo em razão da exigência da ocupação efetiva; da obrigação dos povos civilizados de zelar pelo bem estar da população indígena e de promover os meios adequados para trazê-los à civilização, o que resultava, internamente, em criar os meios legais para justificar as ações que seriam levadas a efeito.

Seguida a Conferência de Berlim foi realizada a de Bruxelas, 1889, esta para tomar medidas objetivas contra o tráfico e indicar métodos de ocupação efetiva para se processar a contento a missão civilizadora.

A ocupação efetiva, em Portugal, efetuou-se militar e civilmente: os militares garantindo a submissão dos indígenas, a fixação das fronteiras, a própria administração colonial e a presença da autoridade exigida pela Convenção “[...] para fazer respeitar os direitos adquiridos”,¹²² e os civis participando nos processos de colonização desencadeados e fomentados pelo Governo, que abriu as colônias ao capital estrangeiro.

As grandes concessões de terra tiveram lugar; às companhias formadas por capitais estrangeiros (francês e inglês) que depois receberam poderes majestáticos, ou seja; poderes de governo dentro das suas respectivas áreas, juntaram-se as grandes alianças com os chefes indígenas, termos de vassalagem, dentre eles, em Moçambique, o efetivado com o chefe vatua, Gungunhana, que recebeu o título de “Coronel”.¹²³

Entretanto, sabia-se que somente a ocupação efetiva e a concessão de terras ao capital estrangeiro não eram suficientes para levar a efeito a produção da riqueza. Um fator de cabal importância tinha de ser assegurado para garantir a efetividade da produção; o capital precisava de “braços” para se reproduzir, sem estes braços de nada adiantaria

¹²² Art. 35 da Acta da Conferência de Berlim.

¹²³ Art. 16º do Termo de Vassalagem.. B.O.M. de 09 de janeiro de 1886, pp.09-10

qualquer investimento. Mas não só isto, estes braços, esta força de trabalho, tinha de ser “barata” e para tanto, deveria ser encontrada na própria terra.

Atendendo, pois, a este desiderato, as leis começam a surgir; leis especiais e locais que tinham de atender aos interesses do capital. A força de trabalho tinha de ser encontrada e preservada a qualquer custo, os colonizadores criavam os seus sistemas jurídicos e arrumavam as razões para justificarem o trabalho forçado e a sua preservação.¹²⁴

2.1.1 - Poder de fogo dos roceiros de São Tomé - Decreto de 1889

Um bom exemplo desta preservação de braços é encontrado em 1889, quando o Governo atende aos apelos dos agricultores de São Tomé e Príncipe, bem como do próprio governador da província, e modifica o Regulamento de 1878 para permitir, veja-se bem esta permissão, que a renovação dos contratos fosse feita dentro das próprias propriedades agrícolas onde os serviçais estivessem empregados.

O argumento utilizado para esta permissão era o de que se esta não fosse autorizada “[...] o crime frequente de alliciação e acoitamento dos serviçais, por elles contractados [...]”¹²⁵, ou seja; o motivo explícito da edição da lei: não permitir que os serviçais fossem alvo de aliciamento e acoitamento (cobertura de “fuga”). Os implícitos: não perder a mão-de-obra, não permitir aos serviçais o exercício da sua própria liberdade, assegurar os interesses do patronato.

Interpretando o pedido e a solução encontrada, temos que se atendeu a tudo; aos desejos dos proprietários ao do governador, aos interesses económicos dos roceiros; aliás, atender os interesses dos roceiros era o que o Governo tinha como meta, nesta e em muitas outras medidas, afinal tratava-se de defender, o que Nazaré Ceita afirma, “[...] de¹²⁶ forma exclusiva os interesses daqueles que detinham as plantações [...]”, ou seja; os que detinham o capital e a produção, porque os compromissos assumidos tinham de ser cumpridos;

¹²⁴ Ver.M'BOKOLO, E., 2005, pp 66-67. O autor, nesta entrevista, nos dá a noção do que foi feito no Congo Belga e Francês, e não só nessas áreas. A colonização trouxe segundo ele, muitas formas de trabalho bem específicas a que se pode chamar de trabalho forçado, trabalho este que foi legalizado no decorrer dos anos 80 (séc XIX) em diante. O sistema jurídico foi colocado em pratica, baseado em teorias racistas que negavam ao africano qualquer direito de cidadão europeu e, especialmente, no que se refere ao trabalho livre. Aos indígenas se impõe o trabalho obrigatório e todo um discurso ideológico é construído para afirmar que os indígenas não gostavam de trabalhar e, por isso mesmo, justificava-se o trabalho forçado.

¹²⁵ Decreto de 26 de dezembro de 1889. CLNU, Vol. XVII, 1889, pp 563.

¹²⁶ CEITA. M. N., 2005, p.28.

todavia os interesses reais dos indígenas, que deveriam ser protegidos foram completamente esquecidos. Os contratos eram de renovação, ou seja, os indígenas foram contratados e os prazos de seus contratos estavam vencendo ou vencidos e eles teriam de ser repatriados. Caso não quisessem ser repatriados e desejassem renovar os seus contratos teriam de ir, juntamente com os patrões, à repartição da Curadoria, o que significava: deixarem a roça; ter contatos com outros serviçais e com proprietários de outras roças, que poderiam dar maiores vantagens para realização dos contratos de que as que eram concedidas pelos atuais ou ex patrões, o que a estes não interessava, minimamente, como podiam, também querendo, não voltar à roça.

Assim, atendendo-se, exclusivamente ao interesse patronal, o Governo, mais uma vez, através de Decreto baseado no art. 15 do Acto Adicional de 1852 edita a lei, que tem outro dado muito interessante: caso o governador deferisse o pedido, este seria enviado de imediato à Curadoria que anunciaria o dia e hora e a propriedade em que teriam lugar estas renovações, isto em publicação no *Boletim Oficial da Colônia*, a fim de dar conhecimento aos interessados.

Quem seriam os interessados no ato, que deveria ser público, Art. 1º, III, Parágrafo único? Os patrões e os serviçais, estes últimos, mesmo os que soubessem ler, não tinham acesso ao Boletim Oficial, portanto, não sabiam do que se passava, a não ser através dos seus patrões, ou seja; eram eles o objeto do ato, mas só tinham conhecimento dele no exato momento da sua execução ou através dos seus patrões.

No caso de S. Tomé, conforme expresso na lei, o Governo acerca-se de mais algumas precauções para dar a legalidade necessária a esta renovação; além do ato ser público, necessariamente, deve ser presenciado pelo Curador Geral e por um intérprete, que não poderia trabalhar na propriedade, nem para o agricultor interessado nas renovações. O requinte do ato é, exatamente, a presença do *Curador Geral* na propriedade. Este tinha de sair da sua repartição e dirigir-se à roça que solicitou e teve deferida a renovação dos contratos dos serviçais. Não que a sua presença física nas roças estivesse fora das suas atribuições, pois só visitando-as poderia fazer inspeções, fiscalizações, etc., mas, ir às roças para renovar contratos de serviçais, é mesmo um “mimo” para os roceiros, que com esta legislação demonstram o poder de fogo que detinham.

O poder dos roceiros aqui está mais de que demonstrado, bem como a difícil missão que tinha o Curador Geral de ser “[...] advogado de *gregos e troianos* ao mesmo tempo [...]”.¹²⁷

Um dado que não pode ser olvidado é que, em 1893, Antonio Ennes apresenta o seu celebre relatório sobre Moçambique, que contém informações sobre esta Colônia e traz muitas sugestões administrativas para a governação dela, sugestões estas que serviram de base para algumas leis de aplicação geral às colônias, como é o caso das divisões circunscricionais; da elevação do imposto de palhota; arrendamento; pagamento do imposto através do trabalho; reforma judiciária.

Nas bases da sua reforma judiciária, Ennes sugere a supressão da Junta de Justiça e a aplicação do código comercial vigente na Metrópole, bem como a pena de trabalho correcional de até 90 dias, esta última “[...] só será aplicada aos habitantes de raça negra da província de Moçambique [...]”.¹²⁸

Das sugestões de Ennes surge outra lei geral que traz modificações ao Regulamento de 1878: o Regimento da Justiça de 20 de fevereiro de 1894.

2.1.2 - Conceituação do Indígena para efeitos do trabalho correcional

É através dele que começa a delinear-se a grande transformação do indígena legislativamente fabricada. Observe-se que, ainda que libertos, os indígenas eram considerados portugueses, porque nascidos em território português, embora isto tenha sofrido uma modificação através do Código Civil que, ao critério do “*ius soli*” constitucional, acresceu o “*ius sanguinis*”, que cria uma nova condição para se obter a nacionalidade portuguesa: além de nascer no território português, o indivíduo teria de ser filho de pai ou mãe portuguesa, o que já excluía quase toda a população da África: os indígenas.

O Regimento da Justiça de 1894, além de basear-se nas idéias esboçadas por Ennes, resulta, também, de uma alteração à proposta de lei de no. 116-E apresentada ao parlamento na sessão de 18 de fevereiro de 1893.¹²⁹

¹²⁷ *Idem*, p.27 (o grifo é da autora).

¹²⁸ ENNES, A., ob cit. pp 303, 365-370, 481-483

¹²⁹ DCSD no. 26 de 18.02.1893, pp 45-

Nesta proposta original, justificando a introdução da pena alternativa de trabalhos públicos (forçados) em substituição à de prisão aos indígenas temos:

“Esta disposição contribuirá para corrigir nos indígenas o defeito da indolência, alias muito provocado pela natureza do clima, e ausência de necessidades creadas, contendo-se com aquella exigência para tornar pratico o effeito da pena que, sendo de prisão, se transforma, para a maioria dos delinquentes menos civilizados, n’uma verdadeira recompensa, ou pelo menos na satisfação de um objectivo naturalmente apetecido, de ter quanto seja necessário à vida, sem dependência de qualquer esforço próprio”.

Mais adiante, o ministro relator, Ferreira do Amaral, afirma que “Moralisa o indígena o princípio estabelecido, e que é alias seguido em quase todas as colônias estrangeiras; habitua-o a viver do trabalho, [...] torna profícua a despesa que é feita com a alimentação dos presos e aproveita elementos de produção até hoje perdidos [...]”¹³⁰

É de sobremaneira relevante aperceber-mo-nos que a proposta de lei era para Regular a Justiça nas Colônias, mas resvala para, mais uma vez, criar normas para o trabalho indígena que legalizem a sua exigência forçada, justificando-se a pena criada como uma maneira, já se disse, de moralizar os indígenas e de instrumentalizar os juizes para a aplicação destas penas alternativas, “que usarão conforme o grau de civilização do indígena”.¹³¹

A proposta, também, prevê a criação dos Juízos populares, que segundo o relator, deveria ser uma ponte para a passagem do estado selvagem para o de civilizado, no que se refere à administração da Justiça.¹³² Neste particular atende-se ao princípio da observação dos usos e costumes indígenas e, não só ele, como também o da especialidade, pois cria-se uma nova classe de magistrados, especialmente para o Ultramar. Vale notar que, mais uma vez, uma medida serve para acentuar a diferenciação entre colonizadores e colonizados, e, portanto, inferiorizando o Outro; o “preto.”

A proposta, outrossim, acaba com o cargo de Curador Geral dos Indígenas em Moçambique e Angola. As funções deste passam à competência do Procurador da Coroa e Fazenda e dos seus delegados, estes últimos com exercício em cada “vara” (juízo de direito) como representante do Ministério Público e como Curador Geral de toda a Comarca.

¹³⁰ Idem.

¹³¹ Ibid

¹³² Ibid, p.47

Esta proposta de lei foi levada ao parlamento em fevereiro de 1893 e, como de costume, lá se quedou sem qualquer apreciação, o que levou o Governo, em 1894, um ano depois, usando das faculdades que lhe eram permitidas pelo Acto Adicional, a aprovar, através de decreto, o Regimento com algumas alterações, que não modificaram a base do projeto original. Aliás, é o próprio Ministro da Marinha e Ultramar, Neves Ferreira, que diz no seu relatório, que aproveitou o plano geral do seu antecessor.¹³³

O mais interesse da lei ora comentada, é a técnica utilizada para introduzir a pena correcional. A punição não é estabelecida na própria lei, e sim no Decreto que a aprova.

Regulamentado o art. 3º do Decreto, isto em setembro de 1894, define-se a quem ele alcançava e não só isto, especifica-se quais os delitos e transgressões que determinavam a aplicação da pena correcional. A especificação que parece ser taxativa, ou seja, somente estes crimes é que seriam punidos, alcança quase toda a população indígena: a) vadiagem; b) embriaguez; c) desobediências às autoridades; d) ofensa corporal voluntária de que não resulte impossibilidade de trabalho e que não seja praticada contra agentes da autoridade pública; e) ultraje público ao pudor; f) ultraje à moral pública; f) transgressão de posturas municipais, que corresponda multa a que o transgressor não pagar; g) transgressões dos preceitos regulamentares do trabalho indígena. Admite-se uma outra pena de trabalho correcional, com penalidade maior de que 90 dias, a crimes não compreendidos no artigo antecedente.

Se analisarmos os tipos penas descritos acima, temos que a conduta do indígena, em quase todos os seus momentos, levava a que estes fossem enquadrados nos crimes tipificados.

Ora os indígenas eram desacostumados ao trabalho regular; tinham os seus cultos; andavam praticamente despidos, isto em relação aos hábitos ocidentais; tinham mais de uma mulher; dormiam nas suas palhotas sem divisórios juntos com filhos, pais, etc. sem que isto fosse qualquer obstáculo para as relações sexuais, o que se poderia entender como ambiente promiscuo; além das danças sensuais, e, a mais grave de todas estas condutas, quando digo grave, quero dizer que este era o motivo que, possivelmente, determinou mais vezes a aplicação da pena: a embriaguez.

¹³³ D.G.de 20.02.1894, pp 79-97

A embriaguez tinha que ser combatida a todo o custo, porque ela, por si só uma causa, era a causa das demais infrações, de acordo com Ennes¹³⁴ “[...] o negro bebeu, bebe e há-de beber”, ninguém o impediria de fazer isto [...] satisfazer a paixão singular pela embriaguez, porque, não tendo outro licor, acharia meio de se embriagar com a água dos rios”. Está claro que evitar a embriaguez tinha uma consequência: a disposição dos “braços” do que não se embriagava.

Sem dúvida a veia literária de Ennes é grandemente responsável por esta metáfora, mas serve para justificar porque a embriaguez está incluída nos crimes punidos com pena correccional e que fazia parte, junto com as demais aqui indicadas, do seu projeto de reforma judiciária, já aqui mencionado na base 7º.¹³⁵

Para que estas penas fossem aplicadas aos transgressores, que eram os indígenas, necessariamente o “ser ou estar nesta condição” tinha de ser identificado. Assim o regulamento no art. 10º conceitua o indígena, ressaltando, que tal definição é para os efeitos do Decreto: “[...] são considerados indígenas os nascidos no ultramar, de pae e mãe indígenas, e que não se distingam pela sua instrução e costumes dos comuns da sua raça”.

Voltar-se-á a falar da conceituação dos indígenas e de outros pontos deste Regulamento, em outras partes deste trabalho.

Os julgamentos dos crimes aqui especificados e os não especificados, art. 4º do Regulamento, eram feitos através de processo sumário, oral e que não admitia recurso, art. 5º.

A técnica afastando-se do direito, a especialização retirando a garantia judicial do duplo grau de jurisdição. A Justiça sem erro era protagonizada em favor dos objetivos da lei, trabalho para os indígenas, que não tinham mesmo a quem recorrer, e, portanto, continuavam a conjugar os verbos da submissão: obedecer, trabalhar, cumprir, resignar-se.

2.1.3 – Mecanismo Indireto – Objetivo igual

Mais não é só criando tipos penais que se força o indígena a trabalhar. Há outros meios indiretos que levam ao mesmo efeito – trabalho forçado. A cobrança de imposto é

¹³⁴ ENNES, A., ob.cit. p.48

¹³⁵ Idem p. 483.

dentre eles, o de palhota foi, efetivamente, um meio utilizado pelos colonizadores para a que se fizesse cumprir a exigência do trabalho do trabalho.

O Imposto de Palhota é criado em 05 de julho de 1883 como um novo imposto sobre as casas habitadas pelos indígenas, isto em relação à província de Moçambique¹³⁶.

Artigo 1º - É creado na província de Moçambique um imposto sobre as casas habitadas pelos indígenas e denominadas palhotas ou cubatas, as quaes ficam isentas do imposto predial creado por decreto de 20 de outubro de 1880.

Apesar de aparecer na lei a expressão “novo imposto” e deste ter como fato gerador a habitação em uma palhota ou cubata, ele já existia e tem sua origem na cobrança do mussoco, (1880)¹³⁷ imposto de capitação, que, de acordo com Emygdio da Silva¹³⁸ traduz a “soberania aliada a dependência resultante da expropriação das terras, por virtude da conquista, para quem o paga”. era pago em gêneros alimentícios nos prazos e, em 1856, Sá da Bandeira, autorizou a sua cobrança por palhota, cubata ou fogo. Tal imposto, à altura, podia ser pago, também, em gêneros.

O imposto de palhota, pois, tem em sua base na propriedade da terra, e, de acordo com o Fernando Emygdio, é uma espécie de contribuição predial do indígena¹³⁹ e em relação a esta recriação para Moçambique (1883) tinha a finalidade explícita contida na introdução da lei: “[...] acudir com providências acertadas o desequilíbrio financeiro da província de Moçambique”¹⁴⁰.

A cobrança de impostos¹⁴¹ foi uma grande arma nas mãos dos colonizadores, que a utilizaram sob inúmeras formas. Cobrou-se imposto de consumo, imposto sobre imóveis, (se é que palhota pode ser considerado imóvel a não ser por uma ficção jurídica), imposto sobre árvores, imposto sobre salário e se deu a ele, imposto, finalidades diversas: a primeira era mesmo a arrecadação de receitas; a segunda, em termos de trabalho indígena, uma forma de exigi-lo, pois se admitia o pagamento dos impostos, multas, taxas em trabalho.

¹³⁶ CLNU, Vol. XII 1883-1884, pp. 72-73.

¹³⁷ NEGREIROS, A.L de A., 1910, pp. 259, 261. diz a respeito do mussoco, que ele é um imposto de captação indêntico aos que os árabes institufram em suas colônias. Mesmo na península ibérica durante a ocupação cristãos e judeus estavam sujeitos ao pagamento de um imposto de capitação denominado djihed”. p.259. (tradução livre) Este autor, também na mesma obra, p. 261 explica: “inútil dizer que ao lado destes impostos indígenas todo o cortejo dos impostos metropolitanos dos quais somos humildes e respectivos contribuintes, estavam em vigência nas belas e ricas possessões...”

¹³⁸ SILVA, F.E. da Silva. 1906.p.154.

¹³⁹ Ibidem p 160.

¹⁴⁰ CLNU. Vol. XII 1883-1884, Lisboa, 1886, p.72.

¹⁴¹ Ver. VIDROVICH, C.C., ob. cit. p. 107- 109

No caso do imposto de palhota o contribuinte era o dono da palhota ou cubata.

A Lei em questão também cria outro imposto, o qual além de ser uma fonte de receita, também teria uma ação restritiva ao “abuso de bebidas alcoólicas indígenas” e recaía sobre as palmeiras e cajueiros, e tinha como contribuinte os arrendatários ou proprietários das árvores, imposto que Ennes reabilita no seu Relatório, isto em 1893.

Além dos impostos já mencionados a lei cria mais um no art. 4º:

“Todos os indivíduos de dezoito a cinquenta annos, de ambos os sexos, residentes na província de Moçambique, serão obrigados a concorrer com três dias de trabalho por anno, remíveis a dinheiro, para a construcção e reparação das estradas e outras vias de communicacão de uso e domínio público.

Parágrafo Único – Este imposto recairá unicamente sobre as pessoas que morarem n`uma zona de 10 kilometros de raio, que tenha por centro o local da obra”. (grifo nosso)

O grifo foi feito exatamente para chamar atenção para o fato de que, a substituição do pagamento do imposto em gêneros e em dinheiro por trabalho fica autorizada, e este é um precedente para toda a posterior legislação autorizando a utilização da mão-de-obra como maneira de pagamento de impostos.

A utilização da prestação de trabalho para pagamento do imposto não era peculiar a Portugal, as demais potencias colonizadoras criaram e cobraram os seus tributos através do trabalho dos indígenas.

A portaria 419¹⁴² que regulamenta a cobrança deste imposto em Angola nos dá uma visão bem mais clara e incisiva, no que se refere ao direito do Estado de cobrar o valor devido através da prestação de serviço. Aliás, os motivos que determinaram a expedição da portaria, já deixam bem claro o seu intuito:

“Tendo em consideração que mais vexatório é para o devedor nas circunstâncias indicadas perder, n`um processo judicial e respectivas custas o seu único patrimônio, do que pagar com o seu trabalho a dívida que contrahiu com os cofres públicos:

[...] far-se-á, quando não haja outro meio de coagir os devedores ao pagamento, de uma forma indirecta, obrigando-se estes a trabalhar nas fazendas dos proprietários ou nas obras do estado ou das câmaras municipaes tantos dias, quanto os necessários para, [...]” (grifo nosso).¹⁴³

Estava institucionalizado o pagamento do imposto através do trabalho forçado, com o apelido de “meio indirecto” de cobrança.

¹⁴² CLNU, Vol. XII, Portaria de nº. 419 de 11 de outubro de 1883. p.257-258.

¹⁴³ Idem.p 257.

É interessante notar que na portaria do Governador de Angola ele considera que a obrigação do trabalho se faz necessária, porque “[...] para indivíduos, que apenas possuem a pequena leira de terra que cultivam, e que pela sua pouca ilustração [...]” não seriam previdentes, previdência que se resume em guardar o dinheiro para pagar o imposto. O meio encontrado, pois, para o cumprimento da obrigação era bem mais eficaz.

Observa-se que o dispositivo legal ofende em duas oportunidades a liberdade do indígena, primeiro não lhe deixa alternativa para pagar ou não o imposto, uma vez que poderia ser devedor se assim tivesse vontade.

Poderia ele, voluntariamente, deixar de cumprir a obrigação, embora o ato tivesse conseqüências, que na verdade seriam quase as mesmas, pois já existia a possibilidade de pagar multas, penalidades administrativas, com o trabalho, vide em 1852 quando o indígena compulsoriamente era obrigado a trabalhar para entidades públicas ou para particulares, caso não apresentasse a quantidade certa de algodão, ou de outro produto¹⁴⁴. A outra ofensa à liberdade era, exatamente, a falta de alternativa do indígena em procurar o meio de satisfazer a sua obrigação, simplesmente porque para autoridade, como está dito na lei em questão, ele não teria capacidade de ser previdente e guardar dinheiro para pagar o imposto.

A importância desta alternativa de pagamento do imposto com o trabalho está em que, tal forma de cumprimento de obrigação, foi institucionalizada e utilizada, em larga escala pelas grandes companhias majestáticas e renovada por Antonio Ennes no seu relatório sobre Moçambique,¹⁴⁵ e passa a ser, na realidade, uma questão de política colonial, entendendo-se como política a instituição de metas e os programas para que estas sejam alcançadas, tendo como pano de fundo uma ideologia.

Esta forma de quitação do imposto passou a fazer parte do cotidiano de tal forma que a Companhia do Nyassa, que tinha a concessão da cobrança do imposto de palhota nos territórios sob a sua administração, estabelecia no seu Regulamento, item de no. 6ª, obrigatoriedade do pagamento de tal imposto, sendo que, nos dois primeiros anos, poderia ser efetuado, alternativamente, em dinheiro ou gêneros, e no art. 4º informava:

“Os indivíduos que se recusem ao pagamento do imposto de palhota, serão obrigados a trabalhar durante o numero preciso de dias para que, ao

¹⁴⁴ Annaes do Conselho Ultramarino, Parte Oficial Série I, pp. 367,638

¹⁴⁵ Ob. cit. pp.303-305

preço do salário local se perfaça a quantia em divida augmentada por 50%.”¹⁴⁶

Esta mesma concessão, para a cobrança e autorização para o trabalho forçado, já fora estabelecido em data anterior, 1892, em favor da Companhia de Moçambique.

No mesmo relatório acima citado, Ennes sugere que seja cobrado o imposto sobre as palmeiras, que, embora já existisse, em muitas regiões não era lançado; bem como a cobrança de um imposto sobre o álcool.¹⁴⁷

O Imposto de Palhota, em 1894 é aumentado em Moçambique através do Decreto de 28 de junho que admite o arrendamento deste mesmo imposto¹⁴⁸, com a possibilidade, art. 2º, Item 5º, de o pagamento ser feito, parcialmente, em trabalho.

E é assim que, mesmo os indígenas como selvagens, bárbaros e incapazes, logo que criado o Distrito Militar de Gaza, fizeram a arrecadação de impostos crescer, conforme atestado pelo próprio Mouzinho de Albuquerque em seu Relatório referente ao anos 1896-1898¹⁴⁹.

Ainda, neste mesmo relatório diz que:

“de todos os impostos directos o que mais rende é o imposto de palhota. É esta contribuição uma das que se acham estreitamente ligadas á occupação do território por isso, antes de 1894, o seu produto era insignificante, salvo no ditricto de Inhambane”

Portanto, a receita derivada do imposto de palhota criado em Gaza em 1895 e que obrigava todos ao seu pagamento, passa a ser uma grande fonte de recursos para o Estado, o que continua durante muito tempo, tanto que todos os regulamentos ratificam a sua existência, determinam a sua cobrança e procuram justificativas legais para a sua manutenção, com uma maior atenção para possibilidade de ser pago com trabalho.

O imposto além de grande fonte de arrecadação representa “[...] uma justa retribuição da tranquillidade e do progresso que o governo europeu garante nos territórios occupados e [seu pagamento] representa a verdadeira submissão das tribus indígenas”.¹⁵⁰

Submissão, entretanto, que não aconteceu tranquilamente, mesmo com todas as iniciativas e investidas portuguesas, seja as realizadas “pacificamente”, através dos termos

¹⁴⁶ D.G nº. 250. de 05.11.1897, p384

¹⁴⁷ Ob.cit.p 239.

¹⁴⁸ B.O.M nº. 36 de 8.09.1894.

¹⁴⁹ ALBUQUERQUE, J.M, 1899 p.291”.,

¹⁵⁰ ZAMPARONI, V., 1998. p.45

de vassalagem assinados pelos régulos, seja através das campanhas militares de pacificação.

Dentre estas campanhas podemos citar a que maior relevância teve, devido aos percalços que surgiram no seu decorrer, que foi a ocupação e dominação das terras do régulo Gungunhana e a sua conseqüente prisão, que reviveu e reacendeu o espírito aguerrido português, servindo para criar o mito do Herói de Chaimite, na figura de Mouzinho de Albuquerque.

3 - O TRABALHO COMO OBRIGAÇÃO MORAL

3 - O TRABALHO COMO OBRIGAÇÃO MORAL

3.1 - Trabalhos Preliminares

Moçambique estava preparado, Ennes arrumara tudo, desde a Justiça à administração, mas faltava algo para que o projeto desse certo, para que o objetivo fosse alcançado.

Braços! Sim, este era um elemento fundamental para as pretensões portuguesas, e não só para as portuguesas, mas para as de todas as demais nações, que já não eram tão absolutas quanto antes em relação aos problemas da África. Agora, cada uma fiscalizava a outra, porque desta fiscalização poderia surgir uma nova possessão, um acréscimo de território. A fiscalização também se fazia em relação ao desenvolvimento econômico das colônias e, conseqüentemente, da constatação da melhoria das condições materiais e morais dos indígenas, quem não estivesse apto a cumprir tais objetivos poderia vir a perder as suas possessões.

Onde encontrar estes braços e como utilizá-los em serviço próprio, quando já não se podia falar mais em escravidão?

Ennes já sugerira o emprego dos braços africanos e já condenara a liberalidade com que estes mesmos braços eram protegidos pelo liberalismo, que teria instituído “[...] a liberdade de não trabalhar [...]”¹⁵¹ entre os indígenas portugueses, criando uma verdadeira “[...] declaração de direitos dos negros, que lhes dizia [...] *de ora avante ninguém tem obrigação de trabalhar* [...]”.¹⁵² Segundo ele, os princípios liberais não poderiam ser aplicados naquela parte do mundo, no qual viviam os “pretos”, que não podiam ser igualados, em direitos, aos ocidentais. Parecia ser mesmo uma heresia dita comparação.

No Relatório que ele apresentara em 1893 o passo tinha sido dado; a idéia estava lançada, a África somente se desenvolveria com a utilização dos braços africanos, não havia outra solução, ainda que a “[...] liberdade de ociosidade [...] estivesse [...] cautelosamente protegida pelos regulamentos, que sujeitaram a severas restrições o direito de persuadir os negros a trabalharem [...],” era, exatamente aí que se encontrava o problema, as restrições criadas pelos regulamentos anteriores tinham de ser afastadas, a fim

¹⁵¹ ENNES, A., p 71.

¹⁵² Idem, p. 70. (grifo do autor)

de que se pudesse, sem que isto fosse considerado qualquer ofensa aos direitos dos indígenas, obrigá-los a trabalhar.

A questão tornou-se política, o problema do trabalho em África passou a ser questão de Estado, precisava-se “[...] do trabalho dos indígenas, até para melhorar a condição desses trabalhadores” precisava-se dele” [...] para a economia da Europa e para o progresso da África. [...] A África tropical não se cultivava senão com africanos.”¹⁵³

Por isso mesmo, e o quanto mais rápido melhor, se fazia necessário um projeto, uma política a ser seguida para tornar os “braços africanos” produtivos.

Não é redundante lembrar que no Relatório citado, Ennes já fazia referência à questão civilizacional, ou seja; o trabalho como meio de civilizar a quem só, através dele “[...] pode entrar no grêmio da civilização”.¹⁵⁴

Por conta disto, em 26 de outubro 1898, o Governo de Villaça cria uma Comissão para estudar a maneira de fazer com que os africanos trabalhassem, sem que com isto houvesse ofensa aos princípios liberais, os quais os próprios africanos não reconheceram, exatamente “[...] pelo atrazo moral e intelectual [...] produzido pelo [...] longo período de escravidão [...]”.¹⁵⁵

A Presidência da comissão, como não poderia deixar de ser, coube a quem tão bem soubera defender o emprego do trabalho indígena como meio, não só de civilizá-lo, como também fazer a África produzir, fazê-la atrativa para os capitais “[...] que desejem empregar-se em explorações agrícolas [...]”: Conselheiro Antonio José Ennes, junto a si estavam Poças Falcão, Brito Godins, Assis Andrade e Paiva Couceiro.

O item f dos objetivos do estudo da comissão é bem esclarecedor, quanto ao pensamento que deveria nortear os trabalhos, porque neste item o Governo estabelece o trabalho como obrigação para o indígena, e para que isto se tornasse exigível, a comissão deveria encontrar os meios, não só que incentivassem, mas que também o impusessem “[...] sem representarem violência nem derrogação das leis e regulamentos liberaes em vigor [...]”¹⁵⁶.

¹⁵³ ENNES, A. et al, 1946, p. 28.

¹⁵⁴ ENNES, A., p. 71.

¹⁵⁵ B.O.M. nº. 50 de 10.12.1898, pp.484-485. Neste Boletim consta a Portaria nomeando a Comissão, os seus membros, e quais os objetivos do estudo.

¹⁵⁶ Idem. p.475.

Uma outra recomendação: todo o esforço para levar o indígena a trabalhar, a criar para ele esta obrigação tinha como finalidade “[...] conseguir uma salutar transformação das condições actuais da existência das populações indígenas das nossas colônias [...]”.¹⁵⁷

Se bem observarmos os objetivos do estudo da comissão, podemos claramente entender que o Governo estava tentando encontrar os meios adequados para se adaptar ao que fora determinado pelas Convenções de Berlim e de Bruxelas, no que se refere, não só a ocupação, como, também, ao processo de civilização dos indígenas. Uma coisa complementando a outra, porquanto de nada adiantaria o simples fato de ocupar as terras, de delimitar as fronteiras marcando a própria presença, se nada fosse feito, seja em relação à própria terra, em termos de produção, seja em relação aos seus habitantes, que seriam os responsáveis, na verdade, por esta produção, eles é que trabalhariam para fazer a terra dar frutos, frutos estes em escala produtiva, com o objetivo de lucro.

O fato, entretanto, de relevância em relação ao trabalho indígena, era, exatamente, o criar a obrigação; fazer com que a exigência do trabalho se tornasse legal, uma vez que, no sistema liberal, o trabalho era uma faculdade, e não uma obrigação imposta pelo Estado. Desde que o cidadão tivesse meios de sobrevivência, a imposição do trabalho por parte do Estado seria uma ofensa à liberdade individual. Era preciso, pois, para fazer do trabalho indígena uma imposição, que fosse criado um arcabouço legal, um sistema jurídico que comportasse tal obrigação, sem que isto fosse ofensivo aos dogmas liberais.

Todavia, não era somente a criação da norma que justificaria a exigência; uma ideologia precisava estar por trás desta criação jurídica, para justificá-la.

3.2 – Relatório da Comissão

Um assunto de tão grave importância para o país estava nas mãos habilidosas de um grande homem de Estado, acostumado a resolver os assuntos com a frieza que deve orientar todos os grandes homens de Estado, que têm de tomar decisões em benefício de muitos, embora em prejuízo de alguns. Assim é a política, o bem estar comum estará sempre acima do bem estar do indivíduo ou de um grupo. O sacrifício de uns pode representar o bem estar de muitos outros. No caso português, e em questão, o sacrifício ficou com os indígenas.

¹⁵⁷ Ibid,

O estudo da Comissão foi apresentado em 7 de março de 1899, portanto, após quatro meses e poucos dias da sua criação.

Logo no intróito do relatório apresentado, a comissão reporta-se ao objetivo estabelecido no item f., e de como ela entendeu o ali constante.

“Se a comissão não foi induzida pelas suas próprias opiniões a interpretar erradamente este trecho da mencionada portaria, contem-se nele a doutrina de que é direito do Estado *obrigar* os naturais das províncias ultramarinas a trabalharem, empregando para isso, além de incentivos, *imposições* e de que portanto é *dever* correlativo desses naturais não se recusar ao trabalho, sendo esse dever não meramente moral, senão também legal jurídico, pois que só o cumprimento deste último pode ser imposto pela autoridade pública.”¹⁵⁸

Pronto, aqui estava dado o primeiro passo para uma nova doutrina, uma nova ideologia, um novo sistema jurídico para o trabalho indígena. Nesta nova política o traço fundamental era a retirada dos direitos individuais dos indígenas, que foram adquiridos, se bem que podemos dizer: outorgados, porque se adquiridos fossem, teriam a participação dos próprios interessados, no caso os indígenas, que apenas receberam o que o “Mesmo” quis lhe conceder, durante o período das campanhas liberais que culminaram com a abolição da escravatura.

Mais adiante, ainda na introdução do Relatório, o Senhor Relator diz que a doutrina embora “[...] pareça destoar de algumas disposições das leis e regulamentos liberais em vigor nesses territórios [...]” não encontrou qualquer dificuldade de aprovação por parte dos componentes da Comissão, embora esclareça que não houve discussão se a filosofia do direito poderia “[...] deduzir o *dever* ou a *obrigação de trabalho* da melhor teoria das relações entre a colectividade social e o individuo e dos poderes daqueles sobre este; [...]”.

¹⁵⁹ Um comentário urge que seja feito: Os membros da comissão realmente não encontrariam qualquer dificuldade em aprovar, ou melhor, em concordar com Ennes nas suas idéias. A Comissão foi formada exatamente para fazer com que o indígena deixasse de ser cidadão para ser o “indígena”, com toda a conotação pejorativa que o termo indicava como nos informa Isabel Castro Henriques.¹⁶⁰

Realmente, Ennes e a Comissão se tivessem discutido o Direito, certamente, não encontrariam a fórmula que, durante tanto tempo, veio a ser o substrato da exigência do trabalho indígena.

¹⁵⁸ ENNES, A., et all., p.25-55. (todos os grifos são do autor)

¹⁵⁹ *Idem*, p.26.

¹⁶⁰ HENRIQUES, I.C., 2000. p.230.

Eles criaram um novo direito para o Estado português e um novo, mas bem velho e conhecido, dever para os indígenas – o do trabalho forçado.

Evidentemente que a Comissão não se preocupava com o ordenamento jurídico, e nem mesmo com a ideologia, então vigente, da liberdade contratual; aliás, o texto literalmente a isto se refere quando informa que os membros da Comissão não sabem, “[...] se às soberanias coloniais, só pelo facto de o serem, é lícito submeter a tamanha restrição as liberdades individuais dos seus súbditos.”¹⁶¹

Os membros da comissão, pois, reconheciam, efetivamente, que o que estavam propondo era uma restrição à liberdade dos “indígenas”, aqueles que, de acordo com o art. 359 do *Código Civil*, tinham direitos originários da sua própria condição de homem, direitos estes reconhecidos e protegidos: o de existência; o da *liberdade*; o de associação; o de apropriação e o de defesa, entendendo o código como direito de liberdade o consistente no livre exercício das faculdades físicas e intelectuais, que compreende o pensamento, a expressão e a ação¹⁶² Se para justificar o afastamento dos cânones do liberalismo era necessário fazer o indígena retornar ao estado de selvagem, então isto seria feito sem maiores problemas ou, quiçá, pré-conceitos.

Primeiramente, além de ser reduzido ao estado de selvagem, ele teria também de, conseqüentemente, adquirir o status de incapaz, um adulto infantil, que precisava de alguém para lhe guiar os passos, como um bom pai faz aos seus filhos menores, com o intuito de lhes educar.

Estas idéias não eram novas, apenas estavam um pouco adormecidas com o surto liberal que dominava o pensamento europeu. O redespertar delas justificaria, durante longos anos, toda e qualquer política empregada em relação aos indígenas.

Era preciso encontrar a fórmula de afastar o indígena de qualquer direito relativo à cidadania, e nada melhor do que colocá-los no limbo, num espaço em que não se sabe o que se é, nem para onde se vai; que não se é nada para algumas coisas, mas se serve, perfeitamente, para outras. Purgam-se os pecados para se alcançar à glória de entrar no reino dos céus, no presente caso, no seletor mundo dos brancos, que, no momento, não precisava de que os indígenas saíssem daquele espaço, que estava sendo politicamente criado para ele, distanciando-o do mundo civilizado, no qual ele era incapaz, talvez mesmo, até de sobreviver, devido a tantas diferenças.

¹⁶¹ *Idem.*

¹⁶² *Código Civil Portuguez, ob cit. p.57*

O estado de incapaz era o motor para a implantação de uma tutela que tanto serviria para fiscalizar os contratos de trabalho dos indígenas, como também para lhes exigir que estes contratos fossem feitos, ou seja; que o trabalho efetivamente existisse, porque isto era uma obrigação a que o Estado atribuía o status de “moral” e que cabia ao bom tutor exigir dos seus tutelados. Só assim eles poderiam sair do estado de incapacidade “artificial” que lhes foi atribuído, se é que, algum dia, isto pudesse acontecer e seria mesmo este um interesse do tutor.

Quando falamos da “incapacidade artificial” nos referimos ao fato de que ela foi pensada e criada para os indígenas e tinha o objetivo claro de torná-los, completamente, dirigíveis, pessoas sem opções, desprovidos de vontade, esta última no sentido de exprimir os seus desejos, realizar as suas vontades, escolher como estar e se portar diante da vida, enfim, ser livre.

Um outro argumento utilizado pela Comissão era relacionado à vadiagem. Achava a comissão que como o código penal condenava a vadiagem como crime, o que equivalia a proclamar o trabalho como preceito legal.

O que entendia a Comissão como preceito legal? Certamente não o entendia como o que ele efetivamente é, independentemente de fator cronológico, o enunciado da lei, Isto é o que significa um preceito legal. O preceito legal é a exteriorização da lei, é o seu enunciado que deve ser conhecido, é a lei propriamente dita, entendendo-se aqui lei em sentido lato, não só a norma elaborada pelo Poder Legislativo, mas também as normas criadas pelo Executivo, não só utilizando-se da delegação que lhe é concedida pelo Legislativo, como, também, através dos atos administrativos que criem, modifiquem, extingam direitos, atos reguladores de conduta.

Evidente está que a Comissão, quando fala em preceito legal, quis lhe atribuir uma categoria jurídica. E sua exigência, esta sim, contida num preceito legal, um direito do Estado.

Sendo, pois, a vadiagem um crime, um veneno social, o trabalho, segundo a comissão, deveria ser o seu antídoto, e, portanto, podia ser administrado a tantos quantos estivessem atacados por essa moléstia, ou seja; a grande maioria dos indígenas, que como já dito anteriormente, não tinham o trabalho como uma obrigação regular.

É notório que as legislações criminalizavam a vadiagem, o “vadio era o parasita social” que ameaçava a segurança pública. A repressão a este tipo de conduta era um meio

de controle social, para a manutenção da paz social. A vadiagem sempre esteve diretamente ligada à ociosidade, à mendicância, às ruas, à baderna e os Estados sempre tiveram a preocupação de afastar os “vadios” do seu habitat que era a rua, de fazê-los trabalhar, tanto que a Inglaterra, (1601) recolhia os seus “vagrants” e “beggars” (vadios e pedintes) às “Houses of correction” Neste mesmo século (XVI) a Holanda cria casas correcionais para os seus vadios, mendigos e prostitutas. As Ordenações Filipinas, (1603) Livro V, Título LXVIII, - Dos Vadios define-os ¹⁶³ e determina o castigo correspondente, Código Criminal do Império do Brasil 1830, (arts. 295-296) mantém o tipo penal que encontra similaridades em quase todas as legislações, a ociosidade, a vida errante é essencial para a sua caracterização Assim, reprimir a vadiagem não era qualquer novidade e, até mesmo, uma necessidade social; o grande problema em relação aos indígenas, era, exatamente, transportar da legislação penal metropolitana o tipo penal “vadiagem” para caracterizar a “ociosidade” do indígena africano.¹⁶⁴

A vadiagem, entretanto, pressupõe a noção de liberdade, isto é, a escolha que faço, ainda que escolha uma conduta proibida por lei: a de viver sem domicílio certo, sem trabalho, nas ruas.

Mas o que fez a Comissão? Colocou a vadiagem como substrato para o dever do trabalho. Se o Estado pune a vadiagem é porque o trabalho é um “preceito legal”, uma obrigação a que não se pode fugir e que, portanto, pode ser exigida, coercitivamente, pelo Estado, usando o poder de polícia que lhe é inerente.

Desfez, através da criminalização da conduta – o não trabalhar –, a liberdade individual e a, conseqüente, liberdade contratual assegurada pelo liberalismo e pelo Regulamento do trabalho dos indígenas de 1878. Ao indígena que não tinha trabalho, “e não por viver nas ruas”, atribuíam-se a conduta criminosa, considerando-o, portanto, vadio e, por força disto, o trabalho lhe era imposto nos termos da lei.

Um outro argumento utilizado foi o de que as nações sujeitam os menores à instrução obrigatória, no que restringe o pátrio poder, afim de que esta sujeição possa ser

¹⁶³ “Mandamos, que qualquer homem que não viver com o senhor, ou com amo, nem tiver Officio, nem outro mestér(2), em que trabalhe, ou ganhe sua vida, ou não andar negoceando algum negocio seu, ou alhêo, passados vinte dias do dia, que chegar a qualquer Cidade, Villa, ou lugar, não tomando dentro nos ditos vinte dias amo, ou senhor, com quem viva, ou mestér em que trabalhe, e ganhe sua vida, ou se o tomar, e depois o deixar, e não continuar, seja preso, e açoutado publicamente.

E se fôr pessoa, em que não caibam açoutes, seja degredado para África per hum anno(3) (grifos nossos) transcrito do site www1.ci.uc.pt/hti/proj/filipinas/15ind.htm acesso em 07.05.2008.

¹⁶⁴ Ver. FOLLIET, J., 1934., pp.227; SILVA, C. N.da, 2004, p.458-466

efetivada, ou seja; o Estado pode exigir dos pais que promovam a instrução dos seus filhos, obrigando-os a fazê-lo, o que é uma restrição à liberdade, e ao próprio poder dos pais sobre os filhos. O Estado age assim para o bem da coletividade, porque é muito mais fácil alcançar o progresso com uma população educada e capacitada tecnicamente. Ora, se o Estado pode fazer isto com as crianças, porque não fazê-lo com os indígenas que “[...] não sabem reger a sua pessoa e bens”?¹⁶⁵ Aplicar-se-ia, pois, analogicamente, esta faculdade do Estado de exercer o pátrio poder em relação aos indígenas.

Não se sabe como a Comissão conseguiu fazer essa analogia. A analogia refere-se a situações parecidas, em que uma delas está regulamentada e a outra não. A situação das crianças nada tem de parecido com a situação dos indígenas; na primeira fala-se em restrição do pátrio poder, com a finalidade de obrigar que a criança tenha instrução. Na segunda, retira-se do indígena a sua capacidade legal, tornando-o um incapaz e, em nome e desta incapacidade, cria-se uma obrigação para o seu aperfeiçoamento, para que ele alcance, “de novo”, a capacidade, este último termo agora entendido como “civilizado”. Onde está a mínima semelhança entre as situações para justificar a analogia pretendida pelos membros da comissão? Não se sabe.

Se os indígenas não sabem reger a sua pessoa e bens eles tem de ser considerados, diante da lei, como incapazes, e todos os incapazes necessitam de um tutor, que lhes dirija a vida, tome as atitudes por si, façam as coisas por si, obriguem-se por si, ou seja: exprima, por ele, a sua vontade. Em termos jurídicos, tenha um representante legal.

Ora, o argumento da Comissão era de que se o Estado, como “pater família”, podia tutelar os indígenas, “[...] se essa tutela benfazeja se arroga poderes para, por exemplo, - fiscalizar-lhes os contratos de trabalho, tais poderes devem chegar também para os fazer trabalhar.”¹⁶⁶

A sensação que se tem com essa causa - consequência, com essa lógica da comissão, é a de que o “carro está adiante dos bois”; porque o Estado exerceria a fiscalização dos contratos de trabalho, não como um favor para os indígenas, e sim no exercício da sua própria atividade. Esta fiscalização, seja em Portugal - Metrópole, seja em Portugal - Colônia, deveria ser uma atribuição do próprio Estado, que cumprindo o seu dever, tem de zelar pelo bem estar da coletividade, e este zelo inclui os deveres de

¹⁶⁵ ENNES. A., et all, pp 26-27..

¹⁶⁶ Idem,p 27.

fiscalização, de aplicação de multa em caso de descumprimento da lei, na exigência coercitiva do cumprimento do ato não cumprido voluntariamente.

É desta atividade do Estado, que juntamente com a administração da Justiça, resulta a segurança das relações jurídicas, a manutenção da paz social e a segurança do cidadão de que as obrigações serão fielmente cumpridas, não só as provenientes das relações de direito privado, como as de direito público, em que uma das partes é o próprio Estado; portanto, a proteção, apelidada de tutela em relação aos africanos, não exigiria, como contra prestação, o dever de “prestar trabalho”.

Se, e no caso dele ser prestado, o Estado usando o seu poder de polícia, que era e é atribuído à administração como um todo, fiscalizaria o contrato de trabalho do indígena, segundo a orientação do próprio relatório que transformava o indígena em incapaz, para que este último não fosse alvo de nenhuma fraude, e não tivesse prejuízos pela falta de observância da lei por parte dos patrões.

Como colocado pela comissão, temos a sensação de que a fiscalização seria exercida antes mesmo de o indígena trabalhar, porque só o fato da sua existência, já faria o indígena trabalhar. É até mesmo possível que o raciocínio tenha sido este, uma vez que com tantos agregados e afilhados a espera de uma oportunidade de “trabalhar” em África; ser uma autoridade; poder mandar em alguém, como sempre nos mais fracos, “os indígenas” - necessariamente, as funções fiscalizadoras tinham de estar ligadas a cargos que deviam ser preenchidos, e algum serviço deveria ser mostrado, portanto, se não houvesse trabalho por parte dos indígenas, toda esta estrutura administrativa ficaria ociosa.

O certo, entretanto, é que com a analogia ou não, os indígenas perderam a sua capacidade, retiraram-lhe a sua “[...] identidade própria”¹⁶⁷, tiveram cerceada a sua liberdade, foram transformados em “bestas” humanas sem capacidade de entender, e determinar-se de acordo com este entendimento, ou seja, exercer a própria liberdade.

Criou-se primeiro, para os indígenas, o dever, que é completamente diferente de obrigação.¹⁶⁸ A obrigação é um vínculo que se estabelece entre dois sujeitos de direito, resulta, na sua grande maioria, de uma manifestação da vontade: obrigo-me porque sou capaz de contrair obrigações e de cumpri-las e o faço porque desejo alcançar o objeto, o

¹⁶⁷ HENRIQUES., I.C., ob. cit. p.230

¹⁶⁸ Ver MONCADA, C., 1932 p.246-247; COELHO, J.G.P., 1939, pp.4 -5, 106-107; VARELA, J.de M.A.,1945,p.197; SILVA, M.D.G da, 1943. p. 17; CARVALHO, A.G.,1936, pp 17-19, 47.

fim que vai ser atingido quando a obrigação for cumprida. Em um contrato de compra e venda, obrigo-me a comprar uma coisa determinada, mediante o pagamento de um valor; feito o pagamento, o vendedor, se não houver qualquer outra condição, tem a obrigação de entregar a coisa comprada.

No contrato de prestação de serviços, obrigo-me a, por determinado valor, prestar um serviço; feito o serviço o tomador tem a obrigação de pagar o valor acordado. O contrato de prestação de serviço pode ser para a prestação de um único serviço, ou seja, exaure-se com um único ato de execução, como pode ser de prestação continuada, uma obrigação de trato sucessivo, que vai se renovando no tempo; a cada prestação uma nova contra prestação: presto serviço – recebo o pagamento.

A obrigação deriva de um pacto, enquanto o dever é uma imposição. A obrigação é autônoma, nasce do vínculo criado pelas partes. O dever, ao contrário, pré-existe à obrigação. Antes mesmo da existência de qualquer vínculo e independente dele, o dever existe, está pré-estabelecido na lei e do qual não posso fugir, sequer pode ser discutido e é isto que foi feito em relação aos indígenas, criou-se um dever para eles, e por isto mesmo, o Estado poderia compeli-los a cumprir tal dever. Mas, para que este dever adquirisse a natureza que lhe foi emprestada pela Comissão, esta teve de fazer uma engenhoca jurídica que assegurasse que, com este dever, se estava dando ao indígena a oportunidade de civilizar-se, e, em contra partida, o país, Portugal, cumpria a sua própria missão civilizadora, que era retirar os indígenas do estado de selvageria em que se encontravam.

A Comissão, pois, contradiz-se nos seus próprios argumentos. Se quero levar a civilização aos indígenas e penso que, para isto, o caminho é o trabalho, não seria transformando-o em incapaz, “besta”, que isto seria alcançado.

Esta é uma lógica que não comporta contra argumentação, porque o caminho da civilização, em qualquer época, em qualquer espaço físico, passa pela evolução da própria espécie. A evolução da própria espécie pode dar-se por meios naturais, a própria adaptação do homem ao habitat, às inovações ocorridas por força da necessidade; quanto pode ser realizada pela própria obra do homem, isto é: tecnicamente, cumprindo um programa, uma política com métodos e com fins previamente determinados, o que implica em sempre se estar a caminhar para frente, uma evolução que pode até implicar em retrocesso em relação aos métodos, mas que visa, sempre, alcançar o melhor, seja para uma determinada comunidade, seja para uma universalidade maior.

O certo é que para os indivíduos, que participam desta evolução planejada, há uma aquisição de valores, algumas vezes demonstrada pela melhoria da vida da própria comunidade, pela aquisição de conhecimentos (educação), pela prosperidade econômica (produção da riqueza), enfim: o programa alcança seus objetivos quando o homem passa de uma condição pré-civilizacional para uma civilizacional: viver em uma comunidade politicamente organizada, sujeita a normas de convivência social.

O resultado político é conhecido em função da coletividade, mas o indivíduo, que forma esta coletividade, há também de demonstrar a sua própria evolução pessoal.

Entrando novamente na lógica da Comissão, o que ganhariam os indígenas em tendo a obrigação de trabalhar se, para tanto, teria de haver uma involução? Aqueles que o Estado tinha, outrora, erigido à condição de cidadãos, retornavam agora à de não civilizados, portanto, selvagens e, como selvagens, incapazes. Sendo, pois, incapazes, não alcançariam qualquer outro estágio, conservando-se na sua incapacidade, dali não saindo para galgar qualquer outro status social. A lógica de civilizar “bestas” não encontra apoio nesta teoria civilizacional em que se baseou a Comissão, e não só ela, como toda e qualquer administração colonial à época.

Porque a lógica civilizacional, ao que parece, não incluía a evolução do indígena enquanto indivíduo com direitos e deveres, ela enfatizava apenas deveres destes para com o Estado, e para bem da coletividade, que não era pensada em termos de “indígenas”, e sim de civilizados; os brancos europeus.

O fato é que, como lógica correta ou não, o trabalho forçado como obrigação moral restou indicado e, posteriormente institucionalizado.

Entretanto, a própria Comissão que reconhecia ser, as medidas aconselhadas (meios práticos mais eficazes para obrigar os indígenas a trabalhar), uma verdadeira restrição às liberdades individuais, cuida de indicar outros meios para que o indígena, sem ser forçado (trabalho compelido, correcional), produzisse através de trabalho voluntário, que seria, como o nome induz, voluntariamente, contratado e prestado pelos indígenas; como por exemplo, o recurso à agricultura indígena.

Este último recurso, entretanto, exigia uma legislação referente à terra, que regulasse a sua ocupação, posse, propriedade, bem como o capital para fomentá-lo.

Pensa, portanto, a comissão no regime de colonato,¹⁶⁹ e argumentava que:

¹⁶⁹ ENNES. A., et all, ob. cit. p. 39.

“Antepassados nossos, gente de nossa raça superior, avantajados aos negros de Angola ou da Guiné no nível intelectual e moral, homens livres, talvez guerreiros da conquista do solo nacional, eram *colonos* nas *herdades jugadeiras*, e cultivavam-nas, não já adstritos à terra, mas sem poder dispor dela, que pertencia à coroa e obrigados a residir nela sob pena de expulsão; e, todavia, não sentiam deprimida a sua dignidade de ingênuos, antes os invejavam vizinhos bem pior aquinhoados na partilha dos benefícios sociais. Porque há-de, pois, repugnar aos melindres *dessas leis e regulamentos liberais*, que V. Exa. recomendou ao nosso respeito, que os indígenas da África ou da Índia tenham ainda hoje, em relação à terra que cultivam uma situação semelhante a essa, tradicionalmente portuguesa?”¹⁷⁰

A citação é longa, mas necessária, porque a análise do que nela contém, não só demonstra o desprezo com que a Comissão tratou o indígena, justificando em muito as medidas que lhe transformaram em “bobo”, “incapaz”, “burro de carga”, “instrumento”, “coisa”, como o pouco caso que se deu em relação aos princípios liberais.

Os indígenas, se em todos os momentos do relatório, implicitamente, são tratados como inferiores, aqui, explicitamente, a Comissão não esconde, nem tenta esconder o pensamento individual de seus membros liderados por Ennes, que em seu relatório de 1893 – *MOÇAMBIQUE* - em nenhum momento deixou de demonstrar o seu pensamento em relação à inferioridade do que ele chamava de “raça negra”.¹⁷¹

“Antepassados nossos, gente da nossa raça superior”. Os indígenas, pois, pertencentes à raça inferior, podiam, ser “cobaias” de todas as coisas, de todas as idéias, de todas as experiências, quanto pior, quando a estas mesmas experiências já tinham sido submetidos os “ocidentais” brancos, portugueses até, sem que isto lhes tirasse qualquer pedaço, muito pelo contrário, felizes eles foram por ter passado por esta experiência.

Ennes estava a referir-se a uma maneira encontrada para o aproveitamento da terra, das herdades do rei, nos séculos XII, XIII.¹⁷²

¹⁷⁰ *Idem*. pp. 39-40

¹⁷¹ Na época estava em plena efervescência a ideia de que os “negros” pertenciam a uma espécie inferior. A raça era, não uma categoria biológica, e sim um critério de hierarquização. No ápice da pirâmide racial estariam os brancos, que pelas suas características físicas: rosto ortognático, (reto) cabelo liso, pele clara eram os mais elevados na escala humana. Os da raça negra, tinham rosto prognático, (projetado para frente), a cor da pele mais ou menos negra, cabelo crespo a que está perefeitamente associada a inferioridade intelectual. Estas idéias são do médico Paul Broca, que desenvolveu a craniometria, medição do crânio e associava as características anatómicas deste com as capacidades mentais dos indivíduos. O crânio alongado, “dolicefalo” era tido como característica do branco, o arredondado “braquicefalo” caracterizava o negro e o asiático.

¹⁷² Ver. *Dicionário de História de Portugal*. Dir. Joel Serrão, Vol. II, 1965, pp.436, 493-498. É interessante notar que Ennes faz referência específica a colonato e herdades jugadeiras, estas últimas, de acordo com o que consta do verbete da obra indicada, eram “[...] aquelas em que a renda era constituída por uma percentagem da produção bruta”, Em relação ao colonato, os moradores “[...] eram compelidos a darem um certo numero de dias de trabalho por ano na reserva senhorial, isto é, a darem umas tantas “geiras” anualmente”. ALMEIDA, J.M e LACERDA, A.C., 1874, p. 431.

Pretendendo ressuscitar a instituição, sugere que sejam concedidas terras em que o ocupante tenha obrigação de residir e de cultivar, embora tais terras continuem a pertencer ao Estado, que receberá por isso uma pensão fixa, quando o colono poder pagá-la, com a vantagem, sobre a instituição inspiradora, de adquirir “[...] ao cabo de vinte anos a propriedade plena da gleba [...]”¹⁷³.

Com o colonato, nos termos indicados, Ennes e a Comissão acreditavam que a liberdade de trabalho estava assegurada, porque deixa ao “[...] colono o proveito todo e toda a liberdade do seu trabalho [...]”. Ou seja, dentro da terra o colono poderia trabalhar da maneira que quisesse, contanto que demonstrasse a produção, caso contrário, a terra ser-lhe ia tomada.

Sugere, ainda, a Comissão, o aproveitamento dos braços em colônias agrícolas, que também seriam estabelecimentos correcionais ou penais, bem como em culturas que sejam empreendidas em larga escala, nesta última hipótese, recorrendo-se às iniciativas estrangeiras.

Finalizando parte do relatório no que se refere às medidas envolvendo o trabalho indígena, a Comissão arremata o seu ofício, esclarecendo:

“O trabalho obrigatório dos indígenas, o trabalho correcional, o trabalho dos sentenciados devem ser um auxílio valioso para esses cometimentos do Estado. As autoridades ficarão dispostas de milhares e milhares de braços, *disciplinados, baratos, quasi gratuitos*, com que se pode fazer muito. Há exemplos, recentes, dos prodígios – *até prodígios*, - que é possível operar, aproveitando-se e dirigindo-se bem a *actividade obediente das populações africanas*”.

A finalização não poderia ser mais clara: o Estado poderia muito lucrar se utilizasse o seu poder de mando. Aos indígenas cabia, tão somente, a obediência, sem direitos e com muitos deveres, dentre os quais, o de trabalhar, praticamente, como bem diz a Comissão, de graça. Acompanhando o raciocínio da Comissão, era uma dádiva receber qualquer pagamento por fazer crescer a África, por contribuir com o enriquecimento, seja dos particulares, seja do Estado. A oportunidade que se dava aos indígenas não tinha preço, portanto, a obrigação do trabalho nem mesmo deveria ser recompensada, porque, ela era um dever, e quem cumpre um dever não tem que ter qualquer recompensa.

A sorte estava lançada. A Comissão cumpriu o seu mister, resta saber em que o Governo aproveitou as suas recomendações, fruto do estudo laborioso de uma Comissão,

¹⁷³ ENNES.A. et all, p. 40.

presidida por Ennes com toda a sua experiência de campo, em Moçambique, terra que passa de cobaia a modelo para o mundo africano português; sim porque a grande maioria de todas as recomendações utilizadas pela Comissão foram frutos das observações e da administração de Ennes, enquanto Comissário Régio e em campanha em Moçambique. Arriscaria ainda a dizer: frutos do intelecto de Ennes, que estava impregnado da ideologia da superioridade do branco em relação ao negro, ideologia essa utilizada como substrato para toda e qualquer medida colonialista justificadora da necessidade de trazer o negro à civilização, não em lhe dando liberdade, mas tirando-a, até mesmo retirando o pouco do muito que outros para si conseguiram, porque, até então, o negro recebia o “bolo” já pronto, sem participação na sua confecção. A si era dada uma fatia, talvez restos, do bolo feito com ingredientes vindos de fora, que não fazia bem ao estomago acostumado com as coisas da terra. Entretanto, antes de Ennes, um mínimo de liberdade lhe fora assegurada, afinal, era ele, ainda que não podendo gozar dos direitos a esta condição inerentes, um cidadão português. Agora, com Ennes, era ele, simplesmente, um indígena que tinha braços, braços que seriam utilizados, à força, para garantir a posse da terra aos portugueses.

Após 4 meses de discussões, o estudo estava pronto para ser entregue ao Ministro das Colônias. O relatório estava acompanhado por um projeto contendo 94 bases (artigos).

3.3 – Apresentação ao Parlamento

O Estudo foi entregue ao Senhor Ministro das Colônias em 7 de março de 1899.

Já, em 23 do mesmo mês e ano, fazia parte das 13 propostas de lei apresentadas ao Parlamento. Ao menos quatro delas foram inspiradas no estudo da comissão, mui particularmente, a que tratava do trabalho indígena.

A proposta apresentada ao Parlamento em nada divergia do que fora indicado nas bases apresentadas pela Comissão, apenas alguns artigos foram retirados e passaram a fazer parte de outros projetos de lei. É que o Governo optou por apresentar propostas por assuntos, cada um deles ganhou o seu específico projeto.

Assim, o Projeto da Comissão que tinha 94 bases, passa em relação ao Regulamento do Trabalho, lei final, a ter 65, que fazem parte da Proposta de Lei no. 5 – Trabalho dos Indígenas. É necessário que se diga que o que foi apresentado a Câmara era, salvo pouquíssimas alterações, que não modificaram em nada a doutrina e os objetivos, o

mesmo que fora apresentado pela Comissão. Uma das poucas divergências encontra-se no art. 15º correspondente a base 15 do projeto da Comissão, referente à intervenção da autoridade em relação aos contratos. No segundo estava estabelecido que os contratos seriam feitos com ou sem intervenção da autoridade; o primeiro completa tal base para determinar que, com ou sem intervenção da autoridade, os contratantes, em caso de descumprimento do pactuado, tenha a proteção do Estado para fazer valer os seus direitos. No caso do contrato ter sido feito com a intervenção da autoridade, nos termos do regulamento; quando feito sem a intervenção dela, nos termos da lei geral, no caso, o Código Civil.¹⁷⁴

Uma outra alteração ocorreu no enunciado do Art. 25º, base 25, em que se retirou a frase: “*a renovação poderá ser effectuada no próprio local onde trabalhem os serviçaes*”¹⁷⁵, afinal o privilégio concedido aos roceiros de São Thomé não poderia ser perenizado, isto dependeria de muitos funcionários, imaginando-se, claro, que agora não só os roceiros de São Thomé teriam tal privilegio, e sim todos os que contratassem indígenas, Rand, Transval, Colônias francesas. Se a renovação fosse feita no local dos serviços, ou seja, na mina, na roça, na plantação, os funcionários da Curadoria teriam de estar nestes locais para presenciar e oficializar tal renovação, o que implicaria num aumento sensível de despesas e, mais uma vez, em uma maneira de coagir os indígenas a aceitarem estas renovações.

No art. 34º, base 34 há acréscimo de “ss” na expressão “tornando-a inefficaz”, isto porque a Comissão colocou a expressão no singular, quando deveria ser no plural, pois, refere-se à intimação e a resistência à ação compulsória.¹⁷⁶

Retira-se do art. 37º o Parágrafo Terceiro, que se referia à proibição de requisitar serviçaes compelidos aos indivíduos que se encontrem nas condições ali estabelecidas. No projeto da comissão proibia-se á requisição a quem tivesse sido condenado por descumprimento de obrigações relativas aos serviçais, com limitação do prazo da proibição de 5 anos. Ou seja; após cinco anos aquele elemento que descumpriu a lei, poderia voltar a fazê-lo, o Estado lhe autorizava legalmente a tal. No projeto de lei apresentado a Câmara, o parágrafo foi retirado.¹⁷⁷

¹⁷⁴ VILLAÇA, A.E., 1899, pp. 30, 164.

¹⁷⁵ *Idem* pp. 33, 167 (grifo nosso)

¹⁷⁶ *Ibid.* pp 34, 168.

¹⁷⁷ *Ibid* pp 36, 169

Uma alteração apenas para retificar números de artigos colocados erroneamente, art.44º. Item 9º, em que a base faz referência ao art. 8º quando o correto é 18º e acrescentar que os nos. 4º. e 5º são do § 1º do art. 17º, que já se encontra no próprio texto, alteração explicativa e corretiva, tão somente.¹⁷⁸

Uma outra alteração, com mais significado, é feita no art. 46º que se refere aos recursos dos atos jurisdicionais dos Curadores¹⁷⁹. Nas bases, os recursos deveriam ser dirigidos ao governador da província em conselho de governo. No projeto de lei os recursos devem ser dirigidos aos tribunais ordinários. A modificação feita, o foi corretamente, porque se os curadores exercem uma função judicial, julgam os casos conforme o regulamento permite. Se a função é judicial, os recursos contra estas decisões, que são sentenças judiciais, devem ser julgados por quem, também por força de lei, faça parte do poder judicial, no caso, um tribunal ordinário.

A modificação é completamente cabível e assegura o duplo grau de jurisdição e a imparcialidade necessária às decisões judiciais, entretanto, há limitação para este duplo grau de jurisdição, porquanto a grande maioria dos julgados nem sequer são passíveis de recurso, e, no caso de admissão deles, § 3º do art. 20º, têm natureza administrativa e não judicial, porque é dirigido ao Governador em conselho, órgão que não faz parte do poder Judiciário. Mais uma vez, a especialidade das leis ultramarinas é observada para afastar princípios vigentes na Metrópole e assegurados pela Constituição, que é a revisão dos atos judiciais pelo próprio judiciário.

As demais alterações referem-se a dispositivos que passaram a fazer parte de outros projetos de lei, o que modifica a numeração das bases em relação ao projeto apresentado.

Em princípio, o requisito urgência, estava mais de que atendido. Se recebo um relatório em 7 de março e já, neste mesmo mês e ano, tenho um projeto de lei pronto para discussão na Câmara, é porque, preciso que este projeto seja votado com urgência.

Na apresentação das propostas á Câmara, o Senhor Ministra, no seu discurso, apela “[...] para a experiência e para o patriotismo do parlamento [...]” porque os assuntos ali tratados prendem-se á prosperidade do domínio colonial português.¹⁸⁰

¹⁷⁸ *Ibid.* pp.38,170

¹⁷⁹ *Ibid.* pp.39,171

¹⁸⁰ DCSD nº 31 de 20.03.1899 p.14

Continua esclarecendo que o problema é demasiado vasto e complexo e que, por isso mesmo, não pode ser atacado de uma só vez, acrescentando que para a prosperidade das colônias são necessárias boas leis, bons funcionários e bons colonos. E, parafraseando Ennes no seu relatório,

“[...] faz-se mister attrahir, o capital, crear empresas agrícolas e commerciaes. É grave erro supor que simplesmente com braços e audácia se vence nas colónias. A questão dos capitaes sobreleva a todas as outras. Procurar, pois, facilitá-los, em boas condições ao agricultor, ao industrial, ao commerciante, é empenho em que desveladamente devem lidar os que têm a seu cargo a administração ultramarina”¹⁸¹.

Mais ainda diz o Senhor Ministro: é preciso que os indígenas sejam iniciados nas artes manuais, “[...] ir-lhes ensinando gradualmente os processos aperfeiçoados de cultura do solo, de modo a convertel-os, para proveito nosso, em agentes productores”¹⁸².

Também carecemos, acrescenta: “[...] de orientar a nossa industria de maneira a fornecer productos fabricados em harmonia com os gostos e costumes dos mesmos indigenas, unico processo efficaz e pratico de conquistar os mercados das colónias”¹⁸³.

Salienta ainda que muitos pontos devem ser modificados em relação à legislação para o ultramar, pois não é possível aplicar ao ultramar os mesmos processos administrativos que são utilizados na metrópole, e nem, tampouco, aplicar uma legislação uniforme para todas as colônias, “[...] por vezes tão distinctas pelas circumstancias do solo e por condições climatericas e ethnographicas. Cada colónia tem necessidades especiaes que as outras não conhecem, todas ellas, necessidades do que a mãe patria não soffre”¹⁸⁴.

Na sua fala o Ministro reporta-se á importância do funcionalismo e do regime de terras, além do esforço que se deve fazer em relação às comunicações, pois essas aceleram o desenvolvimento da colonização, referindo-se, especificamente, aos caminhos de ferro e explicando, metodologicamente, como deve ser feita esta construção.

E, ainda ele a falar: “[...] em obediência aos princípios que ficam expostos e tendo atenção as mais urgentes necessidades das nossas possessões ultramarinas, elaborei algumas propostas que ao diante apresento e desenvolvidamente justifico em relatórios especiaes”.¹⁸⁵

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² Ibid.

¹⁸³ Ibid.

¹⁸⁴ Ibid.

¹⁸⁵ Ibid.,p.15

O ministro reporta-se, também, à proposta de regime de terra que está em apreciação na Câmara dos Pares do Reino, além de outras que também esperam pela resposta do parlamento, e oferece outras tantas, (treze) mais. Dessas ora apresentadas, quatro derivaram do Relatório apresentado pela Comissão: O Trabalho Indígena; Serviços agrônômicos nas províncias ultramarinas; o imposto do álcool em Angola e Auxílios do Estado à agricultura ultramarina.

Especificamente em relação ao trabalho indígena, o Senhor Ministro faz uma pequena, mas ilustrativa, retrospectiva histórica do que foi feito em Portugal em relação a banir a escravidão das suas possessões, ressaltando as benesses do pensamento liberal, entretanto, deixa claro, que os beneficiários daquela liberdade – os indígenas – na sua grande maioria, não “[...] compreenderam desde logo e não compreendem ainda hoje as vantagens do livre exercício da sua natividade, e procedem, a maior parte das vezes, como se estivessem sujeitos ainda ao domínio dos mais fortes e poderosos.”¹⁸⁶

A passagem do discurso deixa dúvidas quanto a quem eram os mais fortes e poderosos, se os portugueses ou se os chefes indígenas, mas no restante da informação é muito claro e já começa por delinear o pensamento que vai tomar conta de tudo o quanto agora vem a seguir.

Os indígenas não tiveram a capacidade de entender o que a liberdade lhes dava, a natividade, significava o ser português e livre, sem estar atrelado a qualquer chefia, ou melhor dizendo, a qualquer dono.

Para que eles entendessem isso e aproveitassem as liberdades a si outorgadas pelas leis, era preciso lhes dar todos os incentivos “[...] de adiantamento moral attrahil-os gradual e sucessivamente ao convívio da civilização.”¹⁸⁷

E onde se achava este incentivo e esta atração a que o Ministro se reportava? Ele mesmo nos traz a resposta: “Ao atraso moral e intelectual exercitar-se-á a tutela e para trazê-los à civilização, lhes damos a obrigação do trabalho regular, porque esta vai proporcionar-lhes melhores condições de existência e a par disto, uma [...] mais proveitosa exploração do solo, e, portanto, para o mais rápido desenvolvimento das colônias”¹⁸⁸.

O objetivo explícito da lei era fazer com que os indígenas, trabalhando, fizessem as colônias desenvolverem-se. Não havia nenhuma segunda intenção neste ponto, o Ministro

¹⁸⁶ Ibid., p.47

¹⁸⁷ Ibid.

¹⁸⁸ Ibid.

das Colônias, na sua fala no parlamento diz textualmente, amparado no assegurado pela comissão: “[...] os seus milhões de habitantes devem fornecer legiões de trabalhadores robustos, disciplinados e baratos, logo que as leis e os costumes consigam vencer n’elles a nativa indolência [...]”.¹⁸⁹ “Empenhado como está o governo em dar vigoroso impulso a todos os progressos do ultramar [...] cuidou de utilizar e preparar a utilização d’esse tão valioso elemento da sua prosperidade”¹⁹⁰

Onde havia, marcadamente, a segunda intenção, o motivo implícito das medidas, era exatamente no fato de reduzir os indígenas à condição de incapazes, para que assim eles pudessem ser manipulados, orientados, no dizer da lei, civilizados, justificada pelo primeiro objetivo explícito, que fica bem claro quando o Senhor Ministro diz que a autoridade pública que exerce uma ação tutelar sobre os indígenas, em tantos aspectos tem o direito de lhe impor o trabalho. Era como se fosse uma questão de troca, sendo que uma das partes tinha a exclusividade do benefício, aquela que mandava, compelia, ordenava, utilizava os verbos da dominação. O “Outro”, como já dito, era apenas um instrumento, e como tal, podia ser manipulado e o meio encontrado para esta manipulação foi reduzir o indígena à incapacidade.

O Projeto, apresentado em março, continuava na Câmara, sem que fosse alvo de qualquer discussão pelos Parlamentares, preocupados que estavam com os acontecimentos na Metrópole e no mundo em relação à Metrópole. Observando-se os debates parlamentares que ocorreram dentro do período, notaremos que os grandes interesses da época estavam ligados à ocupação militar e aos orçamentos das colônias, problemas com a Inglaterra, pacificação das colônias, concessão de terras, sendo o mais importante a garantia das possessões, porquanto a Nação ainda não estava recuperada do grande prejuízo moral que fora o “ultimatum” inglês, dos acordos feitos para evitar um confronto maior com a Inglaterra, a própria derrota na Conferência de Berlim e Bruxelas, que terminou, de uma vez por todas, com o sonho do “mapa cor de rosa”.

Apesar da importância dos braços indígenas, por que o parlamento deixaria de preocupar-se com os motivos relevantes para se voltar para interesses que, em princípio, interessavam aos pretos? Aos “pretos” sim, porque o Regulamento era para o trabalho indígena na África Portuguesa.

¹⁸⁹ VILLAÇA.A.E., ob. cit. p.103

¹⁹⁰ Idem.

3.4 – Publicação do Regulamento

Como já dito, o Projeto foi apresentado a Câmara em 23 de março de 1899.

Sem dúvida que a questão da mão-de-obra era premente para os objetivos portugueses, não só para a própria ocupação em si, mas para o desenvolvimento das colônias que tinha de ser, efetivamente, demonstrado. Era, pois, urgente que o projeto fosse aprovado.

O projeto, passados oito meses e dias, não fora objeto de qualquer deliberação por parte da Câmara, o que leva o Ministro da Marinha e Ultramar a, usando da faculdade que lhe era concedida pelo art. 15 do Acto Adicional de 1852, decretar a aprovação do Regulamento para ter execução imediata nas províncias ultramarinas.

O primeiro requisito da urgência para a promulgação através decreto do Executivo estava realmente observado, o Parlamento, solicitado, não se pronunciara, cabia, pois, ao Ministro que sabia das necessidades das colônias, tão bem explicado quando da apresentação da proposta de lei, fazer a sua parte, utilizar a arma que a lei lhe dava.

O Decreto aprovando o Regulamento é, pois, publicado no Diário do Governo de 18 de novembro de 1899.¹⁹¹

Na introdução, o Ministro, mais uma vez, e justificando a urgência e a maneira da aprovação do Regulamento, esclarece que há muito tempo que urge a regulamentação do trabalho indígena, “[...] no interesse da civilização e do progresso das províncias ultramarinas”.

Ressalta que o parlamento não se pronunciou sobre a proposta na ultima sessão, o que não lhe impede de utilizar a faculdade que lhe é atribuída no Art. 15 do Acto Adicional, o que não obsta, de maneira alguma, que as Câmaras possam modificar tal regulamento e, por isso mesmo, aprova-o para que o mesmo tenha imediata execução nas províncias ultramarinas.

3.5 – Das diversas formas de obrigar o indígena a trabalhar

O Regulamento no art. 1º impõe a obrigação **moral e legal do trabalho** aos indígenas. Em relação à obrigação moral e legal já se discutiu nos itens anteriores, valendo

¹⁹¹ D.G. nº. 262 de 18.11.1899

apenas ressaltar que tal obrigação em si, não é uma criação de Enes, da Comissão, ou do parlamento português. A obrigação de adquirir, através do trabalho, os meios de subsistência é muito anterior, está ela atrelada à própria condição humana, somente o homem é capaz de produzir e com esta produção melhorar a sua própria condição, bem como a de seus semelhantes.

Raúl Ventura¹⁹² classifica o trabalho como um “[...] um acto humano e acto humano penoso [...], [...] só o homem trabalha [...] porque é o único ser que contraria a própria inclinação e se força a arrastar hora a hora e dia a dia a cadeia sem-fim do esforço idêntico e esgotante”.

A citação acima, certamente, não serviria aos propósitos do Regulamento, que a afastaria, porque aos indígenas não se poderia aplicar a teoria de que o trabalho é “acto humano penoso”: (seria perguntar a macaco se quer banana do ponto de vista dos colonizadores), mas, por certo, ela ratifica a obrigação moral do trabalho, porquanto mesmo o homem entendendo que este ato é penoso, cansativo por repetitivo, sabe que ele é necessário e a ele se submete, voluntariamente, pois, entende que é através dele que garantirá a sua subsistência e o seu próprio crescimento moral e material.

A novidade do Regulamento está, exatamente, na transformação desta obrigação moral do trabalho em dever, ao qual correspondia um direito do Estado Português, justificado “[...] por uma imperiosa necessidade de carácter político”.¹⁹³ O Estado português precisava de fazer com que os seus domínios prosperassem e, a par disso, tinha de trazer o indígena para o mundo civilizado através do esforço físico (trabalho). A fórmula, ou seja, a civilização pelo trabalho, que não era uma novidade portuguesa, dado que todas as nações civilizadoras, sob o mesmo argumento, cumprir o fardo que lhe era imposto - levar aos selvagens a civilização -, ajudá-los nessa sua conquista que seria o “début” no mundo civilizado, leia-se, mundo dos brancos, de melhorar as suas condições materiais, utilizavam-na. O ineditismo de Portugal é exatamente a criação deste novo direito do Estado de exigir, compelir o indivíduo a trabalhar, porque este tinha o dever moral de fazê-lo e sem direito de recusa.

O Estado Português com a criação deste novo direito, isto é desta nova maneira legal de regular a conduta do indivíduo, que tem o dever de “trabalhar”, o que, segundo a Comissão e o próprio ministro, pode não parecer para os juristas a melhor forma de

¹⁹² VENTURA, R.J.R., 1944, pp.12-15.

¹⁹³ VILLAÇA, A.E, ob. cit. p. 103

direito, mas que pela sua necessidade é suficiente para os homens de Estado,¹⁹⁴ cumpria o objetivo explícito que fora indicado pela Conferência de Berlim e Bruxelas, a que o Estado Português teve de se curvar, embora não tão absolutamente assim. Acabar com o tráfico de escravos, criar condições de desenvolvimento para os “nativos” podia ser apenas uma questão de aplicação de medidas diferentes para se alcançar um mesmo fim: “ter braços” disponíveis, manipulá-los, utilizá-los em benefício próprio e quase sem custos, e foi efetivamente o que foi feito no Regulamento de 1899, ao continuar permitindo o tráfico (recrutamento, engajamento, emigração) formas legais dele; (trabalho compelido, trabalho correcional) formas legais de trabalho forçado (escravidão remunerada).

Segundo este regulamento os indígenas tinham plena liberdade para escolher o modo de cumprir esta obrigação, mas se não o faziam, o Estado, através dos seus agentes públicos, podia obrigá-los a tal. Observe-se, de logo, que o Regulamento opõe-se, frontalmente ao de 1878, pois a obrigação moral do trabalhar, o dever jurídico de trabalhar é de todos, com as exceções estipuladas pela própria lei, enquanto no regulamento anterior a obrigação do trabalho, ou seja, a de contratar os seus serviços, só era estabelecida para os vadios.

O Regulamento cria três formas de se conseguir braços para fazer progredir a África portuguesa: “o trabalho voluntário”; “o trabalho compelido”; “o trabalho correcional”.

3.5.1-Trabalho Voluntário

O que eles chamavam de trabalho voluntário, que nada tinha de voluntário, era aquele em que o indígena se contratava, voluntariamente, através de contratos realizados com a intervenção do Estado a cargo da Procuradoria dos Serviços e Colonos e de suas delegacias.

O Estado, em relação ao trabalho voluntário, atuava como um agente recrutador. Segundo a Comissão que elaborou o projeto de lei, de nada adiantaria a criação de uma legislação se ela não pudesse ser aplicada, portanto, cabia a ele, Estado, encontrar quem quisesse e precisasse do trabalho dos indígenas, assim ficaria mais fácil para estes, que não

¹⁹⁴ Idem.

teriam, sequer, o trabalho de procurar o trabalho, o que não impedia a contratação direta entre serviçal e patrão, com as exceções estabelecidas na lei.

Quem necessitasse de braços poderia requisitá-los às autoridades e estas tomariam as providências necessárias para fornecê-los.

O Estado, como representante legal dos indígenas, lembrando que eles eram incapazes, intervinha nos contratos, que tanto poderia ser para prestação de serviço dentro ou para fora da colônia, arts. 16º, 21º, 23º, 24º, 41º, 43º, 44º¹⁹⁵ e realizava-os obedecendo ao estabelecido no regulamento, art. 17º.¹⁹⁶

A contratação voluntária de indígenas (serviçais) poderia ser feita sem a intermediação dos curadores e seria regulada pelo Código Civil, art. 15º, 19º, parágrafo 2º¹⁹⁷, esclarecendo-se que, mesmo no caso de trabalho voluntário, se a prestação do serviço fosse para ser realizada fora da província, necessariamente, a contratação teria de ser feita com a intervenção da autoridade. Trata-se da exceção acima referenciada.

Outra forma de trabalho voluntário estabelecida no regulamento é o trabalho em terras do Estado; “o colonato” idealizado pela Comissão e acatado nos arts. 5º. a 11º.¹⁹⁸

Aqui também há uma inovação: o Estado permite a ocupação das terras devolutas (terras públicas desocupadas), esclarecendo que, para tal ocupação, não é necessário contrato ou licença, fixando a área de ocupação em quantidade inferior a 1 hectare, sendo necessário o cultivo de ao menos 2/3 da área ocupada, 1 ano ininterrupto de ocupação e residência habitual. Se estes três elementos não forem observados a ocupação, de legítima, passa a ilegal e o colono do Estado, como foi designado pela Lei, será expulso pela autoridade.

A inovação, a criação de direito completamente novo e contrário ao vigente na metrópole, fica, aqui, bem clara, demonstrando, mais uma vez, que a Comissão presidida por Ennes não estava mesmo preocupada com o bom direito, nem a Comissão, nem quem elaborou, com base no parecer e nas bases por ela indicadas, o projeto de lei.

Por que se diz isto? Porque em bom direito somente os bens móveis são passíveis de ocupação, isto no código civil português anterior ao de Seabra,¹⁹⁹ no de Seabra²⁰⁰, no pós Seabra, todos eles só aceitam a ocupação de coisas móveis.

¹⁹⁵ D.G. nº 262 de 18.11.1899, pp. 649-650, 652.

¹⁹⁶ *Idem*, p. 649

¹⁹⁷ *Ibid.*

¹⁹⁸ *Ibid.*

¹⁹⁹ COELHO DA ROCHA M.A. 1857, pp. 325-326.

A definição de ocupação nos compêndios de direito civil é “modo de aquisição de propriedade”²⁰⁰. A aquisição da propriedade pela ocupação é modo originário desta mesma aquisição, porque a coisa passa a fazer parte do patrimônio do ocupante, sem necessidade de qualquer ato de transmissão de terceiro. A coisa adquirida por este meio nunca teve dono, ou ainda, foi perdida, era “*res nullius*”, não pertencia a ninguém.

Se assim é, a Comissão, pois, cria um direito completamente novo.

A propriedade das terras em que os colonos iriam fixar-se eram bens públicos devolutos, portanto, tinham “dono”, que era o Estado Português; depois, as terras são consideradas bens imóveis, portanto, não passíveis de ocupação; não obstante isto, os colonos não entram nela com o “*animus*” de passar a donos. Assim, ainda que se admitisse a ocupação como modo de aquisição da propriedade imóvel, mesmo assim, ao empregar o termo o legislador estaria errado, até porque não era a sua intenção “que o indígena adquirisse a propriedade”, a intenção era o uso dela em benefício do próprio Estado, que não só dava trabalho ao indígena, como também lhe exigia a produção específica de determinado produto.

Mas, como a matéria, no presente caso, é de direito colonial, em que se admite a especialidade das leis, é provável que a Comissão tenha criado a figura jurídica da ocupação de bem imóvel especificamente para o Ultramar, contrariando toda a legislação própria do Código Civil referente ao direito de propriedade. A especialidade da lei ultramarina garante criações pouco convencionais e, até mesmo, contrarias ao direito.

Ainda sobre esta ocupação, figura jurídica criada pelo direito colonial, a inovação é mesmo especialíssima, porque ainda que fosse admitida a ocupação de bens imóveis, isto é: como meio de aquisição de propriedade, necessariamente esta só poderia existir em relação a terras sem “dono”, ou ao menos, que não fosse ele conhecido e, tal ocupação, deveria partir, ou seja, o ato da ocupação deveria ser ato de vontade do ocupante. A figura criada – ocupação permitida – era em terra de dono conhecido, terras públicas do Estado; o ocupante não tinha qualquer intenção de ocupá-las, e se tivesse, não estaria obrigado a nela residir ou cultivá-la, embora, no direito comum, para induzir à posse esta ocupação deveria exteriorizar-se, exatamente, com a demonstração de cultivo, de residência, enfim, atos que

²⁰⁰ CUNHA, A. F. C., 1920, p. 258.

²⁰¹ Ver. COELHO DA ROCHA., M.A., ob. cit. p. 324-326; TELLES, J.H.C., 1909, pp. 5-9; PACHECO, A.F. C., ob. cit pp. 258-263; TAVARES, J., 1922, pp. 617-618; LIMA., F.A.P de e VARELA, J.M.A., 1948 pp. 154-159; ___, 1962, pp. 50-56; MONTEIRO, W de B., 1973, pp. 179-184.

demonstrassem que o espaço em questão era usado como se pertencesse ao ocupante (posseiro), atos que induzissem posse.

Os membros da comissão reuniram em um só instituto – ocupação – atos correspondentes a diversos outros institutos jurídicos. Há nesta ocupação, sinais de posse, enfiteuse, uso, tudo permitido por força da especialidade das normas aplicáveis ao ultramar.

A ocupação criada, na verdade, era um contrato em que o Estado Português permitia o uso da terra de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no Regulamento. Uma ocupação de bem imóvel permitida, que não admitia qualquer defesa de “posse”.

O problema da propriedade é fascinante, mas o que é importante nesse momento é o trabalho a ser realizado dentro da terra ocupada, porque sem o cultivo dela, que era a proposta do governo, o objetivo de tal forma híbrida de “ocupação” não seria alcançado, pois, o que o Estado queria era que o colono trabalhasse e produzisse, para cumprir a obrigação moral estabelecida na lei e alcançar o desenvolvimento que era uma consequência desta obrigação moral.

Entretanto, não se pode deixar de fazer uma ressalva ao art. 8º, que concede ao Estado o direito de, em caso de necessidade, alienar o domínio útil dos terrenos ocupados pelos colonos com mais de um ano de ocupação. Caso em que o adquirente deverá respeitar o domínio útil dos colonos: se estes quiserem continuar na terra, agora, como enfiteutas, pagando um foro, isto lhes é assegurado pela lei; caso não queiram, deverão ser indenizados das benfeitorias, do contrário, não podem ser desapossados. A ocupação por período inferior só dá direito ao recebimento das benfeitorias.

Com a exigência do tempo de 20 anos de cultivo e residência, e ainda a possibilidade do domínio útil ser alienado, dificilmente um desses colonos chegava a obter a propriedade plena da terra.

Os colonos do Estado, como eram chamados, estavam sujeitos ao estabelecido na lei, art. 6º e isentos dos deveres do Art. 7º.²⁰² (trabalho compelido, ser requisitado para ser mochileiro, barqueiro, carregador, prestar serviço militar obrigatório).

Em relação aos colonos, especificamente, o Estado Português, atendendo aos princípios estabelecidos para as leis ultramarinas, atende ao respeito aos usos e costumes

²⁰² D.G. nº 262 de 18.11.1899

indígenas, quando estabelece no art. 7º, que no caso de guerra, eles acompanharão os seus chefes indígenas, de que dependam, ou os seus cabos de guerra, nas operações militares. A dúvida do parágrafo fica por conta de se saber, se as operações militares eram relativas a guerras entre tribos, o que era pouco provável, dado que o Estado português queria mesmo era a pacificação, ou se estas operações militares eram por conta e no interesse do Estado Português.

No que se refere ao contrato de trabalho, de prestação de serviço propriamente dito, aquele que se faz com outra pessoa, “*intuitu personae*”, com determinado fim e por determinado preço, não poderia existir em relação ao indígena, isto porque sendo ele incapaz, como já dito, impossível seria a ele declarar a sua vontade, daí começa a se questionar qual seria mesmo a voluntariedade desta apresentação para o trabalho.

A vontade a que a lei se refere, é, exatamente, aquela do Estado Português, que precisava do trabalho do indígena, seja para arrecadar impostos; seja para ocupar, estratégica e regularmente as possessões; seja para realizar obras públicas; seja para defender o próprio domínio português; seja para garantir aos concessionários de terrenos os braços para a agricultura.

O fato de o trabalho voluntário ser pago, em momento algum ratifica a sua voluntariedade, porquanto todas as outras formas articuladas pelos idealizadores da lei também eram remuneradas, muito mal, mas remuneradas. Aliás, se assim não fosse, a ficção “trabalho livre” desapareceria completamente para dar lugar à escravidão, que em pouco diferia do que o regulamento impunha, com outros sugestivos nomes, para formas de trabalho forçado.

O que é interessante notar neste Regulamento do Trabalho dos Indígenas (1899) é que ele individualiza a legislação sobre a relação de trabalho em um diploma específico sobre ela, no qual estão estabelecidos direitos e obrigações, tanto para patrões como para empregados, regulando o trabalho subordinado,²⁰³ o que não existia na Metrópole, onde o contrato de prestação de serviço era um título do Capítulo dos Contratos – Do Contrato de Prestação de Serviços - do Código Civil Português de 1867. (serviço assalariado, serviço doméstico, contrato de aprendizagem, empreitada); ou seja: a legislação trabalhista, assim considerada como um código sistematizado de matérias relativas ao trabalho e

²⁰³ O trabalho subordinado é aquele em que o indivíduo, voluntariamente, através de um contrato, presta a outrem, regularmente, sob sua orientação e com recebimento de salário. Sobre a caracterização do trabalho subordinado, ver FERNANDES., A. M., ob.cit.,pp. 9-16 ; VENTURA, R.J.R., ob. cit.pp.52-87

especificamente sobre ele, existiu primeiramente no ultramar, ressaltando que o Regulamento de 1899 não foi o primeiro diploma ali aplicado com estas características. Anteriormente, o Regulamento de 1878 já tinha esta estrutura.

Leis esparsas regularam alguns aspectos do trabalho em Portugal Metrópole, que somente teve o seu Código de Trabalho – Estatuto do Trabalho Nacional - Decreto Lei nº. 23048 em 23 de setembro de 1933.²⁰⁴

Assim, o Ultramar esteve sempre na vanguarda em relação ao direito “subordinado” do trabalho. A especificidade desta subordinação inerente ao contrato de trabalho, regulado pelo Código Civil ou não, é que faz a especialidade das leis trabalhistas do ultramar, exatamente pela involuntariedade do desejo desta subordinação.

3.5.2 – Trabalho Compelido

É esta involuntariedade, este desejo de não subordinar-se ao “Mesmo”, que alimenta o trabalho compelido, que, como Ennes o idealizara desde 1893, foi completamente aceito administrativamente, consistindo em convocar os indígenas e oferecer-lhes trabalho e, no caso de recusa, obrigá-los a aceitá-lo.

O que se pretendia com esta espécie encontrada pela Comissão, segundo ela própria, era afastar a aplicação do art. 256 do Código Penal, isto porque o indígena não poderia ser castigado apenas pelo fato de “não trabalhar”.²⁰⁵

Para evitar que todos os indígenas fossem considerados vadios, a comissão entendeu que se deveria encontrar meios para oferecer-lhes trabalho.

Um dos meios para tal, foi essa oportunidade de encontrar trabalho para os indígenas, já anteriormente analisada, que era a possibilidade do trabalho voluntário, entendendo-se como tal, não só o prestado a favor de outrem, regulado pelo código civil e também pelo regulamento do trabalho, como o autônomo, na condição de colonos do Estado.

O terceiro método, meio de obrigar os indígenas ao trabalho, completamente inusitado é o que tratamos agora, e que consiste no convite que era feito ao indígena para que este aceitasse uma oportunidade de trabalho, trabalho este que o próprio Estado

²⁰⁴ FERNANDES, A.M., ob. cit. pp. 33-35

²⁰⁵ VILLAÇA, A. E, ob.,cit, Vol. II., p. 15

encontrava, criava, ou facilitava, enfim. Enfim o Estado era o responsável por encontrar a colocação do indígena.

Encontrada a colocação, o que era feita pela autoridade pública, atendendo as requisições dos interessados na mão-de-obra, sejam eles particulares ou não, que também já deveria ter conhecimento dos homens válidos disponíveis, a estes seria feito “um convite” para que aceitassem o trabalho.²⁰⁶

O Estado, que tinha o dever de zelar pelo bem estar da coletividade, e de fazer com que os indígenas encontrassem o caminho da civilização pelo trabalho, toma para si a obrigação de encontrar o local para a prestação do serviço. O problema é que, encontrado o local do trabalho, e intimado o indígena para receber a “oferta” de emprego, a ele não era dada qualquer outra opção, a não ser a de “aceitar”.²⁰⁷

A recusa da oferta implicava em que o indígena fosse considerado como “criminoso” e, como tal, literalmente, “obrigado a prestar o trabalho, agora, na condição de “condenado” e a título de pena a ser cumprida com o trabalho correcional.”

O trabalho compelido, da maneira que idealizado pela Comissão foi acatado no Regulamento, arts. 31º. a 34º.

No art. 31º que trata da intimação para aceitar o trabalho, há um parágrafo único que determina que, antes desta intimação, seja identificado, pela autoridade, se o intimado cumpriu ou não a obrigação de trabalho, reportando-se aos arts. 2º e 3º da lei em questão.

Uma pergunta de logo se faz: a obrigação do trabalho, nos moldes estabelecidos, estava a ser criada naquele momento, ou seja: com a edição do regulamento; se assim era, como poderia o intimado demonstrar que trabalhou, no caso específico do parágrafo 3º do art. 2º, que contemplava a hipótese de isenção daquele que demonstrasse ter trabalhado por soldada ou salário por certo número de meses por ano? Que documento ele poderia apresentar para comprovar este trabalho?

Ora, se a própria lei estabelecia que aos “vadios e ociosos”, por opção ou por necessidade, se aplicariam estes dispositivos, é porque em estudo anterior constatou a existência deles; portanto, como poderia agora, com a edição da lei, sem que qualquer

²⁰⁶ “O vadio, o ocioso, por vontade ou por necessidade, será chamado por um agente d’essa auctoridade, que tanto deve ser paternal para com os ignorantes e irresponsáveis, e intimado não vagamente pra trabalhar, mas para aceitar determinado trabalho” *Idem*.

²⁰⁷ “[...]se elle desobedecer á intimação que deve ser persuasiva, então sim, então será castigado. D’esto modo, além de ficar assegurada a applicação de princípios elementares de justiça, quaes são o de não ser ninguém punido por força de preceitos que não conhece e não pode cumprir, a acção compulsória da lei proporcionar-se-há exactamente aos seus meios executórios [...]” *Ibid*.

prazo fosse dado para que os indígenas a isto se adaptassem, exigir esta comprovação de trabalho, que, inclusive, de acordo com o art. 30º seria feita com um certificado de trabalho passado por quem empregasse serviços indígenas? Era a aplicação do regulamento “*ex nunc*” ou “*ex tunc*”²⁰⁸, ou seja: vigoraria a partir daqui, (edição da lei) ou aceitaria situações anteriores, embora sem certificado? Não é demasiado lembrar que já havia, anteriormente, a obrigatoriedade dos registros dos contratos na lei anterior, Regulamento de 1878, que somente, se escritos, é que poderiam ser provados, mas ao que parece, este registro, a não ser nos casos de trabalho fora da colônia, porque esses contratos eram feitos através das Curadorias que tinha a obrigação de manter tal registro, não existia ou não foi observado, porque, se assim fosse, não se falaria em certificados a ser dados pelos patrões.

Acreditamos, pelo tempo do verbo empregado no art. 30 relativo aos certificados, que eles só deveriam ser expedidos dali para frente, porque o legislador usa o verbo no tempo futuro: “todas as pessoas que *empregarem* serviços indígenas” e ainda condiciona tais certificados a que sejam exigidos pelos regulamentos locais, ou seja; se os regulamentos específicos de cada província não obrigarem os empregadores a expedir tais certificados, a obrigação do trabalho não poderá ser comprovada e, portanto, o Estado, ainda que os serviços tenham efetivamente trabalhado, poderá exigir-lhes o trabalho compelido, forçado.

Se a situação era regulada dali para frente, como indica o verbo, os serviços teriam de ter um prazo para adaptação, e não só eles, como também as próprias autoridades; vide que a lei cria muitas obrigações em relação à administração, art. 39º, que remete às administrações locais outras formas de recenseamento dos indígenas válidos.

3.5.3 – Trabalho Correccional

Não conseguindo comprovar que cumpriram a obrigação estabelecida no art. 1º, por qualquer dos modos especificados no próprio regulamento e nem através de certificados passados por ex patrões, o indígena válido estava à mercê da autoridade em relação ao trabalho compelido.

²⁰⁸ “*ex tunc*” a partir de então; “*ex nunc*” a partir de agora. A primeira alcança os fatos que aconteceram antes da decisão ou da lei. A segunda só regula atos a partir do momento em que a lei ou a medida é editada, uma alcança fatos passados, a outra, atos futuros.

Em princípio, o trabalho compelido, aquele que era oferecido pela autoridade sem possibilidade de ser recusado, ainda não era uma pena, pois, segundo o critério do regulamento, se o indígena aceitasse o trabalho oferecido, este, na realidade, passava a voluntário.

O problema estava era na recusa ao oferecimento. Se o indígena não aceitasse a “oferenda”, aí sim: passava ele a ser um “criminoso” e, portanto, a autoridade podia lhe aplicar uma pena, que era a do trabalho correcional. Logicamente que a pena de prisão pela recusa estava totalmente fora de cogitação, porque de nada adiantaria a engenhoca jurídica criada para evitar a ociosidade tão temida e condenada pelos portugueses.

A lei estabeleceu os meios persuasivos, art. 32º e seus parágrafos, e vale a pena uma análise rápida, apenas dos verbos utilizados, para que se entenda o alcance desta persuasão àqueles que não atendem a intimação “voluntariamente” e que já são, a partir deste não atendimento, “*transgressores*”: a) chamar sob custódia; b) fazê-los conduzir para que não se evadam; c) apresentá-los aos patrões ou às autoridades.

O que se poderá entender como chamar sob custódia a não ser, a) trazer alguém sob vara, ou seja, ser conduzido para ser obrigado a fazer algo que não quer; b) fazer conduzir para não se evadir, ser levado, custodiado para que não possa fugir do cumprimento de uma obrigação que não se quer, até porque a ela, voluntariamente, não se obrigou; c) apresentar aos patrões ou às autoridades, entregar o conduzido sob vara, para que aquele que ainda não é nada para si, exija-lhe um dever que não tem para consigo. Há um detalhe muito mais importante ainda, tanto a autoridade como o particular poderiam, nos termos do próprio regulamento, aplicar-lhes, moderadamente, castigos e apresentá-los às autoridades competentes para, no caso de recusa de trabalho, julgá-los como determinava o regulamento, impondo-lhes a pena de trabalho correcional, art.33º.

Poderia o indígena dormir como um incapaz e sem direitos, e, no dia seguinte, ser capaz para ser considerado imputável, em termos penais, para receber condenação em trabalho.

É oportuno esclarecer que o serviçal compelido não tinha contrato com os requisitantes, todas as requisições eram feitas às autoridades e por elas atendidas. Elas é que faziam todos os acertos para a prestação do trabalho, mas os patrões podiam exercer todos os poderes disciplinares estabelecidos no art. 19º, dentre eles, prender o serviçal no

caso de cometimento de delito; colocá-lo em cárcere privado; capturar os que se evadirem; *corrigir moderadamente*.

Vale dizer que o trabalho compelido era pago em valor inferior ao voluntário e o correcional, por sua vez, em valor menor que o do compelido.

O trabalho correcional, que deriva da recusa da oferta do trabalho ou no caso de evasão deste, não afasta a obrigação do trabalho compelido, isto é: se o indígena foi requisitado para trabalhar por 3 meses e evade-se, pode vir a ser condenado numa pena de até 90 dias de trabalho correcional, trabalho este que seria computado por dia útil trabalhado. Acabada a pena correcional, teria ele de voltar a trabalhar para acabar o tempo do trabalho requisitado (compelido), que tanto pode ser para o ex patrão ou, por conveniência da autoridade, para outrem. O que significa que muito melhor seria para os patrões que os indígenas se evadissem, fossem condenados e voltassem a trabalhar para si como “sentenciados”: primeiro porque o salário a ser pago seria menor; segundo porque o tempo para o qual foi contratado não estava incluído nesta contagem de dias. Uma requisição de serviçal de três meses podia render 180 dias.

O certo é que a recusa ao oferecimento de trabalho transformava o indígena em “criminoso” e, portanto, sujeito às penas estabelecidas pela lei, art. 2º do Decreto de 20 de setembro de 1894, objeto de comentário supra, o que não afasta a orientação já anteriormente estabelecida por Ennes no Relatório de 1893²⁰⁹.

3.5.4 – Competência e casos para a aplicação da pena.

A pena de trabalho correcional, que se diferencia da de trabalhos forçados, porque esta última se aplica aos condenados julgados por Juízes ordinários e pelos trâmites dos códigos penais que a adotam, isto em termos teóricos, porque em termos práticos as penas correcionais estabelecidas nos regulamentos do trabalho indígena são, efetivamente, de trabalhos forçados, e não somente aplicadas aos indígenas quando transformados de compelidos em criminosos.

Outras condutas também foram criminalizadas no regulamento e levavam ao trabalho correcional

²⁰⁹ Ver item 2.1.2

O art. 20º traz a hipótese de evasão do indígena, e no art. 22º, atribui a pena respectiva. A pena para este “crime” é de 90 dias de trabalho correcional, e o condenado, como já dito, não escapa ao período do serviço compelido, ou seja, após cumprir a condenação volta a trabalhar, como compelido, pelo tempo que faltar para completar o período da requisição. É bom que se preste bem atenção ao verbo empregado para o tipo de trabalho – *requisitar*.

O tipo penal criado – evasão – admite 2 hipóteses: a) evasão no momento em que se está a ser conduzido; b) evasão quando já se está a trabalhar, ambas são apenadas com o trabalho correcional de 15 a 90 dias.

Além dos casos de evasão, outra conduta é tipificada e punida com o trabalho correcional: é o caso de “emigração clandestina”²¹⁰. O regulamento nos arts. 21º e 22º trata da emigração de indígenas, esclarecendo que, esta emigração pode ser proibida a critério da autoridade, por conveniências políticas ou econômicas. Para efetivar este controle, ou seja, para reafirmar a inexistência da liberdade de ir e vir do indígena e da liberdade de contratação, cria-se, através da lei, a exigência de um passe, ou seja; o Estado passa a controlar a saída dos indígenas do território.

A transgressão disto, ou seja, a saída sem o passe ou sem a autorização, é considerada conduta ilegal, a que o regulamento tipifica como crime e, para tanto, lhe fixa uma pena.

É importante perceber que, sumariamente, o indígena que for surpreendido sem o tal passaporte, em qualquer parte do território português, é preso e reconduzido ao distrito da sua residência e condenado a trabalho correcional de até 1 ano.

Mesmo que voltem, voluntariamente, eles não escapam à punição, porque serão multados e o valor da multa será transformado em dias de trabalho caso não tenham dinheiro para pagar.

Neste particular da evasão, não só os indígenas que saíssem sem autorização eram condenados, também aqueles que favorecessem esta saída e aqueles que os contratassem, a esses deveriam ser aplicadas penas de prisão correcional não remível, mais multas, e, no caso de estrangeiro, expulsão.

Observe-se o contra senso, mesmo proibida a emigração, o indígena que saiu sem o passe, o fez para trabalhar; foi cumprir o determinado pela lei, o dever moral do trabalhar:

²¹⁰ Emigração clandestina – saída do indígena da sua colónia de origem sem autorização das autoridades e/ou sem passe

ainda assim, era considerado infrator e condenado a “*trabalho correcional de até 1 ano*”. Sou condenado porque trabalho ou trabalhei.

As penas estabelecidas nos Regulamentos deveriam ser aplicadas pelos Curadores dos serviçaes e colonos e seus delegados, mas o regulamento traz os casos em que, não só estes, mas como outras autoridades têm de intervir.

Por exemplo; os curadores e seus delegados julgavam, sumariamente, quaisquer faltas que contrariassem os dispositivos do regulamento, ou seja: faltas que poderiam ser consideradas trabalhistas, art. 20°. Deste julgamento, poderia haver recurso para o Governador em Conselho.

Se as faltas cometidas não estivessem inseridas no Regulamento, art. 20°, tanto as cometidas por empregados, quanto pelos patrões, as questões seriam encaminhadas para o Juiz ordinário.

Também era da competência do Curador e de seus delegados o julgamento dos casos do art. 33°: desobediência à intimação e resistência à ação compulsória, além da evasão do indígena, oportunidade em que poderiam aplicar a pena correcional de até 300 dias, art.53°, admitindo-se, também, a possibilidade de recurso para o governador em conselho, o que sugere uma pergunta: Sendo o Curador dos Serviçaes e Colonos e os seus delegados, Procuradores da Coroa e Fazenda, protetores natos dos indígenas e também os julgadores, quem seria a autoridade competente para recorrer? Sim porque se os indígenas eram representados pelos curadores, que também lhes deviam prestar assistência judiciária, art. 60°, quem faria o recurso da decisão do próprio curador? Ele próprio? Quem, no caso de recurso, seria o representante legal do indígena?

Detalhando o que está no Regulamento: O Curador dos Serviçaes e Colonos, era o protetor dos indígenas; zelava, como estabelecia o regulamento, pelo seu bem estar, pelo cumprimento das regras estabelecidas em relação aos patrões, representava-lhes nos contratos, procurava-lhes trabalho, enfim, era o real representante e protetor deles. Este mesmo representante era, também, quem aplicava a punição. Pior que aplicar a punição, era julgar os processos, que em alguns casos, não eram passíveis de recursos. Realmente, conseguiu-se o inédito, invulgar, ainda que incompreensível. Por que incompreensível? Porque por maior que seja a honestidade, a boa vontade, o próprio saber, fica impossível a uma só pessoa, em um mesmo momento, ser representante e ser julgador do representado, julgador não de atos pessoais, isto qualquer um pode ser, mas de atos de conduta

tipificados, sejam como ilícitos civis disciplinares (trabalhistas), seja ilícitos penais (crimes, delitos, contravenções).

Também a Curadoria e as suas delegacias, de acordo com a lei em análise, prestariam serviços de assistência judiciária aos indígenas, art. 61º. Aqui a problemática fica mais complicada ainda. O curador representa o indígena, presta assistência e julga, é isto possível?

Entretanto, o regulamento não dá poderes coercitivos tão somente às autoridades, também premia os particulares com este poder, art. 19º.

Ao autorizar que as autoridades, ou até mesmo particulares, possam aplicar as medidas coercitivas, o Estado contraria o Código Penal, que estabelecia que ninguém poderia ser punido sem que esta punição resultasse de uma sentença judicial e por crime definido por lei anterior, observe-se que o Código Penal era aplicado às colônias.

O Regulamento, entretanto, na aplicação da pena, vai mais além; amplia as hipóteses estabelecidas no Código Penal, que tem aplicação no ultramar, criando novos tipos penais: recusa ao oferecimento de trabalho; desobediência à intimação e resistência à compulsão e aumenta a duração das penas, art. 53º.

Não só cria, o Regulamento, novos tipos penais, como também, cria esse tribunal paralelo (administrativo) para julgar e aplicar penas aos indígenas, contrariando a Constituição, art.18º e o Código Penal, embora a competência para julgamento de crimes (a exemplo da vadiagem, embriaguez e outros) já constasse do Regulamento de Setembro de 1894 – *Regimento da administração de justiça nas províncias ultramarinas*. Quanto a este último, ao qual o Regulamento do Trabalho dos Indígenas se reporta para ratificar a sua aplicação, nos arts. 48º, 49º, 51º, 53º já se questionou a competência para aplicação de pena privativa de liberdade, que é, por interesse da administração, convertida em pena de trabalho correcional.

O Regulamento é, sem dúvida alguma, a mais completa adoção dos critérios estabelecidos por Ennes, que tinha a consciência, pensamento que era peculiar a muitos outros administradores da época, de que a política assimilacionista não deveria ser aplicada em relação aos indígenas. Entretanto, mesmo a especialidade sendo usada para afastá-la, em muitos casos esta política foi aplicada, estabelecendo-se, desta maneira, para o sistema, dois pesos e duas medidas. Se em um momento assimilava-se porque havia de ser aplicado o código penal, no que se refere à definição de vadios para efeito da lei; em outro,

modificava-se a lei, e aí ela já não é aplicada igualmente aos indígenas e aos da província. Se na província a vadiagem era tida como crime tipificado no Código Penal e se, no ultramar, o mesmo código era aplicado, a pena deveria ser a mesma, tanto em uma como na outra.

3.5.5 – O “Outro” contra si próprio

No art. 40º o Regulamento autoriza a utilização de autoridades indígenas, - régulos, sobas, cabos, tanto para reconhecer os indígenas que não cumprem a obrigação do trabalho, como para intimidá-los e compeli-los nos moldes dos arts. 31º e 32º.

Aqui o idealizador da lei se supera, porque fomenta uma atitude negativa entre os próprios indígenas, embora tudo se possa explicar em nome dos usos e costumes indígenas.

Os régulos, os sobas, os cabos, são autoridades para os indígenas, que, na sua estrutura política, lhes devem obediência. Aproveitando-se deste costume, de estrutura política interna dos indígenas, a autoridade portuguesa, visando, exclusivamente os seus interesses, cria uma forma de fazer com que estas autoridades trabalhem a seu serviço, é a “indirect rule” utilizada pelos ingleses.

Usam duas estratégias: dão poderes aos chefes para compelir os indígenas ao trabalho e nesta compulsão os chefes reafirmam a sua autoridade perante o seu próprio grupo, que compreende que ele tem “prestígio” junto às autoridades portuguesas, e também utilizam o velho, mais convincente argumento para esta ação: o dinheiro. Para cada indígena apresentado pelo chefe, este recebia uma gratificação.

É efetivamente uma grande medida, que tem duas conseqüências favoráveis para os portugueses, a primeira consiste em que o chefe, pela questão do dinheiro, vai fazer com que os seus homens se apresentem ao trabalho; a segunda, de maior alcance, porque o seu resultado vai se estender por muito tempo, que é a própria desagregação da estrutura dos indígenas. É o próprio chefe que está negando ao membro do seu clã o direito à sua liberdade, obrigando-o a servir aos interesses do invasor. É o seu próprio dirigente que o está afastando dos seus familiares, dos seus deuses, dos seus costumes. Sem dúvida, que isto é uma diáspora obrigatória e que, se não pensada efetivamente com esta finalidade, teria, como teve, este resultado prático a longo prazo.

Com a obrigação de se afastar do seu mundo, que lhe é imposta por um “seu”, o

“Outro” que é igual, vê o seu antigo mundo se desmoronar, sem que possa ser reconstruído, “[...] a sociedade branca quebrou o antigo mundo sem lhe dar um novo”.

São atitudes como esta, do “igual” perante o “igual”, do “Mesmo” diante dele mesmo, que se interioriza de tal maneira no ser, e que se repete com tantos outros iguais que passa a fazer parte do inconsciente coletivo, que Fanton conceitua como “[...] conjunto de preconceitos, mitos, atitudes colectivas de um grupo determinado.”²¹¹.

3.5.6 – Medidas Complementares

A metrópole, o poder central, já fizera a sua parte, agora o regulamento teria de ser aplicado nas colônias. O poder local teria, não só de complementá-lo, nas hipóteses por ele mesmo autorizadas, como adaptá-lo às condições locais em atenção ao princípio da especialidade.

Os artigos 13º, 17º, 30º, 34º e Parágrafo Único, 40º, §§ 1º e 2º e art. 47º remetem para regulamentação do governo local as medidas ali estabelecidas.

É interessante notar que em termos legais, o regulamento local pode adaptar as disposições do regulamento geral às condições da colônia, mas as bases estabelecidas, em princípio, não poderiam ser modificadas de maneira tal que o objetivo da lei fosse desfigurado, ou que outro qualquer fosse encontrado.

A importância disto é tamanha, que o próprio regulamento elege uma autoridade para interpretar ou promover a interpretação autêntica dos regulamentos que a curadoria deva aplicar; art. 62º §§ 2º e 3º.

²¹¹ Idem p. 196

4 – DO GERAL AO PARTICULAR

4 – DO GERAL AO PARTICULAR

4.1 Moçambique

Quando o Regulamento do Trabalho dos Indígenas foi publicado em 1899, Moçambique estava sujeito a três ordens jurídicas distintas: A do Governo Português, a da Companhia de Moçambique e da Companhia do Nyassa, poderíamos falar de uma quarta, à dos prazos da Zambézia, além dos acordos internacionais que também se constituem em uma legislação a parte.

Também já tinha sido alvo das expedições reconhecedoras do terreno e das ocupações militares, embora as últimas tenham continuado, por um grande período, até a pacificação e dominação total.

Já era, reconhecidamente, uma zona multicultural. A influência de estrangeiros era mais de que evidente, uma vez que a Colônia de Moçambique podia ser alcançada pelo Índico e a abertura do canal de Suez a aproximava das praças da Europa, por consequência, aumentava o comércio que, juntamente com a descoberta das minas de ouro e diamante na África do Sul, em muito contribuiu para esta multiculturalidade, que na realidade é anterior à presença portuguesa, e com ela, mais incrementada. Lembrando que Moçambique, esteve ligada administrativamente a Goa, o que levou a que os indianos, súditos portugueses, controlassem o comércio de escravos. Mas não só os indianos instalaram-se em Moçambique, também, árabes, chineses, baneanes, dentre outros, ali se estabeleceram, devido à posição geográfica da colônia.²¹²

As fronteiras estavam delimitadas pelo tratado de 1890-91 e abertura ao capital estrangeiro já fazia notar os seus resultados. A Beira prosperava, segundo Garret²¹³, “[...] sob a administração da Companhia de Moçambique.”

Os vátuas já não tinham o seu líder, que fora capturado por Mouzinho de Albuquerque em Chaimite, logo após a criação do distrito militar de Gaza através de portaria do Comissário Régio Antonio Enes em 1895.

O Distrito militar de Gaza compreendia as terras situadas ao Sul do Save e que estiveram sob o domínio do Regulo Gungunhana. A região esteve sempre em constante

²¹² Indianos, baneanes, chineses, eram, na literatura colonial, referenciados como “asiáticos”. Ver sobre estes: ZAMPARONI, 2000, pp 191-222; CRUZ, D. Pe. 1910, pp. 301-312

²¹³ GARRET, T.A., ob. cit. p. 69

sobressalto em razão das investidas de tal régulo, que mantinha a vassalagem com Portugal, entretanto, permitia, dentro do seu território, a presença de estrangeiros, o que causou uma série de inconvenientes entre Inglaterra e a metrópole portuguesa.

A liderança de Gungunhana se fez notar mesmo após a sua captura e degredo, quando o seu povo promoveu, comandados por Manjacase, um levante, talvez o último organizado pelos seus comandados (1897).

A sede do Governo e a Secretaria Geral já estavam instaladas em Lourenço Marques, embora a capital continuasse na Ilha de Moçambique. O governo de Mouzinho de Albuquerque teve o seu termo final em 1898, e é exatamente através do seu relatório que podemos entender e avaliar o que acontecia em Moçambique nesse momento que antecedeu à publicação do *Regulamento do Trabalho dos Indígenas* (1899).

No Relatório de 1896-1898, Mouzinho se reporta à mão-de-obra, à escravidão, e ao engajamento de trabalhadores, reconhecendo que as condições climáticas não permitiriam a utilização da mão-de-obra europeia e, mais uma vez, reafirmando a necessidade dos braços africanos, esclarece que esta utilização era também um grande problema, o qual se verificava, com mais intensidade, em Lourenço Marques.

Atribuía a crise de mão-de-obra, que ele reconhecia ser maior em Lourenço Marques, a diversos fatores, desde o próprio costume dos “landis”²¹⁴ (indígenas da região) que era naturalmente uma tribo guerreira, e que, por isso mesmo, o trabalho árduo na agricultura ficava a cargo da mulher enquanto os homens guerreavam, até o trabalho migratório, que era o preferido por eles, inclusive pela diferença de salário²¹⁵ que era pago nas minas do *Daiman*, nome pelo qual os indígenas se referiam às minas,²¹⁶ indiferentemente de onde ela estivesse localizada, seja em Johannesburg, Barbeton ou Kimberley. Esse mesmo motivo, o do salário alto pago nas minas, segundo ele, levava àquele que, em Lourenço Marques, necessitasse do trabalho do “negro”, tinha que gastar muito dinheiro “[...] (cinco a seis tostões por dia)”.²¹⁷

Ainda é Mouzinho que esclarece que o Governo, em relação ao trabalho para si, impôs aos régulos a obrigação de fornecer-lhe trabalhadores a 200 réis diários e ração,

²¹⁴ “landins” nome com o qual Mouzinho de Albuquerque se refere aos indígenas de Lourenço Marques e do Bilene. Ob. cit. p 103

²¹⁵ *Idem* p. 104

²¹⁶ *Ibid.* p.103

²¹⁷ *Ibid.*

mas, ainda assim, “[...] tinham de ser rendidos mensalmente”²¹⁸, o que significa que, em relação aos “landis”, o trabalho para o governo era feito por 30 dias por cada turma de trabalhadores apresentados pelos régulos, entretanto, mesmo com este fornecimento, a mão-de-obra era insuficiente.

Acrescenta que Gaza é quem mais fornecia mão-de-obra, porque o distrito não estava suficientemente explorado e não tinha condição de dar trabalho a toda a população, e que na Zambézia, onde o regime dos prazos ainda existia, o trabalho dos indígenas era mais bem aproveitado, reportando-se também aos prazos como responsáveis pela ocupação desta parte de Moçambique.

O trabalho forçado – gratuito para o Rei, correspondia a 15 dias em cada circunscrição, mas, curiosamente, nas vilas este mesmo trabalho, de acordo com o que consta do relatório, era pago a 200 réis.

A emigração foi regulamentada pelo Comissário Régio, porquanto, quando ele assumiu o cargo ela estava proibida para o Transval. Afirmava ele no relatório, que regulamentou este tipo de fornecimento de mão-de-obra, porque: primeiro a indústria das minas não poderia passar sem ela, e segundo, porque é exatamente este tráfico legal de homens que “[...] movimenta Lourenço Marques” e “[...] representa uma entrada d’ouro considerável para a província”²¹⁹.

Assim, Mouzinho de Albuquerque regulamentou em 1897 o engajamento para o Transval e, conseqüentemente, a emigração de trabalhadores indígenas para aquela República sul-africana, oficializando o tráfico de mão-de-obra e estabelecendo regras para a contratação dos trabalhadores indígenas para as minas. A importância da regulamentação, que se por um lado oficializa o tráfico de mão-de-obra, por outra impede a saída de divisas, porque com a oficialização os engajadores teriam de cumprir as exigências estabelecidas por Portugal, o que evitaria a emigração clandestina. Entretanto, já em 1899, há uma modificação na legislação, pois as medidas tomadas não foram suficientes para impedir a clandestinidade passando-se, por força disto, a exigir-se ao engajador a inscrição na Câmara das Minas e o certificado de garantia da República do Transval.²²⁰

²¹⁸ *Ibid.* p.104

²¹⁹ *Ibid.* p 108

²²⁰ Sobre o movimento migratório dos trabalhadores Ver: FERREIRA, A.R., 1963.

Entretanto, o que se nota nesta regulamentação é que os interesses, tanto de Portugal - evitar a emigração clandestina e a fuga de receitas - e do Transval - o recrutamento da mão de obra tão necessária para as minas - foram atendidos através de uma negociação anterior à edição da regulamentação oficial pelo Governo de Portugal,²²¹ ou seja: houve um encontro entre as duas autoridades, a de Portugal e a do Transval para que chegassem a um acerto sobre as condições que esta emigração seria feita. Só depois de feita esta negociação é que Portugal publicou o regulamento.

Mas o relatório de Mouzinho não se refere tão somente ao trabalho indígena. Ele também nos traz informações sobre as grandes companhias concessionárias, tão criticadas pelo relator por não cumprirem o seu real papel, de acordo com os objetivos determinados nos seus próprios estatutos, não tendo Moçambique contando com elas: seja para dominar os indígenas; seja para fazer a ocupação, esta última sempre esteve na dependência das forças militares do Governo, o que ele atribui ao fato de que, como o capital destas companhias era de origem estrangeira, certamente não seria gasto para assegurar o domínio português²²².

Também critica a forma pacífica de resolver os problemas com os indígenas, quando informa que o Gungunhana conhecia bem “[...] a índole pacífica da Companhia de Moçambique, em paralelo com a sua vizinha South África Company, que tão bem soubera bater a gente de Lo Bengula.”²²³

Mouzinho de Albuquerque era militar e, efetivamente, a favor da ocupação militar dos territórios, com os métodos a esta peculiares.²²⁴ Como Ennes, entendia que os “pretos” eram inferiores e que não podiam ser regidos pelas mesmas leis que os cidadãos da metrópole,²²⁵ e tinham de ser forçados ao trabalho, além de ser adepto da descentralização administrativa, o que demonstra através, não só do discurso, mas, também, pelas diversas medidas que tomou, que foram alvo de muitas críticas na metrópole, sendo, algumas delas, revogadas em Lisboa. Exatamente pelo fato da sua inclinação para a descentralização

²²¹ ALBUQUERQUE, J.M de, ob. cit. p106-107

²²² *Ibid* p.108

²²³ *Ibid* p. 154,156 - 157. Nesta passagem do relatório, e não só nesta, Mouzinho demonstra o que pensava ser o papel das Companhias. Achava ele que elas deveriam ter uma relação maior com o Governo, ajudando-lhe nas ocupações e na dominação dos indígenas, como fazia a Companhia capitaneada por Cecil Rhodes. Queixa-se ele que, ao contrário do que deveriam fazer, que era ajudar o Estado a efetivar a ocupação e dominar os indígenas, fornecendo força “militar”, solicitavam proteção das forças estatais além de ser condescendentes com o Gungunhana.

²²⁴ NEVES, O.I., 2001, p.538.

²²⁵ ALBUQUERQUE, J. M., ob. cit. pp. 173, 180

administrativa e entendimento de que cabia aos administradores ultramarinos a criação das para o ultramar,²²⁶ ultrapassou limites e a competência legal estabelecida para as suas ações e a dos seus subordinados.

O maior exemplo desta invasão de competência nos é dado pela portaria de 12 de abril de 1898, aprovando o *Regimento da Justiça para os territórios continentais do distrito de Moçambique*, em frontal contrariedade ao estabelecido na lei, porque de acordo com o § 9º do art. 15 – Proibições aos governadores - a estes era vedado legislar sobre organização do poder judicial ou as leis do processo.

A portaria aprovada por Mouzinho foi publicada no “Boletim Official de Moçambique” em 16 de abril de 1898. A 30 de maio de 1899 é publicada a sua não aprovação pelo Governo da Metrópole, pelos motivos já anteriormente apontados, o que significa que continuava em vigor o Regimento da Justiça de 1894. Outra portaria provincial, aprovada por Mouzinho de Albuquerque em relação à administração do distrito de Moçambique, também vai ser objeto de revogação em 06 de outubro de 1900.²²⁷

É importante esclarecer aqui, que tais regimentos não foram criados por Mouzinho, foram por ele aprovados, ambos eram da autoria do Governador Interino, Balthasar Freire Cabral.²²⁸

Mouzinho parece ter sido um homem muito orgulhoso, cômico das suas funções, mas até por ser assim, e por ter e gostar da autoridade que tinha, foi além do que deveria, e deixa transparecer, que também não gostava de ter suas decisões criticadas ou revogadas por quem quer que seja. Prova disto encontramos no seu relatório recheado de críticas às medidas anteriormente tomadas por Ennes e pelo Ministro da Marinha e Ultramar, chegando mesmo, em dado momento do, a dizer que não estava preocupado com o “[...] efeito que podiam produzir nos que, por nunca terem lidado com elles, entendem na metrópole que a lei deve ser igual para pretos e brancos [...]”,²²⁹.

²²⁶ *Idem* p.180

²²⁷ CLNU, 1900, Vol. XXVIII, 1902, p. 294. Esta portaria refere-se à Instruções para a organização e administração dos territórios continentais do districto de Moçambique. E foi revogada sob o argumento de que nela se contem medidas de carácter legislativos que excedem a sua competência, isto é, do governador interino que a publicou. São as mesmas instruções a que se refere Mousinho de Albuquerque no seu relatório já mencionado, p.184, que ele diz [...] não só approvei por completo as referidas instruções e Regimento, mas enviei-os aos governadores dos districtos para que propozessem as modificações a introduzir-lhes para as adaptar aos seus respectivos districtos.”

²²⁸ B.O.M. nº 16 de 16 de abril de 1898

²²⁹ ALBUQUERQUE, J.M., ob cit. p. 180

Assim, com as revogações das medidas tomadas pelo governador e aprovada pelo Comissário Régio, estamos outra vez diante de uma pergunta que parece ficar freqüente em relação às leis ultramarinas: Quanto aos atos praticados na vigência da lei até ela ser revogada, o que acontece em relação aos seus efeitos: permanecem? São válidos? São anulados?

Neste contexto de revogações de regulamentos, regimentos, acordos, é que o *Regulamento do Trabalho dos Indígenas* chega a Moçambique, que está dividido em 5 distritos: Lourenço Marques, Moçambique, Inhambane, Quelimane e Tete, lembrando que Gaza foi incorporado a Lourenço Marques, e as circunscrições administrativas civis.

Mas não só problemas internos, administração; trabalho indígena; colonização; ocupação e concessões de terras afetavam Moçambique; outros, de ordem internacional, terminavam por refletir e muitas vezes determinar as mudanças, seja na administração da colônia; seja no fornecimento da mão-de-obra; seja no trânsito de pessoas, armas, etc.

É um dos problemas internacionais relevantes para Moçambique foi a guerra anglo-boer, quando a Inglaterra exigia a não neutralidade de Portugal em relação a este conflito, e que este não permitisse a passagem de armas para o Transval.

Entretanto, antes mesmo da Guerra anglo-boer a Inglaterra, não poucas vezes, tentou anexar territórios de Moçambique: a baía de Lourenço Marques, em 1861, foi alvo de uma tentativa de ocupação a pretexto da repressão ao tráfico escravo. A soberania portuguesa, em relação á baía, foi confirmada por decisão do Presidente da França, Marechal Mac Mahon, reconhecendo-lhe os seus direitos históricos – descobrimento, ocupação e posse efetiva, isto por força do protesto da Inglaterra, quando, pelo Tratado entre Portugal e o Transval, reconheceu-se a soberania portuguesa sobre a baía.

Soberania que, mais uma vez foi desrespeitada pela Inglaterra quando submeteu os Macalolos, o que leva a uma ação militar contra estes últimos através de Serpa Pinto. A intervenção de Serpa Pinto foi considerada pela Inglaterra como um ato hostil, embora isto não tenha surtido efeito, porque a ação militar continuou, agora sob o comando de um subordinado de Serpa Pinto, o tenente João de Azevedo Coutinho, que submete os chefes africanos a Portugal, o que deu origem ao “*Ultimatum*”, um marco na história colonial portuguesa e que determina a mudança de atitude da Metrópole em relação à defesa das suas colônias, e da sua efetiva ocupação, e que, por isso mesmo, merece uma pequena referência.

A Inglaterra considera, como já avisara a Serpa Pinto, a ocupação portuguesa como um ato hostil, uma ação “*causa belli*”²³⁰ e exige que as tropas portuguesas deixem o Chire e o país dos Macololos, sob pena de um conflito armado, concentrando suas forças navais na costa africana.

Diante disto e sem condição de, militarmente, continuar a ocupação, Portugal cede e isto é considerado por todos os setores da sociedade da metrópole como uma derrota não só diplomática, mas também uma derrota moral, uma humilhação para a nação.

O episódio levanta os brios dos nacionais portugueses e faz com que todos entendam que a África portuguesa não pode ser espoliada por quem quer que seja; sentimento que, Nuno Severiano Teixeira²³¹ reconhece já existir logo após a Conferência de Berlim, cujos resultados não agradaram aos portugueses. O território colonial é um patrimônio nacional que não pode ser objeto da cobiça de qualquer outra nação, afinal, estava em jogo a soberania portuguesa no ultramar, os seus direitos históricos, motivos de orgulho da nação lusitana. O fato é “tomado como uma espoliação de direitos irrefutáveis e uma insuportável humilhação nacional [...]”.²³² Toda a movimentação pública que o acontecimento gerou, e que teve a participação ativa da Sociedade de Geografia, pode ser sintetizada no que consta da ata da reunião da Associação Comercial de Setúbal²³³.

O “*ultimatum*” estabelece um marco na política interna portuguesa, desperta o nacionalismo português para consolidação do império colonial sob o mito da vocação civilizacional do seu povo, que agora deve desempenhar a sua missão na África. A ocupação de natureza militar visa, não só a defesa do território frente às demais nações, como, internamente, consolidar a submissão de tribos já realizadas, bem como submeter as que ofereciam resistência²³⁴. Em Lisboa, o “*ultimatum*” gera uma crise política e a queda do governo progressista, que é substituído pelo regenerador.

²³⁰ Sobre o Ultimatum, Ver: HAMMOND, R.J., ob.cit pp.121-132; CAETANO, M., ob.cit. pp.118-136; LEAL, E.C., 1998, pp 39-57, artigo no qual o autor demonstra, através dos jornais da época, como foi a reação dos portugueses ao “Ultimatum”.

²³¹ TEXEIRA, N.S., ob.cit p.501.

²³² VALENTIM, A., 1998, pp.90-142.

²³³ [...] *A grave offensa que nos foi infligida como uma bofetada, não pode deixar de alevantar brios adormecidos, forcas enervadas por quase meio século de uma paz podre, e de um indferentismo pernicioso. Serão precisos sacrificos, é verdade, mas nenhum portuguez honrado e digno deixará de auxiliar de qualquer forma a lucta de formigas que já encetamos contra o leão orgulhoso que nos quer esmagar. Serão precisos sacrificios, é verdade, mas nós, portuguezes, descendentes de uma raça de heroes, não saberemos regatear nem mesmo a própria vida, quando ella nos é exigida em holocausto no santo altar da pátria!* Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa, 9ª Série – nº 1. Lisboa. Imprensa Nacional. 1890, p.57, item 57.

²³⁴ HENRIQUES, I.C., 2004. p.287.

Barbosa do Bocage volta ao Governo com João Crisóstomo, e Antonio Ennes é convidado e assume a pasta da Marinha e Ultramar, em um momento difícil vivido por Portugal, e propõe um “*modus vivendi*” a Inglaterra, até que os dois países possam firmar um novo tratado. Salisbury aceita a proposta e resta definido o reconhecimento dos territórios indicados no Tratado de 1890. Tal tratado, entretanto, não é respeitado por Rhodes e seus homens prendem Paiva de Andrade e Manuel Antonio de Souza em Manica, sob a alegação de que havia assinado um tratado com Gungunhana em setembro desse mesmo ano,²³⁵ portanto, o território era inglês.²³⁶

Em maio de 1891 um novo tratado é firmado com a Inglaterra e, neste acordo define-se, sempre no papel, as fronteiras de Moçambique, que, pela sua localização problemática, situada entre duas forças ameaçadoras; a Inglaterra de um lado, e a Alemanha de outro, potências que insistiam em, secretamente, dividirem os territórios portugueses, suscita cuidados; cuidados estes que vão depender de uma ocupação efetiva do território e implantação de um novo modelo de colonização e fixação real das fronteiras.

Não nos esqueçamos das inúmeras vezes em que acordos secretos tiveram como objetivo a partilha da África portuguesa e, particularmente, Moçambique:²³⁷ Quando do abandono do padrão ouro por Portugal devido a sua debilidade financeira, fez com que os ingleses, através de Salisbury começassem a pensar quais as medidas que deveriam ser tomadas no caso de uma crise portuguesa, em que as potências colonizadoras tivessem de partilhar as possessões africanas portuguesas,²³⁸ fala-se da existência de um acordo secreto entre a Alemanha e a Inglaterra partilhando Moçambique, ficando o Norte com a primeira e o sul com a segunda.²³⁹

Em passos largos um pouco do que gerou o “*ultimatum*”, que nos dá a noção exata da importância de Moçambique, cujas fronteiras tinham de ser defendidas, delimitadas e devidamente ocupadas.

Mesmo assim, com todas estas intenções de Portugal, a ocupação ainda caminhava a passos lentos e o desenvolvimento da colônia ainda não se fazia sentir como deveria e Antonio Ennes segue para Moçambique com a missão de delimitar as suas fronteiras e

²³⁵ NEVES, O.I., ob. cit. pp. 478.

²³⁶ ALEXANDRE, V., 1998, pp.182-184.

²³⁷ NEWIT, M.,1997, p. 323

²³⁸ Idem

²³⁹ Ibid

organizar a colônia, saber das suas potencialidades. E é desta vivência moçambicana que surge o Relatório – MOÇAMBIQUE – (1893), que dá origem a diversas medidas, inclusive a referente á regulamentação do trabalho indígena.

Esta regulamentação do trabalho indígena alcança Lourenço Marques, segundo Zamparoni, ainda como “[...] um pequeno vilarejo porém já apresentava uma nítida divisão do trabalho, característica da penetração do capital na região [...]”²⁴⁰. O autor se reporta exatamente às atividades que eram exercidas por brancos, pelos pretos e asiáticos. Os primeiros destacavam-se como profissionais em diversas atividades, os segundos estavam sempre identificados como domésticos e os terceiros, estes sim, ligados ao comércio.

Acrescenta ele, que a cidade apresentava uma nítida prevalência da atividade comercial, e não poderia ser diferente, afinal o porto de Lourenço Marques (Delagoa Bay) fomentava esta atividade, além do fato da cidade ser a capital da colônia, observe-se que se estar a tratar de “*urbis*” e não do que acontece no meio rural, e concentrava-se a grande parte da população indígena e de onde saíam os grandes contingentes de trabalhadores contratados e compelidos.

A proximidade de Lourenço Marques com o Transval também favorecia tal comércio, o próprio “*modus vivendi*” existente entre Portugal e o Transval era-lhe, também, favorável, acrescente-se a isto o fornecimento da mão-de-obra que, como visto, Mouzinho já classificara como extremamente importante para Portugal.

E assim encontramos Moçambique em 1899, com acordos de fornecimento de mão-de-obra para o Transval, com ocupação militar e servindo de cobaia para as experiências administrativas de Antonio Ennes.

4.2 - O Regulamento de 1899 em Moçambique

O Regulamento do Trabalho Indígena de 1899, pois, foi publicado no “Boletim Oficial da Colônia de Moçambique” em 20 de janeiro de 1900²⁴¹, como determinava a lei.

Em princípio, como poderia parecer aos mais afoitos, dado que, inclusive, o próprio regulamento no seu último artigo, o de nº. 65, revoga toda a legislação em contrário, ele passaria a vigor na colônia, logo após a sua publicação, ressalvados os artigos que não

²⁴⁰ ZAMPARONI, V. 2001, pp.27-58.

²⁴¹ B.O.M nº 03 de 20.01.1900, pp. 23-29

eram auto-executáveis, ou seja, aqueles que precisavam de leis reguladoras.

Aliás, é o que precisamente declara o Ministro das Colônias no Decreto de aprovação do Regulamento: “Art. 1º. É aprovado, para ter immediata execução nas províncias ultramarinas [...]”.

Entretanto, para viger nas colônias, obrigatoriamente, os regulamentos teriam de ser publicados no Boletim Oficial de cada uma delas.

A aprovação se deu em 09 de novembro de 1899 e já em 18 de janeiro de 1900, através de Portaria, o Governo da metrópole ordena aos senhores governadores das províncias que formulem com urgência os regulamentos a que se refere o Decreto de 9 de novembro.²⁴² Nesta portaria régia percebe-se, claramente, a preocupação da metrópole em que o princípio da especialidade seja observado. Além do princípio da especialidade, podemos vislumbrar, também, um controle da legalidade do ato administrativo dos governadores, porque os regulamentos por eles formulados devem ser remetidos para aprovação do governo. A medida tanto pode justificar a centralização e a falta de autonomia dos governadores locais, como também pode induzir à existência de um controle da legalidade do ato.

Estes regulamentos locais deviam ser remetidos para a metrópole onde seriam apreciados pela Junta Consultiva do Ultramar e, só depois do parecer desta, o Governo expediria o decreto de aprovação.

Mas antes de falarmos do Regulamento em si, necessário se faz que fique claro como era o processo de edição das leis coloniais, o seu percurso, desde o momento da sua criação até o da aprovação e vigência.

A Lei reguladora geral era elaborada na Metrópole, seja pelo Parlamento, em muito poucas oportunidades, como já restou esclarecido, ou através dos diversos Ministérios, por via dos Decretos com força de lei.

²⁴² B.O.M. n.º.06 de 10.02.1900, p.59. Note-se que o a portaria que determina a formulação dos regulamentos locais diz exatamente: “Convindo dar prompta execução ao decreto com força de lei, de 9 do corrente mez, que approvou o regulamento do trabalho dos indígenas, e sendo para esse fim indispensável que se publiquem os regulamentos locais a que o mesmo decreto se refere: há Sua Magestade El-Rei por be, pela secretaria d’estado dos engoios da marinha e ultramar, ordenar que os governadores das differentes províncias ultramarinas formulem e submettam á aprovação do governo, com possível brevidade, os alludidos regulamentos, tendo muito em vista adaptar ás circunstâncias especiaes de cada possessão as disposições n’aquelle decreto consignadas, por forma que a sua execução corresponda ao salutar pensamento que o dictou; devendo, para que os regulamentos a formular offereçam plena garantia de effcaz execução, ser ouvidas todas as estações que possam concorrer para a sua mais conveniente redacção” Paço, em 18 de novembro de 1899. Antonio Eduardo Villaça. CLNU. Vol. XXVI, 1899, Lisboa, Companhia Typographica, 1901, p.557

Os Decretos com força de lei eram autorizados constitucionalmente e para os assuntos do Ultramar. Esta autorização constitucional, além de estabelecer a legalidade da edição baseada na urgência, também cria a especialidade da legislação ultramarina, mas esta especialidade genérica - a metrópole podia criar leis especiais, tanto para aplicação em todas as províncias, como podia fazer lei específica para cada uma delas, a exemplo das cartas orgânicas, organização administrativa da província de Moçambique, Emigração para São Tomé, dentre tantas outras - teria de ser adaptada às condições de cada uma das colônias.

Assim, quando estas leis gerais chegavam às colônias elas sofriam as modificações que eram necessárias para a sua aplicação local. Estas modificações, por força da especificidade de cada colônia, estavam autorizadas no próprio texto constitucional, e não só, muitas vezes, a própria lei geral remetia a regulamentação de muitos artigos à regulamentação local.

Esta regulamentação local deveria ser feita pelo Governador, que para tanto dispunha de varias formas legais, desde o próprio Regulamento, como Portarias, Ofícios, Avisos, Circulares, observe-se que a nomenclatura Decreto, á época, só era utilizada pelos Ministros.

Os Regulamentos locais e algumas portarias eram publicados em regime provisório, isto porque, essas medidas reguladoras tinham de ser confirmadas pela metrópole.

Na realidade os governadores das províncias tinham uma falsa autonomia, porque se as leis tinham de ser confirmadas pela Metrópole, em princípio pela Junta Consultiva do Ultramar (1911), após pelo Conselho Colonial, depois Conselho Superior das Colônias, todas e quaisquer medidas tomadas por eles estavam sujeitas a modificações e eram, portanto, provisórias; o que levanta um grande questionamento a respeito dos atos praticados durante tal vigência provisória, que é o relativo à validade deles.

Por outro lado, se o Governador não promovesse a adaptação dos Regulamentos, para atender à especialidade da colônia por ele administrada, aconteceria o que nos é trazido aqui por Eduardo Saldanha em reunião do Conselho de Governo em abril de 1908. O Conselheiro pede a atenção do Conselho para o fato de que a regulamentação do trabalho na colônia tem de ser feita sem demora, porque ele tem conhecimento, através de jornais que há um projeto de modificação do regulamento, que inclusive já faz parte do relatório a ser apresentado pelo Senhor Ministro à Câmara.

Acrescenta o Conselheiro que ele já viu “[...] dois diplomas d’essa mesma natureza postos em vigor, sem que nenhum d’elles fosse executado, nem se pode executar.”

Em outra sessão do Conselho, isto já em 1913, há novamente referência expressa ao Regulamento do Trabalho dos Indígenas, observe-se que estamos em 1913, quando já houve a modificação dos Regulamentos de 1878, 1899 e 1911 pela metrópole, e o Senhor Intendente dos Negócios Indígenas em Moçambique diz, expressamente: “[...] Está em vigor o regulamento de 1878, mas as providências nele exaradas são inadaptáveis à actualidade. Temos o serviço compellido, e, todavia, não está regulada a forma de fazer o fornecimento do trabalho compellido. É necessário estabelecer legislação uniforme”²⁴³.

Voltaremos às duas sessões em outro momento do trabalho. Os exemplos aqui dados somente serviram para pontuar o problema da defasagem entre a regulamentação geral e a local, que afasta completamente, seja a urgência, seja a especialidade, demonstrando, apenas, que o governador, como aconteceu efetivamente em Moçambique, é que decidia se a lei vigorava ou não na colônia, pois se ele não tomasse as medidas de adaptação e não publicasse os regulamentos locais, não se poderia aplicar na localidade o regulamento geral, o que leva a um outro questionamento: Que lei aplicar então? A Lei anterior, o regulamento geral? Perguntas que tentaremos responder no decorrer deste trabalho.

De logo, o que se pode assegurar é que existia uma tremenda confusão, dentro da própria colônia, em relação à aplicação das leis relativas ao trabalho indígena, bem como em relação às colônias entre si. Recordando que Moçambique, Angola, bem como Cabo Verde e Guiné forneciam mão-de-obra para São Tomé e Príncipe, surge a pergunta: como eram resolvidas as questões relativas a tais fornecimentos se cada colônia tinha um regulamento próprio, e se, os seus regulamentos não estivessem, como não estavam, de acordo com o regulamento geral que vigia à época.

Por exemplo: A repatriação de filhos de indígenas foi objeto de recursos O Regulamento de 1878 continha a obrigação do pagamento das despesas de retorno do serviçal e sua família, já o de 1899 continha a exigência do retorno do serviçal, o mesmo ocorrendo em 1909. Se houvesse em Moçambique disposição regulamentar exigindo a repatriação, mas esta, por força da vigência do regulamento de 1878 em São Tomé, que a não exigia, não acontecesse, como seria resolvido este conflito em relação às contratações

²⁴³ Idem. Acta de Continuação da Sessão de 02 de julho de 1913, p. 324.

de indígenas para trabalharem em São Tomé?

A pergunta tem pertinência e foi objeto de uma reclamação ao governador de São Tomé, na realidade, não em relação à repatriação para Moçambique, mas em relação à repatriação de São Tomé para Angola de filhos dos repatriados que nasceram na Ilha.

Entendia o roceiro que não tinha obrigação de repatriar nenhum natural de São Tomé de acordo com o que estabelece o art. 24 do decreto de 27 de maio de 1911, que só se refere ao serviçal, e que tal artigo revogou o estabelecido no artigo 67º do Regulamento de 1878.

O curador reconhece o dever de repatriação sob o argumento de que o Regulamento de 1909, no seu art. 131º, determina que continue em vigor o disposto no regulamento de 1878, em tudo quanto nele não seja modificado, alterado ou revogado.

Entende ele que se assim é, o regulamento de 1909 trata de repatriação dos serviçais e não da sua família, portanto, não revogou em nada a disposição do de 1878 que diz que, nos contratos será sempre estabelecida a obrigação do pagamento do retorno dos contratados e suas famílias que, findo o prazo do contrato, queiram voltar para as suas terras.

Argumenta que em todos os contratos está incluída tal cláusula por ser esta uma obrigação genérica imposta pela legislação em vigor na província, e que, neste particular, não foi revogado o Regulamento de 1878, que também não o foi pelo de 1911, que não contém qualquer determinação a respeito da repatriação da família.

Os filhos dos serviçais, sendo da família destes, têm de acompanhar os pais quando da repatriação, não sendo correta a argumentação de que não devem ser repatriados porque são naturais de São Tomé. Eles nasceram em São Tomé porque os seus pais ali trabalhavam e nem o fato de agora serem maiores retira-lhes o direito de lhes acompanhar quando estes retornarem à terra natal.

H, á neste caso, diversas questões ligadas à aplicação da legislação:

Vigência de Lei – Observemos que o Curador refere-se a 3 regulamentos diferentes:

Fala em revogação, modificação, alteração e regulamentação a par das já existentes.

Também fala da situação dos indígenas nascidos em São Tomé e qual a legislação que lhes seria aplicada no caso de não acompanharem os pais.

Neste particular o Curador questiona qual a situação dos filhos destes repatriados em São Tomé, caso não acompanhem os seus pais. Pergunta ele: serão contratados?

Recontratados? E ele vai procurar explicar a situação, desta feita utilizando o Regulamento de 1911.

Esclarece que aos filhos não se poderia impor um recontrato, pois os seus contratos terminariam igualmente com os dos pais, se o entendimento fosse da contratação da família. Se não tinham contrato, ninguém poderia lhes impor, até porque com os pais teriam cumprido a obrigação estabelecida no regulamento de 1911, que ainda não teria sido publicado na ilha, não podendo nem mesmo ser compelidos, porque demonstrariam que tinham trabalhado no período exigido pela lei.

O que significa que os filhos dos serviçais, se não acompanhassem os seus pais quando estes retornassem para sua terra, não poderiam, em São Tomé, ser obrigados a trabalhar, e como este seria o caso de muitas outras famílias, estabelecer-se-ia, em pouco tempo grandes dificuldades de ordem pública, dada a quantidade de indígenas que estariam sem trabalhar em São Tomé; assim, havia motivos suficientes para que todos que estivessem nesta situação acompanhassem os seus pais.

O Conselho de Governo decide que os serviçais devem ser repatriados junto com os filhos; os menores, sem qualquer condição, e os maiores, se declarassem a vontade de voltar com os pais perante o Curador.

Um dos argumentos do Conselho de Governo é que os filhos não são naturais de São Tomé, e sim da propriedade em que os seus pais trabalhavam, pois nunca “[...] tiveram a liberdade de correr a ilha, a seu bel prazer. Elles são naturaes da propriedade onde viveram seus paes, a qual propriedade é um mundo a parte do resto da ilha, que tem uma vida exclusivamente própria e onde os serviçais falam não a língua de S. Tomé, mas a língua de Angola”. “[...] Elles estão para com Angola de uma maneira análoga á de um navio de guerra de determinada nação quando fundiado num porto de outro país”.²⁴⁴

É como se o território da roça fosse uma parte de Angola e, portanto, a lei que ali era aplicada era a lei dos contratos que lá foram feitos, quando os pais foram contratados e quando houve a recontratação.

Tanto o parecer e julgamento são muito complicados no que se refere aos argumentos utilizados, mas o que é importante neles é exatamente o fato de demonstrar, na prática, a importância da vigência dos regulamentos nas diversas colônias e, como este

²⁴⁴ Em direito internacional, o navio é considerado território da bandeira da nação ao qual pertence.

fator pode influenciar na decisão a ser aplicada em cada caso.²⁴⁵

Voltando, entretanto, ao que acontecia nas províncias em relação às adaptações das leis, os srs. Governadores teriam de expedir os regulamentos, mas não o faziam para fugirem ao controle da metrópole.

Se eles editassem o Regulamento, teriam de enviá-lo para a apreciação do Governo, ao passo que, se, ao invés de fazer a adaptação total, ou seja; estabelecer normas para todas as situações – hipóteses – de regulamento geral dentro de um só diploma legal, por exemplo: um Regulamento, a regulamentação fosse feita por artigos isolados e através de portarias, circulares, instruções, estes atos não seriam submetidos à apreciação, e tais medidas vigorariam “*ad perpetuam*”, sem estar condicionada a qualquer confirmação.

O raciocínio pode não parecer correto, mas encontra força em algumas atitudes da metrópole, quando esta estabelece algumas condições para validade de outros atos dos governadores: por exemplo, em relação às concessões de terra, que só seriam válidas depois de confirmadas pela metrópole. Se assim era, se havia a exigência expressa para tal tipo de ato, confirma-se que, para outros, esta aprovação era desnecessária, se não desnecessária, não exigível.

E assim ficou em Moçambique durante muito tempo: não sendo feita a regulamentação local do Regulamento Geral de 1899.

4.3 – Moçambique – Particularidades

4.3.1 – Emigração para o Transval

Para que o Regulamento fosse aplicado em Moçambique era necessário que o Governo Geral o regulamentasse, o que não foi feito.

Inúmeras medidas, entretanto, foram tomadas com base em alguns dos artigos deste regulamento, que como sempre, era aplicado localmente, de acordo com os critérios de conveniência dos administradores, ou seja, os atos estavam sujeitos à discricionariedade

²⁴⁵ Todo o parecer pode ser visto no Boletim Oficial de São Tome e Príncipe, nº. 15 de 06.04.1912, pp. 119-124.

dos administradores, que se determinavam, “a priori”, pela própria situação local, que tinha de ser levada em consideração.

Entenda-se que discricionariedade em administração é, exatamente, o poder que as autoridades têm de, por motivos que entendem de interesse da comunidade e sem estar vinculado a uma ordem anterior, determinar medidas administrativas. Note-se que as medidas obedecem a um critério de valor do administrador, mas não podem ser ilegais. Elas têm de estar em conformidade com os princípios gerais de direito e da administração.

Os administradores tinham obrigação de publicar a lei geral nos Boletins Oficiais da colônia administrada, a fim de cumprir o determinado na lei metropolitana, que exigia tal formalidade para que a lei fosse considerada válida e eficaz. Somente depois de efetivada esta publicação é que o regulamento entraria em vigor na colônia. Se o governador não publicasse o Regulamento este não entrava vigor; como isto era um fato relativamente comum nas colônias, surgiram muitos conflitos intercoloniais, mui principalmente, no que se refere à emigração da mão-de-obra indígena.

Feita a publicação de caráter geral, a lei entrava em vigor na colônia. Se o governador local entendesse que esta regulamentação geral não devia ser aplicada no seu distrito, por incompatível com as condições locais, usos e costumes dos indígenas, ou qualquer outro motivo que julgasse relevante, estava autorizado a adaptá-la a tais condições.

A adaptação poderia ser feita total, ou parcialmente, esta última a mais utilizada. O certo é que a adaptação não deveria contrariar, teoricamente, os princípios gerais estabelecidos no regulamento geral.

Em Moçambique, particularmente, a aplicação do Regulamento geral se tornava praticamente impossível, pois, como já dito anteriormente, a colônia estava submetida a diversas ordens jurídicas; Os poderes majestáticos atribuídos às companhias, que poderiam, dentro dos seus territórios, ter os seus próprios ordenamentos, e tinham na realidade, faziam dessa colônia um caso “*sui generis*”.

Além da existência das companhias majestáticas, em Moçambique vigoravam, também, os acordos de caráter internacional para fornecimento de mão-de-obra e regimes alfandegários, conhecidos como “*modus vivendi*”, o que significa que, muitas vezes, e não muito raramente, regulamentos gerais eram publicados durante a vigência desses acordos

sem que tivessem força suficiente para modificá-los, mesmo tratando-se de uma lei nova contendo disposições a par das existentes e, até mesmo, revogadoras das anteriores.

Estes regulamentos específicos para a emigração para o Transval, e não só para esse local, pois os indígenas moçambicanos emigravam para diversas outras regiões, a exemplo da Rodésia, são por mim identificados como acordos internacionais, não porque estivessem sujeitos aos trâmites regulares estabelecidos para estes acordos, mas exatamente pelo fato de que, apesar de ser uma regulamentação do Estado Português, eles eram criados mediante o estabelecimento de cláusulas discutidas entre as autoridades dos países acordantes; No caso o Transval – África do Sul e Portugal – Moçambique e, necessariamente, precisavam ser rigorosamente cumpridos.

Por exemplo, Mouzinho de Albuquerque regulamentou a emigração para o Transval, mas quando o fez, entabulou prévias negociações com os interessados, ou seja, com o próprio Transval, o que nos leva a crer que tal regulamento foi negociado atendendo aos interesses das partes acordantes; quando isto acontece estamos diante de um acordo, uma convenção, cujo objeto, no presente caso, foi a regulamentação do recrutamento da mão-de-obra, necessidade à qual nos reportamos em item anterior. Neste momento não são os seus fins que interessam, e sim a ordem jurídica que foi estabelecida por este acordo que foi alcançado pelo Regulamento de 1899.

O Recrutamento para o Transval era regulamentado pelo acordo, embora este tenha sido designado *Regulamento para engajamento dos indígenas da província de Moçambique para o trabalho na república Sul Africana*²⁴⁶, e nada que se estabelecesse no Regulamento Geral de 1899 de referência a este recrutamento poderia modificar as suas cláusulas, até porque o caráter de generalidade deste segundo diploma não permitiria que, especificamente, regulasse uma situação tão particular e local, como era a emigração dos indígenas de Moçambique para as minas do Transval.

E tanto é assim que em 1901, através da portaria de nº. 177 o Governo Geral de Moçambique declara “caduco” o regulamento para emigração de indígenas para o Transval e proíbe, até uma nova regulamentação, a emigração para aquele território.²⁴⁷ Se o regulamento geral pudesse ser aplicado a este tipo específico de emigração, automaticamente, no momento que declarado “caduco”, extinto pelo próprio prazo, a contratação seria regida pelo Regulamento Geral em vigor, em tese, o de 1899.

²⁴⁶ ALBUQUERQUE, J.M., 1898, p.693-704.

²⁴⁷ B.O.M. nº 19 de 11.05.1901 p..134

A falta de braços para o Transval em consequência da suspensão do recrutamento foi objeto de carta ao Conselheiro Manuel Raphael Gorjão e de parecer do Procurador João Pinto dos Santos, no qual se denota a preocupação com a possibilidade da contratação de trabalhadores chineses. Na carta, Machado Teixeira, demonstra o aumento da produção aurífera no Transval e, consequentemente, aponta a necessidade que se tem dos braços africanos e da inconveniência para o Estado Português do seu não fornecimento, demonstrando ainda as desvantagens da contratação dos asiáticos²⁴⁸, não só financeiras para Portugal, como para a própria desvalorização física e moral dos indígenas, devido a possibilidade do cruzamento destes últimos com os chineses.²⁴⁹

Esclarecia, também, que o Governo deveria permitir o recrutamento em área maior, devendo abranger os distritos de Tete, Mangaja da Costa, Angoche e o território da Companhia do Nyassa e indicando quais as dificuldades que os indígenas punham em relação ao recrutamento.²⁵⁰

O que é interessante notar em tal carta, é que o seu autor, ao contrário da opinião generalizada a respeito da indolência indígena, dizia: “A minha longa observação do character dos indígenas d’essa Província leva-me a concluir que elles são susceptíveis de uma rápida evolução, creando necessidades, civilizando-se, trabalhando mais e melhor quando se lhes proporcionem certas facilidades e vantagens, e ao mesmo tempo se lhes permita completa liberdade para disporem da sua pessoa e do seu tempo”.²⁵¹

Antes mesmo do envio dessa carta, isto em 1900, o governador da província de Moçambique envia cópia de um relatório do Governador geral da Zambézia, que foi elaborado por diversos industriais e proprietários daquele distrito, bem como pelos representantes da Companhia da Zambézia e do Boror e de arrendatários dos prazos da coroa, em entendimento completamente contrário ao de Machado Teixeira, sobre a necessidade de ser proibido ou regulamentado de forma diversa da atual, o engajamento dos indígenas da região.

Argumentam que a Zambézia é uma região essencialmente agrícola, que o seu povo é pacífico e sociável e que, por isso mesmo, é o mais procurado para o trabalho nas minas das colônias sul africanas, e que, por força desta emigração, alguns dos distritos da

²⁴⁸ Asiáticos, no presente caso, refere-se exclusivamente a trabalhadores chineses

²⁴⁹ A.H.U. DGU Pasta 703. Documento datado de 17.08.1903.

²⁵⁰ *Ibid* p. 10

²⁵¹ *Ibid*,p.9

província estão arruinados, o que já vem acontecendo há muito, mas, no momento, a ação dos engajadores de diversas nacionalidades²⁵² aumentava ainda mais os riscos desta ruína, solicitando, pois, que o engajamento fosse proibido e que fosse revogado o regulamento aprovado em 1894, e modificados os tratados internacionais.

Tais pedidos foram parcialmente atendidos com a portaria que restringia a emigração, embora no parecer da Junta Consultiva do Ultramar esta admita que a emigração era um problema social de difícil solução, o que não impede, inclusive, como determinado no Regulamento do Trabalho Indígena de 1899 que ela possa ser suspensa, sempre que o aconselhar a conveniência política e econômica, mas não acha que estas condições existam, naquele momento, para revogar o regulamento de 1894, aconselhando a sua rigorosa execução.²⁵³

A restrição da emigração, entretanto, somente postergou o novo acordo com o Transval, entretanto, até que as negociações fossem feitas e um novo fosse firmado, em 1902 o Regulamento foi prorrogado através da portaria de nº11²⁵⁴, com algumas modificações; dentre elas a exigência de autorização do Governo Geral da Província para quem tencionasse ser engajador. No caso de engajador estrangeiro era exigida uma declaração de que se sujeitavam às leis, regulamentos, tribunais e autoridades portuguesas e, também, de que não teria qualquer ingerência no que diz respeito à política indígena interna.

Em relação à licença para o engajamento, os engajadores sujeitavam-se à intervenção do Estado português que, discricionariamente, podia cassar esta licença, se julgasse conveniente, sem qualquer explicação ou direito à reclamação e, especificamente, por força da guerra no Transval, estabeleceu-se, art. 4º, letra e, que qualquer envolvimento com esta guerra, teria como pena a demissão sumária, além de outras sanções aplicáveis.

A portaria acima referida sofreu dois aditamentos, ainda em janeiro de 1902, através das portarias de nºs. 30 e 31, que estabeleciam normas para que os engajadores pudessem contratar pessoal para acompanhar os indígenas engajados, e autorizar os

²⁵² Jornal Século de 05.03.1902, p. 04, confirmando o que já era denunciado em 1900, noticia a nomeação de engajadores de indígenas: Ernesto Torres do Valle, português, Elias Sornios, grego no distrito de Lourenço Marques, Carlos Mancini, latino e Arend Brockhinzim, inglês no districto de Gaza, José Leforte e Marianno dos Santos portugueses no districto de Inhambane (possivelmente o latino signifique italiano), .

²⁵³ AHU. DGU, JCU 1901. Pasta 10, Doc. 905. Liv. 60 nº. 64. Parecer da JCJ na sessão de 20.03.1901.

²⁵⁴ B.O.M. nº. 02 de 11.01.1902 p.16

empregados dos “compounds” a coadjuvar os engajadores. Em ambos os casos, tais habilitações eram realizadas mediante compromissos e taxa de licença pagas em ouro.²⁵⁵

O certo é que, para a efetiva aplicação de regulamentos do trabalho dos indígenas em Moçambique, ficava muito pouco a ser feito quando eram retirados os territórios das companhias e os locais específicos para o recrutamento sob o controle de engajadores autorizados por acordos. É verdade que os contratos tinham de obedecer às disposições gerais dos Regulamentos do Trabalho dos Indígenas, mas elas poderiam ser ajustadas, diferentemente, nas contratações específicas para o Transval. Observe-se, o fato de não se exigir qualquer repatriação nos contratos para o Transval, quando a repatriação era um dos itens mais importantes nas contratações de indígenas para São Tomé, o que, inclusive foi objeto de muitas queixas dos roceiros daquela colônia.²⁵⁶

É bem importante esclarecer que os contratos eram coletivos. Através deles os engajadores poderiam contratar até 100 indígenas. Todos seriam regidos pelas mesmas normas, com direitos e deveres iguais. Funcionava, pois, em 1898, um contrato coletivo de trabalho, sendo que não havia negociação por parte dos indígenas, que, como sempre, encontravam as regras prontas, sem direito a qualquer alteração e sem qualquer declaração de vontade suficiente para modificá-las.

Também deve ficar assente que os indígenas, para saírem de Moçambique, recebiam um passe, o qual, de acordo com o art. 19º, constituía um passaporte, que deveria ser apresentado tanto na República Sul Africana, quanto no seu regresso à província, no final do contrato.²⁵⁷ Assim o passe funcionava como mais uma restrição à liberdade de ir e vir dos indígenas, que só poderiam retornar a sua terra natal, quando os contratos acabassem pelo decurso do seu prazo, e caso não fossem renovados.

Deve esclarecer-se que o retorno para a terra de origem era querido pelo Governo Português, não pelo fato do retorno em si, mas pelo fato de que, na volta do indígena para

²⁵⁵ B.O.M. nº 04 de 25.01.1902, p.31

²⁵⁶ Ver MANTERO, F., 1954, p. 94 - 97 sobre as exigências que a regulamentação impunha para o recrutamento de trabalhadores indígenas para São Tomé em comparação ao que era exigido em relação à emigração para o Transval. Ver, também, Regulamento de 1909 que permite a emigração de indígenas contratados de Angola, Moçambique Guiné, Cabo Verde para São Tomé, e as exigências contidas nos Capítulos VII, IX, e X. que não tinham correspondentes nos acordos firmados com o Transval.

²⁵⁷ Art. 19º do Regulamento de 18.11.1898.

Moçambique, cresciam as receitas da Colônia,²⁵⁸ embora existam queixas de que este dinheiro trazido do Transval não era gasto no comércio local.²⁵⁹

No Relatório sobre Moçambique (1906-1910) Freire de Andrade, então Governador Geral da Província, dá a dimensão da importância do trabalho dos indígenas no Transval: “o trabalho indígena é uma das questões mais graves que temos a considerar na Província porque ele se liga muito intimamente às nossas relações com a vizinha colônia do Transval, onde o nosso preto tem prestado e prestará por muito tempo serviços que dificilmente poderão dispensar”.²⁶⁰

É este mesmo governador que nos indica os rendimentos diretos e indiretos que são produzidos pelos pretos para a Província, informando o direto, proveniente da emigração para o ano econômico de 1905-1906 “em 191:668\$667 e no ano de 1906 de (Janeiro a Dezembro) de L47:912-11-00” e acrescenta que o rendimento indireto” [...] é o obtido pelo comércio feito com o dinheiro trazido pelos indígenas e pela facilidade com que, por meio dele, pagam o imposto de palhota,²⁶¹ que tem sucessivamente aumentado e que no ano de 1906 foi de réis 737:159\$099”²⁶².

É, pois evidente, que uma fonte de receita desta magnitude tem de ser muito bem regulamentada, administrada e favorável aos interessados e, mesmo o governador reconhecendo que o fornecimento da mão-de-obra prejudica a agricultura da colônia,

²⁵⁸ Ver a respeito destas vantagens os relatórios dos governadores: Augusto Cardoso, (1906,1907), p. 129, Freire de Andrade- Relatórios sobre Moçambique, (1906-1910), p. 57

²⁵⁹ CARDOSO, A., 1907, p.43

²⁶⁰ ANDRADE, A.A.F.,1949, p. 57

²⁶¹ Foi criado em 05 de julho de 1883, e incidia sobre as casas habitadas pelos indígenas - palhota-, nos termos que se segue: *Artigo 1º - É creado na província de Moçambique Um imposto sobre as casas habitadas pelos indígenas e denominadas palhotas ou cubatas, as quaes ficam isentas do imposto predial credo por decreto de 20 de outubro de 1880. Parágrafo Primeiro – Este novo imposto será representado pela taxa annual de 800 réis por cada palhota ou cubata situada fora das cidades e villas da província; pela de 600 réis sobre cada palhota ou cubata situada fora das cidades e villas nos districtos de Cabo Delgado, Moçambique, Angoche, Quelimane, Lourenço Marques e outros territórios do litoral; e pela de 400 reis sobre cada palhota cubata situada fora das cidades e villas nos districtos de Senna, Tete e terras de Inhambane*

Apesar de aparecer na lei a expressão *novo imposto* e deste ter como fato gerador a habitação em uma palhota ou cubata, este imposto já existia e tem sua origem na cobrança do mussoco, (1880) imposto de capitação, que, de acordo com Emygdio da Silva traduz a “soberania aliada e a dependencia resultante da expropriação das terras, por virtude da conquista, para quem o paga”.era pago em gêneros alimentícios nos prazos e em 1856, Sá Bandeira, autoriza a sua cobrança por palhota, cubata ou fogo. Tal imposto, à altura, podia ser pago, também, em gêneros O imposto de palhota, pois, tem em sua base na propriedade da terra, e, de acordo com o Fernando Emygdio, é uma espécie de contribuição predial do indígena. O contribuinte do imposto era o dono da palhota ou cubata.

²⁶² Dados coletados no Relatório do Governador Freire de Andrade, ob. cit. pp.57-58

acrescenta a sua indispensabilidade e sugere um limite no número de pretos para a emigração²⁶³.

Somente em 1909 foi firmado um novo acordo entre a Província de Moçambique e o Governo do Transval, embora tenha existido o “*modus vivendi*” de 1901 que fora aditado em 1904.²⁶⁴

Nesse acordo, os assuntos relativos ao recrutamento dos indígenas estão regulados na Parte 1, nos itens de I a XX.

O Governo Português reserva-se o direito de suspender ou proibir o recrutamento dos trabalhadores indígenas; continua a exigir a licença para o exercício da atividade de recrutador, sendo a licença concedida pelo Governo da Província onde o recrutamento terá lugar e acompanhada de declaração de submissão às leis portuguesas neste particular.

O período da contratação, pelo menos no que diz respeito ao primeiro contrato, é de 1 ano, sendo, entretanto, fixado, item VI, o total de tempo para a contratação em 2 anos, contando-se o período de recontração; continua a ser exigido o passaporte para o indígena, cujo emolumento deve ser pago pelo patrão. O interessante da exigência do passaporte é que este tem validade de apenas 1 ano. Se o indígena for recontratado terá de obter uma autorização especial, caso contrário será considerado como emigrante clandestino, sendo que, para a regularização da sua situação, deverá pagar a quantia relativa a 20 shillings ao governo português.

Um funcionário português seria tido como Curador de indígenas portugueses no Transval, com as funções gerais a este cargo relativas e mais as estabelecidas no item IX, letras a a g.

Há uma preocupação com os patrões que descumprirem os contratos, mas o interessante é que o descumprimento de obrigações contratuais tem de ser reconhecido por ambos os governos e, caso não haja uma coincidência no reconhecimento da falta, há a necessidade de um árbitro, Item III²⁶⁵.

Proibia-se ao indígena a importação de produtos do Transval, conforme item XI letras a a f, e isentava-o do pagamento do imposto de palhota no Transval.

²⁶³ Idem, p. 70.

²⁶⁴ Suplemento ao B.O.M nº. 13, de 02.04.1909, pp.1-13

²⁶⁵ Ver MANTERO. F., p. 95-96 quando ele se reporta ao descumprimento das condições do contrato pelos patrões no Transval.

O “*modus vivendi*” é pródigo no que se refere ao pagamento de taxas ao Governo português, que, além dos emolumentos pela emissão dos passaportes, cobra direitos alfandegários aos indígenas, bem como ao governo do Transval²⁶⁶.

Há, entretanto, uma disposição que chama atenção nesse acordo; Diz o item XIV que a convenção não se aplica aos indígenas que entraram no Transval antes de 11 de outubro de 1899 e àqueles que não tenham residido, continuamente, num “labour district” do Transval.

Ora a Convenção foi firmada em 1909, portanto, 10 anos após, se for o caso, da emigração desses indígenas, e aí temos duas perguntas a fazer: Se os indígenas estão no Transval desde 1899, qual a lei que lhes é aplicável? Estariam eles, legalmente no Transval? Em princípio há que se ter que tais indígenas estão no Transval ilegalmente, porque o próprio Regulamento da Emigração só admitia o contrato para o trabalho de indígenas no Transval por um ano. Se assim era, e se a renovação, também àquela época, só poderia ser feita por mais um ano, num total geral de 2 anos, qualquer indígena que ali estivesse, teria de ser considerado como clandestino,²⁶⁷ e de acordo com isto, aquele que não tivesse o passe visado, nos termos do regulamento anterior, poderia ser preso e teria de trabalhar, gratuitamente, para o Estado durante 90 dias; Que autoridade era competente para esta prisão se os indígenas permanecessem em território sul africano? A que leis estavam subordinados tais indígenas? Eram eles ainda considerados indígenas portugueses ou havia alguma possibilidade de desnacionalização? Tais perguntas merecem respostas, que, entretanto, não podem ser dadas, neste momento, devido à limitação deste trabalho.

No entanto, mesmo com as providências tomadas por Mouzinho e com as precauções relativas ao engajamento, bem como todas as outras inseridas nos “*modus vivendi*”, muitas foram as medidas que tiveram de ser tomadas contra a emigração clandestina, dentre elas o monopólio do Recrutamento pela grande agência de emigração, a W.N.L. A Witwaterrand Native Labour Association, recordando-se que a Inglaterra, em muitas oportunidades, denunciou maus tratos dos indígenas nas colônias portuguesas, mas, em relação ao Transval, as negociações eram feitas, não no interesse dos indígenas, mas no interesse das minas, cuja associação de classe fundada em 1889(Câmara das Minas do Transval) “[...] cedo compreendeu a importância do Sul de Moçambique como reservatório

²⁶⁶ Itens VIII; XI, letras a a f;

²⁶⁷ ALBUQUERQUE. J.M., ob. cit. p 701.

de mão-de-obra e cedo tratou de efectuar diligências no sentido de conseguir dali um fornecimento regular”²⁶⁸ e a Inglaterra não fez qualquer crítica a tal regulamento.

A emigração para o Transval, ainda que necessária pelos motivos já apontados, era causa de despovoamento em alguns distritos, de modificações de costumes indígenas²⁶⁹, de incrementação ou queda no comércio local.

O Governador de Inhambane, Augusto Cardoso (1906-1909), queixava-se, no seu Relatório, da emigração para o Transval, esclarecendo que ela em nada ajudava o comércio daquele distrito, tendo em vista que o indígena voltava das minas com “[...] uma pacotilha de valor não inferior a 45\$000 réis, em que se contém artigos de vestuário e outros em quantidade suficiente para as suas necessidades e as de sua família por largo espaço de tempo, sem lhes ser preciso recorrer ao commercio local ”²⁷⁰.

Dizia ele que não era necessário acabar com a emigração, porque se ela era maléfica para o comércio, por outro lado sempre trouxe benefícios, porque introduzia ouro no distrito, mas também criticava esta entrada de ouro, porque, para ele, ela só beneficiava o governo, dado que isto facilitava o pagamento do imposto de palhota sem que a moeda circulasse no comércio, o que seria o ideal.

Para este governador o enriquecimento dos indígenas proporcionado pela emigração, sem que isto ocorresse em relação aos asiáticos e aos colonos europeus, faria com que estes últimos quedassem em um estado de inferioridade em relação aos primeiros, por isso era preciso trazer para o comércio esta riqueza acumulada, para evitar o caos temido pelo administrador.²⁷¹

Também este governador se queixa da emigração no que se refere aos seus agentes, no caso concreto da W.N.L.A. Diz ele que os seus recrutadores dessa empresa, em número de 750, tinham fardamento e eram reconhecidos pelos indígenas e, enquanto estes eram bem vindos e bem recebidos, porque procuravam os indígenas para “[...] lhes dar dinheiro, bons cobertores e vinho, o sipae portuguez agarra-o para que pague imposto de palhota, para lhe impor trabalhos agrícolas, ou para limpar estradas gratuitamente, construir pontes gratuitamente, etc., etc.”²⁷² o que ele achava um desprestígio para os portugueses, que

²⁶⁸ FERREIRA.A.R., 1963, p.61

²⁶⁹ A questão do lobolo é um bom exemplo desta alteração de costumes. Antes ele era pago em vacas, depois do trabalho nas minas ele passa a ser pago em dinheiro

²⁷⁰ Ob. cit. p. 43

²⁷¹ Idem p. 44-45

²⁷² Ibid.

tinham a sua autoridade ameaçada, aliando-se a tudo isto a questão do salário que era pago nas minas.

Era preciso uma rigorosa fiscalização da emigração e o governador aponta algumas reformas que julgava necessárias e que promoveriam, de alguma maneira, o desenvolvimento do seu distrito: a) saída do indígena condicionada à comprovação de prestação de trabalho no distrito por dois anos; b) engajamento somente poderia ser feito na sede da circunscrição para averiguação da identidade, residência efetiva, o que evitaria a evasão de criminosos e as dificuldades de buscas de herdeiros e afirmaria o domínio exclusivo português sobre o território; c) proibição de o engajador ter agentes uniformizados; d) proibir a importação de fazenda do Transval; e e) tornar obrigatório o regresso no fim de um ano com a proibição do reengajamento.²⁷³

Sem dúvida que as medidas indicadas pelo administrador teriam efeito, aliás, algumas delas foram aproveitadas em legislação posterior; a exemplo do engajamento de um ano para o Transval, embora se admitindo a renovação do contrato por período igual e no total geral de 2 anos, mas, no que diz respeito ao fardamento dos recrutadores, a medida nada teria de positivo, apenas agradaria ao espírito português de superioridade humilhado diante da potência que era a W.L.N.A.

Diante das dificuldades indicadas no seu relatório o Governador expede a Circular de nº. 480, no sentido de proteger os agricultores locais em relação aos braços necessários e cria uma obrigação para os comandantes militares – o fornecimento de trabalho indígena para a agricultura e para os transportes comerciais, ou seja; os comandantes militares passam a ser fornecedores de mão-de-obra, sendo esta obrigação um dever de ofício criado através de circular do Senhor Governador de Inhambane, que erra na expedição de tal circular por muitos motivos, dentre eles o de extrapolar a sua competência, uma vez que a fixação de normas atribuindo deveres aos comandantes militares pertence ao governo central; segundo, os comandantes militares não podem ser considerados como fornecedores de mão-de-obra, poderiam sim, conforme a própria lei geral determinava, garantir o fornecimento da mão-de-obra compelida, fazendo com que os chefes indígenas não deixassem de cumprir as obrigações referentes a tal fornecimento; terceiro, a exigência de fornecer mão-de-obra para particulares, o que já era objeto de condenação até pelo

²⁷³ Ibid. 47-48

próprio Governador Geral, que proibira o chibalo,²⁷⁴ trabalho forçado, por um período determinado, para o Estado ou para particulares.

No Relatório posterior, 1907-1909 o governador de Inhambane continua com as queixas em relação à emigração e propõe medidas para combater a importação de bagagens do Transval,²⁷⁵ embora o Governador Geral, Freire de Andrade, tenha nomeado uma Comissão, através da Portaria Provincial n.º. 262, para averiguar o estado em que se encontravam as indústrias, o comércio e a agricultura em Inhambane.

A Comissão indica algumas medidas para solucionar o problema, inclusive uma regulamentação urgente do trabalho indígena; introdução dos indígenas nos trabalhos agrícolas e em outros trabalhos.

No de 1910-1911 apresenta uma proposta para garantir o fornecimento da mão de obra para a agricultura, na qual indica a isenção do imposto de palhota, nas condições que estabelece;²⁷⁶ sinal de que nenhuma das sugestões da comissão foi posta em vigor.

No Relatório de 1911-1912, também de Inhambane, desta feita com o administrador João Cabral, as queixas continuam quase as mesmas, inclusive quanto à identificação dos indígenas; tendo o administrador apresentado uma proposta para a regulamentação de passes de identidade para os indígenas da Província de Moçambique.

277

Este administrador, em relação à emigração para o Transval pede que seja criado um posto fiscal em Inhambane, pois segundo ele, isto não só facilitaria a fiscalização, como também evitaria as despesas com os indígenas que eram rejeitados no posto fiscal de Ressano Garcia e, mais uma vez, volta a falar na identificação dos indígenas e da sua importância, informando que a identificação que é feita nos contratos pela W.N.L.A. é defeituosa e não se consegue, através dela, em caso de morte dos indígenas no Transval, identificar a sua família. Acrescenta que a identificação feita pela W.N.L. A não é fiável porque o seu pessoal “[...] tem os seus honorários dependentes do numero de indígenas que

²⁷⁴ Chibalo era o trabalho forçado prestado, durante um período determinado de tempo, para o Estado ou para particulares. O período de trabalho, que podia ser dos 90 a 180 dias, era fixado pelas autoridades administrativas locais.

²⁷⁵ CARDOSO, A., ob. cit. p.13.

²⁷⁶ CARDOSO, A., ob. cit p. 34-35

²⁷⁷ CABRAL, J. 1912, p.10-12

recruta”, não tendo o administrador a garantia de que os passes eram exigidos para a identificação.²⁷⁸

Em 1913, através da Portaria de nº. 962-A,²⁷⁹ é editado o Regulamento da Curadoria dos Indígenas Portugueses no Transval, que fora criada em 18 de novembro de 1897, no mesmo regulamento que aprovou o engajamento de indígenas de Moçambique para o Transval.

O Regulamento organiza administrativamente a Curadoria, define as atribuições do Curador, da Secretaria, institui o registro dos indígenas portugueses existentes no Transval, arts. 21º- 25º e dá competência à 3ª. secção da Curadoria para a fiscalização de receitas externas e repressão à emigração clandestina.

Institui as inspetorias distritais em Pretoria, Pieterburg, Lydenburg e Barberton. Na área de Johannesburg cria duas inspeções, uma para as minas e outra para particulares.

Cria uma agência de depósitos e transferências na Curadoria que funcionará em Johannesburg, não só para que os indígenas possam depositar ali dinheiro, como para facilitar as transferências de quantias não inferiores a dez shillings para Moçambique.

Os indígenas teriam direito a uma caderneta, na qual seriam anotados tanto os depósitos, quanto as retiradas, e esta caderneta teria a sua impressão digital, garantindo a sua identificação, o que facilitaria, no caso de morte do indígena no Transval, o reconhecimento da sua família em Moçambique, que seria feito através da Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração, art. 52º.

A Regulamentação da Curadoria é mais uma medida do Governo de Moçambique para evitar, não só, a emigração clandestina como para assegurar que os indígenas possam, sem problemas, enviar dinheiro para os seus familiares, e, no caso de morte, que a sua família receba o saldo existente na sua conta, uma antiga preocupação dos administradores portugueses que, pela falta de identificação do próprio indígena, não conseguiam localizar a sua família para que esta recebesse o que tinha direito por morte do seu familiar.

²⁷⁸ Idem. p.53-54

²⁷⁹ Suplemento ao B.O.M nº. 31 de 07.08.1913, pp515-521

4.3.2 - A Confirmação da Inferioridade

Mas o engajamento de indígenas para o Transval, que necessariamente exigia a figura do engajador profissional com licença para exercer tal mister, convive com a continuidade do processo de ocupação e da tentativa de fazê-los trabalhar na sua colônia de origem: seja como trabalhadores voluntários, seja como compelidos, seja como correcionais. Em Lisboa a preocupação era em solidificar estas medidas, torná-las idéias gerais e aceitáveis sem quaisquer admoestações.

É evidente que esta não era uma preocupação exclusivamente nacional, todos os países envolvidos com a colonização concentravam esforços para justificarem medidas que não condiziam com os preceitos liberais.

Retirar ao indígena a liberdade, a sua condição de cidadão, reduzi-lo a condição de incapaz e, portanto, de um juguete que pudesse ser comandado, era essencial para as pretensões das nações civilizadoras.

Estudos científicos são executados e a antropologia é uma aliada forte na justificação dos meios que servirão para trazer os indígenas para a civilização, porquanto é através dela que toma corpo a idéia de inferiorização da “raça negra” e da superioridade da “raça branca”, cuja missão era civilizar estes seres inferiores. A antropologia física²⁸⁰ é utilizada para se inquirir e justificar a inteligência do preto. A fisionomia do preto é ressaltada para caracterizar a sua animalidade, o estudo do crânio do negro ratifica a sua inferioridade no que diz respeito ao raciocínio²⁸¹. A ciência é, pois, uma grande aliada no processo de colonização, que é ação dos povos civilizados de trazer os não civilizados à civilização, justificando todas as medidas que seriam tomadas pela administração colonial, para, com este processo de inferiorização, excluir os indígenas de todo e qualquer direito peculiar aos portugueses. A busca de uma identidade nacional que valorizasse a

²⁸⁰ A craniometria é utilizada para esta inferiorização. A medição do crânio do indígena é recomendada, vide inquérito que deveira ser respondido pelos governadores, do que nos dá notícia João Cabral, Governador de Inhambane – Relatório (1910-1911). pp. 38-39. As primeiras perguntas, no que se refere ao aspecto físico dos indígenas são: “ Qual o typo physico, a cor? Forma geral dos craneos, alongado (dolichocephalos) regular(mesoticephalos) ou quasi espherico (brachicephalos)? O cabelo quando crescido, forma mechas separadas (flaconné) ou é uniformemente disperso? Quando adultos, é vulgar terem barba? Dão alguma importância á barba? São cabelludos? Costumam depilar o corpo? [...] Os typos diferentes da cor geral destacam-se por outras circunstancias? Os indivíduos de cor mais clara são em geral mais inteligentes? [...]”

²⁸¹ A craniometria de Paul Broca é utilizada para a caracterização da inferioridade do indígena. Paul Broca estudou as especialidades de porções do cérebro, identificando o centro da fala, que ficou conhecido, cientificamente, como área de Broca, mas a relevância dos seus estudos para ao processo civilizacional está, efetivamente, na associação do formato do crânio com as características intelectuais dos indivíduos.

superioridade portuguesa (eugenia) encontra, nesses estudos científicos, apoio. É necessário estabelecer a inferioridade natural do negro. O “Outro” teria de ser reconhecido como inferior, cientificamente, para que os objetivos coloniais fossem alcançados, aliás, esse discurso era universal²⁸². A raça humana não era igual, comportava divisões que definiam a sua hierarquia. A dualidade superior-inferior que justificaria, inclusive, as demais subseqüentes, senhor - servo, o belo-feio, patrão-serviçal, selvagem-civilizado, cidadão-não cidadão, capaz-incapaz, igual-diferente, português-assimilado, explorador-explorado, indígena - não indígena dentre tantas outras que rechearam o mundo colonial, tinha de ser completa para fundamentar e envolver todas as ações coloniais. O racismo científico, que já servira de temática a Oliveira Martins, Teófilo Braga e tantos outros, encontra um campo fértil de aplicação. O “negro” é considerado um tipo “antropologicamente inferior, não raro próximo ao antropóide, e bem pouco digno do nome de homem”.²⁸³

A inferioridade natural do negro é aceite sem grandes questionamentos, como uma coisa normal, o que muito convém, porque o desprovido de inteligência, mas com uma grande força física, pode ser domesticado de acordo com as necessidades do domesticador, mui principalmente no que se refere ao trabalho. O “darwinismo social” é empregado com toda a sua crueldade, nos moldes pregados por Oliveira Martins.

A nova legislação precisa ser ideologicamente confirmada para justificar a exigência do trabalho, sem que se possa acusar de um retorno à escravidão.

Assim, o estudo sistemático do colonialismo ganha força, uma onda de cientificismo é introduzida nos meios intelectuais. Cadeiras de administração colonial são introduzidas nas Universidades, escolas de ensino colonial são criadas com o fim de preparar funcionários para as colônias. Congressos são organizados para discussão de temas coloniais.

Em 1900 realiza-se em França o “Congrès International de Sociologie Coloniale”²⁸⁴. Em 1901, é Lisboa que promove o seu Congresso Colonial Nacional organizado pela

²⁸² MARKS, S., 1985,p.426

²⁸³ MARTINS, J.P.de O., 1953, p. 255.

²⁸⁴ Congrès International de Sociologie Coloniale tenu a Paris du 6 au 11 août 1900, Tome Premier, Rapports et Procès-Verbaux des Séances. Tome Second Mémoires soumis au Congrès, Paris, Arthur Rousseau Editeur, 1901. Teve lugar em Paris de 6 a 8 d outubro de 1900. No programa do congresso grandes temas coloniais: Condição jurídica e política dos indígenas; condições materiais dos indígenas; condições morais dos indígenas em que nomes como M.H. Van Kol; M. Arthur Girault foram palestrantes, contando ainda com

Sociedade de Geografia, também para discutir assuntos coloniais. Temas como: especificidades de cada colônia, autonomia financeira e administrativa são ali tratados. Realizam-se conferências preliminares na Sociedade de Geografia, debatem-se teses, soluções são procuradas, sugestões são feitas. Funcionários do alto escalão das colônias são convidados para discutirem os temas e apresentarem soluções para os problemas coloniais, embora muitos dos palestrantes utilizem a tribuna apenas para a defesa dos feitos portugueses no ultramar, centrando-se no mito da missão civilizadora que sempre caracterizou a expansão portuguesa e do heroísmo e abnegação dos funcionários²⁸⁵. Todavia, mesmo nesses discursos, denota-se a preocupação com a formação de funcionários, com a necessidade de educar a juventude com conhecimentos sobre a economia e a administração colonial. Critica-se a centralização do poder²⁸⁶. À altura, Eduardo da Costa apresenta um estudo sobre colonização, sendo favorável à autonomia, “[...] o poder legislativo – dentro de certos limites – como o poder executivo, deve concentrar-se nas mãos das autoridades coloniais”.²⁸⁷

Especificamente sobre as leis ultramarinas, fica assente que não se poderia promulgar uma lei geral para todas as colônias, o que já estava pacificado e nem precisava de uma discussão, porque a prática demonstrava o que cientificamente estava a ser discutido. O que, entretanto, é importante nessa discussão, e apontado por Carvalho Pessoa é a existência da lei morta nas colônias, “[...] isto é: a lei existe; mas é lei morta, por falta de regulamentação”.²⁸⁸

É exatamente o que aconteceu em muitas colônias e não só em Moçambique, em relação ao Regulamento do Trabalho dos Indígenas de 1899, nas quais os regulamentos locais não foram publicados, não se dando, pois, execução ao regulamento geral, embora, como o autor já referido aponte, os srs. Governadores das colônias utilizassem a portaria “[...] alterando estas ou aquellas disposições”; o que mais uma vez confirma a tese de que os governadores, para se furtarem ao controle da metrópole não faziam um regulamento geral local, porque este, obrigatoriamente, teria de ser aprovado pelo Ministro, depois de

apresentação de administradores coloniais como foi o caso de M.Albert. Billiard – Administrateur de Commune mixte em Algérie.

²⁸⁵ Ver FEIO,M.M., 1901,pp 3-24 reportando-se a Sá da Bandeira, Marianno de Carvalho, Antonio Maria Cardoso, Antonio Ennes, João Coutinho, Mouzinho de Albuquerque. Paiva de Andrade a quem chama de “fanático apostolo do sertão”

²⁸⁶ Idem,pp. 18-22

²⁸⁷ COSTA, E. da 1903.p. 12

²⁸⁸ PESSOA. A.J. C.,1901, pp.503-518

ouvida a Junta Consultiva do Ultramar.

Em relação às portarias há por parte do autor ora citado um verdadeiro pavor a este meio técnico-legal utilizado pelos governadores ultramarinos para regulamentarem disposições de lei, bem como para elucidá-las. “As portarias! As portarias são a peor peste que se tem inventado. Felizmente, que os nossos magistrados, em regra, sempre que são chamados a intervir, sustentam constantemente a boa doutrina que uma portaria não derroga a lei [...]”²⁸⁹.

O grande problema é que nem todas as regulamentações feitas, através de portarias, pelos srs. Governadores chegaram a ser apreciadas pelos magistrados, o que gerou aplicação errônea da lei, invasão de competência, extrapolação de poderes, inclusive modificação no próprio sistema jurídico político, conforme já indicado em relação à reforma administrativa e judiciária implementada pelo governador interino de Moçambique e aprovada por portaria de Mouzinho Albuquerque, a qual não foi ratificada pelo Governo da Metrópole, exatamente porque regulamentava assunto da competência exclusiva dessa.

Um outro aspecto desta conferência, que tem ligação direta com leis ultramarinas relativas ao trabalho indígena, é o que o autor aponta em relação às garantias que devem existir para o cumprimento dos contratos de trabalho dos indígenas, porque se elas não existirem, aquele que emprega o capital não poderá alcançar o seu objetivo maior que é, evidentemente, o rendimento desses capitais. E ele critica as autoridades exatamente pela inexistência desta segurança, uma vez que a legislação, a que deveria dar esta garantia a quem investe no ultramar, é a que tira esta mesma segurança, porque é revogada sem qualquer respeito aos direitos adquiridos.²⁹⁰

Se esta conferência suscita pontos importantes no que diz respeito a leis ultramarinas, inclusive no que diz respeito aos direitos adquiridos, exemplificado com as garantias que devem ser dadas aos que aplicam capitais no ultramar, o mesmo não se pode dizer em relação ao tratamento para com os indígenas, quando o autor se reporta à aplicação da lei eleitoral no ultramar; uma simples frase deixa transparecer todo o desprezo para com esses. “Pois se o indígena se imagina “um cidadão”!...”.²⁹¹

É efetivamente a reafirmação do que dissemos antes, o Congresso servia para,

²⁸⁹ *Idem* p. 512

²⁹⁰ *Ibid.* p. 511

²⁹¹ *Ibid* p. 514

cientificamente, retirar do indígena a sua cidadania, que lhe foi outorgada por leis anteriores baseadas em princípios liberais, para torná-lo este “não cidadão” tão desprezível, indigno de ter direitos iguais aos portugueses. No entanto, é este mesmo conferencista que afirma: “[...] o trabalho indígena não se pode dispensar, sendo necessário para a nossa agricultura, devemos estudar todos os meios para o regular [...]”²⁹².

No final o Congresso emite voto a respeito do trabalho indígena: “[...] que se proceda já á organização d’esse mesmo trabalho, em harmonia com as condições especiaes das diversas regiões de cada colônia”.

Nesse mesmo ano de 1901 é criado um curso colonial com duração de 3 anos no Instituto Real de Lisboa. Realiza-se uma reforma universitária, cria-se um Curso Colonial de 12 cadeiras na Faculdade de Direito, acrescenta-se a Cadeira de Geografia e História no Curso Superior de Letras, fixando-se o conteúdo das materiais que devem ser tratadas nestes cursos.

O ano de 1901 chega ao fim sem que Moçambique, ou outra qualquer colônia, regulamentasse o trabalho indígena, conforme determinava o Regulamento Geral de 1899.

Mesmo sem existência de um Regulamento do Trabalho dos Indígenas local, a contratação de indígenas continua a ser feita, não só em relação às minas do Transval, com a sua regulamentação própria, através dos acordos “*modus vivendi*”, como também para trabalho na agricultura, como demonstra carta datada de 12 de julho de 1901, assinada pelo Cônsul no Nyassa Inglês, o Sr. Henrique Cezar, que nos dá notícia da contratação de indígenas para o trabalho agrícola por três meses na África Central Inglesa.²⁹³

4.3.3 – Mais braços para São Thomé – Mudanças na legislação.

Obedecendo, então, ao estabelecido no Regulamento de 1899, Angola, em 1902, publica o seu *Regulamento Provisório do trabalho indígena e fomento agrícola*²⁹⁴. Se aqui falamos deste Regulamento é pelo fato de que, quando da modificação do geral em 1903, há expressa referência ao mesmo, no sentido de que as colônias ali designadas deveriam

²⁹² Ibid p. 510

²⁹³ AHU, DGU Pasta 703 doc. Datado de 12.07.1901

²⁹⁴ Regulamento de 16.07.1902. Colecção de Legislação Portuguesa de 1902, Coimbra. Typographia de F. França Amado, 1902., pp 385-409

fazer o mesmo que Angola, além de estender a aplicação do Capítulo III e IV aos contratos regulados por ele.

A modificação do Regulamento Geral do trabalho dos Indígenas em 1903 é motivada pelas questões suscitadas pelos grandes proprietários de São Tomé, que requisitavam mais braços para as roças e se queixavam das dificuldades, tanto da aplicação do regulamento de 1899, quanto da pouca quantidade de trabalhadores que podiam angariar “[...] o máximo que d’Angola se tem conseguido contractar em cada anno são 3.000, mas cada dia ali escasseiam mais os contractos, apesar do elevadíssimo preço a que attingem”²⁹⁵, neste mesmo documento sugerem que o recrutamento seja feito na Guiné e em Moçambique, o que é atendido com publicação do regulamento.

Nesse regulamento permite-se a emigração de indígenas contratados de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde, para serviços domésticos, industriais e agrícolas na província de S.Tomé e Príncipe e não só; também permite a emigração de operários, serviços ou trabalhadores rurais da China.

A importância deste regulamento está em que nele são criadas as agências de emigração²⁹⁶, que funcionarão como empregadores. O que chama atenção mesmo é que tais agências seriam responsáveis pela emigração de indígenas exclusivamente para São Tomé e Príncipe. O Regulamento também cria a Comissão Central do Trabalho e Emigração de Trabalhadores para S. Tomé e Príncipe, cuja presidência era do Diretor Geral do Ultramar, ou por quem ele designasse, mais dois chefes de repartição e quatro proprietários de S. Tomé e Príncipe. Cria, ainda, uma Junta Local de Trabalho e Emigração em São Tomé.

A competência da Comissão de Emigração, ao que se depreende, meramente consultiva, cuja atuação, quando requisitada pelo governo, era a de dar parecer sobre emigração e trabalho em S.Tomé, além de nomear os vogais da Junta local de emigração, que, por sua vez, tinha como atribuição “superintender, sem prejuízo das attribuições por lei e regulamentos confiados ao curador geral dos serviços e colonos, em tudo quanto diga respeito ao regime do trabalho na província de S. Thomé e Príncipe [...]”.

Há, entretanto, uma particularidade neste regulamento que diz respeito à mão de obra proveniente de Angola. É que ele autoriza a emigração de trabalhadores compelidos de Angola em número suficiente para satisfazer as necessidades de S. Tomé, o que significa que a totalidade da mão de obra originária de Angola para prestar serviço em S.

²⁹⁵ A.H.U. Pasta 703 D.G.U., Memorandum II do Centro Colonial.

²⁹⁶ Arts. 22º.a 26º do Decreto de 29.01.1903

Tomé, podia, toda ela, ser formada por trabalhadores compelidos, cujos contratos, de acordo com o que consta do art. 69º do Regulamento Provisório do Trabalho Indígena daquela colônia, eram “compulsórios”.

Se, interpretarmos que o “contrato compulsório” se refere à obrigação dele ser realizado obrigatoriamente com o indígena, a fim de assegurar os direitos deste, podemos, mesmo não achando que o termo seja o adequado, entender que esta compulsão era exercida para proteção do indígena, que não iria trabalhar em outra província, se não existisse uma contratação nos termos da lei, exegese, entretanto, que é afastada quando se fala de dispensa da aquiescência do trabalhador, como fica bem claro na justificativa que encontramos no Regulamento de Angola de que tais contratos não diferem dos contratos ordinários, a não ser pelo fato de “[...] ser dispensada a acquiescência do trabalhador, que, aliás, fica com os mesmos direitos e deveres estatuídos para a forma livre de prestação de serviços, prevista neste regulamento”²⁹⁷.

Ora dispensada a aquiescência, não temos dúvida que estamos diante do trabalho compulsório, obrigatório, muito similar à escravidão, com a diferença de ser pago.

Ponto também que se não deve olvidar de dito regulamento, que se torna a dizer, aqui está a ser comentado porque os seus capítulos III e IV, por expressa disposição da lei geral reguladora da emigração para S.Tomé, deve ser aplicado na contratação dos indígenas das colônias a que ela se reporta, é o que se refere ao indígena que tiver repetidas faltas por descumprimento do regulamento. Se, após cumprir os 5 anos de trabalho compelido, for novamente apurado para este tipo de trabalho, será alistado nas fileiras militares.

O que isto quer dizer: O indígena tem um contrato compulsório que pode ser de 5 anos. Se cometer alguma falta, art. 76º do Regulamento, ele pode entrar no regime correcional, tendo de trabalhar neste regime pelo tempo em que for a ele condenado, o que poderia variar de três meses a um ano de trabalho, art. 102º, sem que isto seja computado no tempo de trabalho compulsório. Acabando de cumprir o regime correcional, para o mesmo padrão, volta o indígena ao regime de trabalho compelido. Se voltar a reincidir, após o cumprimento total do contrato compulsório, ele será enviado para as fileiras militares. Em poucas palavras, o indígena que fosse para S.Thomé como compelido poderia, jamais, retornar à sua terra de origem. Saliente-se, por oportuno, que enquanto o

²⁹⁷ Art. 69º do Decreto de 16.07.1902.

indígena estiver trabalhando em regime correcional, de acordo com o Regulamento de Angola, que lhe seria aplicado por força de disposição legal, não receberia salário algum. Permitindo a lei o trabalho sem remuneração, volta-se ao regime da escravidão, oficialmente reconhecida, lembrando, mais uma vez, que a lei específica de Angola, teve artigos extensivos a outras colônias pela Lei que alterou o Regulamento do trabalho dos Indígenas de janeiro de 1903, que foi objeto de diversas críticas, dentre elas, a de um grupo de jornalistas de Angola, através de nota a Imprensa e ao Senhor Ministro da Marinha, nas quais os autores não escondem e nem poupam as críticas a quem publicou a lei, Teixeira de Souza, que segundo eles, acata e legaliza a escravatura que estaria sendo praticada pela Companhia Comercial de Angola.²⁹⁸

De acordo com os querelantes, “Esta lei, se attendermos a que foi decretada exclusivamente para Angola, única província onde se acha em vigor, é a maior vergonha que elle legou ao paiz!”.

Queixam-se que em Angola a lei “gentílica” permite que sejam escravizadas mulheres, crianças, homens e que estes, através do resgate, são comprados aos gentios pelos agentes e são mandados para S.Tomé “[...] como se fossem qualquer gênero mercantil” e que, apesar da necessidade de regulamentação da emigração, o fato da exclusividade desta emigração ser monopólio de uma Companhia “[...] transformou a lei regularisadora em escravatura regularisada [...]”.²⁹⁹

Afirmam, ainda, que tal lei foi o resultado de uma “junção de interesses dos agricultores de S. Thomé e da Companhia Commercial de Angola,” que propôs fornecer serviços por preço inferior ao que aqueles estavam acostumados a pagar, em troca de conseguirem, para a companhia, o monopólio deste comércio.

Analizando a letra fria da lei, as queixas apresentadas têm inteira procedência: primeiro porque, apesar dela se reportar às diversas Colônias autorizando a emigração, se refere, expressamente, aos indígenas de Angola, no art. 2º. (compelidos); segundo, porque o que ela nos diz é que o serviço de emigração foi completamente centralizado e monopolizado pelo agente aprovado pelo governo, através da Comissão de Emigração e da Junta local; terceiro porque as requisições, por sua vez, dirigidas ao Estado eram atendidas de acordo com o critério do art. 16º, que criava duas categorias de requisitantes, o que não era de modo algum necessário, porque as duas categorias referem-se ao mesmo pessoal,

²⁹⁸ G. SILVA, 1903.p.4.

²⁹⁹ Idem, p.6

sendo que, foi estabelecida, apenas, uma preferência para eles em termos cronológicos. Primeiro seriam atendidos os que tenham iniciado as suas explorações na data da publicação do regulamento. Depois, o que sobrasse de “compelidos” seriam também a esses fornecidos depois de atendidas as preferências. Ou seja, os requisitantes, sejam preferenciais ou ordinários eram os mesmos. A diferença pode ter sentido apenas porque, como os requisitantes preferenciais, ao que parece indicar a lei, estavam a começar um novo “investimento” precisavam ser atendidos primeiramente.

Há um outro fato que chama atenção. No art. 7º da lei em questão, as autoridades, de acordo com as requisições, deveriam fazer um mapa apontando o número de trabalhadores necessários. Tais mapas seriam enviados aos agentes de emigração e seus delegados. O que sugere este artigo é que os agentes tinham que providenciar braços para atender a todas as requisições. Observe-se que, quando se fala em requisições se está a falar de compelidos, ou seja, aqueles que convidados a cumprir a obrigação moral do trabalho não o faziam pelos meios estabelecidos na lei e nem aceitavam o que o Estado lhes oferecia. Será que, especificamente em Angola, onde é autorizada, textualmente, a emigração de compelidos, existia o número suficiente para cobrir as requisições? Se não houvesse o número suficiente, o que os agentes faziam para encontrar estes braços? Qual a técnica utilizada para achá-los?

Respostas que podemos encontrar na queixa dos jornalistas supra referida, que entendem ser estes braços provenientes do “resgate” e assim entendem porque questionam os valores que eram entregues a tais agentes:

a) fundos necessários para o contrato fornecidos pelos requisitantes; b) abonos pagos pelos requisitantes no acto da recepção (tais abonos são fixados pela Junta local de emigração e é pago por cada serviçal para sua remuneração, despesas de contratos e outras), art. 14º e seus §§ 1º a 7º.³⁰⁰

Ora, argumentam eles, se os agentes já recebiam, de acordo com o art. 14º, § 2º, letra c, os fundos necessários para os contratos, por que a sua remuneração incluiria, também, as despesas de contratos e outras, além do abono pago pelo requisitante? E eles respondem: é porque estes fundos estabelecidos na letra c do § 2º do art. 14º. “São para o resgate. O que é resgate? A compra do escravo ao gentio!...”³⁰¹

³⁰⁰ B.O.M. nº 14 de 16.04.1903, p.184

³⁰¹ G.SILVA, ob. cit. p. 14.

Embora a interpretação seja favorável à tese defendida pelos jornalistas que escreveram o manifesto, não há elementos suficientes para confirmá-la, mas se observarmos atentamente o que está determinado no art. 77º em relação às autoridades, que devem prestar auxílio no que for necessário para facilitar e obter o engajamento, podemos concluir que: se houver qualquer recusa do indígena, as autoridades podem ser solicitadas a intervir, o que significa que o recrutamento, além de ser compulsório, é completamente garantido pelas autoridades.

O fato é que o Decreto de janeiro de 1903 – regulamentando a emigração para São Tomé - foi consideravelmente desfavorável a Angola, que fez a sua lei local regulando o trabalho dos indígenas, que serviu de base para a Metrópole determinar que todas as outras colônias deveriam seguir o seu exemplo, bem como a determinar a aplicação, no que se refere à emigração para S. Tomé e Príncipe, dos capítulos III e IV do referido regulamento.

Em relação a Moçambique, depois de várias tentativas infrutíferas, consegue-se a primeira emigração de indígenas para São Thomé somente em 1908, conforme conta-nos Francisco Mantero:

“Da parte dos interesses do Rand sempre foi objecto de grande antipatia a emigração para S. Tomé. O autor desta memória trabalhou largos anos para introduzir em S. Tomé os serviços de Moçambique, mas todas as tentativas feitas até certa época abortaram por tal motivo. Renovados os nossos esforços em 1908, sendo Ministro da Marinha o Almirante Castilho e Governador Geral de Moçambique o Conselheiro Freire de Andrade, conseguimos iniciar a emigração com o apoio decidido daquele Ministro e do Conselheiro Dias Costa Director-Geral do Ultramar, e auxiliados com a resistência enérgica, oposta pelo Conselheiro Freire de Andrade, a todos os manejos e estorvos empregados contra a realização da patriótica tentativa”.³⁰²

É o mesmo autor que informa que o primeiro desembarque aconteceu em 30 de julho de 1908, num total “[...] de 104 indígenas dos quais 83 foram para a roça Água Izé, da Companhia da Ilha do Príncipe, e 21 para a roça Boa Entrada.”

É ele também que afirma que essa emigração de Moçambique para São Thomé “[...] constitui um novo e poderoso elemento de segurança, uma valiosíssima garantia para a vida e prosperidade agrícola desta nossa colônia, conquistada no momento em que mais violentamente éramos atacados, em Inglaterra, por causa da mão-de-obra de Angola.”³⁰³

O fato é que a emigração de Moçambique não afastou o recrutamento em Angola, que como já demonstrando sofreu, muito mais que as demais colônias fornecedoras de

³⁰² MANTERO, F., ob. cit. p.99-100

³⁰³ Ibid. P. 100

mão-de-obra, as consequências do poder exercido pelos agricultores de São Tomé em relação à procura ávida de braços.

Mais a influência de São Tomé no que se refere à legislação da mão-de-obra migrante, não parou aqui e pode ser observada em 1905, quando, em Relatório anual, o Ministro da Marinha e Ultramar, Manoel Antonio Moreira Junior, informa uma medida que tomou para facilitar o engajamento de indígenas da província de Moçambique para São Tomé, que foi a redução da tarifa das passagens dos indígenas em 50% na 3ª. classe “[...] ou sejam 25\$000 réis entre S. Thomé e Lourenço Marques, e 28\$000 réis entre S. Thomé e a Beira, ou Moçambique.”

Em 1908, entretanto, a emigração para São Tomé tem uma nova regulamentação, que, no ano seguinte já sofre uma alteração. As modificações referentes aos contratos trazem consequências para a contratação da mão-de-obra, especialmente, para São Thomé e Angola e, consequentemente, para os serviços e patrões.

Onde a diferença se estabelece é em relação ao engajamento. São criadas novas zonas de engajamento e designa-se o número de indígenas que podem ser recrutados.

Já em 1909, quando é efetivada a nova alteração no que se refere á regulamentação para a emigração, denota-se uma preocupação, na exposição dos motivos, para tal modificação, com a garantia Constitucional do bem estar dos indígenas, esclarecendo que “[...] a repatriação não é obrigatória, mas uma faculdade inerente ao direito, que é deixado livre ao indigena, de accordo com as leis fundamentais do Estado, de se recontratar ou não”.³⁰⁴

Criam-se novas zonas de recrutamento: continua-se a fixar do número de trabalhadores por cada zona: estabelecer os itinerários das viagens; regula-se, mais uma vez, a concessão das licenças para o engajamento; garante-se, através de medidas preventivas e corretivas, a fiscalização e a garantia do retorno dos indígenas; fixa-se o prazo dos contratos; regulam-se os salários, dá-se publicidade aos atos; faculta-se ao Estado suspender a emigração, além de fixar normas rígidas para a recontração e repatriamento.

O Regulamento de 1909 é uma resposta do Governo português as constantes críticas internacionais ao tratamento que era dado aos trabalhadores nas roças de São

³⁰⁴ B.O.M. n.º. 37 de 11.09.1909.pp.426

Thomé e à maneira como se fazia o recrutamento para o trabalho na Ilha, entretanto, não se vê grandes modificações no sistema.³⁰⁵

As queixas apresentadas, que não eram novas, pois desde 1901 elas existiam e informavam das péssimas condições que os indígenas eram tratados em S.Tomé, o que levou William Cadbury³⁰⁶ a realizar uma investigação para a empresa Cadbury Brothers, que já o enviara a Lisboa em 1903, oportunidade em que teve contato com o Ministro da Marinha e Ultramar e este lhe garantiu que os problemas existentes seriam resolvidos com a nova lei da emigração para São Tomé.

Em 1908 a viagem para São Tomé e Angola foi feita, sendo que Cadbury, que se fazia acompanhar de José Burt, numa parte do seu relatório, embora ainda não esteja a falar especificamente do trabalho nas roças, qualifica o indígena santomense como: “[...] insolente, preguiçoso e sem respeito algum pela lei [...] Não são recenseados, não pagam contribuições nem impostos, não estão sujeitos ao serviço militar, olham a população dos serviços como escravos e gostam de repetir continuamente o seu motto predilecto: *O filho de S. Thomé não trabalha*”.³⁰⁷, o que nos dá uma idéia da discriminação sofrida pelos serviços emigrantes de Angola, Moçambique e das demais regiões, que sofriam dois tipos de pressão: a dos seus patrões, e a da população nativa local, que os discriminavam exatamente pelo fato de que eles trabalhavam; uma indignidade, ao que parece, para indígenas santomenses.

Quanto ao serviços, Cadbury traz informações a respeito dos pedidos de requisições; do primeiro carregamento de indígenas de Moçambique para S. Tomé com contratos de 1 ano, afirmando que estes indígenas sabiam das condições dos seus contratos. Entretanto, quando parte para as investigações nas roças, informa problemas com cumprimento de horário, esclarecendo que “[...] há sempre uma desculpa para fazer trabalhar o pessoal até o extremo das suas forças”³⁰⁸, embora ele também diga que, quem sofre mais com isto é o branco que acompanha o grupo de serviços. Acrescenta que as doenças são muitas, que os serviços “[...] não gosam de distração [...] que as horas do trabalho mencionadas no contracto são DEZ. O que é bem claro é que, por causa d’isso,

³⁰⁵ *Idem*, pp.425-436

³⁰⁶ CADBURY. W., 1910, p. 2-3.

³⁰⁷ *Idem*, p.17(itálico do autor)

³⁰⁸ *Idem*, p. 30

cada administrador tem poder para fazer trabalhar o seu pessoal setenta horas por semana e todos os dias do anno”.³⁰⁹

Por fim, Cadbury ainda identifica problemas com o valor do salário que acha muito baixo; com a percentagem do salário que é entregue ao indígena; com a aplicação das multas; castigos corporais; repatriação e acrescenta que o número de queixas recebidas pela Curadoria é muito pequeno em relação à população, o que ele atribui a que “[...] a geração presente chegou áquella condição de espírito em que se suporta tudo o que vem, com medo do que possa vir”.³¹⁰

O resultado deste inquérito é a informação de que as firmas que o encarregaram da viagem, Cadbury Bros. Ltd. J.S. Fry & Co, Ltd e Rowntree & Co., “[...] decidiram, portanto, não fazer mais copras de cacau produzido nas ilhas de S. Tomé e Príncipe”.³¹¹

Assim, pressionado pela opinião pública internacional, o Governo Português toma algumas medidas, embora elas não tenham modificado, em quase nada, a vida dos serviçaes nas roças, uma vez que a grande preocupação era com a emigração de uma colônia para outra, recrutamento e repatriamento.

Por força disto, no art. 5º, determina-se que seja fixado o número de recrutados por semestre, modificando o regulamento anterior, que não fazia qualquer referência a tal número.

Para aumentar a fiscalização, o Regulamento determina que os mapas de distribuição sejam enviados à Secretaria Geral do Governo, que os enviará para os governadores das províncias de onde se deverá fazer a emigração. Os mapas também devem ser enviados às agências recrutadoras, determinação esta que não existia em nenhum dos dois regulamentos anteriores, 1903 e 1908. A medida serve para tornar a fiscalização mais efetiva, isto porque os governadores ficam sabendo do número necessário de trabalhadores, quem os requisitou e todo o processo de recrutamento pode ser observado com um maior rigor; além do fato de que com os mapas, mais facilmente se resolve os problemas relacionados com a distribuição dos trabalhadores.

Por outro lado, ao retirar a obrigação de ser enviada cópia aos requisitantes, individualmente, obedece-se ao princípio da publicidade, necessário e inerente à atividade

³⁰⁹ *Ibid.* p. 30

³¹⁰ *Ibid.* p. 39

³¹¹ MANTERO, F, ob. cit. p.61

da administração, dando aos interessados e aos administrados em geral, conhecimento dos atos praticados.

Mais uma vez, embora já estejamos em 1909, determina o Regulamento que seja observado pelas províncias emigratórias o *Regulamento do trabalho e fomento agrícola de Angola*, Capítulos III e IV, que é de 1902.

Insiste-se na Junta de Trabalho e Emigração formada pelo Diretor do Ultramar e proprietários de São Tomé, o que não deveria continuar, porque se privilegia São Tomé em detrimento das províncias emigratórias, que também deveriam se fazer representar nesta instituição, que, com essa formação cuida do interesse dos “patrões”, não tendo, pois, a necessária parcialidade quando exerce uma de suas atribuições, que é a proposição de modificações na legislação do trabalho.

A Junta do Trabalho e Emigração toma para si as atribuições que deveriam ser, exclusivamente, do Governo Geral, que deveria ser completamente imparcial e não, ele próprio, contribuir com o monopólio do tráfico oficial da mão-de-obra.

Quanto ao repatriamento, que o Ministro diz ser uma faculdade inerente ao direito, temos que ao indígena, por ser considerado incapaz, não podia exercer tal faculdade. Como assegurar ao indígena o exercício desta faculdade se o seu contrato de trabalho pode, de acordo com o art. 89º, ser prorrogado até que seja alcançado um dos períodos de repatriação, que só ocorre em janeiro, abril, julho e outubro? O que significa o trabalho nestes períodos? É ou não trabalho forçado? Evidente que sim. Se o meu contrato acabou em outubro, exatamente no meio do mês, e eu só posso agora ser repatriado em janeiro, o trabalho que executo durante novembro e dezembro é considerado o que? Como caracterizar tal trabalho, voluntário; forçado; compelido? Se eu não posso de imediato deixar o trabalho, logo que vencido o período da contratação, não posso exercer qualquer direito meu, que está completamente condicionado ao poder do patrão, que assim, ainda que o indígena vá ser repatriado, é favorecido com mais três meses de trabalho fora do prazo do contrato.

Os contratos de trabalho só podem ser feitos perante os Curadores e seus delegados e as condições não podem ser diferentes das fixadas no regulamento, atendendo-se ao consentimento dos indígenas, art. 60º § 2º. Exigem-se contratos individuais e registro obrigatório destes, o contrato que for feito com o indígena casado valerá para si e para sua mulher, o mesmo ocorrendo em relação aos filhos menores.

O indígena recebe cópia do contrato e a “medalha metálica” com o número do seu registro no depósito. Cópia do contrato também é enviada ao Curador em S. Tomé, que fará o devido registro e enviará copia aos agricultores, o que não deixa de ser uma garantia para o trabalhador, que, apesar de não participar da feitura do contrato, tem uma prova das condições em que ele foi firmado; quais os seus direitos e deveres, e, tal documento, assegura-lhe uma prova escrita e muito convincente, no caso de precisar recorrer à justiça.

O prazo da contratação é de, no máximo, 5 anos. Em Angola, Parágrafo único do art. 65º a contratação só poderá ser feita, nos primeiros cinco anos de vigência do regulamento, pelo prazo de 3 anos.

O salário é estipulado em 2\$500 réis para homens, 1\$800 réis para as mulheres, o mesmo se aplicando no caso de recontração durante a vigência do Regulamento.

Os artigos 95º e 96º tratam da renovação dos contratos, cuja preferência é sempre para com o antigo patrão; só pode ser feita se atendidas as prescrições legais e mediante a anuência do trabalhador na presença do representante do curador geral.

Em relação à província de Moçambique os serviços de recrutamento, art. 128º, poderiam ser feitos em condições análogas às adotadas para os trabalhadores que vão para o Transval e a província não participa do rateio (distribuição proporcional ao número de trabalhadores embarcados em relação à requisição) e os agentes não podiam contratar, para um mesmo patrão, mais de 200 trabalhadores por semestre.

Moçambique continua sem fazer a regulamentação do trabalho indígena relativa ao Regulamento de 1899, com exceção do já indicado *Regulamento dos serviçais e trabalhadores de Lourenço Marques*, mesmo com a advertência de Eduardo Saldanha na sessão de 1908, quando ele inclusive, completando o pensamento anterior esclarece “Elle, orador, já viu dois diplomas d’essa natureza, postos em vigor, sem que nenhum d’elles fosse executado, sem se pode executar.”.

Essa falta de regulamentação geral do trabalho indígena em Moçambique permanece e é alcançada pela modificação do Regulamento em 1909, que apesar de regulamentar, quase na sua totalidade, a emigração para S. Tomé, contém inúmeras disposições de natureza geral. Observe-se que a modificação é uma lei especial, que regula uma situação especialíssima, portanto, revoga a lei geral na parte em que esta regula tal situação.

Publicado em 17 de julho de 1909, já no dia 29 do mesmo mês, através de decreto, o recrutamento de indígenas de Angola para S. Tomé é suspenso por três meses, sob o argumento de que era necessário preparar a transição do antigo para o novo regime de recrutamento e, novamente suspenso em novembro de 1909 até 01 de fevereiro de 1910, períodos em que somente poderiam ser contratados os indígenas recrutados antes da data da publicação do decreto, 17 de julho, em relação à primeira suspensão, e os contratos e embarques no que se refere à segunda publicação.³¹²

Em 9 de dezembro, antes mesmo de ser colocado em execução, o Regulamento é modificado proibindo-se:³¹³ o recrutamento de menores de 15 anos; admitindo-se correspondência telegráfica em caso de urgência; determinando-se que os filhos menores de sete anos devem acompanhar as mães, e que, caso exista recusa na aceitação dos trabalhadores, estes poderão ser contratados por um novo patrão, e, se isto não ocorresse, deveriam ser repatriados com as despesas pagas por quem tenha dado causa à recusa.

Evidentemente, que sendo a causa imputada ao indígena, art. 8º do Decreto de 9 de dezembro de 1909, causa que a lei não discrimina e que, certamente, não poderia ser simplesmente a recusa do trabalhador em se contratar, uma vez que, na sua grande maioria, por força do próprio recrutamento que era autorizado, eram trabalhadores compelidos, e como tal, não tinham direito algum a recusar o trabalho que lhes era imposto, o pagamento das despesas tidas deveria ser feito pelo próprio trabalhador, e como sempre, através de trabalho forçado – trabalho nas obras públicas na província em que se achar pelo tempo necessário para tal pagamento, com recebimento, apenas, de alimentação.

A Lei também estabelece o monopólio para o transporte dos indígenas, art.70º, bem como normas de higiene e saúde no trabalho, art. 100º, e há a preocupação com as trabalhadoras gestantes, que, de acordo com a lei, art. 102º, são dispensadas do trabalho 30 dias antes e 30 dias depois do parto, o que demonstra um certo tipo de humanização em relação às mulheres.

Sem dúvida que o regulamento traz inovações quanto ao cuidado com a saúde dos trabalhadores, preocupações estas que existiam pelo fato de que a mão-de-obra na Ilha tinha de ser preservada a qualquer custo, portanto, nada mais justo de que os trabalhadores fossem bem tratados, medidas que não se podem dizer altruístas, porque o interesse, na realidade, era em favor dos patrões que não podiam perder braços.

³¹² CLNU. Vol. XXXVII, 1909, respectivamente, pp. 1328 e 1531.

³¹³ Idem pp. 1571-1572

Já em 1910 extinguem-se os lugares de Intendente de Emigração e de secretario dos negócios indígenas criando-se a uma intendência de negócios indígenas e de emigração, com as mesmas atribuições dos cargos extintos.

A emigração, pois, para São Tomé impunha modificações na legislação, que se tornavam mais frequentes, quando as atenções internacionais estavam voltadas para a vida dos serviçais nas roças e para o sistema de recrutamento destes mesmos serviçais.

4.3.4- Mais uma regulamentação do trabalho indígena em Lourenço Marques.

Apesar de constar na lei que regulamentou a emigração para S. Tomé, que as colônias deveriam, a exemplo de Angola, editar os seus regulamentos locais, nada foi feito em Moçambique, que em 1908 continuava sem a sua regulamentação, o que levou o Sr. Eduardo Saldanha, proprietário em Umbeluzi, e conselheiro do Governo em Moçambique, (vogal da associação de proprietários), a solicitar à atenção do Conselho para dois fatos importantes, “[...] um deles é a lei sobre o trabalho indígena, que deve ser discutido sem demora, pois já viu num dos jornais da Metrópole que estava sendo estudado um regulamento, correndo-se o risco de o vermos aprovado”³¹⁴

Em 1904, entretanto, fora aprovado um regulamento de serviçais e trabalhadores para o distrito de Lourenço Marques, que foi ratificado pelo Governo da Metrópole, após parecer favorável da Junta Consultiva do Ultramar, e que entrou em vigor 60 dias após a sua publicação no “Boletim Oficial de Moçambique”.

Tal regulamento é um exemplo de repressão. Limita a liberdade de ir e vir estabelecendo inúmeras restrições aos direitos dos indígenas: determina a maneira como eles deviam vestir-se; quanto tempo eles podiam permanecer em Lourenço Marques; exige documento para ser apresentado às autoridades; determina o uso de placa de identificação autorizando a permanência. Se o indígena não estivesse a trabalho em Lourenço Marques, isto é: se estivesse ali para tratar de algum assunto pessoal, teria autorização para permanecer apenas por 6 dias, criando, inclusive, no art. 16º, caso não fosse comprovada qualquer das causas legais de permanência na cidade, uma nova modalidade de “vadiagem”.

³¹⁴ SEMU-DGU nº.3038. Actas do Conselho de Governo de Moçambique, sessão de 30 de abril de 1908. fl.5

Logo no art. 1º, o Regulamento em questão, informa a quem se dirige, ou seja, quem são os sujeitos que serão regulados pela lei: “os indígenas”, assim considerados “os indivíduos nascidos no ultramar, de pai e mãe indígenas que não se distingam pela sua educação e costumes do comum da sua raça”³¹⁵ repetindo a conceituação já estabelecida no art. 10º do decreto de 20 de setembro de 1894. (aplicação da Justiça no Ultramar).

A definição do indígena é fundamental para a aplicação da lei, isto porque, somente aqueles que estivessem naquelas condições é que estavam submetidos a tal legislação. Se estivessem fora de tal definição, os indivíduos não poderiam ser, inclusive, compelidos ao trabalho, vez que isto só era admitido em relação aos “indígenas”.

Quanto a esta particularidade, definição do indígena, temos que em diversas oportunidades e em leis que nada tinham de regulamentação do trabalho, ela aparece; como se observa do art. 25º do *Regulamento Cadeias Cíveis do Distrito Judicial de Moçambique* no qual existem dispositivos que somente se aplicam a indígenas e a asiáticos,³¹⁶ conceito, portanto, completamente discriminatório e que acentuava a diferença do “Outro” e o excluía de todos os direitos que fossem aplicados ao não indígena, que na realidade era reconhecido por força duma negação. Se eu não sou indígena, sou não indígena, ou seja, só me reconheço quando nego a afirmação do outro.

Assim, o ser considerado indígena nos termos da lei, podia determinar e justificar as restrições à liberdade do indivíduo, o que não foi olvidado no regulamento dos serviços e trabalhadores de Lourenço Marques.

Há uma particularidade no Regulamento em questão que autoriza o raciocínio de que existia uma regulamentação diversa para o trabalho indígena realizado no meio rural e o realizado no meio urbano. Sendo Lourenço Marques uma “urbis”, os indígenas que ali trabalhassem eram regidos pela lei ora em análise, que se lhes aplicava, exclusivamente, enquanto trabalhadores locais.

Outra inovação do regulamento é a criação de uma nova definição para o crime de vadiagem. Dele era acusado quem permanecesse na cidade, sem que esta permanência estivesse incluída num dos casos considerados legais pelo regulamento. Esta inovação é uma extrapolação da competência do governador, que não poderia criar uma nova hipótese

³¹⁵ Suplemento ao B.O.M. nº. 45 de 1904, pp.4-6

³¹⁶ B.O.M. nº. 47 de 22.11.1902. O art 25º determina a obrigação do trabalho nos recintos das prisões para os indígenas e asiáticos sustentados pelo Estado em processos pendentes, aos indígenas condenados a prisão correcional e aos reincidentes. Tanto os indígenas, quanto asiáticos e os reincidentes poderiam trabalhar em obras públicas. No art. 42º é permitido o castigo corporal moderado aos indígenas e asiáticos.

para o tipo “vadiagem”. Observe-se que a hipótese é completamente nova, pois não se está diante de indígena compelido; de caso de evasão, ou da vadiagem conceituada no código penal. A falta da autorização é que leva à condenação do indígena ao trabalho correccional de 15 a 90 dias, como vadio que é considerado.

Há, entretanto, no Regulamento uma inovação que favorece aos indígenas, que é a exigência do “aviso prévio”, seja por parte dos serviçais, seja por parte dos patrões, quando queiram dar por findo o contrato. Aqui o distanciamento do regulamento básico cria uma situação mais favorável para ambas as partes, e se aproxima mais da liberdade contratual, que foi esquecida naquele regulamento, que não admite a hipótese de “rescisão do contrato”.

Cria, também, o registro dos serviçais e estabelece a multa para aqueles que contratarem indígenas que não estejam devidamente registrados.

As condições contratuais podem ser estabelecidas diante do administrador do conselho e, obrigatoriamente, deve conter no ajuste: a natureza do serviço; o prazo (não superior a 1 ano); condições do pagamento; se há ou não obrigação de conceder alojamento e refeição; proteção à saúde e a obrigação de permitir a frequência às escolas.

Apesar das proteções anteriores em relação aos serviçais, a lei mune os patrões de um poder disciplinar especial, que atenta contra a liberdade e a própria dignidade do ser humano, embora saibamos que os indígenas assim não eram considerados; O Regulamento dá poderes aos patrões para prender os serviçais; para impedir a evasão, antes de findo o prazo do contrato, o que pode ser considerado uma contrariedade ao estabelecido na própria lei, no que diz respeito ao aviso prévio; bem como aplicar castigos corporais³¹⁷.

Mais uma inovação está contida na proibição de desviar o trabalhador do serviço para o qual foi contratado, art. 35º, o que não deixa de ser uma garantia para o próprio trabalhador.

Ainda um último ponto a ser considerado em relação a este regulamento: é o fato de que ele não admite o pagamento dos dias não laborados por força de doença do trabalhador, art. 29º, 5º. Embora o patrão tenha a obrigação de socorrer o serviçal, as despesas que tiver para com este serão cobradas, e o contrato prorrogado por tantos dias quantos o serviçal não tenha laborado, disposição esta que tem precedentes nos regulamentos de trabalho geral dos indígenas.

³¹⁷ Art. 30 do Regulamento de 09.09.1904.

Sendo um regulamento essencialmente urbano e dirigido, exclusivamente a Lourenço Marques, poderíamos crer na existência de um forte comércio e indústria no distrito, que determinasse não só a criação do próprio regulamento, bem como motivasse a sua aplicação; entretanto, se atentarmos para o relatório de Freire de Andrade (1905-1906), na parte que faz referência ao distrito de Lourenço Marques, temos que não se justifica a criação da lei especialíssima.

O Relatório denuncia uma crise comercial que o governador atribui à existência de “[...] *muitos comerciantes para pouco comércio*”³¹⁸ e ele relaciona tal crise a uma outra, a que se estabeleceu no Transval, após a guerra anglo-boer. Diz ele que: sendo o comércio de Lourenço Marques ligado a importação e não tendo vida própria, qualquer crise que se estabelecesse em relação a sua específica clientela, afetaria, como afetou, os rendimentos do distrito.

O problema da crise aqui se nos interessa pelo fato de que, sendo o comércio, em Lourenço Marques, o mais forte agente empregador da mão-de-obra, e existindo tantas restrições à presença do indígena sem trabalho naquele distrito; a quem se aplicava tal regulamento? Era ele mais uma lei morta dentre tantas existentes?

Ao que parece sim! E isto, também, é denunciado por Freire de Andrade no seu relatório, quando ele argumenta que a legislação não era cumprida e que os pretos que trabalhavam em Lourenço Marques eram provenientes do chibalo,

“[...] explicando em que consistia, direi que qualquer indivíduo que desejava obter pretos para o trabalho se dirigia ao Governo, que ordenava a um dos chefes de circunscrição para os fornecer, pelo período de seis meses e ao preço, em regra, de 300 réis por dia de trabalho; esse indivíduo, ou empregava, ele mesmo, os indígenas, ou os negociava, isto é, alugava-os a um certo preço por dia, além de um prêmio por cabeça; e o pagamento era-lhe feito a ele, que pagava aos indígenas no fim do seu período de trabalho”³¹⁹.

O governador denuncia casos de fraude em relação ao chibalo e demonstra que o indígena tinha muito receio de trabalhar em Lourenço Marques, e exatamente por isto, em 7 de dezembro de 1906, suspende o fornecimento de pretos de chibalo nos distritos de Gaza e Lourenço Marques.³²⁰

Se o Governo Geral reconhece que o chibalo, trabalho obrigatório, é prejudicial ao indígena, e uma das objeções para que ele se apresente, voluntariamente, ao trabalho,

³¹⁸ FREIRE DE ANDRADE, A.A, ob. cit. 2º. Vol., p. 7 (grifo do autor).

³¹⁹ Idem, p.13

³²⁰ B.O.M. nº. 49 de 8.12.1906, p. 683.

devido a real exploração apontada no relatório, o Governador do distrito de Moçambique, Massano de Amorim, no relatório de 1906-1907 defende os indígenas daqueles que dizem que eles não gostam de trabalhar. Diz ele que o “preto” “[...] no districto de Moçambique, como na Província, como nas terras de Angola e Benguella, como no Congo, procura sempre trabalhar para ganhar: marinheiro ou pescador no litoral, carregador voluntariamente “[...] e sempre que lhe paguem justamente[...]”³²¹ conclui dizendo que “a repugnância dos pretos pelo trabalho não decorre de preguiça e sim do fato de serem espoliados, de não lhes ser dado o direito de auferir vantagens com este trabalho”³²².

Não seria, pois, a legislação regulamentando o trabalho indígena, em termos de obrigar o indígena a trabalhar, que iria modificar ou fazer com que o seu interesse pelo trabalho voluntário crescesse. O que os dois governadores, o geral e o do distrito de Moçambique, reconhecem é que a fiscalização das contratações; das próprias autoridades e dos processos de emigração, permitiriam ao “indígena” confiar no resultado do seu esforço e o faria trabalhar voluntariamente, porque teria a garantia do salário digno, da aplicação da justiça em caso de roubo da sua produção, inclusive em relação ao seu próprio soba, dentre outras situações que são apontadas.

Muitas outras medidas são tomadas por Freire de Andrade para tentar regular a vida do indígena e evitar a sua exploração. Através da portaria de nº. 268 determina que o Secretário dos Negócios indígenas investigue as denúncias de emigração em massa de Quelimane e do Tete, bem como os diversos conflitos de autoridades nas Ilhas do Zambeze, com prejuízo dos colonos indígenas que ali fazem as suas plantações.³²³

O Secretário de Negócios Indígenas visita as regiões, uma grande parte delas divididas em prazos, e identifica uma variedade de irregularidades na cobrança do “mussoco”, que varia de um prazo para outro. Em alguns prazos o trabalho para pagamento do imposto corresponde a 2 meses de trabalho para homem e 1 e meio para as mulheres, variação que também ocorre em relação ao valor do salário. Também identifica irregularidades no comércio chegando, em determinado trecho do relatório, a esclarecer que é de conhecimento público que para se fazer comércio dentro dos prazos há que se pagar um tributo ao arrendatário.³²⁴

³²¹ AMORIM, P.M. de 1908, pp 99-102.

³²² Idem

³²³ FERRÃO, F.X., pp.210-263.

³²⁴ Idem p 255

Além de identificar os problemas no comércio, o Secretário também aponta a oposição que os arrendatários dos prazos fazem ao aforamento de terrenos aos indígenas, bem como as dificuldades que impõe aos mesmos em relação aos gêneros que estes produzem.

Faz mais o Secretário: indica os problemas existentes nos prazos, principalmente, o referente ao mussoco. Grande parte dos problemas é derivada da própria lei dos prazos que dá poderes imensos aos arrendatários, inclusive, e o que ele acha de uma falta de bom senso, o de ser o arrendatário a escolher o agente da autoridade, que também, é por ele pago. O secretario argumenta, e com toda a razão, que este funcionário, agente da autoridade, como o próprio nome indica, deveria ser um funcionário do Governo, porque a ele é que compete a defesa dos indígenas, protegê-los contra a violência do próprio arrendatário, puni-los em caso de violência contra os indígenas; Mas como isto seria feito se a autoridade era paga exatamente por quem deveria ser o fiscalizado?³²⁵

Inquirindo os indígenas a respeito do motivo da movimentação deles para fora dos distritos, eles informam que antes da criação das companhias (Moçambique e Zambézia), eles, indígenas “[...] culimavam à vontade sem opposição de espécie alguma, como, desde que de novo o Estado tomou conta das ilhas, estava acontecendo.”³²⁶ Afirma ainda que lhe foi dito pelos indígenas que “[...] se as ilhas passassem de novo às companhias, toda a sua gente iria para o território inglez; queixava-se este sapanda amargamente dos maus tratos – Chacamoa diz que nem Companhia de Moçambique nem Companhia da Zambezia, Governo basta”³²⁷

O Secretario sugere pagamento do “mussoco” com trabalho de uma semana; extinção urgente do trabalho de carregadores para pagamento de “mussoco”, uma vez que isto não está autorizado por lei; o estabelecimento de tabelas razoáveis para o pagamento destes serviços, uma vez “[...] que isso muito contribuirá para diminuir a saída dos nossos indigenas para fóra do nosso território, pois é um trabalho muito violento e que, mais que todos os outros, repugna ao indigena”; ³²⁸ que os salários deixem de ser pagos em enxadas, missangas, fazendas e que sejam feitos somente em dinheiro; e fiscalização para que os arrendatários cumpram as leis, que devem ser novas e solucionar os problemas

³²⁵ *Ibid.* p.259

³²⁶ *Ibid.* p.220

³²⁷ *Ibid.* p.219

³²⁸ *Ibid.* p. 260.

identificados, inclusive, o da emigração para a Rodésia, que ele acha que deve ser regulamentada, especificamente, e não através do “*modus vivendi*” do Transval, medida que é tomada em outubro de 1913.³²⁹

Por reconhecer que as autoridades deviam cumprir o seu papel fiscalizador, é que Freire de Andrade, em 1909, define, através de portaria, as atribuições do Intendente de Emigração, emprego criado através da portaria provincial nº. 11, de janeiro de 1902 e com as atribuições constantes da portaria provincial nº. 402, de 17 de junho de 1905.

O Distrito de Lourenço Marques, dividido em circunscrições, recebe os relatórios dos seus administradores, e eles indicam que em Marracuene, 1910, não há meios de se fazer um recenseamento dos indígenas e que a emigração clandestina, por isso mesmo, continua a ser feita, tanto que o administrador dá como exemplo que, “[...] no referido mappa tambem se ve que o numero de indigenas no Transval é de 835, numero que certamente está muito longe da verdade, porque, segundo a informação que por favor me foi dada pelo fiscal da emigração em Ressano Garcia, Sr. Paulo Ennes, só neste anno economico emigraram para alli 841 homens, sendo 226 pela primeira vez, os quaes, juntos aos que lá estarão, tornam esse Algarismo muito superior ao que se apresenta.”³³⁰

Em relação ao trabalho indígena dentro da circunscrição o administrador se queixa de que este não existe e que o administrador, por isso mesmo, torna-se um “[...] agente de interesses particulares”³³¹.

Também aponta como causa da repulsa do indígena em trabalhar, o fato de que quando ele leva os seus produtos para vender, estes não alcançam valores justos e são trocados por panos, vinhos e sal e, “[...] D’este modo, o indígena que não é tão rombo como se julga, reconhece que o espoliam e vinga-se não trabalhando”³³².

Ao se reportar ao salário dos indígenas o administrador julga que o mesmo é irrisório, pois, o valor fixado é de 200 réis, e 150 réis para o serviço agrícola. Como com estes salários os indígenas não se oferecem ao trabalho, o governador é de opinião que, durante 3 meses a cada ano, seja o indígena obrigado a trabalhar e que este trabalho seja reconhecido como de utilidade pública, ou seja, o governador quer retornar ao chibalo, embora com o ínfimo pagamento de 150 réis diários e alimentação. E não só: que também

³²⁹ B.O.M nº 41 de 11.11.1913, p.720-722

³³⁰ AGUIAR, R. 1910 p. 24.

³³¹ Idem, p.26

³³² Ibid p.28

os de Gaza sejam empregados na agricultura particular, a isto obrigados por força de se considerar, tal trabalho, de utilidade pública.³³³

Enquanto se quer acabar com o chibalo em favor de particulares, o administrador sugere uma outra denominação para este trabalho para particulares; “utilidade pública”. Qual seria para ele a significação de utilidade pública? Utilidade pública seria o benefício para alguns particulares que se dedicavam à agricultura? Qual o resultado coletivo (público) que seria alcançado com esta medida de forçar o trabalho para particulares?

Já o administrador de Manhiça, João Antonio Paes de Mattos, indica um aumento no imposto de palhota, o que ele atribui ao fato de se exigir que as mulheres casadas morem, cada uma delas, em uma palhota, o que contraria os usos e costume dos indígenas, mas o administrador entende que tal hábito era, apenas, para que estas mulheres se eximissem do pagamento do imposto. Diz o administrador que conseguiu aumentar a arrecadação, porque mandou chamar todos para que comparecessem perante o secretário, acompanhados do respectivo induna e chefe da povoação, para que aquele procedesse ao censo mais aproximado possível, e o induna ficaria responsável por qualquer um que tentasse sonegar a contagem. Como alguns indunas foram punidos com 15 dias de prisão, alcançou-se o resultado informado pelo administrador.³³⁴

Em relação aos salários o administrador informa que eles não estão regulamentados, e, por isso mesmo, os indígenas pedem uma exorbitância pelos seus serviços, sugere que seja fixado em 150 réis para a agricultura e 300 réis para as obras, num e noutro caso, obrigatório.

Os relatórios das circunscrições de Lourenço Marques vão se seguindo e demonstram que os problemas são iguais; as soluções que são oferecidas pelos administradores divergem um pouco na intensidade, mas não na finalidade: forçar o indígena a trabalhar. O administrador do Sabié propõe trabalho obrigatório de 4 meses por ano, proibição da emigração clandestina, e obrigação de cultivo³³⁵.

Os administradores se queixam da falta de uma orientação definida e da falta de regulamentos. O da 5ª. Circunscrição – Maputo - diz que: “[...] Corre, portanto, a administração ao indígena, na maioria dos casos, ao sabor dos caprichos e livre alvedrio do administrador, com boa ou má orientação, segundo a maior ou menor dose de bom senso

³³³ *Ibid.* p 58

³³⁴ MATTOS, J.A.P de, 1910 p. 66

³³⁵ SILVA.A.J.M. da 1910 p. 83

[...]”,³³⁶ é este administrador, também, que informa que, em 1910, ainda não está regulamentado o registro civil indígena, o que dificulta a identificação do mesmo, quanto pior, quando estes morrem no Transval e não se consegue localizar as suas famílias. Queixa-se, também, da inexistência de licenças para trânsito interno; das mudanças de residência; da falta de recenseamento correto da população, o que dificulta a cobrança do imposto de palhota; critica o decreto de 1909 sobre o regime de concessão de terras, que autoriza a criação de reservas indígenas, no entanto, não dá meios para que as terras possam ser demarcadas e a lei possa ser cumprida; demonstra a preocupação de que “[...] a especulação ou a cúbica lancem o caos na methodica organização da propriedade indígena”.³³⁷

O administrador da 6ª. Circunscrição se queixa da dificuldade de fazer recenseamento e da inexistência de bilhete de identidade dos indígenas, o que dificulta a identificação. Demonstra que o indígena não tem onde vender seus produtos, não só pela própria dificuldade da venda em si, mas também porque ele qualifica os comerciantes da cidade de gananciosos com intuito apenas de lucro, por isso não têm qualquer interesse na produção dos indígenas.³³⁸

Em relação ao bilhete de identidade o administrador indica as vantagens de sua existência, tal qual o administrador de Bilene acrescentando que, através dele, não só se fará uma rigorosa fiscalização emigração, quanto da evasão de criminosos.

O da 8ª. Circunscrição chega a apresentar um modelo de cartão de identidade com fotografia.³³⁹

Os administradores da 9ª e 10ª. Circunscrições apontam os mesmos erros no recenseamento da população, no recrutamento e na falta de uma severa fiscalização da emigração.

As queixas dos srs. Administradores demonstram que, de nada adiantavam as leis e regulamentos gerais, porque, no terreno, eles não tinham condição de aplicá-los. Para criar o registro dos indígenas era necessário dinheiro e funcionários, o que não lhes era dado, o que levava a que não existisse um efetivo controle da emigração, mesmo com todos os acordos firmados por Portugal, seja com o Transval, seja com outros governos.

³³⁶ FALCÃO, J.B., 1910 p.118

³³⁷ *Idem.* pp. 119-121

³³⁸ RODRIGUES, P. V., 1910 pp.155-159

³³⁹ BRANCO, V., 1910 p.204

Os relatórios, também, demonstram que os indígenas utilizavam várias maneiras para enganar as autoridades portuguesas, que são unânimes em afirmar que, no período de cobrança do imposto de palhota e de recrutamento, ou quando da aplicação da justiça por cometimento de crimes pelos indígenas, “[...] estes, ao terem a mais leve desconfiança de serem procurados por um sipae, ou após commettimento de qualquer transgressão, mais ou menos grave, refugiam-se num *compound* e d’hai passam ao Transval com a maior facilidade e segurança”.³⁴⁰

“Também acho inconveniente uma época certa, porque o preto estuda tudo que o interessa, e descoberta está a época das levas, nem um rapaz fica nas terras três mezes antes.” “[...] Os indigenas teem o defeito de esconder não só palhotas, mas também a gente da povoação, sendo apenas muito promptos em apresentar pobres velhos que já não se podem mexer, devido à sua avançada idade, por saberem que os brancos os isentam do imposto e lhes não exigem o serviço militar.”³⁴¹

A falta de regulamentação do trabalho indígena e da própria identificação deles, indígenas, são dificuldades reconhecidas por quase todos os administradores das circunscrições de Lourenço Marques, que se queixam de que, sem a última, não poderiam exercer qualquer maior fiscalização. Acrescentam que a falta de regulamentação levava ao cometimento de inúmeras irregularidades, as quais não eram apuradas por falta de pessoal administrativo que o fizesse.

A exceção de Lourenço Marques, nos outros distritos da colônia de Moçambique, continua a vigorar o Regulamento de 1878, com as modificações que lhe foram introduzidas pelos regulamentos subsequentes, isto é; em relação às adaptações que foram feitas nos dispositivos que tiveram aplicação local, situação que perdurou até 1911 quando, mais uma vez, é determinado, através de Decreto, que o regulamento de 1899 seja posto em execução, com as modificações estabelecidas, que, entretanto, não trazem alterações maiores no regime do trabalho dos indígenas.

Mas há outro fator que não foi esquecido pela legislação, que é a utilização da terra, cuja cultura, devidamente comprovada, eximia o indígena do trabalho obrigatório. Por isso mesmo, a concessão e uso de terrenos, bem como o acesso á propriedade tinham de ser regulamentados.

³⁴⁰ ESTEVES, A.J., 1910 p.230

³⁴¹ MATTOS, J.A.P. de, ob. cit. pp. 66-67 .

4.3.5 – Terras, para quem?

Através Decreto de 09.07.1909, o Ministério da Marinha e Negócios do Ultramar publica o *Regimen provisório para a concessão de terrenos do Estado na província de Moçambique*.³⁴²

Na introdução do decreto de aprovação, o Ministro diz que atende ao que foi representado pelo Governador Geral de Moçambique em relação à urgência e a necessidade de modificar a legislação vigente sobre a concessão de terrenos naquela Província, e o faz para que seja mais intensa a exploração do solo; para simplificar os processos de concessão; ressaltar os direitos dos indígenas e dar aos concessionários de terrenos suficientes garantias de propriedade.

O decreto é composto de 226 artigos, que não serão, evidentemente, aqui analisados na sua totalidade, mas pela importância do diploma em relação à exclusão do direito de propriedade aos indígenas, há que se fazer uma breve referência.

Logo no art. 1º se dá a exclusão dos indígenas ao direito de adquirir a propriedade. Por que se diz isto? Porque o artigo assim estabelece:

São do domínio do Estado na província de Moçambique todos os bens imobiliários, cujas propriedades não pertença, á data da promulgação d'este diploma, a outra pessoa, colectiva ou singular.

Nos termos da lei civil portuguesa as pessoas coletivas eram as sociedades, empresas organizadas nos termos da lei, e as pessoas singulares eram as pessoas físicas, indivíduos com capacidade jurídica, referência que se encontra na própria lei, art. 57º. Se assim era, os indígenas não estavam incluídos em nenhum dos dois casos; portanto, estavam excluídos da possibilidade de ter reconhecido o direito de propriedade das terras que ocupassem.

A interpretação é correta porque, logo após, no art. 13º criam-se as reservas indígenas e, no parágrafo único, deixa claro, que a ocupação destas reservas não conferirá aos indígenas qualquer direito de propriedade.

Permite, também, a lei que os indígenas ocupem terrenos devolutos, incultos e não demarcados, fora das áreas consideradas de reservas, mas a ocupação somente poderá ser

³⁴² CLNU Vol. XXXVII 1909, pp. 234-283

considerada legítima, se obedecidos os requisitos do art. 15º; se for exercida por 20 anos consecutivos, art. 16º, ele adquirirá a propriedade plena da área.

Se a área ocupada pelo indígena for objeto de alguma concessão do governo, antes de completado os vinte anos necessários para a aquisição, receberá ele o valor das benfeitorias, art. 20º.

Não há inovação no que se refere à aquisição da propriedade pelo indígena, que desde a edição do Regulamento de 1899, também, só após 20 anos de ocupação do terreno, dentro dos moldes estabelecidos pela lei, adquiria a propriedade.

A lei ressalvou o direito do indígena que venha ocupando a terra, pelo menos, nos 2 anos anteriores à sua edição, garantindo-lhe o direito de, dentro de 2 anos da sua publicação, requerer o competente título; todavia, tal título somente lhe seria concedido se provados os requisitos estabelecidos no art. 24º e §§.

Observe-se, entretanto, que não há qualquer garantia de propriedade, porque esta, como já dito, só era adquirida, após os 20 anos de ocupação. Também não existia qualquer garantia de que não haveria expropriação, porque esta era permitida pela lei, mediante o pagamento de indenização.

Para a titulação da ocupação pelo indígena, havia um outro requisito, talvez o que apresentasse maior dificuldade para ser provado. A lei exigia que o terreno não fosse objeto de qualquer contestação por terceiro.

O que esta lei tem relacionado com o trabalho indígena? A resposta encontra-se no art.26º: “Os indígenas que tiverem adquirido a *propriedade plena dos terrenos*, por elles legitimamente ocupados, serão isentos; 1º do serviço obrigatório nos corpos policiaes e militares; 2º do trabalho compellido; 3º de serem requisitados pelas auctoridades para servirem como marinheiros, barqueiros, carregadores ou escoteiros”.

Pura e simplesmente pela leitura do artigo, temos que, somente após adquirir a propriedade plena do terreno ocupado é o que indígena será liberado das obrigações indicadas no dispositivo; Pergunta-se: O trabalho compellido somente é requisitado para aqueles que não cumprem a obrigação moral do trabalho pelos meios indicados na lei. Ora, estando em vigência o Regulamento de 1899, que informa, no seu art. 2, º os meios com os quais o indígena pode provar o cumprimento da obrigação, não se exigindo ali a propriedade plena, mas sim o cultivo por conta própria de parcelas de terreno de determinada extensão, o que, também, é confirmado pela lei ora em análise, como prova

para a titulação indicada no art. 24º; este artigo 26ª revoga o da lei anterior? A pergunta tem pertinência porque, o decreto sobre as concessões não faz referência à revogação de disposições contrárias a lei. Ao contrário, faz referência expressa a leis que são validadas por ele, art. 224º, que se referem, exclusivamente, aos terrenos marginais da baía de Lourenço Marques.

Ora, se para adquirir a propriedade plena do terreno ocupado é necessário demonstrar a existência de cultura; se a propriedade só poderá ser alcançada em 20 anos, admitindo-se, inclusive, sucessão, ou seja; a contagem da ocupação, sem solução de continuidade, em favor dos herdeiros; temos que a lei de concessão não revogou qualquer disposição do Regulamento do Trabalho dos Indígenas, apenas constatou o que era óbvio e desnecessário ser dito. Mas, para os despreparados aplicadores da lei no Ultramar, principalmente no que se refere à exigência do trabalho compelido, isto porque considerariam que somente depois de 20 anos de ocupação é que estariam isentos, temos que poderia haver, se é que não houve, interpretações errôneas, sempre, é claro, em desfavor do indígena, que nesta lei é, mais uma vez, completamente discriminado em relação ao europeu. Como exemplo desta discriminação observemos o total da área que poderia ser concedida a eles, e a que poderia sê-lo em relação aos europeus: os primeiros estavam limitados a 2 hectares por cada pessoa adulta da família, que nela teriam de ter residência e cultura habituais, art.15º, item 3º; os segundos podiam ter concessões de 2 hectares dentro das povoações classificadas, 5 hectares nos subúrbios, 10.000 hectares dos terrenos de 2ª classe em Lourenço Marques, e de 50.000 hectares de segunda classe em outros distritos art.53º.

Após a análise aqui feita podemos responder a pergunta que titula este item: para os mesmos, os de sempre, os com capacidade jurídica, e não para os que eram os verdadeiros donos da terra, os indígenas, o “Outro”, incapaz e indolente, mas, cujos braços eram cada dia mais necessários e cada vez mais procurados e forçados ao trabalho.

5 – A REPÚBLICA E O TRABALHO INDÍGENA

5 - A REPÚBLICA E O TRABALHO INDÍGENA

5.1 – Regulamento do Trabalho Indígena de 1911

Com o advento da República em Portugal, em outubro de 1910, poderíamos supor que, em atenção aos princípios liberais que, mais uma vez influenciaram a política portuguesa, e aos ideais republicanos, que houvesse uma significativa modificação no tratamento dado aos indígenas portugueses; que, a partir daí, fossem eles considerados, como deveriam, cidadãos com direito de representação no parlamento, com direito a voto e com as demais garantias e direitos atribuídos aos nacionais de Portugal.

Em maio de 1911,³⁴³ entretanto, um novo *Regulamento do Trabalho dos Indígenas* é editado pelo Governo Provisório da República Portuguesa, antes mesmo de aprovada a Constituição, que se resume a decretar:

“O Governo Provisório da República Portuguesa faz saber que em nome da República, se decretou, para valer como lei e para ter imediata execução, o regulamento aprovado por decreto de 9 de novembro de 1899, modificado pela forma que se segue: ”

As modificações pouco ou quase nada alteraram o Regulamento anterior.

No art. 11º foi introduzido um segundo parágrafo com o fim de adaptar a nova lei à uma anterior, que regulamentava as concessões de terrenos em Moçambique, lei de 9 de julho de 1909 – *Regimen Provisório para a concessão de terrenos do Estado na Província de Moçambique*, arts. 20º, 21º, 22º e 23º. Todos os artigos referem-se a terrenos ocupados por indígenas por prazo inferior a 20 anos, ou ainda não titulados, em área de concessão admitida nos moldes da lei, para efeitos de indenização desses ocupantes.³⁴⁴

No artigo 14º, talvez a mais importante modificação em termos da regulamentação da contratação de indígenas; o prazo para a prestação do trabalho, através do contrato regido pela lei, passa a dois anos e o contrato que estipulasse prazo superior a este era considerado nulo.

Evidentemente que tal disposição somente tem valor a partir da edição da lei, ou seja; a lei terá aplicação aos contratos novos que se formarem a partir da edição dela, ou seja, tem efeito “*ex nunc*”. É oportuno esclarecer que, também aqui, o que a lei faz é uma

³⁴³ D.G. nº. 124 de 24.05. 1911, pp.1288-1296.

³⁴⁴ CLNU. Vol. XXXVII – 1909, 1910, p. 237-238

adaptação do que já estava em vigor, seja em relação à emigração para o Transval, seja em relação à emigração para São Thomé.

No artigo 15º modifica-se o Parágrafo Único, e aqui também a modificação não tem qualquer novidade, porquanto, desde que autorizado o engajamento para São Thomé, através das leis editadas em, 1903, 1908 e 1909(alterações do regulamento do trabalho dos indígenas de 1899), exige-se a licença para a realização deste engajamento. Recorde-se, também, que desde 1897 se exige licença para o engajamento para o Transval. Assim a modificação do parágrafo é mais uma adaptação da lei ao que já existia por determinação anterior. A novidade está no valor da multa em caso de desobediência, e na prisão de 1 até 5 anos.

Também aparece um artigo 15º-A, que nos parece criar uma maior segurança para os serviçais em relação aos seus contratos, porque permite que eles sejam identificados. A partir deste Regulamento, os indígenas colocariam as suas digitais nos contratos e receberiam um bilhete de identidade em que estariam inscritas as condições do mesmo. Ou seja; estava a lei instituindo um documento de trabalho para o indígena, tal documento, por conter a sua digital, poderia comprovar a sua identidade, a existência de um trabalho regular, e o portador de tal documento não poderia ser considerado, pelas autoridades, como vadio.

O documento é de importância fundamental para a identificação do indígena, bem como para a sua vida profissional. Através dele, e das condições ali estabelecidas, ele poderia fazer valer os seus direitos, seja em relação aos patrões, seja em relação às autoridades.

O art. 17º é modificado para constar a alteração referente ao prazo no item 1º, embora a introdução do Parágrafo Único neste item do artigo já deixe claro que a questão do prazo de 2 (dois) anos para a contratação pode, a qualquer momento, ser modificada. Isto gera duas perguntas: Se a alteração da lei for feita durante a vigência de um contrato de 2 anos, será necessária alguma alteração também nos contratos celebrados? A prorrogação será automática? Depende ela da intervenção do indígena com a sua anuência ou, simplesmente, a modificação da lei em relação ao prazo dos contratos determina a sua prorrogação?

A questão não é desprovida de interesse, porque se a própria lei, com este dispositivo, deixa uma brecha para uma prorrogação, ela não poderia, caso ocorresse, ser

questionada. O contrato, lei entre as partes, seria legalmente desrespeitado, logicamente e como sempre, em desfavor dos indígenas, que teriam os seus contratos alterados, no que diz respeito ao prazo, sem a sua concordância, o que, mais uma vez, significaria um completo desrespeito à liberdade contratual.

O art. 18º contém uma alteração proveniente da concordata religiosa, pois é retirada do artigo a possibilidade da instrução e moralização dos indígenas através de escolas e catequeses religiosas.

Em relação aos poderes patronais – disciplinares - o regulamento modifica o art. 19º, retirando dos patrões o poder de captura em relação aos serviçais evadidos, entregando esta atribuição às autoridades. Depois de capturadas os serviçais devem ser entregues aos seus patrões para cumprirem os seus contratos até o final e, no caso de reincidência – nova evasão – são capturados e entregues ao curador para que esta autoridade possa “castigá-los” nos termos do regulamento e leis em vigor.

Assim o monopólio da aplicação de castigos fica com o Estado, sendo retirado do patrão o poder de manter, em cárcere privado, o serviçal fugitivo e de lhes aplicar castigos corporais moderados, conforme estabelecia o art. 19º, item 5º do regulamento anterior, o que não deixa de ser um passo grande para o tratamento humanitário dos indígenas.

Também no art. 19º é criado um novo § composto de caput e mais três itens, todos eles referentes ao pagamento de salário aos serviçais, que passam a ser pagos, mensalmente ou semanalmente, sendo, no último caso, fixado uma fração referente ao valor a ser pago a título de adiantamento, entretanto, o pagamento só poderá ser assim feito, se houver a concordância do indígena.

A competência para julgamento das causas trabalhistas, ou seja; das infrações aos regulamentos do trabalho dos indígenas, é do Curador de serviçais e colonos e de agentes aos quais se der tal atribuição. A lei em questão refere-se a estes agentes, arts. 59º a 60º, continuando o processo sumário, como meio processual para a resolução destes conflitos.

Cria-se uma tabela de emolumentos para os contratos de prestação de serviços dos indígenas e tais emolumentos devem ser pagos pelos patrões aos curadores, e a variação no valor destes emolumentos cresce, inversamente proporcional, ao período a ser trabalhado, art. 29º.³⁴⁵

³⁴⁵ Se o contrato é de até seis meses o pagamento é de 500 réis, até 9 meses 450 réis; até um ano 400 réis, até 18 meses 350 réis, até 2 anos, 300 réis.

No art. 59º, uma modificação que só interessa ao Curador geral e aos seus delegados, que diz respeito às gratificações para os seus serviços, e no art. 60º há uma modificação em que se introduz a palavra agente no lugar da anteriormente utilizada, que era delegado.

O Regulamento de 1911 vige até a publicação do Regulamento de 1914.

Entre o Regulamento de 1911 e a publicação do Regulamento de 1914, entretanto, algumas leis são editadas, que determinam modificações na vida dos indígenas, dentre estas, encontra-se a Constituição da República Portuguesa.

5.2 - A Constituição da República Portuguesa e as Colônias

O programa político dos republicanos baseados nos ideais liberais se faz presente na nova Constituição, que defende uma República laica e democrática. O laicismo pode ser observado nos dispositivos que defendem a liberdade e igualdade de cultos e a separação da igreja. A religião passa a ser tema privado, a que cada qual tem o direito de praticar de acordo com o seu credo. O Estado só interfere neste aspecto para assegurar a própria liberdade de culto.

De acordo com o art. 1º da Constituição Portuguesa de 1911, a Nação Portuguesa está organizada num Estado Unitário e adota a forma de governo Republicana com a divisão tripartite de poderes entre o Executivo, Legislativo e Judiciário.

O território da Nação portuguesa é o existente à data da promulgação da República, o que significa que ele compreende: Portugal, as Ilhas e as Colônias.

No Capítulo dos direitos e das garantias individuais, Título II, os seguintes princípios e direitos são estabelecidos: o da liberdade; o da inviolabilidade dos direitos concernentes à liberdade; o da segurança individual; o da propriedade; o da igualdade; o da liberdade de crença e de pensamento; direito de reunião e associação; a inviolabilidade de domicílio; ao “hábeas corpus” que é um instrumento de garantia individual contra ilegalidade, coação ou abuso de poder; e é instituído o controle judicial da constitucionalidade das leis art. 63º³⁴⁶.

O sistema de representação estabelece que os membros do Congresso são representantes da Nação e não dos colégios que os elegem. Esta disposição tem uma

³⁴⁶ MIRANDA, J., ob. cit. p. 41.

importância fundamental para as Colônias, porque se entendermos que cada um dos representantes eleitos deveriam defender os direitos de todos os indivíduos e da nação como um todo, temos que elas estavam representadas no Congresso, embora na prática isto não funcionasse como determinava a lei, estando os senhores congressistas em favor dos seus colégios eleitorais e das causas ligadas aos interesses partidários e, muitas vezes, individuais, mas teoricamente isto não afasta o que Canotilho define como “independência dos representantes em relação aos eleitores que os elegem” ³⁴⁷.

Ao Senado competia, privativamente, art. 25º aprovar ou rejeitar, por votação secreta, as propostas de nomeação dos governadores e comissários da República para as províncias do Ultramar, admitia-se, entretanto, que tais nomeações fossem provisoriamente feitas pelo poder executivo, caso o Congresso estivesse encerrado.

Por outro lado, estabelecia o art. 26º que ao Congresso competia, privativamente, fazer leis, interpretá-las, suspendê-las e revogá-las. Tal artigo leva-nos a errônea idéia de que o Legislativo era o único poder que tinha a competência para legislar.

No art. 67º, o único dedicado às Províncias Ultramarinas, consagra-se os princípios da descentralização e da especialidade, ³⁴⁸ embora, no art. 85º, seja fixada a Competência do 1º Congresso da República para elaboração de leis orgânicas das províncias ultramarinas, todavia, nos termos do art. 87º, no caso de encerramento do Congresso, facultava-se ao Governo tomar medidas de caráter urgentes e necessárias para as províncias ultramarinas, embora com a obrigação de prestar contas, assim que aberto o Congresso.

A Constituição é lacônica em relação ao Ultramar e nem mesmo a proposta de aditamento feita pelo Sr. Bernardino Roque, na sessão de 19 de julho de 1911, ³⁴⁹ foi capaz de modificar este pouco interesse demonstrado pelos Constituintes. O Sr. Bernardino Roque lamentava que a Comissão que organizou o projeto de lei se tivesse esquecido das colônias, que, segundo ele, representavam, ainda, uma das razões da existência social de Portugal.

Achava, dito constituinte, que os princípios fundamentais da administração colonial deveriam fazer parte da Constituição, porque se assim fosse, tanto o legislativo como o

³⁴⁷ CANOTILHO, J.J. G. 6ª ed. 2002, p. 163

³⁴⁸ Art. 67 – Na administração das províncias ultramarinas predominará o regime da descentralização, com leis especiais adequadas ao estado de civilização de cada uma delas. B.O.M nº. 48, 1ª. Série de 25.11.1916, pp 455-461.

³⁴⁹ Diário da Assembléia Constituinte nº 25 de 19.07.1911, p. 8

executivo seriam obrigados a cumprir o estabelecido na lei fundamental, e as reformas, porventura necessárias, não ficariam ao alvedrio destes poderes. Sugeriu a existência de um Capítulo especial com o título de - Colônias - onde ficasse definido: o que era território colonial; qual a sua personalidade jurídica; quais os direitos e deveres dos indígenas não civilizados; quais os dos europeus; quais os dos indígenas civilizados; que a administração e legislação colonial deveriam levar em consideração às circunstâncias locais; autorizasse uma autonomia parcial para as colônias que assim o merecessem, e a criação de conselhos legislativos coloniais de ações autônomas.³⁵⁰

Evidentemente que as sugestões não poderiam ser acatadas. Primeiro porque, sendo a Constituição uma lei fundamental para o país, deve conter apenas os princípios ideológicos em que se baseia; a forma de governo estabelecida; os direitos e deveres dos cidadãos; os deveres do Estado para com os seus cidadãos; e as normas programáticas, que serão desenvolvidas, de acordo com os princípios nelas estabelecidos, pelos poderes competentes.

Não poderia, pois, a Constituição descer a minúcias, para definir o que seja território colonial, bastando ser dito, como foi, que as colônias faziam parte da Nação, portanto, eram territórios nacionais.

Quanto a conter a Constituição os princípios da especialidade e da descentralização, estes foram atendidos, conforme se pode ver no art. 67º.

Em relação aos indígenas e aos seus direitos e deveres, era improvável que aparecessem numa Constituição, que tem o seu processo de reforma indicado no seu próprio texto e que, pela formalidade, não pode ser realizado de uma hora para outra. A colonização, que envolvia, necessariamente, a regulamentação da vida dos indígenas, era um processo que precisava de dinamismo, de adaptação às mudanças, de respostas breves a muitas questões, e, portanto, não poderia estar atrelado a um processo de reforma que demandasse tempo.

Assim, as leis coloniais tinham de estar sujeitas a um outro processo, outra forma de elaboração, que permitisse a sua reforma rápida, com a urgência que era peculiar aos procedimentos administrativos para o Ultramar, o que, entretanto, não autorizava a discriminação que era feita ao indígena, que não era alcançado pelas garantias estabelecidas para os cidadãos portugueses.

³⁵⁰ Idem. p. 9

A Constituição de 1911 considerava como cidadãos portugueses, para efeito de exercício de direitos políticos, todos aqueles que a lei considerasse como tais, o que remetia para o conceito de cidadão estabelecido pelo código civil português.

O Ministério da Marinha separa-se do Ultramar que passa a chamar-se Ministério das Colônias. A nova Constituição entra em vigor e as colônias passam a ser tratadas como Províncias ultramarinas.³⁵¹

Não são introduzidas grandes modificações em relação aos indígenas, que continuam como não cidadãos, sujeitos às leis especiais, que os excluía de, senão da totalidade, uma grande parte dos direitos atribuídos aos portugueses; não acesso a propriedade, o não exercício do voto, igualdade de direitos, liberdade contratual.

Já em 27 maio de 1911, foi extinta a Junta Consultiva do Ultramar e criado o Conselho Colonial que a substituiu, com atribuições de consulta sobre os assuntos jurídicos, administração das colônias e tribunal contencioso. Era constituído por onze vogais efetivos e seis suplentes e oito eleitos, estes últimos, respectivamente, por cada uma das colônias. Esta mesma lei reorganizou os serviços da Secretaria das Colônias dividindo-a em duas Direções Gerais: a Direção Geral das Colônias e a Direção Geral de Fazenda das Colônias. A Direção Geral das Colônias foi subdividida em oito repartições, sendo a 2ª delas, a de Administração à qual incumbia, dentre outras funções, os assuntos ligados à administração política geral e local das colônias; instrução pública; escola colonial; missões; colonização e trabalho indígena; administração judicial e expediente do Conselho Colonial.³⁵²

Entre 05 de outubro de 1910, data em que foi estabelecido o regime republicano em Portugal, e 04 de setembro de 1911, o país esteve governado por um Governo Provisório, sob a presidência de Teófilo Braga.

Em 27 de novembro de 1911 é revogado o Decreto de 29 de março de 1911, que criou provisoriamente o cargo de Alto Comissário da República em Moçambique e o de governador do distrito de Lourenço Marques, voltando a Província a ser governada pelo Governador Geral.

³⁵¹ Base 16ª. da Lei 277 de 15.08.1914.

³⁵² B.O.M. nº. 26 de 01.07.1911, pp.337-342

5.3 - Um Regulamento do Trabalho Indígena para Moçambique

Depois de proclamada a República, de anunciado o novo Regulamento de 1911, e de tantas modificações resultantes das providências tomadas em relação à emigração para São Tomé, o Governo e Moçambique resolve publicar o seu *Regulamento do Trabalho Indígena*, o que foi feito através da Portaria de nº. 1310 do Governo Geral.³⁵³

É interessante notar que a portaria que aprova o Regulamento em questão, esclarece que ele que atende à urgência, e que foi aprovado pelo Conselho do Governo.

Urgência que, desde 1899, quando do Regulamento do Trabalho dos Indígenas, deveria ter sido observada, para que fossem publicados os regulamentos locais, que na Colônia de Moçambique, como já referenciado, só aconteceu em relação ao distrito de Lourenço Marques (1904).

O Regulamento de 1913, foi este o ano da sua publicação, começou a ser discutido no Conselho de Governo, ainda na gestão do Governador Freire de Andrade, quando Eduardo Saldanha fazia parte do mesmo e, já em 1908, alertava-o para o falta de regulamentação do trabalho em Moçambique.

O Projeto de Regulamento foi colocado em discussão na sessão de 02 de julho de 1913 e o Intendente dos Negócios Indígenas elucida o Conselho sobre a necessidade de tal regulamentação afirmando:

“Está em vigor o regulamento de 1878, mas as providências nele exaradas são inadaptáveis à actualidade. Temos o serviço compelido, e, todavia, não está regulada a forma de fazer o fornecimento do trabalho compelido. É necessário estabelecer legislação uniforme. No trabalho compelido não há regulamento. No contratado está-se procedendo em virtude de instruções dos governadores, que levantam conflitos. Ele, orador, dividiu o regulamento em capítulos, seguindo o regulamento de 1898. É certo que, pelo Decreto de 27 de maio foram aprovadas, pelo Governo da Metrópole, instruções para toda a África Portuguesa. [...] O Governo da Metrópole legisla, mas lá vem sempre um artigo em que diz que o Governador Geral elaborará a regulamentação especial necessária. Mas dentro da própria província de Moçambique não se pode estabelecer um regulamento único para toda ela. O Sul do Save é, para esse efeito, inteiramente diverso da Zambézia. É necessário quasi para cada distrito disposições especiais. Ele, orador, por causa disso estabeleceu uma junta geral e juntas distritais.”³⁵⁴

Pelo que transcrevemos da exposição do Senhor Intendente temos que: no Regulamento em discussão, o princípio da especialidade das leis ultramarinas estava

³⁵³ B.O.M. nº 42 de 18.10.1913. pp. 742- 747

³⁵⁴ Acta da sessão do Conselho de Governo de Moçambique de 02.07.1913

observado e que a dificuldade de se fazer uma regulamentação para cada um dos distritos da província seria suprida, com a criação das Juntas distritais que conheceriam, de perto, as necessidades de cada um dos distritos e teriam a competência estabelecida no art. 64º.³⁵⁵

Dentre as suas atribuições, chama atenção, a que lhe outorga o poder de estabelecer o período em que o indígena tem que trabalhar para que seja considerada cumprida a obrigação moral do trabalho nos termos dos arts. 2º e 3º.

Esta fixação do período pela Junta distrital termina por ser uma autorização para desigualar iguais. Se todos são indígenas, se todos têm de cumprir a obrigação do trabalho, não há porque haver períodos de tempo diversos em função do território em que se vive. Esta disposição fere o princípio da igualdade e termina por fomentar, entre os indígenas, as mudanças de residência, porque se eles poderiam trabalhar por menos tempo em um outro distrito, para que o Governo considerasse cumprida a obrigação do trabalho, é evidente que não ficariam no que lhes exigisse mais tempo de trabalho, muito embora o governo instituisse mecanismos para evitar esta movimentação, a exemplo da exigência do passe.

Fixa-se o prazo de 3 anos para duração máxima do contrato de trabalho, embora, na discussão do projeto, tenha sido aventada a possibilidade de o prazo ser de 5 anos, como sugerido pelo Procurador da República, no caso da contratação ser para serviços dentro da própria província; entretanto, foi fixado o prazo de 3 anos, que contraria o Regulamento Geral de 1911, que fixava o prazo máximo de 2 anos.

É interessante notar que, na discussão do projeto do Regulamento, há expressa referência a que o Regulamento de 1911 não estava em vigência em Moçambique. E por que não estaria ele em vigor? Simplesmente pelo mesmo fato de que, como não houve regulamentação local ele não entrou em vigor na Província. Observe-se que a solicitação para a regulamentação foi por diversas vezes feita pelo Governo da Metrópole, que não foi atendido.

Entretanto esta interpretação é ilógica, porque um Regulamento Geral revoga o regulamento em vigor se com ele for incompatível, porque lei posterior revoga a anterior, sendo este um princípio de direito. Se o Regulamento Geral, no caso, o de 1911 revogou o de 1899, que por sua vez, revogou o de 1878, como entender que em Moçambique ainda estivesse em vigor este último, conforme informa o próprio Intendente dos Negócios Indígenas, isto em 1913?

³⁵⁵ B.O.M. nº. 42 de 18.10.1913, p.746.

O só fato de não haver regulamentação local não afasta as disposições gerais contidas nos regulamentos, que devem ser adaptados, mas se não o são, prevalece a regra geral, que, entretanto, no caso de existência de uma lei “especial” regulando matéria que também é pela lei geral regulada, em lhe sendo posterior, é a que vai ter aplicação: Lei Especial revoga a geral naquilo que é por ela regulado. Este foi o entendimento da Direção Geral das Colônias, que em parecer datado de 25.02.1912, respondendo a uma solicitação de um agente de recrutamento em Quelimane, solicitação esta que foi feita a Francisco Mantero, no sentido deste interferir junto ao Governo Central para que os contratos de 3 anos fossem aceites em São Tomé, tendo em vista que o Decreto de maio não vigorava ali, afirma que o Decreto de maio de 1911 realmente não está em vigor em Moçambique porque não foi publicado no Boletim Oficial, no entanto, ainda que publicado fosse e estivesse em vigor, não poderia revogar lei especial que regula os contratos de serviços para São Tomé,³⁵⁶ estando, neste particular da lei especial, correto o entendimento exarado no parecer.

Assim, analisando o regulamento sob a luz do direito, temos que, já existindo o Regulamento Geral de 1911, *Regulamento do Trabalho dos Indígenas*, que no seu art. 66º revogou toda a legislação em contrário, não se pode discutir a vigência ou não de tal regulamento, e, pior que isto, na questão da adaptação local, se colocar disposições que contrariem a lei básica, que deve servir de parâmetro para a legislação provincial.

O certo é que o *Regulamento do trabalho indígena dentro da província de Moçambique* (1913), contém disposições pertencentes a todos os regulamentos gerais anteriores; é como se ele fosse uma compilação das disposições mais importantes em relação ao trabalhador indígena. No entanto, em muitas disposições, tal regulamento acata medidas que já não são mais admissíveis, não só por força de revogação dos próprios regulamentos em que tiveram inspiração, mas, também, pelo fato de que o princípio da liberdade de contratação assegurado na Constituição da República Portuguesa, e a própria ideologia liberal nela contida, não poderiam ser contrariados.

No art. 11º do Regulamento admite-se o “castigo corporal”, pois outra não pode ser a interpretação a ser dada à autorização que se dá aos patrões, contida no dispositivo acima indicado: “[...] e a empregar os meios possíveis para lhes melhorar a educação, corrigindo-os moderadamente, como se eles fossem menores”, embora o item 2º do parágrafo único

³⁵⁶ AHU. DGU.Pasta 823.

do art. 7º declare ser considerado nulo o contrato que contenha autorização para aplicação de castigos corporais.

Também fica implícito o poder dos patrões de aplicar castigos, quando se permite a eles, para evitarem que os serviçais se evadam, o emprego dos “[...] indispensáveis meios”. Quais seriam estes indispensáveis meios: Prisão? Mantê-los em cárcere privado? Manter vigias armados? Impor castigos físicos? Qualquer resposta positiva a tais perguntas configuraria uma violência contra a integridade física dos indígenas e, portanto, um atentado à dignidade do ser humano e a sua própria liberdade. Esclareça-se que não há na lei qualquer referência aos “meios” que podiam ser empregados pelos patrões, portanto estes podiam escolher o que mais lhes parecesse conveniente e efetivo.

O Regulamento mantém o trabalho compelido e o correcional, sendo que, de compelido à correcional, há uma tênue distância, pois o só fato dos indígenas resistirem à ação compulsória estabelecida nos arts. 24º e 25º; ou se evadirem do local do trabalho ou a caminho dele; ou de se recusarem a prestação do trabalho, levaria a que eles fossem entregues ao Curador para que este aplicasse a penalidade do art. 39º, que é o trabalho correcional pago em valor bem inferior ao trabalho compelido. O dispositivo é cópia, quase fiel, do estabelecido nos Regulamentos Gerais de 1899 e de 1911, o que nos remete aos comentários feitos no momento da apreciação dos mesmos.

Comprovando, entretanto, que a edição de um Regulamento, muitas vezes em nada modifica, seja a vida dos indígenas, seja a maneira com que os agricultores se colocam em relação ao cumprimento dos seus deveres em relação aos serviçais, temos o que nos é informado, mais uma vez, por um Governador de Inhambane, Correia Henriques, que no seu relatório esclarece que, em 1912-1913, houve uma crise alimentícia “[...] que flagelou o distrito”. Que tal crise foi consequência da irregularidade das chuvas e trouxe consequências nefastas para a econômica da região, alcançando não só o pagamento do imposto de palhota, como também a emigração.³⁵⁷ O governador aponta a dificuldade de fornecer pessoal, embora indique uma diminuição desta dificuldade, porque, segundo ele, o indígena vai entendendo que tem a obrigação de fazê-lo, entretanto,

“ [...] agricultores, pouquíssimos, ou concessionários de terrenos embaraçam e contrariam os fornecimentos por se julgarem ainda com direitos, como eles lhe chamavam o que outrora disfrutavam, que muito se assemelha ao processo adoptado em tempo nalgumas colónias vizinhas, conhecido por *farming of natives* hoje completamente posto de parte e

³⁵⁷ HENRIQUES, C., 1916, p.6.

condenado, e que outra coisa não é senão a exploração do indígena. Neste sentido recebi umas duas queixas de indivíduos que se dizem agricultores, alegando que os pretos das suas propriedades não queriam trabalhar voluntariamente (*sic*) e que a administração os mandava buscar para prestação de trabalho”³⁵⁸

O governador completa o seu pensamento informando que, se tais agricultores pagassem ao indígena como devia ser, “[...] \$10 por dia útil de trabalho e comida, não lhes faltariam braços”.

Denota-se, pois, que a edição de leis não garantia a mudança do pensamento dos que deviam respeitá-la. Nem o do indígena, porque, como não percebia uma justa aplicação da lei, mui principalmente no que se refere ao pagamento dos seus salários, não poderia pensar diferentemente, e nem o dos agricultores, brancos ou não, porque o objetivo era deixar as coisas como sempre estiveram, ao seu próprio alvedrio, explorando a mão-de-obra sem qualquer pudor.

A edição de leis, a exemplo da lei sobre concessões de terrenos, não evitou que as terras dos indígenas fossem expropriadas “[...] sem qualquer cerimônia, sem o mais pequeno escrúpulo, apoderavam-se das culturas dos indígenas, que se calavam receosos, habituados a verem-lhes ser sempre negada a mais elementar justiça”.³⁵⁹

Justiça que preocupava os administradores, não para regularizarem as questões indicadas acima, mas para, mais uma vez, reprimirem a liberdade do indígena, pois, na mesma época que estava em discussão o Regulamento do Trabalho Indígena para

³⁵⁸ Idem, p. 32.

³⁵⁹ Trecho do Relatório do Governador de Inhambane, João Cabral, ob. cit. pp. 38-39. Merece ser conhecido mais uma parte deste relatório, porque o Governador informa o que acontecia em relação a apropriação dos terrenos dos indígenas. Diz ele: “ Como é por demais sabido, o único ramo agrícola que atrai numerosos colonos a este districto é o cultivo da cana saccharina, em *machongos* (vales humosos), para o fabrico de bebida cafreal fermentada conhecida pelo nome de *sópe* .

Naturalmente, portanto, o terreno que o colono procura para exercer a sua actividade, é o machongo, enquadrando-o geralmente por uma larga porção de terrenos altos, em que dispõe uns tantos pés de agaves de borracha, quando se dá a esse trabalho, mas em tão pequena escala que a sua exploração seria impossível, mesmo que algum nisto tivesse pensado, do que tenho todas as razões para duvidar.

Ora havendo leis que regulem o aproveitamento dos terrenos do Estado, nunca a lei foi cumprida a não ser num ou outro caso muito excepcional, sendo de notar que muitos dos funcionários, desempenhando funções administrativas, e portanto no dever de impedir taes abusos, também não desdenhavam de os praticar, empregando em tudo os mesmos processos.

Geralmente, nos machongos havia pequenas plantações de cana pertencentes a indígenas, mas não era isso obstáculo, antes pelo contrário, muitos dos futuros agricultores outra coisa não procuravam, não só por serem incapazes de por outra forma conhecerem os bons terrenos, como porque na verdade o custo do arroteamento de um terreno machongo é bastante elevado, e encontrá-lo quase feito não era para desprezar.

Sem cerimônia, sem o mais pequeno escrúpulo, apoderavam-se das culturas dos indígenas, que se calavam receosos, habituados a verem-lhes ser sempre negada a mais elementar justiça.

Era isto tão vulgar, chegou até ter foros de tão regular, que ainda hoje, por ingenuidade certamente, apparecem d’estes casos apresentados até com um certo cunho official, como succedeu com um de que por acaso foi V. Exa. testemunha.

Moçambique, entrou em discussão um projeto de portaria que dava poderes ao Comissário de Policia para julgar os delitos e transgressões cometidos por indígenas.³⁶⁰

Esse projeto foi apresentado pelo Procurador da República e dava competência para julgamento dos delitos de vadiagem; embriaguez; ofensa corporal voluntária quando o ofendido for também indígena e não resultar doença ou impossibilidade de trabalho por mais de 10 dias; ultraje público ao pudor; ultraje a moral pública; furto limitado a 10\$500 réis; transgressões de posturas municipais, editais, regulamentos de polícia e administrativos.

Dizia o Senhor Procurador que o projeto devia atender a uma necessidade instantânea de Lourenço Marques e que era necessário que os indígenas, que eram cidadãos de acordo com a Constituição da República, tivessem uma proteção, porque não tinham capacidade cívica de gozar das regalias dos europeus.

Acrescentava, ainda, que as autoridades judiciais estavam assoberbadas com estes pequenos incidentes, o que lhes retirava o tempo de resolver outros problemas. Assim, transferindo a competência para julgamento destes pequenos incidentes para os Comissários de Policia, ficavam assegurados aos indígenas todos os direitos e regalias e garantidas a defesa e a proteção.

Na discussão do art. 11º do projeto há uma colocação do Sr. Augusto Vidal, vogal e sócio de uma empresa que empregava muitos serviçais,³⁶¹ quando se falava em estabelecer o rito sumário, que não admite, em princípio, recurso; devendo, no caso, se falar em novo julgamento se o indígena não se conformar com a decisão. O novo julgamento seria requerido por um Delegado que é o Curador dos indígenas. Diz o Vogal: que concorda com a defesa dos indígenas, mas “[...] o que acha forte é que se queira considerar cidadão um individuo tutelado”.³⁶² Forte, sem dúvida é a colocação, mas assiste inteira razão ao vogal, porque se o indivíduo é tutelado é porque ele é incapaz e se é incapaz ele não pode realizar atos da vida civil, e, também é inimputável em relação a crimes, não havendo

Ora desde que a República passou a ser o regime adoptado pelo país – alguns dizem que ella ainda aqui não chegou – não tornaram-se a dar-se d’estes casos, que eu saiba, antes alguns indígenas que se apresentaram queixando-se de espoliações d’esta natureza, succedidas antes da gloriosa data, foram devidamente indemnizados ou voltaram a posse das suas plantações, depois de verificada a exactidão das queixas.

Para o caso da mão d’obra que venho tratando, seria tudo isto o menos se precisamente os individuos nestas condições, simples exploradores de pretos, fora da lei na occupação dos terrenos e no fabrico do *sopé*, não fossem os mais exaltados nas reclamações sobre o fornecimento de serviçais, os mais exigentes, os que mais defendiam sempre pretensos direitos que se diziam aggravados. (os itálicos são originaes).

³⁶⁰ Actas do Conselho do Governo. Sessão de 02 .07.1913 pp. 321-323

³⁶¹ Actas do Conselho de Governo, Sessão de 02.07. 1913, p. 330

³⁶² Idem. Sessão de 03.07. 1913. p. 342

qualquer sentido, na discussão da portaria, que, entretanto, é aprovada e publicada em 02 de agosto de 1913, sob nº. 1075 e válida para o Distrito de Lourenço Marques,³⁶³ cabendo ao Comissário de Polícia Civil o julgamento dos crimes mencionados no art. 1º.

A punição, para os crimes especificados, é o *trabalho correcional* de 15 a 90 dias, que também substitui a pena de multa por transgressões a posturas municipais, etc. sendo que o trabalho, neste caso, será prestado gratuitamente em obras ou serviços municipais.

É sem dúvida alguma o desrespeito ao indígena, que para este fim é “aquele que se não distinga, pela sua instrução e costumes, do comum da sua raça”. O processo julgado por quem não faz parte do Judiciário, sem a garantia do duplo grau de jurisdição, sem decisão fundamentada, é realmente uma agressão à igualdade que é apregoada na Constituição e que é constantemente afastada, quando se trata dos indígenas, pelas leis especiais, que, exatamente por força desta especialidade, continuam a lhes retirar os direitos inerentes à cidadania.

Observe-se que os delitos que estão abrangidos pela portaria, com exceção das transgressões às posturas municipais e regulamentos administrativos, etc., são crimes tipificados pelo Código Penal, cujo julgamento prescinde de um juiz, como tal, aquele que faz parte do poder Judiciário nos termos da própria Constituição.

As leis ultramarinas, pois, mesmo após o advento da República e da Constituição Republicana continuam a contrariar a ideologia liberal, o direito de igualdade, e reafirmar a inferioridade do indígena africano.

5.4 – Decreto nº. 154

O Decreto com força de lei nº. 154, de 01 de outubro de 1913, cuja publicação é baseada no art. 87º da novel Constituição Republicana, obedece ao princípio da especialidade em relação às leis ultramarinas. Como sempre, para retirar do Congresso da República a apreciação preventiva da medida, ou seja, para que o projeto fosse apreciado e aprovado como lei proveniente do legislativo, é publicado quando do recesso daquele poder.

³⁶³ B.O.M. nº. 31 de 02.08.1913. p. 505

Na justificação da edição do Decreto, o Ministro da Marinha de então, Manuel de Arriaga, esclarece que a legislação em vigor necessita de alguma modificação a fim de orientar mais claramente os seus aplicadores.

Esclarece que tais modificações estão ligadas ao recrutamento, condições de trabalho, remuneração e repatriação dos indígenas, e diz mais: que não são necessárias grandes explanações, “[...] bastando aqui salientar aquela que, obtemperando a reiteradas reclamações, dispensa o pagamento adiantado dos salários, sem, aliás, diminuir a garantia da efectiva remuneração devida a todos os trabalhadores”.³⁶⁴

Continua o Ministro a justificar as modificações para garantir, mais ainda, a repatriação; alargar a jurisdição do Curador aos indígenas que sirvam sem contrato perante a autoridade pública, ou seja; àqueles trabalhadores cujos contratos são feitos sem a intervenção daquela autoridade; e também garantir aos patrões a imparcialidade de um Tribunal de 2ª instância para resolver as pendências com os trabalhadores, quando estas assumam o carácter contencioso. Justifica a urgência das medidas, porque, segundo ele, a delonga na solução dos problemas acarreta abalo na economia colonial.

As queixas contra o adiantamento dos salários, art. 19º, § 3º, do Decreto de 27 de maio de 1911³⁶⁵ são atendidas no art. 7º do decreto em análise³⁶⁶, continuando a obrigação de fazê-lo em relação aos compelidos. Entretanto, há medidas positivas no Regulamento: a exemplo da instituição do descanso semanal para os indígenas, estabelecido no art. 10º³⁶⁷.

O que chama atenção em relação a esta fixação do repouso, é que o direito a ele é reconhecido, devendo o dia do seu gozo ser fixado pelo Curador, entretanto, o dia de repouso, de acordo com o próprio artigo, tem de ser gozado dentro da própria fazenda ou estabelecimento, o que é, também, uma limitação à liberdade do trabalhador, porque o serviçal somente pode se ausentar da roça, ou do local de trabalho, por um período máximo de 4 horas, e assim mesmo, na parte do dia.

Ora! Se tenho 24 horas de descanso semanal posso fazer o que quero dentro deste período. Se não posso ausentar-me do local do trabalho durante todo o interregno do repouso, não se pode afirmar que este dure 24 horas; portanto, na realidade, o que a lei autorizava era uma espécie de cárcere privado, cerceio a liberdade de ir e vir. Tenho direito

³⁶⁴ B.O.M nº. 44 de 01.11.1913 779-782..

³⁶⁵ D.G. nº. 124 de 29.05.1911, p.1291

³⁶⁶ B.O.M nº. 44 de 01.11.1913, p. 780

³⁶⁷ Idem, p.780

a folga de 24 horas, só posso gozar delas 4 horas, no restante das 20 não posso sair do local onde trabalho.

O pagamento adiantado dos salários aos compelidos é mantido. Para os demais trabalhadores indígenas ele será feito de acordo com o estipulado nos contratos, no entanto, uma garantia para os trabalhadores voluntários (contratados) é que o pagamento deve ser feito na presença da autoridade. Na realidade isto é, e não é, uma grande garantia; há a garantia de que os trabalhadores receberão, mas não há a garantia de que os pagamentos serão feitos dentro de um prazo razoável, porque, se é necessária a presença da autoridade ou de um seu preposto, e não havendo funcionários suficientes na Curadoria para atender a demanda de todas as roças, o pagamento poderia atrasar por muitos dias.

Se a lei atende aos pedidos dos roceiros em relação ao pagamento de salários, compensa os trabalhadores quando retira do patrão os poderes disciplinares, entendendo-se como tais, aqueles que lhes eram atribuídos no Regulamento de 1911, arts. 18º e 19º.

Estabelece-se a contagem do tempo de trabalho diferentemente. Agora ela é feita considerando-se os dias de licença estabelecidos no art.11º, itens 1º a 4º, o que não deixa de ser um a conquista para os trabalhadores, que a partir desta legislação, mesmo sendo vigiados, tem direito a um dia de descanso semanal e a contagem de tempo quando estiverem doentes; tenham sofrido acidentes do trabalho ou moléstia adquirida em função do próprio trabalho, bem como no caso de licença negociada com o patrão.

No Parágrafo do art. 1º há uma medida contra os que utilizem qualquer meio violento; ajam com dolo; ou sirvam-se de algum artifício fraudulento para angariar trabalhadores emigrantes. A pena a ser aplicada, diante de qualquer destas ações, é a do art. 328º do Código Penal, que se refere ao cativo, punido com 2 a 8 anos de prisão. Apesar de ser isto uma garantia para os indígenas, o que não se pode afirmar é que este dispositivo tenha, em algum momento, tido aplicação.

Neste decreto, no art. 9º, para garantir a proibição já anteriormente feita, art. 17º, nº. 4º do § 1º, “compelir o serviçal a comprar do patrão ou de agentes destes os artigos dos quais queira ou precise prover-se”, ³⁶⁸ determina que os srs. Governadores e demais autoridades estabeleçam feiras. Esta medida é efetivamente uma grande proteção aos indígenas, muito deles, quando não existia a proibição, eram quase que forçados a comprar os artigos de que necessitavam nos estabelecimentos mantidos pelos patrões, ou à sua

³⁶⁸ Art. 17º do Decreto de 27.11.1911.D.G. nº. 124 de 29.05.1911, p.1291.

ordem, resultando que, no dia em que iam receber o pagamento, não tivessem qualquer saldo de salário, porque já o tinham gasto todo nessas compras. Saliente-se que o preço dos produtos era fixado pelo patrão e sempre em valores extorsivos.

Para começar a dar execução aos serviços de registro civil, segundo o Ministro, uma tentativa de “[...] regularizar a constituição da família do trabalhador”³⁶⁹, estabelece o art. 15º que, nas províncias onde este serviço não esteja organizado, ou não tiver execução quanto a indígenas, compete ao curador exercer todos os atos de registro.³⁷⁰

Extingue-se a Comissão Central de Trabalho e Emigração, art. 20º, e as atribuições consultivas que eram da sua competência, passam para o Conselho Colonial ou Junta de Trabalho e Emigração, como o Ministro determinar.³⁷¹

As medidas, entretanto, não são suficientes para evitar que o recrutamento de Angola para São Tomé seja suspenso, o que levou a Sociedade de Emigração para São Thomé a solicitar o reinício da emigração tanto de Angola, quanto de Moçambique.³⁷²

Neste mesmo ano de 1913, a República Portuguesa e a The British South África Company fazem um acordo permitindo o recrutamento de indígenas de Moçambique, diretamente do distrito de Tete, para o Bureau do Trabalho Indígena da Rodésia, limitando o número de trabalhadores a 15.000.³⁷³ A autorização, de acordo com o art. 20º, duraria até o ano de 1919.

Toda esta regulamentação, com exceção do acordo para fornecimento de trabalhadores para a Rodésia, entretanto, tem curta vigência, porquanto, em 1914, após tentativa de reorganização administrativas das províncias, através das leis 277 e 278, um novo Regulamento do Trabalho Indígena é publicado, revogando toda a legislação anterior.

5.5. - Regulamento do Trabalho Indígena de 1914.

5.5.1 – Fatos relevantes que o antecederam no ano da sua publicação.

Em 1914 estava à frente do Governo de Moçambique o Coronel Joaquim Machado, que deixara o cargo de Diretor da Companhia dos Caminhos de Ferro para exercer o de

³⁶⁹ B.O.M nº. 44 de 01.11.1913, p. 779

³⁷⁰ *Idem*, p. 780

³⁷¹ *Ibid*, p. 781.

³⁷² AHU, JCI, Pasta 42.Of. datado de 30.12.1914

³⁷³ Decreto nº.185, B.O.M. nº. 48 de 29.11.1913, p. 720-723.

governador, sucedendo a Alfredo Magalhães que se afastara em 1912, interregno em que a colônia ficou a mercê de governadores interinos.

É necessário esclarecer que o Regulamento do Trabalho de 1914 foi publicado em pleno curso da 1ª. Guerra Mundial.

Por força do ataque ao posto de Mazua na fronteira de Moçambique com a África Oriental alemã, partiram de Portugal em direção a Moçambique e Angola, dois corpos expedicionários. A força militar que se dirigiu para Moçambique era chefiada pelo Coronel Massano de Amorim, que, posteriormente, foi Governador de Angola em 1916 e de Moçambique em 1918.

Também urge que se diga que as Leis de nºs 277 - *Lei Orgânica da Administração Civil das Províncias Ultramarinas* e 278 - *Lei Orgânica da Administração Financeira das Províncias Ultramarinas*, ambas votadas pelo Congresso, por força do disposto no art. 85º da Constituição da República Portuguesa foram publicadas nesse ano de 1914.

As duas leis mencionadas, de autoria de Almeida Ribeiro enquanto Ministro das Colônias, observavam o princípio da não atribuição, aos indígenas, de quaisquer direitos políticos, relativos às instituições portuguesas, ou seja; a eles o que era deles, e aos portugueses, o que era dos portugueses, nada de igualdade, nada de divisões, nada de conceder-lhes o que era peculiar ao europeu. O indígena devia permanecer onde sempre esteve, dentro dos seus hábitos e costumes, sendo considerado, como sempre, e até aqui, “o inferior”.

A Lei 277 foi editada para dar cumprimento ao estabelecido na Constituição de 1911, em relação às Leis Orgânicas das Colônias, que eram da competência do 10º Congresso da República. O que significa que ela chegou às Colônias com um atraso de 2 anos.

Quando da sua discussão no Congresso, polemizou-se a respeito da disposição do art. 87º, que, segundo alguns deputados, induzia à interpretação de que se faria uma lei orgânica para cada colônia; entretanto, prevaleceu o entendimento de que o Congresso faria uma lei básica estabelecendo princípios gerais e disposições comuns a todas as colônias, e o Governo, de acordo com estes princípios gerais, decretaria os diplomas orgânicos de cada colônia observando o grau de desenvolvimento local e circunstâncias peculiares a cada uma delas³⁷⁴. Caso o Governo Central (Lisboa), dentro de 1 ano da

³⁷⁴ B.O.M nº. 40 de 03.10.1914, pp 732-739

promulgação da lei, não decretasse o diploma orgânico particular de cada colônia, o Governo local, de cada uma delas, estava autorizado a promulgar um regulamento orgânico com voto afirmativo do Conselho de Governo.

O art. 1º da lei 277 esclarece que, em atenção ao princípio constitucional da descentralização administrativa contido no art. 67º da Carta Constitucional, as colônias portuguesas são organismos autônomos, sob a superintendência e fiscalização da metrópole. Ou seja: as colônias gozavam de autonomia relativa.

Por que falamos em autonomia relativa? Porque estar sob a superintendência e fiscalização de outrem é ter autonomia condicionada, exatamente, por este outrem. Se as medidas tomadas pelo governo local contrariassem os interesses da Metrópole, esta última podia revogá-las,³⁷⁵ embora a própria lei estabelecesse o respeito ao direito adquirido, que significa que: os atos praticados que resultem em aquisição de direitos, inclusive patrimoniais, entre a publicação da medida na colônia e a sua revogação pela metrópole, eram válidos.³⁷⁶

No caso da lei orgânica ser da iniciativa do Governo provincial, o seu projeto deveria ser submetido ao exame do Conselho Colonial, que averiguaria a sua consonância com a Constituição e com a lei de organização financeira.

Todavia, o que ora nos interessa é o que a lei 277 estabelece em relação aos indígenas; Pelo que consta da Base no. 16º, o Governador da Colônia é o protetor nato daqueles, proteção que exerce diretamente ou através dos seus funcionários. A seguir declara-se, como princípio geral, que as leis adotadas para indígenas, só são aplicáveis aos indivíduos naturais da colônia ou nesta habitando, e que cabe ao Conselho de Governo, através de deliberação, considerar o indivíduo como indígena, para efeito de aplicação das leis.

³⁷⁵ *Idem*. Base nº. 1 da Lei 277.

³⁷⁶ *Ibid*. Base nº. 20º. O direito adquirido é a certeza de que o ato praticado, de acordo com a lei vigente à época da sua prática, não perderá os seus efeitos, ainda que a lei seja revogada. É a segurança de que os resultados do ato praticado com base em determinada lei perdurará, no tempo e no espaço, ainda que a lei deixe de vigorar. O resultado, seja ou não patrimonial do ato praticado, não poderá ser retirado da esfera jurídica daquele que o praticou nos termos da lei. É um princípio que da segurança as relações jurídicas. Há que se ter em conta que a lei 277 na sua Base 19º reporta-se a revogação ou reforma de portarias e despachos do governador e não propriamente à lei no sentido estrito, que é a que é elaborada, discutida e votada pelo poder Legislativo. O que tem de ficar assente, porém, é que o princípio está na lei e, portanto, deveria ser respeitado, não podendo, o simples fato do governador da colônia reformar ou revogar sua própria portaria – lei em sentido lato –, resultar em prejuízo para aquele que agiu de acordo com a portaria anterior. O que é importante, neste particular, é certificar-se se isto era aplicado em relação aos indígenas e, mui principalmente, em relação a direitos estabelecidos nas leis relativas a mão-de-obra, porquanto, nem sempre a ordem do discurso coincide com a ordem da prática.

Fala-se, pela primeira vez, em uma lei aplicável, exclusivamente, aos indígenas, mas que regulasse todos os atos e fatos de suas vidas, seja no campo do direito privado, seja no campo do direito público, enfim; de um sistema jurídico regulando, exclusivamente, a conduta do indígena. Ao diploma legal que representava este sistema, denominou-se: *Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas*, que institucionalizou a “exclusão” e mais tarde restou conhecido como regime de “Indigenato” fixando-se as matérias que fariam parte do mesmo, estabelecendo, de logo, que nesse Estatuto não seriam em regra “[...] concedidos direitos políticos em relação a instituições de carácter europeu”,³⁷⁷ e determinando que as instituições indígenas tendentes a deliberar em comum deveriam ser mantidas e aperfeiçoadas, no que a lei procurou respeitar os usos e costumes dos indígenas, embora como forma de exclusão de direitos peculiares aos portugueses.

Na definição e punição dos crimes, item 4º da Base 18,

“[...] ter-se hão em especial consideração os seus usos e costumes privativos e o conceito em que forem tidos os factos correspondentes. As penas aplicáveis poderão diferir na essência e modo de execução, das estabelecidas para europeus e equiparados, sendo permitida a prisão com trabalhos públicos remunerados ou não conforme as circunstâncias e respeitando-se, em todos os casos, os princípios de humanidade e civilização.”

Nesta mesma base temos disposições sobre a aplicação da Justiça, que, diferentemente das instituições portuguesas, poderá ser exercida por funcionários, ou tribunais especiais e, ainda, pelos chefes administrativos locais assistidos pelos grandes locais, ou por quem conheça a legislação especial, determinando-se, mais uma vez, a codificação dos usos e costumes dos indígenas e a adoção dos diplomas especiais que, nos termos da lei, devam a eles ser aplicados.

Sem dúvida que o dispositivo transcrito, e tudo o quanto faz parte da base indicada, está plenamente justificado na exposição de motivos que antecede a lei em questão, no qual o autor do projeto explica que: não levar em conta as diferenças de mentalidade entre os diversos povos e outorgar-lhes os mesmos direitos civis e políticos, seria uma desumanidade, quanto pior, quando a concessão desses direitos através da lei não seria suficiente para levá-los e nem dotá-los de uma civilização.

Evidente que assistia razão ao autor do projeto de lei, pois não se consegue qualquer mudança apenas e simplesmente com a promulgação de leis que, muitas vezes,

³⁷⁷ Ibid Base nº. 18º.

nem chegam a ser aplicadas. Os direitos criados pelas leis só tem eficácia se efetivamente forem exercidos e respeitados. Os titulares dos direitos que são protegidos devem entender, aceitar, e acreditar que qualquer ofensa a eles, direitos, terá uma pronta e enérgica reparação, o que só se faz através de uma Justiça aparelhada e formada de pessoas capazes e instruídas. Os indígenas, sem sombra de qualquer dúvida, não saberiam utilizar direitos que não conheciam, não poderiam acreditar em leis que lhes afastavam do seu direito consuetudinário, leis que, sob a sua ótica não lhes protegiam, ou, se lhes protegiam, não eram efetivamente aplicadas. O afastamento dos indígenas de leis que eles não conheciam, de costumes diversos dos seus, tinha um resultado visível e, comprovadamente, querido pelos colonizadores: negar-lhes o acesso ao mundo dos civilizados.

A entrada em tal mundo somente seria galgada se, para tanto, eles fossem educados nos moldes do civilizador, aprendendo os seus costumes, os seus saberes, as suas ciências, o que, certamente, não seria alcançado através das escolas agrícolas, objeto de tantos projetos e debates, tampouco, através das missões. Não seria aprendendo técnicas para fazer a terra produzir, mais e melhor, nem as leis de Cristo, que os indígenas alcançariam à civilização e seriam igualados aos europeus, ainda que, em África, os colonos e agricultores portugueses, em sua grande maioria, tal e qual boa parte dos indígenas, não soubessem ler ou escrever, o que seria, minimamente, necessário para que um indivíduo pudesse ser considerado como “civilizado”.

Os colonos portugueses, que sabiam tratar a terra, adquiriram tal conhecimento na terra natal, embora muitas vezes isto não os beneficiasse, porque as condições locais eram muito diversas das de seus lugares de origem, sem falar da falta de adaptação ao clima, e do sentimento de superioridade que tais colonos tinham em relação ao “indígena”, exatamente por não perderam a sua condição de europeus, mesmo que, frente à lei metropolitana, não fossem considerados cidadãos, pois, não se permitia o voto a analfabetos, mas isto não lhes retirava o status de civilizados, o que o indígena, como tal considerado o nativo filho de pai e mãe indígena que não se distinga do comum de sua raça, jamais alcançaria com as leis de exclusão a si aplicáveis.

Seriam, como sempre foram, e ainda por alguns considerados, “pretos” com toda a carga negativa que a palavra carrega consigo, e não seriam as disposições contidas nas leis que os traria ao mundo civilizado, porque a ordem do discurso é completamente diferente

da ordem da prática. A positivação do direito através das leis não significa a sua efetiva aplicação ou observação, apenas demonstra a sua existência.

A lei 277 continua, como tantas outras que tiveram o objetivo de organizar as colônias administrativamente, estabelecendo regras para uma boa administração, para tanto indica as autoridades que são responsáveis por ela, quais as suas funções, quais os seus direitos e deveres. O Governador, autoridade máxima da Província, dirige a mesma com a colaboração do Conselho de Governo, que é formado por funcionários e não funcionários, ambos habitantes das colônias. Estes não funcionários seriam os representantes da população e como tais defenderiam os interesses desta.

Diante desta representação de interesses da população, tem lugar a representação dos indígenas? A que população se refere a lei? A formada pelos colonos portugueses, agricultores, industriários, comerciantes, trabalhadores? E os indígenas, onde estariam no Conselho de Governo? Será que o governador, por ser o protetor nato deles é que defenderia os seus interesses? Ou seria o Secretario dos Negócios Indígenas ou ainda o Intendente da Emigração? Talvez o Curador dos Indígenas. A lei não responde a estas questões, cuja resposta deverá ser buscada na prática, ou seja; nas atas do Conselho de Governo, quando estas tratem de interesses ligados aos indígenas e ao seu trabalho, que, continuando como até aqui, serão colocados em segundo plano, dependendo do interesse maior que é a economia de cada província, para a qual é este trabalho imprescindível. Pensa-se primeiro nos interesses econômicos, depois é que os indígenas são lembrados, não como seres humanos, mas sim como um meio de se alcançar um objetivo econômico: aumento da produção agrícola, arrecadação de impostos, entrada de divisas.

A aplicação da lei de organização administrativa das províncias ultramarinas seria exigida nas colônias, um ano após a sua publicação, porque este foi o tempo determinado para os Governadores locais estabelecerem as suas leis orgânicas, mas a 1ª Guerra Mundial impediu que isto fosse observado, e, já em 1915, através da lei nº. 473, o prazo foi prorrogado até dezembro daquele ano. No ano seguinte, mais uma prorrogação, até fevereiro de 1917. Uma nova prorrogação até junho desse ano, finalmente, fixou-se o limite para a edição de tais leis em 1918.

As duas leis tiveram aplicação parcial, e se fundiram em uma só (1918), sob o argumento de que, com a edição dela, o regime de descentralização aproveitaria a todas as colônias independentemente da Constituição dos Conselhos de Governo, criando o cargo

de Alto Comissário para as Províncias de Angola e Moçambique, assistido, no desempenho das funções, por um Conselho Legislativo e um Executivo; o primeiro com competência para legislar localmente, sem, entretanto, ter qualquer competência para alterar a lei orgânica da colônia; o segundo teria funções essencialmente consultivas e seria formado pelo chefe do Ministério Público (magistrado), quatro chefes de serviço da colônia, e um membro não oficial. Nessa época, chefiava o Ministério das Colônias João Tamagnini de Sousa Barbosa, que permaneceu no cargo até 14 de dezembro de 1918, assumindo o de 1º. Ministro da 1ª. República, após o assassinato de Sidónio Paes, no qual permaneceu até 27 de janeiro de 1919.

O período da ditadura de Sidónio Paes não foi propício para a aplicação das leis 277 e 278, porque contrárias a centralização pretendida pelo ditador, todavia, mesmo sem a sua total aplicação, a lei de administração civil das províncias estabeleceu as bases para uma futura legislação sobre os indígenas. No art. 18º fixou a política que deveria ser seguida, tanto no plano do direito público como no plano do direito privado, para àqueles, isto é: consigna as orientações que deveriam ser seguidas pelos senhores Governadores, art. 16º, para a elaboração do *Estatuto Civil, Político e Criminal dos Indígenas*.

Em relação ao direito privado, relações civis entre os indígenas, o direito a ser aplicado era o proveniente dos usos e costumes privativos, desde que não fossem contrários aos direitos fundamentais da vida e da liberdade humana.

Nessa mesma base, esclarece-se que o estatuto poderá conter medidas especiais de proteção aos atos e contratos realizados por indígenas, mui principalmente “[...] os que envolverem prestação de serviços, engajamento e emigração para fora das terras em que habitualmente vivem, ou respeitarem à constituição da família, ou à constituição, uso ou alienação da propriedade”.³⁷⁸

Era mais um grande passo para efetivar a política de exclusão dos indígenas, e assegurar, legalmente, a sua diferença, o que aconteceu em 1926, porque a idéia era afastar a aplicação do Código Civil, do Código Penal, e, mais uma vez, da Constituição Portuguesa.

Todavia, o conflito mundial retardou a legalização desta diferença, mas nem tanto assim, porque, em 1917, o Governo Geral de Moçambique acentuando-a na província, edita a Portaria nº. 317, apesar da preocupação maior, à época, ser a defesa e a economia

³⁷⁸ *Ibid.* p.738.

das colônias. A ordem era economizar o máximo para financiar as despesas da guerra, embora a Metrópole não tenha deixado de legislar para as colônias, o mesmo ocorrendo com a administração local de Moçambique, que teve uma ação legislativa intensa entre 1917 -1920.

Quando conflito eclodiu (1914) estavam ancorados, no Porto de Lourenço Marques, 4 navios da marinha mercante alemã, que, em janeiro de 1915 ainda ali permaneciam. As cotações cambiais, que refletiam o estado dos negócios nas metrópoles, flutuaram “[...] violentamente, tendo, instantaneamente, baixado vinte por cento o valor da moeda corrente portuguesa, o que infligiu consideráveis trabalhos àqueles cujos lucros são computados na moeda nacional”,³⁷⁹ valendo acrescentar que a moeda vigente já era o escudo, equivalente a 1\$000 réis.

As potências colonizadoras, como não podia deixar de ser, envolveram-se na Guerra, e as colônias africanas pertencentes à Alemanha foram invadidas: o Togo foi ocupado por tropas francesas e inglesas, o sudoeste alemão pelas tropas sul africanas, os Camarões por Ingleses, franceses e belgas, a África Oriental por ingleses e belgas. Ao sul de Angola, em Naulila, Portugal sofreu uma investida alemã³⁸⁰.

Em princípios do mês de julho de 1917 os alemães estavam a 40 km de Quelimane, para onde seguiu o Governador Geral, o então Capitão de Infantaria, Álvaro Xavier de Castro, com três companhias indígenas. Em setembro desse mesmo ano os alemães abandonam a colônia.

A guerra, também, não impediu a instalação, em Portugal, da ditadura de Sidónio Paes em 1917.

Finalmente, com a Convenção de Paz, estabeleceu-se que os povos que estavam sob a soberania dos que os governavam anteriormente e que foram vencidos na guerra, agora ficariam sob tutela das nações mais avançadas, tutela que elas exerceriam na qualidade de mandatárias da Sociedade das Nações.³⁸¹

O mandatário tinha obrigações de reprimir o comércio da escravatura, o tráfico de armas e de álcool, garantir a liberdade de consciência e de religião, assegurar o comércio, em igualdade de condições, com as outras nações membros da sociedade.

³⁷⁹ BAYLY, A.W., 1915. p.18.

³⁸⁰ CAETANO. M., 1963, p. 181

³⁸¹ Art. 22 da Conferencia de Paz

Mas o Regulamento de 1914 tinha de ser aplicado nas colônias e a elas cabiam a sua adaptação às condições locais, inclusive fixar, devidamente, a quem este regulamento era dirigido.

5.5.2- O Regulamento – Para quem?

Em Lisboa à frente do Ministério das Colônias continuava o Sr. Manuel de Arriaga, que, no extenso relatório que antecede o Decreto de nº. 951 – *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas nas Colônias Portuguesas* - faz um histórico de toda a legislação existente até o ano mencionado, para justificar a necessidade de compilar, toda ela, em um único diploma, o que efetivamente foi feito; e foi esta regulamentação que, até 1928, regulou o trabalho indígena, com algumas pequenas modificações, que, entretanto, não lhe alteraram as bases.

Informa o Ministro que a base principal do decreto é o anterior datado de 27 de maio de 1911, embora o art. 264º, o último do presente decreto, revogue toda a legislação promulgada sobre o trabalho indígena e também toda a legislação a ele contrária,³⁸² devendo aqui ser lembrado que a base do Regulamento de 1911, e, portanto, do atual regulamento de 1914, é o de 1899, que se sabe, carregado da influência de Antonio Ennes, a qual se nota muito claramente, quando o Ministro, na exposição dos motivos que antecede a publicação, afirma:

“[...] Com efeito, é o Estado que especialmente tutela e protege, de forma diversa do que faz aos outros portugueses, o indígena das nossas colônias; porquanto pressupõe que ele, tal como a lei o define, não poderia, por si só, fazer valer os direitos que tem em face da legislação geral do país, e de cujas vantagens não saberia aproveitar-se em vista do seu atraso étnico e da sua falta de educação social e cívica. Se a lei lhe impõe uma tutela especial e se cria uma série de funcionários para a o exercerem, é porque considera como menor para os efeitos dos contratos de trabalho, como aliás sucede com quâsi todas as colônias estrangeiras, e, portanto, como o tal deve declarar para que tenha, além das vantagens que pelo presente diploma lhe são dadas, as que o Código Civil lhes garante nessa qualidade”³⁸³

A citação acima demonstra, perfeitamente, que o pensamento de Ennes continua na ordem do dia quando se trata de inferiorizar o indígena, para justificar a especialização das

³⁸² Suplemento ao B.O.M. nº. 49 de 10.12.1914.pp. 949-971

³⁸³ Idem. p. 952

leis, mui principalmente, no que se refere às leis regulamentadoras do seu trabalho, ou melhor; criadas, especialmente para eles, para lhes impor a obrigação moral do trabalho.

No entanto, assiste inteira razão ao Ministro quando ele se reporta à extensa legislação esparsa, que muitas vezes levava à má aplicação da lei, e, em alguns casos, até ao próprio desconhecimento dela e de suas mudanças, em razão de tantas e tantas modificações que eram feitas. Todavia, não lhe assiste razão quando tenta afirmar e provar que as mudanças que foram feitas, tiveram por fim beneficiar os indígenas, até porque, pouquíssimas modificações foram introduzidas, e algumas não são verdadeiramente modificações, e sim reproduções, no texto da lei, de legislação já existente, ora compilada, lembrando que a reunião de toda a legislação referente ao trabalho indígena, já tinha sido ordenada, em relação às colônias, no art. 30º do Decreto nº.154 de 1913,³⁸⁴ embora, como sempre, isto não tivesse sido observado pelos governadores das colônias.

O Decreto, ora em análise, foi publicado com base na faculdade constante do no art. 87º da Constituição Portuguesa, que autorizava a publicação de medidas urgentes e necessárias pelo Governo, caso o Congresso estivesse em recesso parlamentar. Entretanto, há uma particularidade em tal diploma, que o faz diferente dos demais, no que se refere à intervenção do Congresso: o fato do Ministro ter levado em consideração um parecer da Comissão do Senado, que, em 1912, julgou insuficiente o período de 3 anos para os contratos e “[...] fosse de opinião que se deveria voltar ao de cinco anos para os serviços, e de dez anos para aprendizes”,³⁸⁵ o que efetivamente aconteceu, art. 48º. Item 1º, o que logo se nos afigura um retrocesso e contraria o Senhor Ministro, quando argumenta que as modificações inseridas são benéficas aos indígenas.

Em relação ao parecer do Senado há um dado que merece ser relatado: É que ele refere-se ao Regulamento de 1911 - Parecer de Projeto de Lei que foi apresentado ao Senado em 07 de maio de 1912, discutido nas sessões de fevereiro, 20 de abril de 1913 e 01 de abril 1914 e que caducou por ter terminado a legislatura -³⁸⁶ portanto, após três anos da publicação do Decreto de 1911, a sua discussão no Legislativo continuava; Confirmar-se, pois, a necessidade da legislação para o ultramar ser, também, e quase que, exclusivamente, da competência do Executivo, que não poderia esperar pelo Congresso

³⁸⁴ B.O.M. nº. 44 de 01.11.1913. p. 783

³⁸⁵ Suplemento ao B.O.M. nº. 49 de 10.12.1914, p.951

³⁸⁶ Arquivo da Assembléia Nacional – Secção. VII, Caixa 26, nº. 184

para tomar medidas urgentes e necessárias, embora a faculdade fosse utilizada para toda e qualquer medida e não só para as urgentes e necessárias.

Continuando o seu extenso relatório, o Ministro explica as mudanças que são trazidas pelo novo Regulamento, bem como as suas causas, e são elas que serão analisadas.

É interessante notar que no art. 10º o Regulamento define o indígena para efeitos de aplicação do Regulamento como sendo “[...] os naturais das colónias portuguesas nascidos de pais indígenas e que pela sua educação, hábitos e procedimentos não se afaste do comum das raças africanas.”

Três requisitos são exigidos para que o indígena, para efeitos da lei, seja considerado como tal; “jus sanguinis” – ser filho de pais indígenas; “jus solis”- ter nascido nas colônias portuguesas em África – e a esses dois acrescenta-se um outro de natureza cultural – “que não se distinga da sua raça” - seja pela educação, ou seja, pelo seu procedimento e hábitos.

Os dois primeiros critérios não trazem grandes problemas para efeito de aplicação da lei, mas, o terceiro traz muitos inconvenientes, senão vejamos: Pode o indígena saber ler e escrever - educação - e, entretanto, continuar com os seus hábitos, ou seja; ter mais de uma mulher, participar dos ritos do seu povo, não se vestir à moda europeia: neste caso é ele considerado indígena para efeito da aplicação da lei? Uma outra situação: Se o indígena usar roupas europeias, mas não souber ler ou escrever e não perder os hábitos praticados pelo seu povo, como ele é considerado? Uma terceira hipótese: Se não sabe ler e escrever, mas veste-se à europeia, comporta-se em lugares públicos, tem alguns hábitos parecidos com os dos brancos, mas continua polígamo e recorrendo aos seus curandeiros e chefes quando tem milandos, como considerá-lo: Indígena ou não?

A lei, que o Ministro julgara clara nesse aspecto, deveria sê-lo mais, exatamente para não deixar brechas que podiam ser mal interpretadas pelo aplicador da lei que, pode considerar indígena, com o fim de obrigar ao trabalho, qualquer deles, que ao seu critério não se afastem do comum das raças africanas.

O fato é que a lei se dirigia aos indígenas por ela definidos e, na sua generalidade, mantinha toda a tradição dos regulamentos anteriores no que se refere ao dever de trabalho que aqueles tinham de observar, não só para angariar os meios de subsistência, como,

também, para cumprir a obrigação moral do trabalho e elevar-se na escala social, obrigação esta que “[...] tem todo o português, sob pena de ser considerado vadio [...]”.³⁸⁷

Logo no segundo artigo do decreto em questão, há uma modificação de extrema importância para os indígenas, que é o fato de, para ser considerado vadio, por não cumprir a obrigação moral do trabalho estabelecida no art. 1º, ter de ser julgado. Tal julgamento deveria ser feito pelo curador de serviços e colonos, administrador do conselho ou circunscrição civil ou pelo capitão mor respectivo; somente depois de julgado por uma destas autoridades é que o indígena seria entregue as autoridades administrativas que lhes forneceria trabalho. O interesse despertado por esta disposição é que, apesar do julgamento ser presidido por uma das autoridades nomeadas, quem fixa o período da pena, ou seja, o tempo da prestação de trabalho correcional é a autoridade administrativa que fornece o trabalho ao indígena. Outra não pode ser a interpretação do que está estabelecido na lei: “[...] será entregue à autoridade administrativa, que lhe poderá fornecer trabalho pelo período que entender conveniente, dentro da área do respectivo distrito, por um espaço de tempo não inferior a três meses, nem superior a um ano”.³⁸⁸

Ora! Se o indígena era julgado pelo Curador ou pelos seus agentes, estes é que deveriam fixar o período da pena, pois eles é que, no caso, seriam as autoridades judicantes, aliás, era o que determinava o art. 20º, Item 9º, nº. 2, letra b; Portanto, quando o indígena é entregue a autoridade administrativa, esta já sabe por quanto tempo deve durar a condenação: 6 meses, se for prisão correcional, ou trabalho correcional de até 300 dias. Assim a disposição do art. 2º do Decreto colide com a do art. 20º Item 9º, pois, a pena de trabalho correcional, que seria fixada pelo Curador e seus agentes, poderiam alcançar até 300 dias, mas o administrador, a quem o indígena é entregue para lhe fazer cumprir a condenação, por autorização da própria lei, pode fazer com que a pena, seja alterada para maior, porque um ano significa 365 dias, o que contraria a Constituição Portuguesa, que garante o julgamento pela autoridade competente nos termos da lei, devendo, esta última, ser anterior ao fato considerado delituoso, tanto no que se refere à hipótese de incidência,

³⁸⁷ Idem. p.962. Art. 94. É importante assinalar que o art. 94, pela primeira vez, refere-se a obrigação de trabalho, em uma lei especial para o indígena, como peculiar a todos os portugueses, atribuindo-se a estes, a mesma condição de vadio, se não cumprida. Nos decretos anteriores regulamentando o trabalho dos indígenas, 1899,1911, 1913, a referência a obrigação do trabalho é atribuída, sempre, ao indígena, pura e simplesmente, vide arts. 1º e 31º do Decreto de 09.11.1899; arts.1º. e 34º do decreto de 27.05.191; arts. 1º e 24 do Regulamento do trabalho indígena dentro da província de Moçambique aprovado por portaria de no. 1310 de 04.10.1913;

³⁸⁸ Art. 2º do Decreto 951 de 14.10.1914, Suplemento B.O.M.nº. 49 de 10.12.1914 p. 958

quanto no que se refere à pena. Ou seja; deve prever o fato delituoso, a pena respectiva, e a garantia do julgamento por uma autoridade competente, portanto a autoridade administrativa não poderia fazer o indígena trabalhar pelo tempo que lhe parecer conveniente. A não ser que o termo “conveniente” se refira ao tempo que o indígena possa, a critério do administrador, trabalhar dentro da sua jurisdição administrativa.

A lei especial, no caso o Regulamento de 1914, prevê o fato delituoso – recusar o trabalhar após ser compelido, além de outras hipóteses ali previstas; a autoridade competente para o julgamento – curador e seus agentes; a pena – 6 meses de prisão correcional ou 300 dias de trabalho correcional, mas não garante que esta decisão vai ser rigorosamente cumprida, porque, logo a seguir, autoriza que uma outra autoridade aumente esta pena para 364 dias.

Neste caso, não há o que a Constituição da República Portuguesa reconhece como individualização da pena, que é exatamente o fato do condenado saber o motivo da condenação e o período da expiação, o que se conhece com a sentença condenatória, que não pode ser modificada por outra autoridade, que tem apenas a competência para executar a decisão.

5.5.3 - Quem protege também condena

No Capítulo II o Decreto regula a Curadoria dos Indígenas, que fica entregue ao Curador e aos seus agentes, e de acordo com o Senhor Ministro, para que todo este serviço fique a cargo de uma só repartição e seja superintendida pelo Governador Geral, “[...] passam todos os administradores e capitães mores a ser os agentes do curador, em tudo que diga respeito ao regulamento de trabalho indígena.”³⁸⁹

A este respeito uma pergunta logo se faz: em 1913, através de Portaria já antes anunciada, a de nº. 1075, o Governador Geral de Moçambique dá competência ao Comissário de Polícia Civil de Lourenço Marques para julgar os delitos mencionados no art. 1º daquele diploma. Ora, se o delito de vadiagem está incluído na lista dos que podem ser julgados pelo Comissário, diante do que agora estabelece o Decreto 951, continua a competência desses Comissários para julgar tal delito, considerando-se que, se o indígena

³⁸⁹ Suplemento B.O.M.nº. 49 de 10.12.1914 p.952

recusa-se a prestar trabalho quando a este compelido, ele passa a ser vadio e como tal deve ser julgado para cumprir a pena correcional ou realizar trabalho correcional?

Em princípio, o Regulamento de 1914 não se aplicaria em Moçambique enquanto não fosse posto em execução através de lei local, isto é, a sua execução teria de ser autorizada pelo Governo provincial, lembrando, de logo, que o Regulamento de 1914 teve suspensão a sua execução nesta Colônia, por três meses, através da Portaria Provincial de 04 de dezembro de 1914, sob o argumento de que ali não poderia ser aplicado sem as necessárias modificações.³⁹⁰ Observe-se, por oportuno, que esta portaria foi publicada no mesmo dia em que o Regulamento o foi, inclusive, no mesmo Suplemento do Boletim Oficial.

O Regulamento, portanto, somente foi posto em execução em Moçambique, em 18 de setembro de 1915, quase um ano após a sua publicação, através da Portaria Provincial de nº.1059³⁹¹ e o foi porque, segundo consta da portaria, determinado, telegraficamente, pelo Ministro.

Em vigência o Regulamento, continuaria o Comissário de Polícia com a mesma atribuição que fora, através de uma Lei Geral – Lei de Bases, atribuída a outras autoridades ali discriminadas?

Pensamos que não. O Comissário continuaria com a competência para julgar os demais delitos previstos na portaria nº. 1075, mas não o de vadiagem, porque esta competência era do Curador e de seus Agentes, não estando o Comissário de Polícia elencado entre eles, tanto que, em 1917, através da Portaria nº.500, que modificou o Regulamento de 1914 para que este tivesse aplicação em Moçambique, tal autoridade não aparece como agente do Curador, art. 1º, e a portaria revoga a legislação em contrário; se revoga a legislação em contrário, lógico que revoga a que lhe é anterior e que dava competência ao Comissário.³⁹²

Mas, um outro questionamento referente á vadiagem pode ser feito, ainda relacionado com a competência para o julgamento do indígena: Será que o legislador queria distinguir diversos tipos de vadiagem? Sim, porque se entendermos que o crime que está regulado no Regulamento do Trabalho não é do mesmo tipo que é regulado pelo Código Penal, art. 256º, então o Comissário de Polícia Civil continuará com a competência

³⁹⁰ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p. 973

³⁹¹ B.O.M nº. 12 de 18.09.1915 p. 112

³⁹² B.O.M. nº. 27 de 07.07.1917 p. 179

para o julgamento deste. A vadiagem que resultar da recusa em trabalhar, da evasão do trabalho ou a caminho dele é que será da competência do Curador e de seus agentes.

O problema vai estar em saber qual a causa da vadiagem; se pelo indivíduo ser um errante que vive nas ruas, ou porque recusou o trabalho que lhe foi oferecido.

Este é um dos muitos problemas que poderia surgir na aplicação da lei e da sua interpretação; um conflito de autoridades.

O que, entretanto, nos parece é que o autor do crime de vadiagem, nos termos do Regulamento só pode ser julgado e condenado “[...] pelos magistrados competentes, o que lhe dá a garantia de que não ficará sujeito a abusos de autoridade ou a prepotência dos brancos. E tanto no trabalho compelido, como no trabalho correcional, estará sempre sob a vigilância tutelar do Curador geral e seus agentes”³⁹³, pois esta é que foi a intenção do legislador, conforme o relatório que precede o Regulamento.

O Senhor Ministro, ainda na sua justificação para a edição do decreto, afirma que os arts. 10º, 11º, e 12º mantêm o princípio da liberdade do indígena em tudo que esteja relacionado ao trabalho, entretanto, tudo isto é contrariado quando se fala em tutela. Já aqui se comentou que quem merece tutela é o incapaz e, sendo incapaz, não há como declarar a vontade, a não ser por intermédio de terceiro. Não declarando a vontade, não há como se exercer qualquer liberdade, seja ela para efeitos de contrato de trabalho, seja ela para outros efeitos. Quem é incapaz não tem capacidade para assumir obrigações. Assim, toda a teoria da liberdade que o Governo quer demonstrar em relação ao contrato de trabalho do indígena cai por terra, quando admite que o indígena é incapaz e, por isso mesmo, precisa de um tutor para lhe guiar os passos; para defendê-lo.

É completamente redundante a argumentação e a redarguição, mas sempre se faz necessária, quando se insiste no mesmo erro em todos os momentos, erro, no nosso entender, completamente intencional.

Mais uma vez deve ficar claro que a tutela que o Estado deve exercer em relação ao indígena trabalhador, é a mesma que deveria exercer em relação a todo e qualquer trabalhador, seja ele indígena ou não, porque ao Estado é que compete este tipo de fiscalização. O trabalhador não pode ser espoliado, ser explorado pelo patrão, seja ele pobre, preto, indígena, não indígena. Assim, não estava o Estado Português fazendo qualquer favor ao indígena, estava, antes de tudo, cumprindo o seu dever.

³⁹³ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p. 954

Entretanto, a tutela que continua em relação aos indígenas, que é a tutela de Direito Civil, aquela exercida por um tutor em relação a um tutelado, e a que é atribuída ao Curador dos Serviçais e Colonos e aos seus agentes, arts. 19º, 20º, 26º, 35º. A delegação de atribuições é autorizada por lei, não só ao curador, como, também, aos seus agentes, que podiam delegá-la a outros funcionários, caso em que prescindia de aprovação, tanto do curador como do governador, a qual deveria ser publicada no Boletim Oficial da Colônia, o que atendia ao princípio da publicidade dos atos administrativos e deixa implícito que, tal delegação, poderia sofrer impugnação.

O problema da delegação de funções está no fato de que, quem estivesse no exercício da função de agente do curador teria competência legal para julgar e punir os indígenas, não só em faltas cometidas em relação ao cumprimento dos contratos de trabalho – jurisdição civil (causas trabalhistas), como jurisdição penal (vadiagem, delitos com penas de até 6 meses de pena correccional); teriam estes funcionários, aos quais foram delegadas estas atribuições, formação necessária para executar este mister? Estamos falando em funções judiciais, em aplicação da Justiça, no trabalho de interpretação da lei, que são atribuídas, na metrópole, aos Juízes.

A lei, além de favorecer esta delegação, permite que os patrões paguem para ter o agente do curador dentro da sua propriedade, não só o agente do curador como, também, um corpo de policiais indígenas (sipaes) para garantia da ordem, o qual terá como comandante o agente do curador. Observe-se bem: o curador é o protetor nato do indígena, art. 20º, e tem o dever de vigiar e fiscalizar a execução dos respectivos contratos; tem competência para tudo o quanto estabelecido no art. 22º e seus itens, incluindo-se aí a de julgar patrões e empregados nas suas faltas em relação ao contrato de trabalho: se assim é, e conforme esta na lei, como entender que quem exerce tal função, ainda que por força de delegação, art.28º, § 2º, possa, ao mesmo tempo, comandar um equipe de policiais que está dentro do local de trabalho exatamente para intimidar o indígena, a fim de que este não cometa nenhuma falta? Como admitir que seja a mesma pessoa que vai julgar, tanto o indígena como o patrão - se é que este último, sendo o pagador dos salários, possa vir a ser julgado ou condenado pela mesma autoridade que recebe este salário - pelos delitos trabalhistas, considerados como tais: por parte deles, patrões: “detenção forçada dos serviçais”; “falta de pagamento de salários”; “maus tratos”, este último, inclusive, caso existissem, podiam ter sido determinados, exatamente, pelo comandante da polícia – o

próprio agente do curador e quem vai julgar o delito. No caso dos serviçais: “recusa de prestação de trabalho”, “desobediência contumaz ou insubordinação”, “fuga do local do trabalho” condutas que devem ser reprimidas pelo comandante da policia dentro da propriedade, que é, também, quem vai julgar tais delitos? Não há, pois, como entender o que o legislador pretendeu com esta autorização em que se confunde o julgador com o repressor, o julgador com o fiscal, o julgador com o tutor.

Se o indígena fugir da propriedade, quem vai a sua captura é o próprio agente do curador, a mesma autoridade que vai julgá-lo pelo crime de evasão, que pode ter sido motivado por maus tratos daqueles que estão sob o comando desta autoridade, que é responsável pela manutenção da ordem dentro do estabelecimento, seja industrial, seja agrícola. Hodiernamente, estaríamos atribuindo funções judicantes aos chefes de segurança das empresas.

A justificativa, que se encontra na exposição de motivos, de que em propriedades com muitos trabalhadores é necessário manter a ordem e que, como muito mais facilidade, os seus proprietários podem ser acusados de abusos contra os serviçais praticados por seus capatazes, sendo, pois, conveniente que nelas existam agentes do curador para exercerem uma continua vigilância tanto sobre os serviçais, quanto sobre eles, patrões; não justifica que o agente seja o chefe da policia, e, nem tampouco, que ele seja pago pelo proprietário, embora este não faça o pagamento diretamente ao agente do curador, porque o valor correspondente ao salário deste é entregue ao Governo, que faz o pagamento.

5.5.4 – A Contratação

Os contratos regem-se pelo Regulamento e pelo Código Civil, em tudo que este não seja contrário àquele, isto porque, sendo o Regulamento uma lei especial, derroga a lei geral, naquilo que por ela é regulado.

O Ministro deixa claro, entretanto, que o art. 1385 do Código Civil que se refere a resolução do contrato de prestação de serviço doméstico, aqui não se aplica; tendo em vista que a morte do patrão, não resolve o contrato, que continua com os herdeiros, e ele justifica isto porque: “[...] tal disposição não seria vantajosa, nem para os herdeiros do patrão, nem para os serviçais, nem, de um modo geral, para os interesses da colônia. O regime de trabalho nas grandes propriedades agrícolas africanas sofreria enormemente se,

de um momento para o outro [...] elas fossem abandonadas pelos serviçais [...].”³⁹⁴ Realmente assiste razão ao Ministro, seria uma calamidade para as propriedades e para a produção, se com a morte do patrão os contratos fossem resolvidos. Os serviçais teriam de abandonar os estabelecimentos e todos os seus direitos teriam de ser pagos de imediato pelos herdeiros, que, por ser sucessores, teriam não só de cumprir os contratos de fornecimento com os diversos clientes, como, também, desembolsar grandes somas com uma nova contratação de serviçais.

É evidente que a medida é muito mais favorável aos patrões de que aos serviçais e foi pensada, exatamente, para garantir a continuidade da produção e o cumprimento dos contratos de exportação, mas, por outro lado, deixa bem claro que os herdeiros, na qualidade de sucessores do falecido, são obrigados a cumprir todas as cláusulas dos contratos de prestação de serviço, inclusive as que se refiram a repatriação.

De grande interesse no Regulamento é a definição de “serviçal” que ali esta contida, lembrando que esta terminologia, já vem sendo aplicada nos diversos regulamentos sobre a mão-de-obra indígena, embora em muitas disposições já exista a expressão “trabalhador indígena” ou “trabalhador africano”³⁹⁵; No presente regulamento os dois termos também são utilizados, mas no art. 11º, define-se que “são considerados serviçais os que se contratarem só para a prestação de serviços mediante pagamento de salário”, e colonos os que se contratarem para “cultivar de conta própria terrenos de outrem, por concessão, arrendamento ou à trôco de prestação de serviços”³⁹⁶.

É importante observar que a condição de serviçal, como prestador de serviço, faz parte da conceituação dele (serviçal) desde o regulamento de 1878³⁹⁷; o que difere a conceituação atual das anteriores é a prestação do serviço como assalariado, ou seja: o salário fica a fazer parte integrante da definição do serviçal, o que, inclusive, diminui a carga depreciativa contida na palavra serviçal, conforme já comentado no capítulo 3.

O Parágrafo Único deste artigo indica que a contratação do serviçal pode ser feita por escrito, ou verbalmente, em ambos os casos, quem tiver um indígena a seu serviço, a este será conferido os direitos e deveres do serviçal. O dispositivo não prima pela clareza: O que o legislador quis dizer com ter os direitos e deveres do serviçal. Quem tem os

³⁹⁴ Suplemento ao B.O.M nº 49 de 10.12.1914, p.953

³⁹⁵ Art. 123 do Regulamento de 17.07.1909 B.O.M nº 37 de 11.09.1909, p. 434

³⁹⁶ Art. 11 do Decreto nº 951. Suplemento ao B.O.M nº 49 de 10.12.1914, p.957

³⁹⁷ Art. 28 do Regulamento de 21.11.1878. D.G nº 267 de 25.11.1878, p.382

direitos e deveres? O patrão tem os direitos e o serviçal os deveres? Ambos têm direito e deveres em relação recíproca? Deve o patrão respeitar os direitos dos serviçais e cumprir os seus deveres impostos pela lei? Acreditamos que o que o legislador quis dizer com a expressão os “direitos e deveres do serviçal” é que, os patrões, ainda que o contrato seja verbal, tem de respeitar os direitos do serviçal, que por sua vez, tem de cumprir os seus deveres. Os deveres e direitos do serviçal são os estabelecidos na lei, Regulamento de 1914 e a sua regulamentação local, se existir. Mais um detalhe no artigo; é que a quantidade de indígenas empregados é indiferente para que estes tenham respeitados os seus direitos e exigidos os seus deveres. Como se pudesse ser diferente!

Da qualidade de ser “patrão” decorre o poder disciplinar, que o Ministro, justificando-o, diz ser impossível, sem ele, manter a disciplina, e autoriza, por isso, as medidas anunciadas no art. 47º, dentre elas está a de “[...] prender os serviçais que cometam delitos puníveis pelas nossas leis penais ou que se recusem a trabalhar [...]”. O cometimento de delito punível pela lei, autoriza que qualquer pessoa possa efetuar a prisão do delinqüente e apresentá-lo às autoridades competentes, isto está no Código Penal e não se pode condenar os patrões que assim agem, somente pelo fato de que o que delinqüiu ser seu empregado. Entretanto, quando se dá poderes para prender o indígena que se recuse ao trabalho, há uma legalização de uma ilegalidade, porquanto recusar-se ao trabalho, só vai ser considerado crime de vadiagem, autorizando a prisão que poderá ser convertida em trabalho correcional, após o julgamento pelas autoridades competentes: enquanto isto não ocorrer, a recusa é uma falta civil, trabalhista. Assim o que a lei legaliza é uma medida repressiva contra o serviçal.

Também se afigura uma medida repressiva, a permissão para que os patrões empreguem meios preventivos necessários para evitar a embriaguez, desviar o indígena do jogo e quaisquer outros vícios ou maus costumes.

Observemos bem o dispositivo legal: os patrões podem empregar meios preventivos; quais seriam estes meios preventivos? Manter o indígena em cárcere privado; proibi-lo de sair nos seus horários de folga; não lhes dar folgas? Quaisquer destes seriam considerados como cerceadores da liberdade, até porque, desde que o indígena pratique todas as ações indicadas em seus horários de folga e fora do estabelecimento, e sem prejuízo do trabalho, isto faz parte da sua vida privada, e o patrão nada tem com isto. Por outro lado, o emprego de qualquer meio que possa ser considerado como “maus tratos”

está proibido na lei e, caso aconteça, leva o patrão a cometer uma falta trabalhista, que pode ser objeto de julgamento pelo Curador, art. 22º.

No art. 8º da lei há uma disposição a respeito das terras particulares em que se permita ao indígena, tácita ou expressamente, o cultivo. A lei determinava que os indígenas que ali estivessem não poderiam ser expulsos sem pagamento das benfeitorias: isto não seria nenhuma novidade, porque leis anteriores previam esta hipótese. O que faz, entretanto, a diferença em relação a esta regulamentação do uso da terra, é que se o indígena tivesse, à sua conta, plantado árvores ou plantas vivazes, que produzissem artigos de exportação ou consumo, e as tiver cultivado até produzirem, adquiriam o domínio útil dos terrenos onde elas estavam plantadas, e o proprietário não poderia retirá-lo do local; no entanto, a lei assegurava a cobrança de foro anual em favor do último, não fazendo o regulamento qualquer exigência a respeito de habitação no local, como estava no regulamento de 1899³⁹⁸.

A importância deste artigo prende-se ao fato de que, situações, como a denunciada pelo Governador de Inhambane, não se repetiriam mais, e os indígenas tinham a garantia de que as suas plantações lhes pertencia, e que a terra poderia ser por eles cultivada sem o risco de serem dela expulsos ao bel critério do proprietário,³⁹⁹ ressaltando-se, porém, que nos termos em que posto na lei, os indígenas eram foreiros, pagando foro ao proprietário, portanto não adquiriam a propriedade plena da terra.

O Senhor Ministro, no relatório, argumenta que neste artigo 8º é criada uma parceria, entretanto, entendendo-se parceria como sendo uma avença entre o proprietário da terra com outrem, que nela trabalhe, dividindo-se a produção entre os parceiros na proporção, também por eles acordada, temos que isto não existia; Mas, se o consentimento expresso para o cultivo da terra tem este significado, é evidente que assiste razão ao Senhor Ministro em indicar os direitos dos indígenas e a autoridade a que teriam de recorrer para obterem a proteção destes direitos, que mesmo não sendo parceria no sentido jurídico do termo, teriam de ser preservados.

Há a determinação de constar dos contratos as cláusulas obrigatórias, isto é, aquelas que estão determinadas na lei e que não podem ser modificadas pelos patrões, a não ser que determinem situações mais favoráveis para o indígena; assim, patrões e empregados podem pactuar livremente os seus contratos, desde que não estipulem condições inferiores

³⁹⁸ Art. 11 do Regulamento de 1899. D.G. nº 62 de 18.11.1899

³⁹⁹ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p. 957.

às estabelecidas no Regulamento, art. 48º e seus diversos itens. Se a avença não for realizada na presença do curador, o patrão tem a obrigação de enviar cópia para aquela autoridade, mantendo uma para si e outra para o serviçal, a quem é entregue. Se o contrato é feito com a intervenção da autoridade, as condições constarão de um bilhete que é entregue ao indígena.

Admite-se o contrato verbal, que deve ser comunicado ao Curador em 8 dias. Os contratos assim pactuados presumem-se feitos de acordo com os usos da terra, e o Curador vai assim considerar, no caso de haver alguma fiscalização a ser feita por si, ou por um de seus agentes.

Os contratos devem ser registrados e, se feitos sem a intervenção do Curador, devem obter a sua aprovação, o que se terá após interrogar-se o serviçal na presença de testemunha, que não pode ser o recrutador, nem o patrão e nem os representantes destes.

5.5.5 Trabalho Compelido e Trabalho Correccional.

Em relação ao trabalho compelido e ao trabalho correccional não há grandes novidades no Regulamento. Uma delas já foi salientada, em item supra: a que se refere ao acréscimo do adjetivo “português” no artigo 94º. para considerar que “todo o português” tem a obrigação de trabalhar, sob pena de ser considerado vadio.

É evidente que o adjetivo aí colocado não foi em vão. Mas o que pretendeu o legislador? Assimilar o indígena aos portugueses nascidos na Europa? Atribuir alguma cidadania ao indígena? Retirar a carga de coerção em relação à exigência do trabalho? Justificar o trabalho compelido?

Estamos que os dois últimos argumentos são os que mais se coadunam com a intenção do legislador, e não só com a desse, mas com a de todos os seus antecessores, que foi fazer com que os indígenas trabalhassem e produzissem, e que isto fosse considerado como uma obrigação moral, que deve ser cumprida por todos. Ao destacar que, também, os portugueses têm esta obrigação e não a cumprindo seriam considerados vadios, tenta-se humanizar, na ordem do discurso, a exigência do trabalho indígena. Se aos civilizados exigia-se o trabalho, por que não fazê-lo em relação aos indígenas, que somente através dele alcançariam a civilização?

Os indígenas compelidos continuam podendo ser requisitados por particulares e por autoridades públicas, e a regulamentação destas requisições é da competência do governo local, permanecendo a utilização dos chefes locais para informar quem está obrigado ao trabalho art. 104º.

Uma alteração favorável ao patronato requisitante de compelidos: No regulamento anterior não era permitido, a quem fosse condenado por descumprimento das obrigações em relação aos serviçais, requisitar compelidos, não havendo qualquer fixação de prazo para a duração desta proibição, art. 36 dos regulamentos de 1899 e 1911. No regulamento de 1914 fixa-se este prazo em 2 anos, sem esclarecer se tal prazo conta-se da data da condenação; do cumprimento da pena; se é efetivamente necessário ser cumprida a pena; pagar a multa respectiva e, evidentemente, satisfação coercitiva da obrigação. No Regulamento da Emigração de 1913 havia restrição para a contratação de indígenas por patrões que infringissem os regulamentos e leis relativas a recrutamento,⁴⁰⁰ e o tempo desta proibição era fixado pelo curador entre 1 a 5 anos.

Se o indígena comprovasse ter cumprido a obrigação do trabalho não seria compelido; para tanto, deveria provar ter laborado, ao menos, e de acordo com a regulamentação local, por três meses, isto em cada ano civil.

O convite para trabalhar, se é que a isto pode ser chamado de convite, continuava o mesmo. O indígena era intimado para aceitar o trabalho que lhe era oferecido, se não aceitasse a intimação ou se recusasse o trabalho era a isto compelido.⁴⁰¹ Se, mesmo após ser compelido, continuasse a recusar-se a trabalhar seria considerado vadio e sujeito ao trabalho correcional.⁴⁰²

Em relação ao trabalho correcional este será sempre proveniente de um julgamento e pode ser prestado a particulares que, no entanto, devem pagar salário igual aos dos demais empregados e tem para com os trabalhadores compelidos, e estes para com eles, todas as obrigações pertinentes aos demais serviçais contratados. A medida é de extrema importância porque, pelos regulamentos anteriores, os serviçais, em cumprimento de

⁴⁰⁰ B.O.M nº. 44 de 01.11.1913, p. 781

⁴⁰¹ Art. 95º do Regulamento. O indígena era chamado *sob custódia*, o que significa, explicitamente, ser conduzido preso para aceitar o trabalho que lhe era oferecido e que foi por ele recusado; Depois de ser trazido sob custódia à presença da autoridade, era ele conduzido, *com as precauções necessárias para que não se evadam*, ou seja; mais uma vez acompanhado de um policial. É interessante notar que, depois de tanta demonstração de força, poder, e da impossibilidade de reação do indígena, a lei ainda esclarece que as autoridades não poderão utilizar quaisquer outros meios *compulsivos*.

⁴⁰² Idem Art. 96º

trabalho correcional, não recebiam pagamento em valor igual aos demais, art. 57º dos Regulamentos de 1899 e 1911. Os particulares lhes pagavam 1/3 do que era pago aos compelidos. A medida, pois, é moralizadora e evita que os patrões utilizem a requisição de correcionais para diminuir os seus custos. É escusado dizer que, apesar do salário pago pelo patrão ser igual ao dos demais serviçais a seu serviço, o serviçal correcional recebia somente a metade dele, e, mesmo assim, após o cumprimento da pena. A outra metade do salário era utilizada no pagamento dos policiais responsáveis pela vigilância do serviçal;⁴⁰³ ou seja: o custo de uma obrigação do Estado é repassado ao serviçal, que assim é punido três vezes; cumpre pena; recebe menos que os demais trabalhadores; só recebe a metade do valor do salário e ainda paga, com o seu suor, a garantia que o Estado oferece ao seu patrão de que ele não irá fugir. O indígena é responsável pelo seu próprio policiamento, pelo próprio cerceio da sua liberdade.

5.5.6 -Medidas de Proteção

O Capítulo VII do Regulamento trata dos vencimentos, salários, vestuário e habitações dos serviçais e do seu tratamento médico; preocupações que não eram novas, e que foram tratados em diversos diplomas legais. A novidade é que estão todas as disposições numa única lei, o que, sem dúvida alguma, facilitou a aplicação da norma por todos os que tinham a competência para aplicar-lhe, retirando a incerteza de quais diplomas estariam em vigor e de qual deles se aplicava ao caso.

5.5.6.1-Trabalho de Mulheres e Menores

O trabalho da mulher e dos menores foi regulado em todos os regulamentos a este antecedentes, que sempre permitiram tal labor.

Não é, pois, nenhuma novidade inserir normas, no regulamento ora em análise, que estabeleçam proteção para uns e outros. No de 1878 estabeleceu-se uma proteção à família, determinando, em relação aos colonos, não se poderia separá-los das suas respectivas mulheres e filhos, se estes o acompanhassem.

⁴⁰³Suplemento B.O.M nº. 49 de 14.10.1914, p. 963. Art. 109, § 4º.

Em relação ao menor, o antigo regulamento permitia a contratação do menor de 7(sete) anos estabelecendo, entretanto, que deveria ser observada para a fixação da jornada, não só a natureza do trabalho, como as condições físicas deles. Estabelecia o pagamento proporcional do salário, criando, inclusive, três faixas etárias: a de menores entre 7 a 11 anos; a de 11 a 15 anos e a de 15 anos em diante.

Os Regulamentos de 1899,1909 e o de 1911 isentavam da obrigação do trabalho os menores de 14 anos, os maiores de 60 e as mulheres, embora permitisse o trabalho voluntário tanto de menores de 14 anos quanto das últimas; o que significa que o menor de 15 anos poderia se não demonstrasse que cumpriu a obrigação de trabalho anual, ser compelido a prestá-lo, e, no caso de recusa, ser submetido ao trabalho correcional. No efêmero regulamento de 1908⁴⁰⁴, não só estava autorizado o trabalho dos menores de 11 a 14 como eram estabelecidas quais as tarefas que eles podiam executar. Para os que tivessem mais de 14, as restrições, em relação ao trabalho, era a de derrubar árvores e pilar café, no mais, trabalhariam da mesma maneira que um homem completamente formado. No Regulamento de 1909 determinava-se que os menores que acompanhassem seus pais, e estivessem em condição de contratação, estariam abrangidos pelos contratos daqueles, seria feito um só contrato para todos. Admitia-se, pois, a contratação de menores de 14 anos, desde que, voluntariamente e através de autorização dos pais, quisessem trabalhar o que foi repetido, em relação à contratação de pais e filhos no Regulamento de 1913 (Moçambique), embora em 1909, através decreto de 9 de dezembro, tenha-se proibido o recrutamento e a contração de menores de quinze anos em relação à emigração para São Tomé.

Em Moçambique, o Regulamento de 1913 permitia o trabalho de menores, não sendo, como no regulamento geral, exigida deles a obrigação do trabalho, o que só acontecia a partir dos 15 anos.

Em 1914, a lei geral impõe a obrigação do trabalho a todo o indígena válido, entendendo-se como tal, segundo a exegese do art. 5º, que são os homens com idade entre 15 a 59 anos, porquanto tal dispositivo isenta desta obrigação os menores de 14 e os maiores de 60, repetindo, mais uma vez, o estabelecido nos regulamentos anteriores.

No art. 23º aparece o Ministério Público com atribuições protetoras em relação aos menores de 18 anos. Ou seja: as contratações só podiam ser feitas se os menores

⁴⁰⁴ B.O.M nº. 29 de 18.07.1908, art. 65º

estivessem assistidos, ou pelos representantes do órgão, ou pelo Curador Geral e seus agentes. Esta exigência da assistência indica que, os menores de 18 anos (entre 15 e 18), eram considerados relativamente incapazes, conforme a lei civil portuguesa (Código Civil Português), entretanto, a própria lei que permite o trabalho do menor de 18 anos (relativamente incapaz) autorizado pelo pai, ou assistido pelo Ministério Público, observe-se bem este detalhe, considera-o como “válido” para efeitos de cumprir a obrigação do trabalho. Por que devemos observar bem estas duas disposições? Porque uma contraria a outra, senão vejamos: Se o menor de 15 aos 18 é relativamente incapaz, como tal necessitando de assistência para realização de atos da vida civil, a exemplo, de contratar-se para trabalhar, é porque ele não pode, validamente, sem esta assistência, exprimir a sua vontade. Observe-se que não estamos no caso do “indígena”, que era considerado incapaz, e sim, do “menor”; situações diversas, porque se assim não fosse, a lei não precisaria estabelecer regras diferentes e nem determinar que, uma outra autoridade, no caso o representante do Ministério Público, prestasse assistência quando da contratação. Pois bem, em tratando o indígena de 15 a 18 anos como “menor”, que é o que se depreende do art. 23º, não deveria o legislador, atribuir-lhe a qualidade de “válido”, para efeitos de cumprimento da obrigação moral do trabalho, isto porque, como menor (relativamente incapaz) ele não poderia declarar a sua vontade, e se não podia declarar a sua vontade, pelo fato de ser menor e inimputável, não poderia, em caso de descumprimento desta obrigação, ser compelido a cumpri-la, e, caso não o fizesse, ser condenado ao trabalho correccional. A situação, pois do menor, como está na lei, é excepcional, portanto, não se lhe deveria aplicar a regra geral. Esta é interpretação decorrente da exegese dos art. 1º combinado com o item 2º, do art. 5º e com os arts. 23º, 94º e 153º, este último remete para a regulamentação local a questão do pagamento, ração, vestuário, condições de alojamento, jornada, numero de dias de trabalho, “[...] para ambos os sexos, como para os menores de 15 anos [...]”.⁴⁰⁵

No art. 161º, o legislador, demonstrando preocupação com a moralidade da família, estabelece que, se o casal tiver filhos com mais de 5 anos de idade, estes serão alojados em compartimento separados, o que não deixa de ser uma preocupação com o menor, também obriga a existência de creche para os menores de 7 anos, onde eles ficarão, enquanto a mãe estiver trabalhando.

⁴⁰⁵ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p . 966

Ainda em relação aos menores, se existir escola oficial, a menos de 4 km, o patrão não pode impedir as crianças de freqüentarem-na. Se no estabelecimento tiver mais de 100 (cem) serviçais, os filhos destes, a partir de 12 (doze) anos, receberão educação profissional em oficina, arts. 176º, 177º.

A proteção a gestante está estabelecida no art. 170º. Ela terá direito a 30(trinta) dias anteriores ao parto e 30(trinta) pós-parto. No seu retorno ao trabalho terá tarefas moderadas.

No art. 70º, o mesmo que proíbe aos patrões impor trabalhos aos serviçais superiores as suas forças, há a proibição de impor às mulheres e aos menores, trabalhos que só por homens possam ser feitos. Também aqui, no § único, a lei remete, para a regulamentação local, o trabalho dos menores e as mulheres, esclarecendo, que nesta regulamentação, devem ser observados os costumes da terra.

O dispositivo acima, no que se refere força do serviçal, deixava margem a abusos por parte dos patrões; vejamos bem: O que significa trabalho superior à força de um homem? Quem determina se um homem é fisicamente capaz ou incapaz de executar determinado serviço? Tudo isto passava por um juízo de valor, e tal juízo era o do interessado no trabalho, no caso o patrão, o que, possivelmente, gerou alguns abusos, e o serviço era mesmo exigido sem se atender ao que constava na lei.

Mais uma disposição referente às mulheres; a do art. 233º, em relação àquelas que trabalhassem em estabelecimentos de venda de gêneros alimentícios, bebidas de qualquer espécie ou ainda mercadorias de uso especial dos indígenas. Se ficasse comprovado que os donos destes estabelecimentos exploravam essas mulheres, ou consentiam que elas se prostituíssem, seriam castigados com multa de 200\$ a 2000\$ ou prisão de 6 meses a um ano. A multa seria agravada se as mulheres forem casadas, mesmo segundo os costumes gentílicos, com os donos destes estabelecimentos. A portaria provincial de nº.192.

5.5.6.2 - Saúde e Higiene no Trabalho

A preocupação com a higiene do serviçal também não é um assunto novo, pois desde o regulamento de 1878⁴⁰⁶ se observa que o legislador estava atento a esta particularidade.

⁴⁰⁶ Art. 37º, do Regulamento de 1878

Fazem parte deste item a regulamentação do horário de trabalho, do descanso entre e interjornadas, do descanso semanal, do trabalho noturno, porque tudo isto está ligado à saúde do serviçal.

A legislação foi evoluindo, não tanto para atender as necessidades do serviçal, mas para atender as do patrão de sempre manter um quadro estável de empregados sem problemas maiores de saúde que determinassem uma queda na produção. Era muito melhor ter empregados sadios e continuamente, de que explorá-los ao ponto de sacrificar a sua saúde deixar de tê-los.

O fato é que, já em 1878, era obrigação do patrão fornecer, para aqueles serviçais sujeitos, também, ao serviço pessoal (domésticos), “cama levantada do chão; vestuário e os objetos indispensáveis para o serviço de alimentação”⁴⁰⁷. É interessante notar que àquela altura alertava-se aos patrões que não seria considerado vestuário o fornecimento de “tanga”, e que o trabalho prestado em “serões” – trabalho noturno - deveria ser pago, proporcionalmente, pelo dobro, não sendo admitida a sua estipulação em contrato;⁴⁰⁸ ou seja: O trabalho em serão era extraordinário e só acontecia por exigência do serviço que estava sendo feito e que não poderia sofrer paralisação.

Embora o Regulamento de 1878 não se reportasse ao repouso semanal remunerado, já determinava o respeito aos dias santificados e fixava uma jornada de 9 horas e meia.

Em 1899 e 1911 o patrão tem obrigação de fornecer alimentação saudável e abundante, alojamento higiênico e a permitir que a família acompanhe o serviçal e com ele viva,⁴⁰⁹ mas essas leis nada dizem sobre o repouso semanal ou trabalho em feriados, tampouco há fixação de jornada. Como não houve revogação total do regulamento anterior, pois o art. 65º do primeiro e o 55º do segundo revogam, apenas, a legislação em contrário, temos que a jornada a ser exigida à época era de 9 horas e meia e que deveria haver o respeito aos dias santificados.

Na cidade de Lourenço Marques foi fixado o repouso semanal obrigatório, em 1909, para os trabalhadores da indústria e do comércio,⁴¹⁰ sendo a portaria que o autorizou

⁴⁰⁷ *Idem.*

⁴⁰⁸ A ressalva “tanga”, está feita no próprio texto da lei, art. 37 citado e a questão dos serões está tratada no art.38

⁴⁰⁹ Arts. 17 dos Regulamentos de 1899 e 1911

⁴¹⁰ Art. 2º e 3º, da Portaria nº 1064 de 26.11.1909. É interessante notar que no art. 7º desta portaria estabelece-se que, nem os menores de 15 anos e nem os maiores de 45 poderão ser dispensados do descanso semanal.

extensiva a Inhambane. O gozo do descanso seria aos domingos. Observe-se que, somente no regulamento de Lourenço Marques é fixado o dia que teria lugar o descanso.

No regulamento em análise, o geral de 1914, há uma evolução no que se refere ao descanso semanal, que desde 1913⁴¹¹ passara a ser obrigatório. Fixa-se o horário da jornada diurna em 9(nove) horas úteis por dia, entendendo-se como tal, as horas em que o sol brilha e que os serviçais, normalmente, trabalham. Chega-se a esta conclusão, porque a lei se reporta ao trabalho em horário noturno, que é aquele prestado entre o por do sol e o nascer dele, por consequência, o horário diurno, necessariamente, é o que se compreende do nascer do sol até o seu se por.

Há a determinação do intervalo interjornada, ou seja; o horário para a 2ª. refeição que corresponde a 1(uma) hora,⁴¹² e do repouso semanal remunerado correspondente a 4 dias por mês, sem prejuízo dos serviços que não podem ser paralisados, a exemplo do trato com o gado.

Uma outra disposição a respeito da jornada de trabalho, entendendo-se como jornada a quantidade de horas, fixadas pela lei, para o trabalho diário, no caso, 9(nove) horas; é a que estabelece que o tempo de deslocamento: se corresponder à meia hora de ida e meia hora de volta, não será computado como tempo de trabalho. Diante desta regra, se o tempo de deslocamento for mais de que 30(trinta) minutos, seria ele contado como tempo de serviço, em linguagem moderna, tempo à disposição do empregador? E se assim fosse, como seria computado o tempo de deslocamento, considerando que a jornada legal era de 9(nove) horas? Por exemplo: se um serviçal gastasse 2:00 horas no deslocamento, a sua jornada total seria de 11(onze) horas. Estas duas horas excedentes, como seriam pagas? Ou seriam as 2(duas) horas de deslocamento compreendidas nas 9(nove) horas da jornada normal, sendo efetivada a prestação do serviço em 7(sete) horas? Perguntas que não encontram respostas na lei e que somente casos concretos de sua aplicação é que as responderiam.

Com relação aos contratos de colonização e prestação de serviço, a jornada não pode ser superior a 4:30 (quatro horas e trinta minutos) e pelo prazo de 2(dois) anos, estabelecendo-se que não existia qualquer obrigação do colono vender a produção para o senhorio e nem se fixava preço certo para os produtos, o que sem dúvida alguma era um benefício para os colonos, que assim podiam colocar os seus produtos em circulação nos

⁴¹¹ Art. 10º do Regulamento de 01.11.1913

⁴¹² Art. 158 do Regulamento de 1914

mercados, encontrando preço melhor do que o que poderia ser oferecido pelo senhorio, caso este tivesse sido beneficiado pela lei com o direito de adquirir a produção, preferencialmente, a qualquer outro comprador.

Quanto à saúde dos serviçais o Regulamento estabelecia as regras a serem observadas nos arts. 166º-170º. As normas são quase repetições do que fora estabelecido em regulamentos anteriores: obrigava-se o patrão a prestar assistência médica aos serviçais, e a maneira que esta seria prestada dependia da quantidade de serviçais empregados; Mais de 50 serviçais em estabelecimento distante 15k de um hospital, há que existir, no local da prestação do serviço, enfermaria ou o patrão paga para ter um médico nomeado pelo governo; Se empregar mais de 10 serviçais, tem de ter uma ambulância no estabelecimento; se 6000 a 1000 obriga-se uma visita médica 3 vezes por semana; se mais de 1000, a visita teria de ser diária.

Nos contratos, de acordo com o art. 48º, deveria constar a obrigação do patrão de tratar o serviçal quando este estivesse doente, o que efetivamente é uma medida de proteção ao trabalhador que não corre o risco de ser mandado embora, ou ser deixado à toa pelo empregador, em caso de doença.

A lei em questão não tratava do acidente do trabalho em si, entendendo-se como tal, aquele que ocorre dentro do estabelecimento em que se trabalha, e por força do próprio trabalho, que, nestes termos, não foi tratado pelo Regulamento, embora este estabeleça a obrigação do patrão de ter ambulância, médicos, enfermaria, mas, na realidade, para tratar das doenças dos serviçais, embora, em alguns casos, estas doenças possam ser causadas pelo próprio trabalho.

É importante ficar esclarecido que o acidente de trabalho em Portugal foi regulado, na sua especificidade, em 1913, através da Lei nº. 83 de 24 de julho proveniente de um projeto apresentado pelo, então deputado, J.Estevão Vasconcelos. Tal lei estabelecia a responsabilidade patronal pelos acidentes do trabalho e se aplicava as atividades industriais enumeradas na própria lei.

Em Moçambique na sessão do Conselho de Governo de 28 de agosto de 1913, foi colocado em discussão um projeto de portaria sobre compensações aos indígenas por acidentes de trabalho. Na oportunidade, o Senhor Intendente dos Negócios Indígenas justificava a iniciativa informando que se inspirou na lei transvalina de acidentes, e que a idéia surgiu “[...] por na Intendência existirem milhares de libras enviadas pela Curadoria,

referentes a compensações a indígenas. É justo que existam disposições legais sobre estas compensações”.⁴¹³

A discussão, entretanto é adiada, porque o próprio Intendente diz que viu a publicação da Lei de 24 de julho no Diário de Governo e seria conveniente que alguém se encarregasse de ver o assunto para uniformizar o projeto com a legislação da metrópole.

O fato é que a preocupação com as compensações por acidente do trabalho não é uma coisa nova, ainda que o Sr. Augusto Vidal, na própria sessão em que deveria ser discutido o projeto, tenha dito que esta regulamentação não era importante, o que devia ser legislado era “[...] a repressão do vício da embriaguez, do abuso imoderado da bebida. Deve tratar-se de morigerar os costumes dos indígenas e corrigir-lhes a embriaguez, habitual neles”.⁴¹⁴

Entretanto, o mais importante, no que se refere ao projeto de portaria em Moçambique, é que a compensação por acidente do trabalho não estava sendo criada, ela seria apenas regularizada; não por força da vontade de cobrir o risco do acidente em si, ou para proteger o indígena, e sim para regularizar uma situação criada no Transval, ou seja; uma situação criada pela legislação exógena. A obrigação de pagar compensação pelo acidente do trabalho já existia no Transval. Se algum indígena sofresse um acidente de trabalho nas minas, a compensação, ou seja, o valor correspondente á “indenização” era enviado á Intendência dos Negócios Indígenas, que a sua vez e agora, queria que tal verba ficasse à disposição da Curadoria e não fosse devolvida às minas, o que vinha acontecendo quando não se achava os herdeiros do acidentado.⁴¹⁵ Motivo, pois, completamente diverso do da Lei 83, que era a proteção dos empregados da indústria.

O certo é que as leis gerais, a partir de 1913, já demonstravam a preocupação com o acidente de trabalho.

O Regulamento geral relativo ao acidente do trabalho é publicado em Moçambique em novembro de 1917⁴¹⁶, através da portaria de nº. 643, em republicação, por ter saído incorreta na publicação anterior em 15 de outubro.⁴¹⁷ O Regulamento de Acidentes do Trabalho, entretanto, não se aplicava aos indígenas, a não ser àqueles que trabalhassem nas atividades ali especificadas.

⁴¹³ Actas do Conselho de Governo da Província de Moçambique. Sessão de 28.08.1913, p. 537-543

⁴¹⁴ *Idem*, p.538

⁴¹⁵ *Ibid* p.538

⁴¹⁶ B.O.M nº. 46, Ia. Série, de 17.11.1917, p. 379-399

⁴¹⁷ B.O.M. nº. 41, Ia. Série, de 15.10.1917 p. 344-354

Com relação ao transporte de serviçais em navios, a lei determina algumas medidas de prevenção da insalubridade, dispondo a respeito do assunto no Capítulo VI.

Como de costume, o transporte somente poderia ser feito em navios portugueses e com autorização do governo. O transporte de mais de 10 serviçais, de uma colônia para outra, só por este meio poderia ser feito, e permite-se o transporte em navios estrangeiros se não houver carreira regular servida por navios portugueses.

O art. 137º remete para a regulamentação local as condições de embarque, que deverá tratar do número máximo de serviçais a embarcar no navio; as condições de alimentação e vestuário; instalações para a separação de sexo; medidas higiênicas e, sobretudo, as que tiverem de ser tomadas por força de travessia em regiões muito frias, em que a saúde do serviçal possa perigar; transporte de bagagem e instalações a bordo.

Exige-se que o transporte seja acompanhado por um comissário do governo que será nomeado “*ad hoc*” pelo governador da colônia. O comissário é nomeado para aquela viagem e tão só aquela, será o portador do bônus de repatriação e incumbido de verificar se o desembarque foi feito no porto de destino. O comissário pode ser um passageiro do Estado, em trânsito, e se não passageiro, é nomeado exclusivamente para este serviço.⁴¹⁸

Os navios devem ter depósitos de mantas ou cobertores em número de dois para cada serviçal e, obrigatoriamente, desinfetados no fim da viagem.

⁴¹⁸ Em 1915 um comissário “*ad hoc*” de nome Antonio Maria da Rocha envia cópia do seu relatório ao Governador de São Thomé comunicando fatos ocorridos em Moçambique envolvendo o Curador de Indígenas, Francisco da Silva Nobre. Segundo ele, o funcionário, que é o Curador, não se prestou a efetuar os pagamentos aos indígenas repatriados na sua presença e nem lhe deu atenção quando ele lhe solicitou que o pagamento fosse feito em moeda, a fim de que os indígenas não fossem ludibriados pelos monhés, caso o pagamento fosse feito com notas. Ouvido o Curador a respeito das acusações do comissário, refuta-as todas, esclarecendo que o fato de não ter sido encontrado as 12 horas na repartição explica-se porque, neste horários todas estão fechadas. Contra o argumento de não tê-lo achado durante todo o dia, para que providenciasse o alojamento dos indígenas, também não é verdadeiro, porque a sede da Comarca é em Moçambique, onde reside. O fato de não ter presenciado o pagamento decorre da ignorância do comissário sobre a lei, porque um Alvará do Governador do distrito de Lourenço Marques determinou que o pagamento fosse feito nas capitânias mores da terra de naturalidade dos indígenas. O Intendente de Emigração, ouvido sobre o assunto, defende o Curador chegando a dizer que o Comissário deveria, antes de fazer as acusações, “[...] averiguar, como lhe competia, como se efectuavam os pagamentos aos serviçais repatriados [...] e tenho duvidado mesmo das suas afirmações, e o que me leva a tal é uma passagem do seu relatório. Diz ele que apresentou os serviçais repatriados na Intendência da Curadoria de Lourenço Marques, os quais tiveram por parte do seu pessoal alguns cuidados. Tal afirmação é falsa, porque nunca foram apresentadas nesta Repartição quaisquer serviçais repatriados que não saem de bordo antes de chegarem ao porto da sua terra natal. Não encontrei a solução que foi dada ao caso, mas pela critica contundente do Intendente ao comissário, que relembremos, não é funcionário, não tem obrigação de saber as leis especiais locais de Moçambique, o Curador não praticou qualquer ato que não estivesse determinado na lei AHU. Caixa 823.- São Thomé- Serviçais, 1915

5.5.6.3 – Salário e seu Pagamento

A fixação do salário, desde 1878, é remetida aos regulamentos locais, no que o legislador sempre demonstrou sapiência, porque não poderia existir um único salário, dado que as condições especiais de cada colônia é que determinaria o valor a ser pago.

Apesar de a questão salarial ser remetida aos governos locais, os Regulamentos Gerais que tratavam da emigração para S. Tomé, fixavam os valores destes salários, e o de 1914 determinava que o pagamento deveria ser antecipado, isto é; os patrões deveriam depositar o valor correspondente no cofre do curador, de seus agentes ou entidade digna de confiança, art. 53. A falta do depósito, até o dia 28 de cada mês, relativo ao salário do mês vincendo, era causa de anulação do contrato e o serviçal era retirado do local pela autoridade.

A disposição tem o mérito de assegurar o pagamento do serviçal, embora este tipo de pagamento tenha sido alvo de muitas queixas dos roceiros de S. Tomé e não só deles, dos patrões de um modo geral, mas o Ministro justifica a necessidade desta antecipação, para que o serviçal “[...] tenha a garantia absoluta de que será pago, quando for contratado por intermédio da autoridade”, e diz mais; “que o preceito afirma perante o indígena que a autoridade é o seu [...] defensor e tutor natural [...]”⁴¹⁹ o que evita a falta de pagamento e mantém o respeito pelo europeu e pela administração.

Na realidade, o pagamento do indígena era mensal, e feito dentro do mês do trabalho. A ele, indígena, nada era adiantado. O que se queria com a medida, explicitamente, conforme o Ministro acentua no seu relatório, é que a autoridade e prestígio do administrador, que participou da contratação, fossem preservados; que o indígena acreditasse que o pagamento era feito pela autoridade, que assim obtinha o seu respeito, o que só seria alcançado se o pagamento fosse efetuado corretamente.

As preocupações do Senhor Ministro vão mais além e, naturalmente, não são com relação ao cumprimento de obrigações para com os serviçais, é o que fica bem claro na seguinte passagem do relatório já mencionado:

“[...] Por outro lado a falta de pagamento a alguns serviçais, por pouco que sejam, dificultará de futuro e por muito tempo o recrutamento. Com efeito o indígena tem processos seus para espalhar rapidamente as notícias pelo sertão; muitas vezes, mesmo tendo sido pago, se por acaso tiver despendido o salário recebido com a inconsciência infantil que o

⁴¹⁹ B.O.M nº. 49 de 10.12.1914.p. 954

caracteriza, afirmará que o patrão não pagou, quando a família lhe pedir contas da parte do salário que esperava que ele trouxesse. E se por acaso alguns patrões, ainda que poucos, deixarem de satisfazer os salários dos seus serviçais, este facto servirá de pretexto para largamente se espalhar que os patrões não pagam e que por isso os interessados não devem contratar-se para trabalhar. Por isso é que o artigo 55º estipula que o pagamento dos salários deve ser, tanto quanto possível, feito na sede da divisão administrativa a que o indígena pertence”.⁴²⁰

O pagamento antecipado, pois, não é benefício para o indígena, é uma maneira de garantir que os acordos de recrutamento sejam cumpridos, que os contratos de exportação sejam observados; enfim, é uma proteção com muitas causas, entretanto, a lei deixa a faculdade de não ser exigida esta antecipação nas mãos do Curador, que mediante garantias, pode dispensar tal depósito.

Ainda em relação a salários, proíbe-se o adiantamento, que se for feito não pode ser de mais de 3 meses. A medida tem natureza social porque evita que o serviçal fique, depois de vencido o prazo do seu contrato, em débito para com o patrão e tenha de continuar trabalhando, já agora, sem contrato e sem recebimento de salário, para pagar o seu débito. No caso de existir tal adiantamento a lei resolve o problema do pagamento ao considerar que ele está quitado após 600 dias úteis de trabalho, descontando-se 33 % do salário para este fim. Mesmo que não tenha sido feito tal desconto, depois de 600 dias de trabalho, ou seja, depois de mais de 2 anos de contrato, ressalte-se que quando se diz dias úteis, não se conta os dias de repouso remunerado e nem licenças admitidas na lei, considera-se quitado o adiantamento salarial realizado. A medida é justa, primeiro porque, quando se alcança o termo final do contrato o serviçal já está desobrigado de trabalhar para pagar o adiantamento, segundo porque, com a fixação de um percentual para o desconto do salário evitam-se abusos e protege-se o trabalhador.

A medida de maior proteção em relação ao pagamento é, efetivamente, a que se estabeleceu no art. 198º: se os salários não fossem pagos pelos patrões, os cofres públicos arcariam com esta responsabilidade, e, posteriormente, cobrava-os, coercitivamente, aos respectivos patrões. Talvez tenha sido esta a maior e mais proveitosa medida em relação aos serviçais, que, de acordo com o Senhor Ministro, não podiam “[...] esperar pelo pagamento e nem pelo resultado de qualquer processo, ainda que sumário, intentado ao patrão remisso ou que não possa pagar-lhe [...]”⁴²¹

⁴²⁰ Idem.

⁴²¹ Relatório de Introdução ao Decreto nº. 951 Suplemento B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p.954.

As autoridades devem enviar ao curador as notas dos contratos, dentro do prazo de 3 meses, caso contrário, serão punidas administrativamente, art.63, tendo os seus vencimentos suspensos, até que a obrigação seja cumprida.

5.5.6.4 Recrutamento e Emigração

O Ministro no seu relatório diz que “[...] deverá dar-se aos agentes de recrutamento toda a facilidade para o exercício das suas funções, por isso que eles constituirão com o pessoal de que dispõem um dos melhores meios, senão o melhor, de levar o indígena a procurar trabalho.”⁴²²

E com esta constatação, a de que o recrutamento feito por sociedades de recrutadores privados é o melhor meio de levar os indígenas ao trabalho, o Senhor Ministro descarta a possibilidade do recrutamento ser feito pelas autoridades administrativas, esclarecendo que: “[...] as autoridades indígenas devem manter-se perante estes numa atitude que lhe ganhe o respeito e a consideração dos seus administrados, e essa atitude não seria compatível com os esforços e pedidos que haveriam de empregar para os convencerem a servir a este ou àquele patrão [...]”⁴²³, por outro lado, e ainda na mesma justificativa que antecede o Decreto, elege como motivo de maior relevância para evitar que o recrutamento seja feito por autoridades, o fato disto “[...] poder dar lugar a que, com aparências de razão, se pudesse supor que o Governo Português obrigava os indígenas a contratarem-se para ir servir fora das colônias em que nasceram e dentro em pouco a campanha injustificada que vem sendo feita com intuitos vários, pelos nossos inimigos, recrudesceria e tomaria novos alentos [...]”⁴²⁴.

Assim é que o recrutamento de trabalhadores fica a cargo das agências de recrutamento, embora sob a fiscalização do Estado, não existindo qualquer pagamento em favor de qualquer funcionário em razão de dito recrutamento.

A Regulamentação consta da lei nos arts. 112º a 135º e somente os agentes de recrutamento e seu pessoal podem recrutar serviçais; os patrões, se quiserem, podem recrutar indígenas pessoalmente, ou através destes agentes, aos quais são exigidas licenças pessoais e intransmissíveis.

⁴²² *Idem*, p.955

⁴²³ *Ibid* p. 955

⁴²⁴ *Ibid*. p.955

Admite-se que os agricultores, industriais e comerciantes organizem-se em sociedades de recrutamento ou de recrutamento e emigração, que poderão recrutar serviçais para dentro e para fora da colônia. As sociedades, assim formadas, terão a forma de sociedade anônima com ações nominativas, ou seja; os sócios têm de possuir ações nominais.

Cerca-se a lei de algumas garantias, art. 117º, em relação aos agentes recrutadores que têm de efetuar os pagamentos estabelecidos no item 3º, letras a, b e c do art. 177º.

Quanto ao repatriamento, houve mudança no que se refere à espera do momento dele ser efetivado. Antes, e já a isso nos reportamos, quando acabava o contrato, o serviçal continuava a trabalhar no estabelecimento até que chegasse o dia da repatriação, que tinha época certa e não coincidente com os términos dos contratos. Agora o indígena aguarda o embarque em depósito, sob a guarda do curador e dos seus agentes, art. 76º, e a repatriação se dá no período de 60 dias. Apesar da obrigatoriedade da repatriação, esta pode não efetivar-se, porque quando a lei, no art. 73º permite que o indígena possa, querendo e demonstrando que tem meios de sobrevivência ou que a isto está autorizado pelo Curador, permanecer no local onde prestava serviço, ela está afastada. O dispositivo esclarece o que constava da lei anterior em relação a ser uma faculdade, inerente ao direito do indígena, de repatria-se ou não. Se o indígena pode dizer sim ou não á repatriação, se pode ou não recontratar-se, está exercendo o seu direito de liberdade, tanto a de ir e vir, como a de contratação, embora a primeira seja limitada pelas exigências da lei em relação à permanência. No art. 82º uma inovação: terá de constar do contrato de prestação de serviço para fora da província, a obrigação de que o último patrão do serviçal é que terá a responsabilidade dos custos da repatriação do indígena e da sua família. art.84º.

Se o indígena quiser recontratar-se, tal recontratação tem natureza pública e pode ser feita na Curadoria ou no próprio local de trabalho, o que já existia na lei anterior, medida moralizadora tendente a evitar a coação para a renovação dos contratos, por parte dos interessados: os patrões.

Continua a exigência do passe ou passaporte, art. 82º, a fim de não permitir que, em períodos de suspensão da emigração, o indígena deixe a sua província, emigrando clandestinamente.

A emigração pode ser proibida, pela metrópole, sob proposta do governador, ressalte-se que, anteriormente, esta suspensão era da competência do governador.

No art. 90º admite-se a contratação de serviçais de países estrangeiros (imigração), observando-se o estabelecido na lei em relação aos contratos dos oriundos das colônias portuguesas - o princípio de que a lei aplicável aos contratos de prestação de serviços é a do local da sua execução – o que significa dizer que os estrangeiros seriam regidos pelas leis portuguesas em relação ao contrato de trabalho.⁴²⁵ Obriga-se o registro dos contratos nas curadorias, onde o trabalhador declara que veio de livre e espontânea vontade.

5.6 – Penalidades e Processo

O Regulamento reúne um conjunto de penalidades e a forma da sua aplicação no Capítulo IX.

Nenhuma das que ali se contém, seja em relação a patrões, seja em relação aos serviçais são novidades, embora algumas situações novas se apresentem. Entretanto, duas penalidades que estão discriminadas na lei causam impressão: porque não se reportam seja a patrão, seja a serviçal. Uma aplica-se a todos, indiscriminadamente, e a outra, aplica-se, de acordo com a exegese do artigo, aos portugueses em geral, que é a disposição do art. 223º, que se refere à publicação de notícias falsas e tendenciosas que procurem demonstrar a existência de trabalho forçado, ou não livre, nas colônias portuguesas. A pena a ser aplicada é de 6 meses a 5 anos de prisão e multa de 100 a 1000 escudos⁴²⁶.

A outra, também, está ligada à divulgação de notícia falsa, desta vez com o intuito de desacreditar os patrões perante os serviçais e a levantar uns contra os outros. Quem realizar a conduta tipificada sofrerá a pena de prisão de um até dois anos ou a multa de 100\$ até 1.000\$.

É mais de que evidente que a inserção deste artigo no regulamento do trabalho indígena é uma maneira de reprimir todo aquele que fizesse alguma publicação denunciando trabalhos forçados nas Colônias. Se a notícia for considerada falsa pelo Governo o autor será punido.

⁴²⁵ Especificamente sobre o assunto ver parecer do Consultor do Ministério das Colônias- João Pinto dos Santos. AHU Caixa 823, Serviçais – 1908-1919.

⁴²⁶ Certamente o sr. Ministro com esta decisão queria evitar que notícias como a que foi publicada no Jornal o “ Século” sobre maus tratos de indígenas em Angola sejam veiculadas, ou ainda, que denúncias sobre os contratos em relação a repatriação sejam feitas e o Governo questionado pela diplomacia internacional. Ver AHU Caixa 823 – Serviçais, 25.06.1913, AHU Caixa 823 – DGU 1ª. e 2ª Rep. 1908-1919.

Aqui nos defrontamos com uma questão relevante: A lei é especial e é para o Ultramar. Se um português residente na Metrópole realizar a hipótese prevista nesta lei – *Regulamento do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas* – será ele julgado por esta ação delituosa, que está fora do ordenamento jurídico português metropolitano? Será que um europeu ia permitir-se ser condenado por um crime que não existe dentro do seu ordenamento jurídico? Por que dizemos que está fora do ordenamento jurídico? Por que este crime não está no Código Penal Português, que regula a conduta daqueles que vivem na Metrópole e que são cidadãos portugueses. Se assim é, ficaria este indivíduo, que realizou a hipótese da lei especial, sem punição? Onde ficaria o princípio da igualdade assegurado constitucionalmente – todos são iguais perante a lei -. Evidente que a perguntas encontrariam respostas, mas não antes de provocar muitas polêmicas.

Em relação às penalidades aplicáveis a patrões, empregados, funcionários, recrutadores, o que o Regulamento faz é a sua sistematização, colocando-os todos em um único capítulo, o que evita a busca, pelos diversos aplicadores da lei, das infrações e as penalidades cabíveis nos diversos diplomas legais existentes até a época.

Uma explicação na aplicação da pena de prisão correcional: se esta for substituída pela de trabalhos correcionais, a conversão é feita à razão de 2 dias de trabalho por cada dia de prisão, o que significa que a pena, em termos de dias de cumprimento, é aplicada em dobro. Se atentarmos, entretanto, que no cumprimento da pena correcional somente são contados os dias úteis, temos que a pena quase triplica em número de dias. Se o indivíduo fosse preso, a contagem do tempo era corrida, 2 meses = 60 dias, 3 meses= 90 dias, 1 ano = 364 dias e assim por diante. Esta não seria, obviamente, uma situação discriminatória, se esta contagem fosse feita em relação a todos aqueles que fossem condenados à prisão correcional e que tivessem a pena substituída pela de trabalho correcional, mas passa a sê-lo quando o dispositivo legal se refere, exclusivamente, “a pena de prisão correcional, quando aplicada aos indígenas, poderá ser substituída pela de trabalho correcional na proporção de dois dias de trabalho por um de prisão correcional [...]”⁴²⁷

A Ausência do serviço por 15 dias implicava em ser considerado como “vadio” e julgado e condenado como tal, o que já existia na legislação anterior, 1878, também existindo a previsão de perda do salário e da alimentação dos dias não trabalhados.

⁴²⁷ Art. 204º do Regulamento de 1914

Aos patrões são atribuídas diversas penalidades, seja por descumprimento das obrigações contratuais, art. 191º; seja por transgressões administrativas: arts. 198º, 199º e 193º, seja pela prática de conduta ilícita: arts. 192º, 195º, 196º, 229º.

Medidas são tomadas contra os aliciadores de serviçais, contra aqueles que os incitem, publicamente, a abandonar o trabalho e contra recrutadores: arts. 213º, 220º, 221º, 222º, 226º, 227º.

Na lei também não foi esquecida a aplicação de penas aos funcionários públicos responsáveis pelos indígenas. Algumas de natureza administrativa, outras, mais corretivas, de caráter penal: arts. 230º, 231º, 232º. Das primeiras, nem mesmo os Srs. Curadores estavam livres, uma vez que, se não apresentassem o Relatório anual a que eram obrigados durante os oito meses seguintes ao ano em que a apresentação era devida, ficariam sem receber salário, até que a obrigação fosse cumprida; caso não estivessem mais no cargo no período dos 8 meses, deveriam pagar uma multa de 1.000\$. art. 225º.

A venda clandestina de bebidas alcoólicas ou fermentadas aos serviçais contratados, ou sem autorização do patrão é considerada crime e, como tal, punido, nos termos do art. 218º⁴²⁸. Proibia-se, ainda, a venda ou compra de gêneros coloniais aos serviçais, art. 217º.⁴²⁹ Quem abusasse da fraqueza e deficiência da instrução dos indígenas induzindo-os a fazer dívidas que não pudessem pagar, ou lhes incutindo idéias errôneas a respeito das autoridades, ou com fins de recontração contra o desejo do próprio indígena, seria punido com multa de 100 a 1000\$ ou prisão de 6 meses a 2 anos.

O procedimento a ser observado no processo é o sumário e julgado de acordo com a verdade sabida - acreditamos que é a verdade aferida pelos autos - começa com a queixa, escrita ou verbal, auto ou mandato. O prazo é de 8 dias para apresentação da defesa. Na falta de comparecimento do argüido ele será julgado a revelia. Depois de proferida a sentença, o curador e seus agentes enviam uma cópia às autoridades competentes para que a executem. Cabe recurso para o Governador da Colônia da sentença do Curador.

Quanto ao tempo de duração do processo, o regulamento determina que ele seja observado no prazo de 6 meses, art. 248º e será gratuito e escrito em papel em branco e isento de selo.

⁴²⁸ B.O.M n°. 49 de 10.12.1914, p. 969

⁴²⁹ Idem.

5.7- Moçambique e o Novo Regulamento de 1914

Em Moçambique o Regulamento teve suspensa a sua execução por 3 meses, através da portaria de nº. 2272, sob o argumento de que eram necessárias algumas modificações e adaptações para que ele pudesse entrar em execução na província, tudo com base no art. 263º do próprio regulamento que autorizava o governador a promover as adaptações necessárias para sua aplicação.⁴³⁰

A suspensão, que deveria ser de 3(três) meses, durou cerca de 1 (hum) ano, tanto que, em 1915, foi necessário que o Ministro das Colônias, através de comunicação telegráfica, determinasse a sua aplicação, conforme consta da portaria nº. 1059.⁴³¹

Em obediência a esta determinação, já no dia 25 de setembro, o Governo Geral publica a portaria de nº. 1091, delegando aos Subintendentes dos Negócios Índigenas de Emigração nos distritos de Tete e Moçambique as atribuições do Intendente da Emigração.

É necessário esclarecer que, através do Decreto de nº. 953 de 1914, foi extinta na Província de Moçambique a Intendência de Negócios Índigenas e de Emigração e criada a Intendência da Emigração e uma Secretaria de Negócios Índigenas, esta última com as atribuições estabelecidas no art. 3º do diploma citado, dentre eles: tratar dos assuntos referentes à Justiça indígena; da regulamentação do serviço de fornecimento de trabalhadores indígenas na província e a fiscalização deste trabalho. A Intendência de Emigração ficava com a responsabilidade dos assuntos de emigração para fora da província.⁴³² A Secretaria de Negócios Índigenas foi regulada em Moçambique em dezembro do ano de 1917, através da Portaria de nº. 718-A, que também regulamentou a Intendência da Emigração⁴³³.

A determinação para a execução do Regulamento, entretanto, demorou mais algum tempo e, somente em outubro publicou-se a portaria nº. 1122, determinando que o regulamento fosse provisoriamente executado com as modificações ali inseridas que, segundo o diploma legal, destinavam-se a preencher lacunas que tornavam mais simples e

⁴³⁰ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p.973.

⁴³¹ B.O.M nº. 12 de 18.09.1915, Ia. Série, p. 112

⁴³² Suplemento ao B.O.M. nº.49 de 10.12.1914, p. 972-973.

⁴³³ Suplemento ao B.O.M nº. 51, I Série, de 27.12.1917 p.433-454

eficazes a sua aplicação e salvaguardavam os interesses da Província, dos patrões e dos serviçais.⁴³⁴

Foram tornados sem efeito os arts: 44º, 49º, o § 1º. do art.79º, 91º, 144º e 157º através de uma portaria, que dentro do ordenamento jurídico, jamais poderia tornar sem efeito disposições de uma lei geral, hierarquicamente superior, poderia sim, dizer que tais dispositivos não tinham aplicação na colônia; entretanto, como o Regulamento Geral permitia as adaptações locais, temos que este era o meio adequado para elas. Os dispositivos tornados sem efeitos, ou seja, sem aplicação em Moçambique, tratavam, respectivamente: contratos individuais; cobrança de taxas pelos contratos; desembarque de contratados no estrangeiro; embarque em navios de serviçais desacompanhados da guia passada pelas autoridades competentes; obrigação do patrão enviar cópia da folha de pagamento.

Tornadas sem efeito as disposições acima se permitia: contratos de trabalho coletivos (100 indígenas) para fora da província, devendo, neste caso, os contratos acompanharem os serviçais e serem feitos perante o subintendente de emigração, ou por quem este autorizar, em 4 cópias; cobrança de taxa pelos contratos de serviço doméstico no valor de 1\$50 e, para os demais, caso interviessem autoridades cafreais, a de \$10 por cada indígena. As primeiras seriam receitas da Fazenda e as segundas, exclusivamente, para retribuir as autoridades cafreais. As taxas para a contratação para prestação de serviço fora da província deveriam ser pagas nas repartições onde fossem lavrados os respectivos instrumentos.

De todas as modificações feitas a que parece ser mais prejudiciais aos indígenas é a possibilidade da contratação ser feita coletivamente, o que significa dizer que ela era feita por recrutadores, que se responsabilizavam, perante a autoridade, pela contratação dos serviçais. Os contratos entre serviçais e patrões, na verdade, seriam feitos em outro local e para patrões que podiam ser diferentes. Esta é a interpretação que se pode fazer do “contrato coletivo”.

Novamente, em dezembro de 1915,⁴³⁵ o Secretario Geral Interino expede uma Circular dando às autoridades administrativas atribuições de curador, impondo-lhes a obrigação de empregar todos os meios para levar o indígena a cumprir a obrigação do trabalho exigida pelo regulamento, tendo em vista que este tinha terminado com o

⁴³⁴ B.O.M. nº. 14 de 02.10.1915,Ia.Série,p.119

⁴³⁵ B.O.M.nº.25 de 18.12.1915,Ia.Série,p.196

recrutamento de serviçais por intermédio daquelas. Para tanto, solicita que todas as autoridades façam um recenseamento dos homens válidos e observem se estes tinham trabalhado, no mínimo, por 3 meses no ano. Se isto não tivesse acontecido, a obrigação do trabalho não estava cumprida e, portanto, deveriam ser a isto compelidos, dando-se rigoroso cumprimento ao disposto no item 5º do art. 99º e observando-se o estabelecido no de nº. 102º.⁴³⁶

Em 1916 autoriza-se, através de Circular, que os industriais, comerciantes e agricultores, a exemplo do que acontecia com os agricultores de S. Tomé, organizem-se em sociedade de recrutamento ficando a seu cargo o fornecimento de serviçais.⁴³⁷

Enquanto duravam as discussões no Conselho de Governo sobre o Regulamento de 1914, o Governador continuava legislando através de portarias e regulamentando artigos que reputava urgentes. Assim é que foi publicada a portaria nº. 500⁴³⁸, que modificou artigos e acrescentou outros, como informa o Governador na introdução do diploma. Os artigos modificados são os de nºs. 19º, 26º, 27º, 57º, 58º, 61º, 97º, 101º, 106º, 120º, 121º, 129º, 144º, 180º, 229º, 233º, 248º e 260º.

O art. 19º acrescenta os capitães-mores como agentes do Curador, ou seja, com poderes para julgar e condenar indígenas ao trabalho correcional e demais atribuições já indicadas.

O de nº. 26º, no qual o Governador demonstra a sua personalidade ditadora e, mais uma vez, contrariando normas de natureza processual, que, em princípio são da competência do Legislativo ou do Executivo da Metrópole, este último mediante delegação do primeiro, ou autorizado pela Constituição, como era o caso da expedição dos decretos urgentes, necessários e especiais para o Ultramar, retira do Conselho de Governo a função de julgar os recursos do Curador. Observe-se que a lei geral determina que, das decisões do Curador, haveria recurso para o Governador da Colônia em Conselho de Governo, conforme era a intenção do legislador⁴³⁹.

Assim a agindo o Governador faz desaparecer a vontade coletiva – Governador e Conselho de Governo, formada por representantes da sociedade e do próprio Estado – que

⁴³⁶ O item 5º do art. 99º refere-se a proibição de requisição de compelidos por funcionários para serviços particular pessoal e o 102º à preferência no atendimento das requisições para os serviços públicos.

⁴³⁷ B.O.M.nº.01 de 01.01.1916,Ia.Série,p.10

⁴³⁸ B.O.M.nº.27 de 07.07.1917,Ia.Série,p.178-180

⁴³⁹ Suplemento ao B.O.M nº. 49 de 10.12.1914, p. 953

foi substituída, ditatorialmente, pela vontade individual do Militar Governador. É bom recordar que da decisão do Governador não havia recurso.

O mesmo ocorre com as decisões do Curador que não tenham caráter judicial, art. 27º. O Governador pode ordenar que estas subam ao seu conhecimento, sem que o Conselho de Governo participe desta decisão. É justamente a centralização que contraria todo o discurso republicano da descentralização.

A modificação do art. 57º é prejudicial ao serviçal e favorável ao Estado. Pelo regulamento geral se o indígena deixasse, voluntariamente, o trabalho, a parte não paga do seu salário somente lhe seria entregue na data em que, se regularmente cumprido, o contrato teria o seu termo final. Demorava, mas chegava, a punição era a espera que a data chegasse. Pela portaria do Senhor Governador, e sem uma explicação lógica, até porque se ele estava regulamentando o Decreto para ser executado na província, o momento de determinar como seria feito o pagamento ao indígena, se a hipótese estabelecida na lei ocorresse, era esse. Tais salários, que, diga-se, de direito pertenciam aos serviçais que trabalharam como retribuição do seu esforço, como contra prestação da obrigação do trabalho, teriam o destino que lhes dessem os regulamentos da colônia. Que destino seria este diferente do que constava no regulamento geral? Quem ficaria com os salários do indígena? Esta competência fica, na forma do art. 4º, letra c da portaria, com a Junta local de trabalho.⁴⁴⁰ Enquanto isto, o trabalhador não recebia o que tinha direito, e caso a Junta decidisse de outra maneira, diferente do que estava no regulamento geral, talvez ele jamais recebesse os valores a que tinha direito.

No art. 58º é retirada a palavra cubata, e acrescenta-se o § 4º que proíbe ao patrão descontar no salário dos serviçais quaisquer quantias a título de multa ou indenização e fazer o pagamento em gêneros e fazendas. No art. 2º da portaria há um grande avanço em relação à prova do pagamento dos salários, e esta disposição favorece ao indígena; se o pagamento dos salários não for feito em presença de testemunhas e isto for verificado pela autoridade, seja por motivo de queixa do patrão ou do serviçal, ou qualquer outro, presumir-se-á que ele não foi feito. É necessário assimilar bem a extensão do dispositivo legal. A queixa a que o regulamento se refere, necessariamente, não é pelo fato do pagamento não ser feito na presença de testemunhas. Desde que seja dada uma queixa, por qualquer motivo, a autoridade poderá verificar este fato. Se ficar comprovado que a

⁴⁴⁰ B.O.M. nº. 27 de 07.07.1917, Ia. Série, p.180

formalidade exigida não era observada, o salário será tido como não pago. Modernamente, estaríamos diante de uma decisão “*extra petita*”, em que o julgador concede as partes, ou à parte, o que ela não pediu, o que torna a decisão nula.

Apesar de ser uma medida favorável ao indígena, ser mais uma proteção em relação a eles, temos que é injusta em relação àqueles patrões que, apesar de não terem observado a formalidade legal, tenham pago os salários aos seus empregados, que, se questionados, poderiam confirmar o pagamento. Como está no dispositivo legal, entretanto, parece-nos que este questionamento não era viável e então, ainda que não fosse naquela mesma queixa, estes salários poderiam ser solicitados pelos indígenas numa outra, e o patrão já não poderia provar o seu pagamento, porque já existia, estabelecida pela lei, uma presunção “*júris et de jure*”, ou seja, uma presunção que não admitia prova em contrário. Esta é a exegese à que a lei nos remete.

O processo de cobrança de salários em débito, como seria o caso da hipótese analisada no parágrafo anterior, observaria o rito sumário, que era instaurado, de ofício, pelas autoridades competentes, as quais eram enviadas as certidões.

O art. 61º fixa horário diverso do estabelecido no regulamento geral, que era de 9 horas. Moçambique fica com 9 a 10 horas, o que significa dez horas, evidentemente, porque nenhum patrão, autorizado por lei a exigir trabalho de 9 a 10 horas, ia permitir que o serviçal se ausentasse na nona hora, mas a determinação não pode ser considerada ilegal ou contrária ao regulamento geral, que no art. 153º remete esta fixação aos regulamentos locais. Entretanto, em bom direito, se o regulamento geral fixa o máximo da jornada em nove horas, o Regulamento local poderia diminuir a quantidade de horas, e não aumentá-las. Poderia fixar o horário de entrada e saída desde que a jornada dia não ultrapassasse as nove horas de trabalho.

O art. 97º é completamente contrário ao espírito do regulamento geral, quando o Senhor Ministro afasta da administração o recrutamento e fornecimento de serviçais⁴⁴¹. A portaria não só autoriza as autoridades competentes, que nesta altura não se sabe quais são, desde que há a proibição geral de fornecer serviçal por parte do Governo; como determina que, primeiramente, sejam fornecidos os serviçais compelidos ao trabalho.

Proíbem-se, no art. 101º, as requisições de serviçais inferiores a 1 mês de trabalho. No art. 106º, obriga-se o requisitante de serviçais a assinar um termo com os dados

⁴⁴¹ Suplemento ao B.O.M. nº. 49 de 10.12.1914,p.955

enumerados no dispositivo. No regulamento geral há a determinação do requisitante ou do seu representante legal, de assinar um contrato de prestação de serviço dos indígenas, comprometendo-se a cumpri-lo.

A modificação desfavorece aos indígenas, senão vejamos: O termo de responsabilidade é firmado entre a autoridade e o requisitante, que é o tomador dos serviços. Não há, como podemos ver, qualquer participação do indígena no negócio firmado. Além do mais, o termo é válido para qualquer outra requisição, ou seja, se o requisitante quiser fazer uma nova requisição de serviços, poderá utilizar o mesmo termo de responsabilidade. Se é assim: o termo, na realidade, é uma habilitação para requisitar, e não um instrumento que confira direitos e garantias aos serviços, que deveriam ter um contrato individual, onde fosse devidamente identificado.

O dispositivo fica mais claro quando o confrontamos com o art. 129º, pois, há nele uma referência que pode ser entendida como complementação do artigo supra mencionado. Ali se diz que os engajadores somente entregarão os serviços aos patrões mediante prévio contrato. Se os recrutadores podem recrutar compelidos temos que o dispositivo é realmente uma complementação, caso contrário, a interpretação permanece a mesma, a de que os indígenas não participam da sua própria contratação. Observemos que serviços compelidos são requisitados às autoridades, que os fornecessem aos requisitantes. Se os requisitantes podem ser engajadores, então o termo que é assinado pelos últimos, não passa de um termo de responsabilidade, no qual os engajadores, ou o engajador, se compromete, perante a autoridade a, quando realizar o contrato com os diversos patrões, fazer nele incluir todas as exigências que estão contidas no termo.

Acrescenta-se ao artigo 106º mais dois §§: um referente aos serviços compelidos que fugirem, determinando que a fuga seja de imediatamente comunicada a autoridade que satisfaz a requisição, obviamente para se dar cumprimento ao estabelecido na lei geral que só permite a captura de fugitivos pela autoridade competente, e um outro que se refere ao bilhete de identidade, que deve ser dado ao serviço compelido, a fim de que este comprove que satisfaz a obrigação do trabalho.

Em relação à licença de recrutamento há algumas exigências que tem de ser observadas pelos requerentes, que não constam do regulamento geral, mas são exigências que asseguram o cumprimento da lei e determinações das autoridades portuguesas.

No art. 121º inclui-se o comandante militar como mais uma autoridade a quem pode ser dirigido o pedido de licença para atuar como engajador, quando tal pedido for feito por indígenas. Acrescenta ainda que o pagamento da taxa de licença somente será válido se visado pela autoridade.

Duas proibições aos engajadores no art. 129º; proíbe-se o desvio de indígenas do destino para que tenha se contratado, bem como negociar com eles dentro da área de sua ação.

No art. 144º. proíbe-se que o comandante receba no navio, obviamente, indígenas cujas cópias dos contratos não estejam no poder do primeiro, que faz a conferência no embarque e passa recibo no próprio contrato que será arquivado na repartição onde tenha sido feito. Sem dúvida que era uma precaução e uma medida de controle efetivo dos serviços embarcados. Proíbe-se, ainda, o recebimento de gratificação por transporte ou serviços prestados aos serviços contratados, inclusive, a bordo.

O art. 180º autoriza a criação de uma Junta local do Trabalho em cada um dos distritos da Província, formada pelo Governador do distrito, pelo delegado do curador na sede do distrito e por três vogais nomeados pelo respectivo governador, escolhidos de preferência nas associações interessadas na mão-de-obra indígena. Pela composição da Junta, já se pode bem observar quais os interesses que serão por ela protegidos, dentro das atribuições que lhe são peculiares. A formação da Junta da Capital da Província não foge à regra, participam dela o curador, o diretor dos serviços agrícolas e os vogais “interessados”. Esta formação foi motivo da portaria de nº. 837⁴⁴² que reconheceu que nela não havia tratamento igualitário para com os indígenas

As demais modificações em nada alteram a vida do indígena e dirigem-se às autoridades e, por força disto, não serão objetos de comentários.

A portaria nº. 500 é modificada pela de nº. 716. Nesta última o Governador, entendendo que as penas do art. 233º são exageradas, modifica-as, para aplicar as ali estabelecidas.

Note-se que a multa do art. 233º é aplicável a patrões. O Governador não só diminui a condenação, como altera a forma processual, sob alegação de que o processo ordinário era muito demorado e, portanto, a lei não alcançava os seus objetivos em curto prazo, como aconteceria com o processo sumário, mais rápido e eficaz e da competência

⁴⁴² B.O.M. nº. 43, Ia. Série de 25.10.1924, p. 235

do Curador. Os valores das multas são reduzidos a 100\$ a 500\$ ou prisão de 1 a 6 meses e multa de 1.000\$ a 2.000\$, antes eram de 200 a 2000 com prisão de seis meses a um ano e multa de 2.000 a 5.000.⁴⁴³

5.8 - Furor legislativo em Moçambique 1914 -1920

Ao contrário do marasmo da Metrópole na edição de leis sobre o trabalho indígena, entre 1914 e o término da guerra com a assinatura do Tratado de Paz em Versalles, Moçambique entra num período de furor legislativo, que tem o seu auge em 1917. Neste espaço de tempo foi governada por quatro diferentes governadores gerais: Augusto Ferreira dos Santos (03/1913-04/1914); Joaquim José Machado (04/1914-05/1915); Alfredo Batista Coelho (05/1915-10/1915); Álvaro Xavier Castro (10/1915-05/1918), os três últimos eram militares e nota-se, nos três primeiros, a efemeridade em que ocuparam o cargo.

Em 02 de janeiro de 1915 o Governador Geral, na primeira sessão do ano do Conselho do Governo, no discurso que pronunciou, afirma que;

“[...] não pode considerar-se feliz este período da administração da Colónia, em que muitas das iniciativas, tendentes ao seu progresso, foram necessariamente prejudicadas pela grave crise em que veio lançá-la a mais terrível guerra que o mundo tem presenciado. Nestas circunstâncias, havendo que lutar contra o decréscimo acentuado das receitas e contra a paralização do movimento comercial, pouco se avançou e menos se pode fazer, em relação ao que teria sido possível conseguir-se em uma situação normal”.⁴⁴⁴

A ordem metropolitana era a contenção, a economia estava toda voltada para a Guerra, “[...] era ela que devia preocupar todas as nossas atenções, por ela havia que sacrificar tudo e todo o sistema tinha que girar à volta desse eixo principal. Não podíamos pensar em exigir sacrifícios ao Estado quando o Estado só vive para a guerra.”⁴⁴⁵

⁴⁴³ B.O.M. nº 51, I Série, de 22.12.1917, p. 431

⁴⁴⁴ Actas do Conselho de Governo da Província de Moçambique. Sessão de 02.01.1915, p 2

⁴⁴⁵ CARVALHO, J. B. de, 1920, p. 53. O relatório do Governador contém diversas críticas à administração colonial portuguesa, não só de referência a sua própria estrutura, como dos desvios de verbas que são feitos em nome da guerra e da própria colonização.

O governador, na pg. 54 do seu Relatório em relação às economias que teve de fazer para cobrir as despesas de guerra, se diz “ Ludibriado e desiludido porque as receitas, que eu supunha irem também alimentar as necessidades da guerra, resignando-me por isso a ver o distrito marcar passo à espera do momento de seguir avante na cadência de acelerado, foram afinal parar ao sorvedouro de costume, para custear edifícios luxuosos destinados a alojar funcionários e guardar papéis, melhorar praias de banhos e quejandas bugiarias, cuja utilidade não contesto, mas cuja urgência terminantemente nego, sobretudo quando o país atravessa a

Entretanto o Estado de Guerra não impediu que fosse realizado o acordo com a Rodésia para recrutamento no distrito de Tete, que resultou no aumento de pessoal da Curadoria de Salisbury e na “[...] melhoria dos vencimentos do respectivo curador que estava insuficientemente remunerado.”⁴⁴⁶

O Governador Joaquim José Machado, que estava em exercício e responsável pelo relatório apresentado na sessão indicada, esteve no cargo de abril de 1914 a maio de 1915, e, em 1 ano e um mês, evidentemente, não poderia apresentar grandes resultados, mui principalmente, quando da apresentação do relatório, época em que tinha apenas 9 meses de atividade.

Entretanto foi no seu governo, no ano de 1915, que se iniciaram as discussões, no Conselho de Governo, para a adaptação do *Regulamento Geral do Trabalho dos Indígenas das Colônias Portuguesas* às circunstâncias locais de Moçambique.⁴⁴⁷

Na primeira sessão de discussão, as atenções estavam voltadas para o art. 8º, no qual o Ministro, em seu relatório, informa conter uma forma de parceria entre indígenas e proprietários da terra. Tal parceria, que já sabemos não existia, poderia levar o indígena a ser considerado, no futuro, como foreiro. A certa altura da discussão o vogal de nome Domingos Pepulim, diz que não concorda com o Senhor Intendente de Negócios Indígenas, que queria conservar no artigo a expressão plantas vivazes, que fora retirada pela Comissão. O Intendente explicava, e de acordo com o espírito da lei, que o que se queria evitar é que os indígenas, após fazerem diversas plantações em terrenos para os quais foram atraídos, sejam deles expulsos sem quaisquer direitos sobre a plantação.

Contrariando esta opinião, o Sr. Pepulim diz que:

“[...] Pretende-se dar ao indígena certos direitos que ele, por circunstâncias que são de todos conhecidas, não pode ter por enquanto, porque lhe falta capacidade para saber fazer uso deles. Diz que os direitos dos indígenas estão definidos por legislação especial e os direitos dos europeus ou assimilados, etc., definidos no Código Civil. No presente projeto salta-se por cima desta diferença de direitos e pretende-se colocar

hora mais crítica da sua existência; ludibriado e desiludido, porque para realizar o meu programa, precisava de permanecer à frente do Governo de Inhambane pelo menos tres ou quatro anos e, como consequência dos acontecimentos políticos, que se desenrolam em Lisboa, me vejo forçado a sair, não por me ter sido intimada ordem de despejo, mas porque para realizar o que tenho em vista seriam necessários o decidido apoio e plena confiança de V.Exa. e de Sua Exa o Ministro das Colônias e estou absolutamente certo de que jamais poderei contar com isso, conclusão natural em presença da guerra de extermínio que se está movendo ao partido democrático[...].” Esta e outras passagens do relatório são bem elucidativas do que se passava nas colônias e dos desmandos que ali se cometiam

⁴⁴⁶ Actas do Conselho de Governo da Província de Moçambique, Sessão de 02.01.1915, p 2

⁴⁴⁷ Idem, p. 11.

o indígena a respeito de direito de propriedade em condições superiores ao europeu”⁴⁴⁸.

A citação esta aqui inserida para demonstrar como a especialidade era trabalhada. Se o indígena, neste caso específico da terra, fosse minimamente favorecido, os seus direitos estavam sendo superiores aos dos portugueses e assimilados, porque o status de proprietário, possuidor, enfim, aquele que tem o poder representado pela propriedade da terra, bem considerado maior e exteriorizador de riqueza, não poderia ter, de nenhuma maneira, seus direitos limitados. Deveria, como sempre, e como já tantas vezes denunciado, ter o direito de, ao seu bel prazer, expulsar os indígenas dos seus terrenos, sob diversos e mais variados argumentos.

Também o Sr. Egas Moniz, outro vogal do Conselho, é contra a disposição e é de opinião que “[...] limitem-se os indígenas ao aproveitamento dos terrenos não legalmente possuídos, ou convertam-se em proprietários nos termos do Decreto de 9 de julho de 1909; mas não se pretenda colocá-los, em direitos, num plano superior nunca atingido por europeus.”⁴⁴⁹

O que os senhores vogais conselheiros estavam esquecendo era de uma particularidade de extrema importância: o regulamento é adaptado para atender as condições de cada localidade, cada colônia, e por isso que é estudado e discutido; entretanto, o que eles estavam fazendo era modificar a intenção do próprio dispositivo legal, como indicado pelo Senhor Ministro: que era proteção do indígena que planta em terreno de particular com a sua anuência. O que os vogais queriam era a manutenção da ilegalidade, do poder da força e da injustiça, como bem fica indicado nas transcrições acima.

A discussão do Regulamento durou várias sessões e este começou a ser executado em Moçambique por etapas, não constando qualquer publicação no período, 1914 - 1926 que tenha modificado o art. 8º.

Para regulamentar outros artigos expediram-se as portarias de nºs: 1059⁴⁵⁰, 1091⁴⁵¹, 1122⁴⁵² isto em 1915. Já em 1916 o Governo serviu-se de circular para dar instruções sobre o regulamento.

⁴⁴⁸ Ibid

⁴⁴⁹ Ibid. p. 3

⁴⁵⁰ B.O.M. nº. 12, Ia. Série de 18.09.1915 – Determinando a execução do regulamento em Moçambique

⁴⁵¹ B.O.M. nº. 13 ,Ia. Série de 25.09.1915 - Delegando funções aos sub-intendentes dos Negócios de Emigração em Quelimane, Tete de Moçambique

Em 1917, entretanto, Álvaro Xavier de Castro expede diversas portarias regulando assuntos indígenas, e alguns decretos metropolitanos, também relacionados aos indígenas, são editados. Os diplomas metropolitanos, na realidade são do ano de 1916, respectivamente, Decretos nºs 2714 e 2715, ambos datados de 30 de outubro de 1916, mas somente foram publicados em Moçambique em 1917,⁴⁵³ e tratam: o primeiro da organização de delegações das Juntas locais de trabalho em pontos muito afastados ou de difícil comunicação, o segundo esclarece a quem compete o pagamento das despesas dos repatriados durante a viagem de S. Tomé para Moçambique, tornado claro que estas despesas competem aos patrões.

Em relação ao primeiro a criação de delegações da Junta foi determinada para agilizar a repatriação de serviçais que trabalhassem em pontos muito distantes das sedes das Juntas Locais de Trabalho e Emigração, como acontecia, de acordo com o Ministro, na Ilha do Príncipe.⁴⁵⁴

As portarias expedidas pelo Senhor Governador tratam, diretamente, do tema do nosso trabalho, entretanto, uma delas, a de nº. 317, foi a que mais polêmica causou, porque ela introduz em Lourenço Marques a exigência do Alvará de Assimilado, que se traduz em mais uma maneira de discriminar os indígenas e seus descendentes.

Por esta portaria, mais uma vez, conceitua-se o indígena, e embora o governador seja autorizado pelos regulamentos gerais a definir (caracterizar) o indígena, ele retorna a uma definição que inclui a descendência, e esta palavra foi a que mais levantou celeuma na aplicação da portaria, porquanto, os mestiços - filhos de pai português e mãe indígena, ou vice-versa - o ultimo caso mais difícil de encontrar, porém não impossível, eram por esta alcançados, mesmo com a ressalva contida no art.5º, de que seria considerado assimilado o filho de pai não indígena e de mãe indígena, enquanto viver na companhia do pai ou estiver internado em alguma instituição de ensino.

O fato é que, para receber o Alvará, o requerente tinha de provar que: *sabia ler; escrever; declarar que aceitava a monogamia; que exercia profissão, arte e ofício ou ter rendimento que lhe garantisse a subsistência.*

⁴⁵² B.O.M nº. 14, Ia. Série de 02.10.1915 – Disposições diversas sobre o Regulamento de 1914

⁴⁵³ B.O.M nº. 04, Ia. Série de 27.01.1917

⁴⁵⁴ B.O.M. nº.04, Ia.Série de 27.01.1917,p.54 “Convindo providenciar para que se efectue, com maior brevidade possível, a repatriação de serviçais que em regiões muito distantes das sedes das Juntas Locais de trabalho e emigração, como sucede com a Ilha do Príncipe, adoeçam ou, por haverem terminado os respectivos contractos, queiram regressar às terras da sua naturalidade ou donde emigraram; e [...]”

Quem tivesse o requerimento deferido estava isento dos preceitos especiais aplicáveis aos indígenas, ou seja; a esses não se aplicavam as leis especiais, e sim as leis gerais da metrópole - o direito português - dado a condição de assimilados que lhes era atribuída por lei, como reconhecia o alvará.

O Requerimento devia ser assinado de próprio punho pelo requerente, talvez para demonstrar o saber escrever.

O que a portaria trouxe para Moçambique foi uma discriminação dentro da discriminação. Um “Outro” que não queria ser o “Outro”, porque já se achava o “Mesmo”, e que, somente no momento em que àquele foi comparado, reagiu; Não quero ser o “Outro”, mas também não quero o Alvará! A elite local recusava-se a solicitar o Alvará, os seus membros já se julgavam portugueses na forma da lei, e, portanto, não teria qualquer cabimento esta solicitação.

O importante, entretanto, não é a exigência do Alvará, é a forma que ele foi exigido e quem fez esta exigência.

O alvará tinha relação direta com os direitos de cidadania. Com direitos inerentes aos nacionais de Portugal, enfim com o status de “cidadão”, pois, assim eram considerados aqueles que, antes do alvará, não necessitavam de comprovar a sua condição de assimilados. Os direitos desses cidadãos eram regidos pela lei portuguesa metropolitana, cuja mudança somente poderia ser feita pelo poder competente, no caso, o Poder Legislativo da Metrópole, ou ainda, o Poder Executivo por delegação do próprio Legislativo, embora esta cidadania já estivesse limitada politicamente, porque, pela Constituição, cidadão era aquele que podia exercer direitos políticos, ou seja, eleger e ser eleito, qualidades que dificilmente seriam encontradas em alguns dos muitos que se recusavam a solicitar o Alvará.

Mesmo com a limitação acima imposta, nos termos do Código Civil Português considerava-se português o que nascesse em território português, no presente caso, o ultramar era assim considerado, e fosse filho de pais portugueses, ou de pai português e mãe estrangeira, adoção do critério misto combinando o “*jus soli*” com o “*jus sanguinis*” para definir o nacional português, que desta maneira gozava de todos os direitos assegurados pela Constituição Portuguesa. Assim sendo, somente uma lei geral e promulgada pelo poder competente, é que poderia modificar esta conceituação e, com ela,

eliminar direitos atribuídos aos portugueses, como era o caso dos assimilados, antes do Alvará exigido pelo Sr. Álvaro de Castro.

Bem verdade que se poderia argumentar que há ressalvas no Art. 7º, itens 1º, e 2º e Parágrafo Único, mas isto não abrangia todos os membros da elite local, uma vez que os requisitos exigidos não eram excludentes, e sim cumulativos. Cada indivíduo que requeresse o alvará tinha de provar ter as condições estabelecidas e instruir os requerimentos com as provas exigidas, o que “[...] Nem mesmo boa parte dos colonos brancos atenderia a todos estes requisitos, principalmente porque cerca de um terço deles eram analfabetos, outros mal disfarçavam sua poliginia e outros tantos estavam no desemprego”.⁴⁵⁵

O certo é que a portaria entrou em vigor e foi exigida e estabeleceu mais uma identificação jurídica para a população de Moçambique, que agora passava a ser composta de indígenas, assimilados, europeus brancos (portugueses e estrangeiros).

Se o indígena soubesse ler e escrever⁴⁵⁶, mas não conseguisse comprovar as outras condições, teria recusado o Alvará e, portanto, estava sujeito às leis especiais aplicáveis aos indígenas, podendo lhe ser exigido o trabalho compelido.

Esta portaria foi motivo de muitas denúncias e protestos, cuja reação era chefiada por João Albasini, através do “*Brado Africano*”.

Até aqui os protestos de nada valeram, porquanto ela é republicada, em 1919, com pequeníssimas alterações, que em nada lhe modificaram o sentido, desta feita assinada pelo então Governador Geral, Pedro Massano de Amorim, Portaria nº. 1041.⁴⁵⁷

Entretanto os protestos não cessaram e as duas portarias provinciais originam a edição do Decreto nº. 7151⁴⁵⁸, do Governo da Metrópole, em novembro de 1920, que, nos

⁴⁵⁵ ZAMPARONI, V, 1998. Este autor retrata toda a problemática surgida com a edição da portaria, trazendo exemplos de indeferimentos, perda da condição de assimilado, e notícias publicadas em jornais da época em Moçambique.

⁴⁵⁶ O fato de saber ler e escrever, apesar de excepcional, não deixava de acontecer, como nos demonstra o pitoresco fato descrito pelo Padre Francisco Ferreira da Silva, Bispo Titular de Siene, Prelado de Moçambique. “ E, d’esses analfabetos, há por ahi ainda, muitos que, pelo mais simples pretexto, teem sempre, na boca a palavra *estúpido*, com que afrontam o preto, a maior parte das vezes, porque o preto não entende a língua portuguesa, o que poderia servir de troco na boca do preto. E ahi vae um caso que tem sua graça, e é uma boa desforra que um preto tirou do seu insultador.

Queixava-se o preto offendido, lá para as terras da Manhiça, que o cantineiro-tal – lhe chamava bruto e dizia: *o preto é bruto, mas quando o branco recebe carta da família o preto é que a lê. Sim, o preto é bruto, mas, quando vem a factura, o preto é que a lê. Sim o preto é bruto, mas eu sei ler e escrever e o branco não sabe ler nem escrever* “(itálicos originais). SILVA, F.F.da, 1911, pp 74-75.

⁴⁵⁷ B.O.M. nº. 03. Ia Série de 18.01.1919, p. 17

⁴⁵⁸ D.G. nº. 237, Ia. Série, de 22.11.1920 p. 1614.

seus considerandos, se reporta ao princípio da igualdade de direitos para todos os cidadãos portugueses sem distinção de raça ou de naturalidade; ao emprego impreciso do termo indígena nas leis e regulamentos coloniais o que dava origem a abusos e injustiças, a que se precisava por termo; a conceituação do indígena como todo indivíduo natural da terra em que habita; que só podiam ser objeto de leis especiais aqueles indígenas vulgarmente conhecidos pelo nome de “[...] gentios, que vivem e desejam continuar a viver sob os usos e costumes privativos dos agregados sociais indígenas, como claramente se infere das bases orgânicas da administração das colônias”; que a relação entre indígenas e portugueses era importante e que a “expropriação por utilidade pública introduzida em alguns regulamentos contraria os mais elementares princípios de direito, mesmo tratando-se de população atrasada em civilização”, e por tudo isto resolve que as leis que regulam os direitos civis dos europeus nas colônias portuguesas são extensivas aos indígenas que adotem os usos e costumes públicos dos europeus e se submetam as leis e regulamentos impostos aos indivíduos europeus do mesmo nível social.

A partir daqui o indígena seria considerado o “*gentio*” – natural da terra - que desejasse continuar vivendo sob os costumes privativos dos agregados sociais indígenas, o que satisfaz a população elitizada, descendentes de portugueses, enfim, agrada aos que pelas portarias provinciais 317 e 1041 teriam de tirar e portar o Alvará para ter estes direitos agora reafirmados pelo Decreto. Os assimilados já não mais precisariam apresentar o alvará para ter direito a comprar farinha de pão.⁴⁵⁹

Os assimilados já não precisavam ter declarada esta condição através de alvará, isto era no que eles acreditavam, mas não era o que pensava, por exemplo, Brito Camacho, que entendia que o Decreto não revogava a portaria 1041. Até se entende o raciocínio do Sr. Brito Camacho, Alto Comissário do Governo, que por ser médico, certamente, não poderia entender que um Decreto do Governo da Metrópole tem força suficiente para revogar qualquer medida provincial que lhe seja contrária, como é, exatamente o caso ora em consideração,⁴⁶⁰ quanto pior, quando expressamente declara que “revoga-se as disposições em contrário”. A não ser, que o Sr. Brito Camacho, por ser Alto Comissário, achasse que, como era equiparado a Ministro, não pudesse ter uma portaria de sua lavra revogada por um igual, tão Ministro quanto ele, através de decreto.

⁴⁵⁹ Informação retirada de Vladimir Zamparoni. “*Frugalidade, moralidade e respeito: a política do assimilacionismo em Moçambique, c.1890-1930*.”

⁴⁶⁰ Idem

No mês seguinte à edição da portaria nº. 317, uma outra determina que aos assimilados não seja cobrado o imposto de palhota, uma vez que eles estariam sujeitos ao imposto predial, se as suas casas fossem de madeira, caniço ou outro material, mas coberta de zinco.⁴⁶¹

Mais uma portaria, e um novo modelo de cartão de controle é, também, criado pelo Governador em relação aos trabalhadores recrutados para o Transval. O fato não teria qualquer relevância maior, dado a tantos e tantos modelos de passes, bilhetes de identidade, certificados, passaportes, se não fosse a referência à finalidade que tem o dito cartão: facilitar a conferência dos passes e dos pagamentos das taxas a eles referentes. Na verdade a facilitação nada tinha de benefício para os indígenas, a sua existência era mais um controle para que ele não fugisse ao pagamento de qualquer das taxas cobradas pelo Governo, que demonstrou todo o desprezo pela condição humana ao colocar no tal controle os itens: “rehavido em” e “descarregado em” como se estivesse tratando de coisas, mercadorias,⁴⁶² peças, tal qual era o “preto” tratado quando reduzido à condição de escravo.

Também é neste ano que o Governador de Lourenço Marques resolve, mais uma vez, cercear o direito de ir e vir dos indígenas, que para deslocarem as suas palhotas, ou mudarem de residência, tinham de, com antecedência, comunicar a autoridade para que esta concedesse uma licença. A medida é repressiva, repressão, entretanto, que fica muito aquém da contida na consequência em caso de não observação, que resultava na condenação a três meses de trabalho correcional.⁴⁶³

Ora, partindo do princípio de que o trabalho correcional só é atribuído através de uma condenação e a quem cometeu algum delito; temos que a portaria cria um novo tipo penal “não comunicar a mudança de residência ou movimentar a palhota”. A transgressão, no caso, administrativa, passa a crime, a conduta é criminalizada, para se lhe aplicar a pena de trabalho correcional. Se a mudança for de um distrito para outro, a pena é agravada e pode alcançar 12 meses de trabalho correcional.

A portaria, entretanto, não para por aí nas medidas de repressão: as mulheres e os menores só circulavam no distrito se tivessem contrato realizado através da Secretaria de

⁴⁶¹ Portaria nº 362, B.O.M nº 06, Ia. Série de 10.02.1917.

⁴⁶² Portaria nº 398, B.O.M. nº15, Ia.Série de 14.04.1917, p. 120

⁴⁶³ Portaria nº 475, B.O.M nº 26, Ia.Série, de 30.06.1917, p.169

Negócios Indígenas e nos termos do Regulamento de 1914, não sendo assim, estavam ambos proibidos de circular em Lourenço Marques.

Mais não é de agora que Lourenço Marques se destaca na repressão aos indígenas, lembremos-nos do Regulamento dos Trabalhadores e Serviçais do distrito em 1904, que foi aprovado pelo Governo Metropolitano em setembro daquele ano.

A sede legiferante do então governador e de seus funcionários mais graduados não para por aí. O Governador, como um ditador, quer tomar para si o controle de todos os atos, inclusive os do Curador, tanto que, como já vimos, atribui a si próprio o poder recursal. Esta atitude centralizadora do Governador é duramente criticada pelo Governador do Distrito de Inhambane no relatório de 1917, que diz que “[...] é absolutamente necessário mudar de orientação. A continuar esta constante absorção de poderes, centralizando tudo na Capital da Província, que tolhe todas as iniciativas locais ao mesmo tempo que devora todas as receitas [...]”.

Em agosto de 1917 publica-se a portaria de nº. 545, que foi republicada em setembro por ter saído com incorreção. Esta portaria refere-se ao acidente de trabalho com o indígena, e o governador justifica a sua edição pela omissão do Regulamento Geral de 1914. Neste particular, assiste inteira razão ao Governador, pois, mesmo após a publicação da Lei nº. 83, os indígenas na sua grande maioria, trabalhadores agrícolas, não estavam acobertados por ela, que institua a responsabilidade civil do patrão pelo acidente do trabalho e enumerava, taxativamente, as atividades em que, ocorrendo o acidente, ela seria devida.

No mesmo regulamento é criado o Tribunal de árbitros avindores, Tribunal privativo para julgamento das causas que envolvessem acidentes do trabalho, entretanto, tal tribunal, somente funcionaria a partir de 1918, por força dos procedimentos necessários para a sua instalação.

Seria ele formado de representantes dos operários, dos patrões e por médicos. Note-se a preocupação com a representação paritária na composição do Tribunal, o que lhe garantia, em princípio, a decisão justa e imparcial.

Como aos indígenas a Lei nº. 83 não se aplicava, o que ficou valendo em Moçambique em relação a estes foi a Portaria nº. 545⁴⁶⁴, embora esta lhe fosse anterior. Nos considerandos da portaria o Senhor Governador justifica a sua edição dizendo que não

⁴⁶⁴ B.O.M. nº 35, I. Série, de 01.09.1917, p. 287-288

era justo que os indígenas que se inutilizassem, temporária ou definitivamente, por desastre em serviço do patrão, nada recebessem, e, considerando que nas outras colônias estrangeiras já estava consignado o princípio da compensação por virtude de desastres, obrigava os patrões a dar-lhes uma compensação nos termos ali mencionados.

Fixava-se o valor da indenização no art. 1º, que também estabelecia, no seu Parágrafo único, os casos em que tal indenização não era devida e explicitava o procedimento a ser seguido. Esta indenização era cumulada com a do Regulamento Geral de 1914, arts. 48º. (tratar ou mandar tratar o serviçal quando este estiver doente), e art. 68º. (prover o tratamento dos serviçais doentes e, se estes entrarem nos hospitais da colônia pagar as despesas pela tabela. No caso de invalidez, conservar-lhes a habitação e alimento até os enviarem para as terras da sua naturalidade, pagando-lhes estas despesas).

A falta de pagamento da indenização prevista na portaria era cobrada coercitivamente pelas autoridades.

Ainda em 1917 publica-se, em Moçambique o Regulamento da Secretaria de Negócios Indígenas, que dá a competência ao Secretário de Negócios Indígenas, para fixar a compensação devida aos indígenas por acidentes do trabalho, dentre as tantas que lhe eram atribuídas, competindo a esta Secretaria o estabelecido no art.2º do regulamento.⁴⁶⁵

O ano de 1918 é escasso em medidas legislativas em Moçambique no que se refere ao trabalho indígena, mas Pedro Francisco Massano de Amorim, já em janeiro, conforme já se fez referência, modifica quase ratificando, a Portaria de nº. 317 que trata do alvará dos assimilados, através de outra portaria de nº. 1041⁴⁶⁶ também comentada. O critério diferencial contido nesta era o daquela primeira - a raça como característica biológica era a utilizada para a identificação do indígena - A exclusão, que não afastava a condição

⁴⁶⁵ Suplemento B.O.M. nº 51, Ia. Série, de 27.12.1917 p. 433. Competia a Secretaria; recenseamento da população; determinação das zonas de território a reservar aos indígenas; estudos etnográficos; codificação dos usos e costumes indígenas; regulamentação, fiscalização e estatística do registro dos atos da vida civil dos indígenas dentro e fora da Província e dos que nela residam ou transitem; assistência infantil e serviços de polícia sanitária e socorros indígenas; Justiça indígena; regulamentação do serviço de fornecimento de serviçais indígenas para trabalhos na Província e fiscalização desse trabalho; regulamentação, fiscalização estatística de todos os atos relativos à saída dos indígenas para fora da Província; entrada e trânsito na mesma e sobre todas as repartições dentro e fora desta que exerçam ação diretiva ou tutelar; coadjuvação às autoridades militares na organização e recrutamentos de indígenas; tropas de segunda linha e sipais; estudo e preparação de todos os documentos e processos a enviar ao Ministro das Colônias; organização e justificação dos orçamentos do quadro; concessões de passes e alvarás de isenção cumprimento de todas as demais obrigações que lhe sejam cometidas nas leis e regulamentos especiais.

⁴⁶⁶ B.O.M. nº 03, Ia Série de 18.01.1918, p. 17

biológica do negro pertencente à raça indígena, obedecia, como anteriormente, às condições materiais e culturais, condições estas, criadas pelo homem e para o homem.

Em junho, o Governador, através da Portaria nº. 842⁴⁶⁷, estabelece, ouvindo o Conselho de Governo, que os indígenas que estejam sujeitos ao trabalho correcional na comarca da Beira, por falta de trabalho do Estado na região, sejam entregues à Companhia de Moçambique, a fim de que esta lhes dê trabalho, especificando a dita portaria que os indígenas seriam utilizados nas obras de abertura de estradas ou trabalhos a cargo da Comissão de Melhoramentos da Beira. O horário dos indígenas era igual aos dos demais trabalhadores e deviam ser recolhidos aos calabouços da Polícia ou da circunscrição policial. É bom lembrar que entre a primeira vez que governou Moçambique e a segunda, o Coronel passou pelo Governo da Companhia de Moçambique, embora esta portaria tenha sido projeto do Procurador da República.

Quando da discussão desta portaria no Conselho de Governo, isto em 23 de maio de 1918, portanto após o Regulamento de 1914 que proibia o trabalho correcional sem pagamento de salário, o Senhor Inspetor das Obras Públicas dizia, textualmente: “[...] vota contra a pena correcional com salários [...] Os condenados não produzem em relação com o salário que recebem e além disso andam em geral em grandes levas, distribuídos de tal forma, que o individuo que cuida deles não os pode vigiar convenientemente[...]”⁴⁶⁸. O que pretendia o Vogal? Restabelecer legalmente o trabalho forçado ou favorecer a Companhia de Moçambique que teria trabalhadores sem ter que por eles pagar, apenas com a obrigação de alimentá-los e guardá-los, substituindo-se ao Estado. O bom senso, entretanto, prevaleceu e a portaria foi aprovada com a determinação do pagamento dos salários, ainda que a metade deles servisse para o pagamento dos “policiais”.

Em abril de 1919 o Coronel Massano de Amorim é substituído por Manoel Moreira da Fonseca, que funciona na qualidade de interino, o que não fez com que a que a vontade legiferante arrefecesse.

Na Metrópole muitos Decretos são editados no decorrer desse ano: o de nº. 5829 *autoriza recrutamento de 4.000 trabalhadores de Quelimane para São Tomé através da Sociedade de Emigração*, isto sob o argumento de que, por força da guerra, o recrutamento ficou quase parado tanto em Angola quanto em Moçambique e que, muitos contratos findaram no período da guerra e os indígenas não puderam ser repatriados por falta de

⁴⁶⁷ B.O.M nº 26, Ia. Série, de 19.07.1918 p. 156-157

⁴⁶⁸ Actas do Conselho de Governo de Moçambique, Sessão de 23.05.1918, p.51

transporte, o que agora tinha de ser feito. Esclarecia ainda a introdução do decreto, que não se podia recrutar no sul de Angola como anteriormente se fazia, porque este estava, praticamente, despovoado por força da guerra, que, também determinou a proibição em Moçambique, em algumas regiões porque devastadas. Assim decidia-se que o recrutamento deveria ser feito em Quelimane⁴⁶⁹.

A autorização, na forma do art. 1º, é para recrutamento de 4.000 indígenas por ano, ou seja, a situação à que o Ministro se reporta nos considerandos, nos deixa a impressão de que este recrutamento era temporário e urgente, dado as necessidades descritas; entretanto, é uma autorização permanente. Numa conta rápida: se esta autorização permanecer por 5 anos, temos que sairão de Quelimane 20.000(vinte mil homens válidos), considerando-se os contratos como sendo de 5 anos e que a primeira repatriação só começaria 5(cinco) anos após o primeiro recrutamento, quando ela ocorresse já estariam em S.Tomé 20.000(vinte mil homens).

Pelo de nº. 5709⁴⁷⁰ o Ministro das Colônias *cria o lugar de Comissário do Governo junto às companhias, empresas ou sociedades coloniais*, com o fim de dar informações completas sobre o andamento dos negócios destas companhias e sociedades, para facilitar a fiscalização das mesmas. O interessante da criação do cargo é que ele será remunerado pela própria companhia, art. 2º, que se não cumprir o determinado na lei, incorre na pena de desobediência.

No de nº. 5787⁴⁷¹ uma medida que afeta, particularmente, Moçambique e Angola; *a criação dos Comissariados*, que o ministro reporta urgente e necessária, não só para “[...] promover o progresso moral e material das Colônias e da sua população [...]” e para evitar que os outros membros da Sociedade das Nações tenham a impressão “[...] de que pretendíamos iludir a nossa responsabilidade”⁴⁷².

Esclarece que a medida é transitória, um caminho para alcançar a autonomia que se pretende atingir. Aos Comissários são dadas atribuições executivas e legislativas, estas últimas tomadas em Conselho. Os detentores do cargo são inamovíveis, para que possam efetivamente realizar o pesado encargo, sem o risco de remoção, justificando-se esta inamovibilidade com o exemplo de Moçambique que: “Desde 1890 a 1915 houve na

⁴⁶⁹ B.O.M nº. 29, Ia. Série, de 19.07.1919 p. 412

⁴⁷⁰ Idem

⁴⁷¹ B.O.M nº. 31, Ia. Série, de 02.08.1919, p. 428

⁴⁷² Idem

Província de Moçambique 25 governadores gerais e 15 encarregados de govêrno”,⁴⁷³ o que significa uma média de uma média de 1 por cada ano civil. Criam-se 2 Comissariados e os Srs. Comissários, nos termos do art. 6º da lei gozam das honras que competem aos Ministros e, na área de sua jurisdição tem precedência sobre todos os funcionários de qualquer classe.

As restrições ao poder dos Comissários estão contidas no art. 9º e seus parágrafos, que não tolhem, de nenhuma maneira, os poderes administrativos e legislativos a eles atribuídos. É como se eles fossem um presidente, dentro das colônias, era o máximo da descentralização administrativa.

Um dos mais importantes decretos do ano de 1919 é o de nº. 5778,⁴⁷⁴ que “*cria as missões civilizadoras*”, sendo seis em Angola, quatro em Moçambique, uma na Guiné e outra em Timor. O diploma regula a forma, a maneira de administração destas missões, quem poderia fazer parte delas e a sua finalidade, que é o que mais nos interessa no presente trabalho.

Na introdução do decreto o Ministro explica que as missões estrangeiras eram motivos de perturbações e desassossego, visto que elas não tinham regulamentação, pois, instalavam-se, transferiam-se, ensinavam o que queriam sem quaisquer interferências das autoridades portuguesas, promovendo, inclusive, a desnacionalização, por isso que as missões portuguesas deviam ser estimuladas, e, mesmo que preguem o Evangelho, este deve ser associado à civilização das raças africanas. A ressalva existe pelo fato da laicização constante na Constituição de 1911, então em vigência.

As missões civilizadoras, segundo o Ministro, como “[...] portugueses, querem colaborar na realização da obra civilizadora do seu país. Não podia a República deixar de ouvir este brado patriótico”.⁴⁷⁵

Para cumprir este mister as missões deveriam “[...] ter uma orientação verdadeiramente moderna. Levar a essas sociedades embrionárias e primitivas os benefícios da nossa civilização elevando-as e derrubando-lhes os preconceitos; [...]”. E como se faria isto? O Ministro nos responde: criando nelas uma “[...] nova família,

⁴⁷³ Ibid., p. 429

⁴⁷⁴ B.O.M. nº. 40, Ia Série, de 04.10.1919, p. 540

⁴⁷⁵ Idem, p. 540

ensinando-lhes a nossa língua, revelando-lhes as nossas glórias e impondo-lhes os nossos costumes e as nossas tradições”⁴⁷⁶ o que realmente ficou estabelecido nos arts. 3º 17º.⁴⁷⁷

Com esta lei o Governo português queria evitar que as missões estrangeiras proliferassem no país, elas que eram “uma praga para todas as nossas colônias, que tem a infelicidade de lhes caírem em casa, pelos processos que empregam, pelas idéias que espalham nos indígenas, entre os quais o seu principal fim é dizerem mal das nossas autoridades e do nosso nome.”⁴⁷⁸

Sem dúvida alguma assiste razão ao Ministro, porque estava em jogo a soberania portuguesa,⁴⁷⁹ apesar de existir tratado internacional assegurando a liberdade destas missões, essas teriam de respeitar as leis portuguesas e atuariam sob a vigilância fiscalização do Governo português.

Os indígenas aprenderiam a língua pátria, ou seja; a portuguesa. Sem dúvida alguma uma medida de natureza nacionalizante, porquanto a língua é um dos elementos formadores da nação, que exige uma unidade lingüística, entretanto, esta obrigação de falar o português, se por um lado era um elemento unificador e, até mesmo, civilizacional; de outro, afastava os indígenas dos seus costumes, fazia-lhes diferentes para com os seus iguais, retirava-lhe, por assim dizer, a sua nacionalidade tribal, os seus marcadores étnicos.

Por outro lado, o ensino dos feitos históricos portugueses aos indígenas, também é uma maneira de fazê-los estranhos a sua própria história, pois, apropriando-se da história do colonizador esquecem da sua própria.

O Estado cria diferentes através das missões, porém não faz com que estes diferentes pertençam, nem às suas próprias etnias, da qual estão afastados exatamente pela aquisição de conhecimentos diversos dos de seus povos, já incompatíveis com a vida tribal, e nem à nacionalidade portuguesa na qualidade de assimilado, porquanto o só fato de falar português não faz com que eles possam requerer o alvará que lhes garantiria esta condição.

⁴⁷⁶ *Ibid.* p.541

⁴⁷⁷ *Ibid.* p.543

⁴⁷⁸ *Ibid.* p. 542

⁴⁷⁹ *Ibid.* Aqui o Ministro faz expressa referência às missões alemãs que em 1907, em Moçambique, recusavam as leis portuguesas, o que obrigou a uma intervenção diplomática.

O certo é que as missões tinham a sua dupla função: ensinar o indígena a deixar de ser indígena através da educação com o ensino obrigatório da língua portuguesa e afastar a instalação de missões estrangeiras.⁴⁸⁰

Além do Decreto das missões, um outro de n.º. 5779⁴⁸¹, que traz de volta as cartas orgânicas de cada província é editado, revogando o de n.º. 4627.

A nível local, a Portaria de n.º. 1184 regulamenta, em Moçambique, a Repartição Central de Identificação Criminal em que se estabelece a identificação datiloscópica⁴⁸². O regulamento é geral, aplicação em toda a Colônia, portanto, aplica-se também aos indígenas que praticarem crime, arts. 9º Parágrafo Único e o art.11º. Aqui cabe um questionamento que não encontra resposta no regulamento: se os delitos trabalhistas, que são punidos com a pena de trabalho correcional, também sujeitam os indígenas à identificação criminal?

A resposta deveria ser não, porquanto o delito trabalhista, exatamente por ser trabalhista, tem fato gerador diverso do delito penal; mas, levando-se em consideração que a falta trabalhista é transformada em falta penal, vide o caso dos “vadios” por recusarem ou se evadirem do trabalho, pela qual o indígena, após o regulamento de 1914 é julgado e condenado pelas autoridades competentes, temos que a identificação também ocorrerá nos casos derivados de faltas trabalhistas.

A Portaria de n.º. 1185⁴⁸³ coloca em execução um regulamento de passes indígenas ou bilhetes individuais, há muito solicitado por todos os governadores distritais, e tem o fim precípuo de facilitar a identificação dos indígenas, de grande importância para as questões dos espólios, das compensações, e reconhecimento de criminosos.

O bilhete de identidade é exigido aos homens de mais de 14 anos, que são obrigados a portá-lo, para apresentá-lo às autoridades, sempre que isto lhes for solicitado;

⁴⁸⁰ Fim político que já em 1911 o Padre Francisco Ferreira da Silva já indicava ao afirmar no seu relatório que “[...] só a missão realisa, com mais eficácia, o nosso fim político, tendo a contraprova, na afanosa propaganda, que por ahi vae feita pelo missionário estrangeiro de norte a sul, basta attender á opinião dos homens mais entendidos na matéria, e considerados, pelos seus títulos e posições sociaes, que poderão divergir em pontos de crença, mas que têm as missões, como meio pratico, e até mais barato, para tornar efficaz a nossa obra de colonisação [...] Por mim direi, desassombradamente, patrioticamente, que quem não é por nós é contra nós, e, por nós, não são, certamente, as missões de confissões estranhas, por mais afagoras que se insinuem, por mais desinteressadas que se mostrem, para as deixarmos a vontade na sua obra nefasta, já tão propagada nos districtos de Lourenço Marques e Inhambane [...]” Ob. cit p.87

⁴⁸¹ B.O.M n.º. 40 Ia Série de 04.10.1919, p. 544

⁴⁸² B.O.M.n.º. 21. Ia Série, de 24.05.1919, p. 345

⁴⁸³ Idem, p. 349

tal bilhete também é exigido para efeitos de recrutamento, art. 9º. O bilhete tem validade de um ano.

Em relação ao recrutamento, se o indígena for recrutado sem o bilhete, o recrutador está sujeito à multa, art. 10º. A falsificação do bilhete ou a indução a indígena para desfazer-se dele, sujeita o autor da ação à multa e julgamento em processo de polícia correcional pelo tribunal ordinário, entretanto, se o agente é indígena, é julgado pelas autoridades administrativas - os delegados do curador - e está sujeito ao trabalho correcional de até 6 (seis) meses arts. 13º e 15º. Mais uma transgressão administrativa é transformada em crime, porém não são somente as condutas já descritas nos artigos citados são criminalizadas, também o são: não pegar o bilhete de identidade dentro de 30 dias da sua distribuição, ou tendo o bilhete caducado, não ser renovado em 30 dias, a ambas correspondem penas de até 6 meses de trabalho correcional.

Ante a tantas ações criminalizadas para efeito de aplicação de pena de trabalho correcional, podemos dizer que as autoridades portuguesas procuravam meios de forçar o indígena trabalhar, de exigir legalmente este trabalho. Um deles era criminalizar todos os tipos de transgressões administrativas, e aplicar-lhes a pena de trabalho correcional, que aos olhos de todos, mui principalmente, daqueles que acusavam o Estado português de permitir o trabalho forçado, era um procedimento legal. Se há a prática de um delito, de um crime, o Estado, que tem o dever de manter a ordem pública, tem de punir o faltoso, portanto, um Estado que assim age, não pode ser acusado de permitir o trabalho forçado. O direito positivado é direito a ser cumprido, exigido legalmente, não importando se justo ou não.

A Portaria nº. 1223⁴⁸⁴ *regula a colonização portuguesa em Moçambique*, em que o Estado (Colónia) toma para si a responsabilidade de preparar as fazendas para receber as famílias dos colonos, arts. 3º, 4º e 6º, cujo chefe, nos termos do art. 30º tinha de saber ler e escrever; demonstrar a sua aptidão agrícola e hábitos de trabalho; a sua moralidade; ser casado e com filhos; ter boa constituição física, para resistir ao clima e aos trabalhos agrícolas.

Também é no ano de 1919 que se faz um novo acordo de recrutamento de mão-de-obra com a Companhia de Moçambique, que poderá, durante 5 anos, recrutar, mais uma vez, trabalhadores indígenas nos distritos de Tete e Moçambique. O prazo da contratação é

⁴⁸⁴ B.O.M nº. 25, Ia, Série, de 21.01.1919, p. 377-379

de 1 ano, podendo ser renovado; “o período de doença não é remunerado”; os contratos podem ser individuais ou por grupos; podem trabalhar em outros distritos, nesta hipótese, os indígenas têm de tirar passe de identificação antes de deslocar-se de um distrito para outro; impõe-se a indenização por acidente de trabalho, nos termos do art. 7º da lei de 24.11.1913.⁴⁸⁵

⁴⁸⁵ B.O.M nº. 44, Ia. Série, de 01.11.1919, p. 570-571

6 – A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA PÓS- GUERRA

6 – A REGULAMENTAÇÃO DO TRABALHO INDÍGENA PÓS-GUERRA

6.1 - Diretrizes internacionais

Não é despiciendo esclarecer que o direito internacional é fonte de direito do trabalho e que tem reflexos no direito interno de cada país, mui principalmente, quando o este assina e ratifica as Convenções, procedimentos necessários para que elas sejam observadas dentro do território nacional do signatário.

Em período anterior à 1ª Guerra Mundial, dois grandes documentos, dos quais já falamos em itens anteriores, A Conferência de Berlim e a de Bruxelas, eram os dois marcos do direito internacional que regulavam, ou pretenderam regular, as relações entre os colonizadores e os colonizados, mui principalmente, no que se refere ao tráfico de escravos e à própria escravidão, embora, como já vimos, o verdadeiro motivo da primeira Conferência, a de Berlim, tenha sido o comércio na Bacia do Congo, o que também não deixou de ser o objetivo da 2ª Conferência, que especificou como a ocupação deveria ser feita nos territórios africanos.

A guerra de 1914-1918 marca o final de vigência destes dois documentos, porquanto, em 1919, quando O Tratado de Versalhes é assinado em 28 de junho, a Alemanha assume a sua responsabilidade pela Guerra e submete-se a uma série de exigências estabelecidas pelas nações vencedoras. Perde as suas colônias e, no art. 119º do Pacto da Paz, fixa a sua renúncia a todos os direitos e títulos sobre as suas possessões de além-mar em favor das potencias aliadas, que assim têm de rever os dois tratados anteriores para adaptá-los às novas condições.

O tratado de paz é ratificado pela Liga das Nações em janeiro de 1920. Na Convenção da Paz fixa-se a revisão daqueles dois documentos, (Berlim e Bruxelas), O sistema de mandatos é estabelecido, fixando-se três tipos deles: A, B, e C e no art. 22, item 5º, define-se quais as dos mandatários, dentre elas estão: a de reprimir o comércio da escravatura; o tráfico de armas e de álcool; garantir a liberdade de consciência e de religião; assegurar o comércio, em igualdade de condições, com as outras nações membros da sociedade.

Pelo tratado, também, é criado o Bureau Internacional do Trabalho, com atribuições de estudar as condições dos trabalhadores e orientar as nações para a proteção e bem estar daqueles. Observe-se que a função do Bureau é orientadora, portanto, qualquer decisão ou recomendação desta instituição internacional não interfere na soberania dos Estados Membros, que podem, ou não, acatá-la.

Para rever as duas Convenções anteriores e adaptá-las às novas determinações internacionais, realizou-se a Conferência de Saint-Germain-en Laye,⁴⁸⁶ em setembro de 1919.

As potências reconhecem a obrigação de manter, nos territórios sob a sua autoridade, um poder e meios de polícia suficientes para assegurar a proteção das pessoas, bens e a liberdade de comércio e trânsito (Convenções de Berlim e de Bruxelas). O princípio da ocupação, antes meio de adquirir e manter a posse das terras, passa ser modo de conservar o território e meio de cumprir a missão civilizacional da qual o Estado colonizador é investido e ainda reafirma a obrigação das potências colonizadoras de velar pela conservação e bem estar das populações indígenas, assim como pelos melhoramentos das suas condições morais e materiais, comprometendo-se a suprimir a escravidão sob todas as suas formas, bem como o tráfico de negros, em terra e no mar.

Não há muita diferença nos princípios estabelecidos nas duas Convenções anteriores e a de Saint-Germain-en Laye, e tal convenção somente foi ratificada por Portugal em 16 de junho de 1922.⁴⁸⁷ A discussão na Câmara dos Deputados aconteceu em abril de 1921, sessão em que se discutiu a Convenção que se referia à escravidão, como também à que proibia o tráfico de armas de fogo e comércio de bebidas espirituosas.⁴⁸⁸

O Estado colonizador recebe, mais uma vez, a missão tutelar de zelar pelo bem estar dos povos ainda não civilizados e sob a sua dependência, comprometendo-se diante da comunidade internacional a realizar esta missão, prestando, a partir de agora, contas à comunidade internacional através da Sociedade das Nações.

Estabelece-se a liberdade de culto e de consciência, o que favorece, e muito, a obra da missão, admitindo-se restrições apenas se necessárias à manutenção da segurança

⁴⁸⁶ Ver: CUNHA, J.da S.,1949, pp.44-556; SALDANHA, E. D.,1931: CAETANO, M.,1948. pp.149-167.

⁴⁸⁷ D.G de 01.11.1922

⁴⁸⁸ DCD nº. 47 de 20.04.1921 pp 1-42

e da ordem pública, lembrando que a liberdade de culto já estava assegurada, constitucionalmente, em Portugal desde 1911.

Para garantir a fiscalização da Sociedade das Nações criou-se a Comissão de Mandatos, que, além de examinar os relatórios apresentados pelas potências mandatárias, poderia estabelecer, a nível de orientação, diretrizes para serem observadas ou adotadas pelas potências colonizadoras, no sentido de melhorar as condições de existência dos indígenas.

Alguns pontos de vital importância, por diversas vezes estudados e adotados por algumas das potências colonizadoras, eram, exatamente: a integração das autoridades gentílicas na administração dos territórios; criação de tribunais indígenas; observação dos usos e costumes locais; proteção da mão-de-obra; defesa do direito dos indígenas sobre a terra; assistência médica aos indígenas e promoção da educação.

Retroagindo um pouco no tempo, a um passado não muito remoto, por exemplo: finais do Século XIX, a utilização das autoridades gentílicas por Portugal era um fato, embora à época, por força de interesses políticos, precisava-se destas autoridades para levar avante a política da ocupação. Disto é prova os inúmeros termos de vassalagem firmados com tais autoridades, que também eram utilizadas para o fornecimento de mão-de-obra, enfim; para controlar os seus iguais. Assim, muito antes destas recomendações, que também não eram novidades a nível internacional, Portugal já observava e aplicava tais princípios, que mais se revelam nas leis reguladoras do trabalho indígena e nas relativas à administração colonial. A preocupação portuguesa é constante em relação aos usos e costumes locais e o respeito às autoridades gentílicas, porque estas funcionavam como um grande elo de ligação entre as autoridades portuguesas e os indígenas, sob as chefias daqueles. No decorrer do período abrangido por este trabalho, muitas vezes foi determinado aos srs. Governadores a codificação dos usos e costumes. Quando o Código Civil teve a sua aplicação extensiva às colônias, houve a preocupação de ser observados os usos e costumes dos povos ali designados (Código de Seabra).

Apesar de Portugal estar sempre, no que diz respeito ao discurso, imbuído na transformação do indígena, estabelecendo medidas legais para que este, através do trabalho, alcançasse um desenvolvimento moral e melhorasse a sua condição material, tais medidas nem sempre foram bem aceitas pela comunidade internacional.

Já nos reportamos as denúncias que foram feitas em relação ao trabalho nas roças de cacau, à maneira de recrutar indígenas em Angola, ao problema do repatriamento, anteriormente à Convenção de Saint-Germain-en-Laye e antes mesmo do Regulamento de 1914.⁴⁸⁹

Por isso mesmo, que o Estado Português, quando a portaria de assimilação começou a tomar foros internacionais, através da ação de Albasini, resolveu tomar a si a competência para definir o indígena e determinar quais os direitos que lhes eram atribuídos, o que o fez através do Decreto de 1920, definindo o que era indígena e tomando outras medidas.

6.2 – Alterações na política metropolitana; reflexos em Moçambique

Também em 1920 a Constituição Portuguesa é alterada pela Lei nº. 1005, que mais uma vez ratifica a autonomia financeira e a descentralização administrativa das colônias, bem como a competência do Congresso para fazer as leis orgânicas e os diplomas que enumera no art. 2º.

A ação Legislativa das Colônias fica condicionada ao Executivo da Metrópole, que fiscaliza e orienta tal ação, podendo sancionar ou rejeitar a legislação colonial local como suprir votos dos respectivos conselhos, em caso de necessidade e urgência.

Restabelece-se, em caso de conveniência e necessidade, a critério do Executivo da metrópole, o regime de Alto Comissariado, que exerce, cumulativamente, as atribuições de Governador, no caso do alto comissariado abranger uma só colônia, como Moçambique e Angola. Por força disto são nomeados Alto Comissários – Norton de Matos para a segunda e Brito Camacho para a primeira.

Eliminam-se os artigos 67º e 87º da Constituição, e o Título V da lei maior passa a ser “Das Colônias Portuguesas”. Os arts. 1º a 7º da lei 1005 passam a constar deste título.⁴⁹⁰

Em novembro de 1920, por força da modificação estabelecida na Constituição, o Governo codifica, em um só diploma, as leis orgânicas de nºs. 277 e 278, através do Decreto nº. 7008⁴⁹¹.

⁴⁸⁹ Ver. NASCIMENTO, A., 2001 pp. 218-219 .

⁴⁹⁰ B.O.M. nº. 38, Ia Série de 18.09.1920, p. 835 -836.

O ano de 1920 arrefece um pouco o furor legislativo em Moçambique no que se refere aos trabalhadores indígenas, o mesmo ocorre durante o ano de 1921. De relevância, neste último ano, o contrato firmado entre o Estado Português (Moçambique) e a “Sena Sugar Estates Limited” para ampliar a produção de suas fábricas açucareiras em mais 15000(quinze mil toneladas) da produção atual pelo prazo de 20 anos, no qual o Estado obriga-se, na Cláusula segunda da avença, “a fornecer 3000 indígenas para trabalhar, permanentemente, em suas fábricas”.⁴⁹² Os serviços deveriam ser recrutados em Mangaja da Costa, constando, expressamente, no contrato que e os administradores tinham que atender, primordialmente, a Sena Sugar, que tinha preferência a qualquer outro requisitante de mão-de-obra, desde que não prejudicasse os serviços públicos. Caso não fosse alcançado o número de indígenas solicitados em Mangaja da Costa, autorizava-se o recrutamento na região do Alto e Baixo Molocué. No primeiro ano seriam fornecidos 2.000, e em 1922 o restante para completar o número solicitado⁴⁹³.

Nada seria estranho no presente contrato, caso não fosse estipulado, na Cláusula Sexta, que a contratante teria direito a uma indenização a ser fixada, caso a outra parte, o Estado, impedisse ou dificultasse o fornecimento de trabalhadores, ou seja; o Estado Português tinha de cumprir o contrato de qualquer maneira, o que é o mesmo que dizer que, caso não houvesse trabalhadores voluntários, recorria-se ao trabalho compelido, aliás, expressamente permitido na avença, e ao trabalho correcional. Em relação á esta Companhia, Clarence Smith⁴⁹⁴ reconhece nela o máximo da “arrogância inglesa” isto porque em nada estava preocupada com o nacionalismo português, trazendo para a administração local da empresa “[...] profissionais especializados e supervisores anglófonos” e “[...] dirigia todos os seus negócios em inglês”. A assinatura da avença, para fornecimento de mão-de-obra, de acordo com o autor citado, desagradou, em muito, os colonos portugueses.

O fornecimento deveria ser feito nos termos do art. 94º do Regulamento de 1914, ou seja, era efetivamente a contratação de trabalhador compelido.

Em 1922 Brito Camacho, como Alto Comissário, altera a portaria de nº. 1198 de 1913, para determinar que a importância da taxa de inscrição dos indígenas no

⁴⁹¹ B.O.M. nº. 47, Ia.Série de 20.11.1920 p. 385 -403, retifica publicação de 7.09.1920.B.O.M no. 36

⁴⁹² B.O.M nº. 22. III Série, de 28.05.1921 p. 237-238

⁴⁹³ Cláusula Segunda, parágrafo Segundo do acordo

⁴⁹⁴ SMITH, G.C.,1985, p. 140

Comissariado de Polícia e o valor das multas seriam, doravante, pagas em ouro, isto sob o argumento de que as despesas eram superiores a receita total, que tinham de ser pagas em ouro ou em escudos ao câmbio do dia,⁴⁹⁵ isto até que fosse publicado o novo regulamento de polícia dos serviçais e trabalhadores indígenas no Concelho de Lourenço Marques, o que efetivamente aconteceu em dezembro do mesmo ano, através do Decreto de nº. 312⁴⁹⁶ publicado no mesmo dia do de nº. 331, este último autorizava o governo a tomar um empréstimo para construir pousadas (compounds), ou bairros indígenas na cidade de Lourenço Marques.

O Regulamento de polícia dos serviçais e trabalhadores de Lourenço Marques, à imitação do anterior, era um bloco de restrições à liberdade dos indígenas, um meio que o Governo parecia utilizar para elitizar Lourenço Marques, fazer dela uma capital de brancos, dificultando a entrada dos indígenas e identificando-os de tal maneira, que não deixasse dúvida de sua condição.

Assim obriga que os indígenas portem bilhete de identidade, o que não é nenhuma novidade, mais cria uma condição para se ter este bilhete, que é ser vacinado; proíbe o recrutamento de menor de 16 anos como braçais, o mesmo ocorrendo em relação aos raquíticos; estabelece requisitos físicos e de idade para o serviço nos rickshaws,⁴⁹⁷ idade de 20 anos e a robustez para o exercício deste mister tem de ser atestada; exige passe de trânsito para o indígena que venha a Lourenço Marques tratar de assuntos pessoais por 15 dias.

Os indígenas que tenham exame de instrução primária estavam isentos de inscrição, mas eram obrigados a procurar trabalho, sob pena de serem considerados vadios e sujeitos, pois, a prisão correcional. Estes indígenas necessitavam do bilhete de isenção

Os trabalhadores braçais (patchesses) e trabalhadores de semana tinham uma “chapa metálica” que deveria ser usada em uma parte bem visível do corpo e os trabalhadores braçais recebiam uma caderneta. À exceção da caderneta, todos os demais documentos, inclusive os “bilhetes de isenção” deveriam sempre estar com os indígenas, para apresentação às autoridades a qualquer momento que estas exigissem.

Permitia-se a contração verbal e escrita; as verbais por 12 meses e deviam constar da caderneta. Os contratos escritos tinham duração variável e eram feitos nos termos do

⁴⁹⁵ B.O.M nº. 01, Ia. Série de 07.01.1922, p. 8

⁴⁹⁶ B.O.M nº. 51, Ia. Série, de 27.12.1922, p.541-544

⁴⁹⁷ Carro leve de duas rodas para transporte de pessoas puxado por um ou dois homens

Regulamento de 1914. Não se admitia rescisão a não ser em caso de força maior, ou de comum acordo, admitindo-se a renovação contratual.

Cria-se a punção que era a obrigação do indígena, anualmente, levar a “chapa metálica” para que nela fosse colocado um sinal, o mesmo ocorrendo com os portadores de caderneta, cujo sinal seria colocado a carimbo. Em qualquer dos casos, havia de ser feito um pagamento de \$50.

Criam-se os alojamentos, (compounds), lugares em que os indígenas, obrigatoriamente, tinham de pernoitar e onde não lhes era permitido chegar após as 21 horas, à exceção dos serviços domésticos; o que significa dizer que estes últimos tinham jornada superior a 15 horas, tomando-se como começo da jornada 06h00min; o que contraria não só o regulamento geral de 1914, como o que lhe deu execução em Moçambique, que fixou a jornada entre 9 a 10 horas.

Como sempre, as infrações ao regulamento, se por parte dos patrões, resultava em multa; se cometidas pelos indígenas, trabalho correcional de 15 a 120 dias. Se houvesse reincidência, no que se refere aos indígenas, estes eram expulsos do distrito. O julgamento era feito pelo Comissário de Polícia, autoridade que não estava elencada como agente do Curador.

Tal regulamento é modificado pelas Portarias de nºs 352 e 725;⁴⁹⁸ a primeira para retirar os itens que menciona, porque se referiam aos não indígenas. Ou seja; os não indígenas não mais precisavam tirar o “bilhete de isenção”, e a segunda para determinar que a inscrição, contrato e punção dos indígenas passassem a ser feitos na secção de identificação criminal.

O Alto Comissário expede a Portaria de nº. 427 criando *Comissões do Trabalho Indígena*; tal portaria é modificada em 1924, através da de nº. 837⁴⁹⁹, na qual o Governo reconhece que a composição das juntas⁵⁰⁰ não oferece tratamento igualitário para com os indígenas e que a portaria que criou as Comissões de Trabalho Indígena é em parte inexecutável. Assim cria, em cada distrito, uma comissão para estudar, de acordo com o critério regional, ou seja; de acordo com usos e costumes locais, quaisquer questões sobre

⁴⁹⁸ B.O.M nº 03, Ia. Série de 20.01.1923, p. 9 e nº. 23, Ia. Série de 07.06.1924, p. 124

⁴⁹⁹ B.O.M nº 43, Ia. Série de 25.10.1924, p. 235

⁵⁰⁰ As Juntas eram formadas pelo delegado do Curador na sede do distrito e por três vogais escolhidos de preferência nas associações, onde elas existirem, que mais interesses tenham no fornecimento de serviço. Esta formação foi alvo de comentário, no item referente ao Regulamento de 1914

o trabalho indígena, inclusive, salários. As comissões deveriam se reunir, bienalmente, e apresentar relatório de seus trabalhos ao Governo Geral.

Em 1924, por ter caducado o acordo com a Companhia de Moçambique um outro é assinado.⁵⁰¹ A empresa continua a recrutar indígenas em Tete e Moçambique, firmando, para com estes, contratos de 1 a 2 anos, sendo este o período máximo admitido, diferentemente do anterior que fixava contrato de um ano. O recrutamento era feito por recrutadores da Companhia, que tinha a obrigação do repatriamento. O salário compreendia as utilidades (alimentação, habitação e assistência médica gratuita). Doença que não fosse derivada de acidente de trabalho afastava o direito a recebimento de salário no período de sua duração.

O salário não podia ser inferior a 2\$25 ouro, garantindo-se o pagamento do imposto de palhota pelo período do contrato. Os contratos tinham de ser feitos perante a autoridade do distrito do recrutamento e poderia ser individual ou em grupo, exigia-se o passe com validade pelo período do contrato. Entre as obrigações da Companhia estava a de permitir a fiscalização do Governo da Província a qualquer momento e a de exercer a fiscalização necessária para assegurar o bom tratamento dos indígenas por parte dos patrões a quem fossem servir. Ao que parece, a Companhia não utilizaria os trabalhadores, funcionava, apenas, como agente recrutador.

Estava, também, obrigada a pagar as compensações às famílias dos indígenas em caso de acidente de trabalho.

O art. 12º estabelecia a competência do Intendente do Governo na Beira para exigir a repatriação, para reclamar dos funcionários qualquer falta cometida pelos patrões, exigir o cumprimento dos contratos, proteger os indígenas emigrantes durante a sua permanência no local onde prestassem o serviço, reclamando contra quaisquer abusos de que tenha conhecimento.

O imposto braçal criado em 1908 é abolido em Moçambique, através da Portaria nº. 140 de junho de 1925, portanto, a partir desta data não mais se poderia exigir que os indígenas trabalhassem gratuitamente.⁵⁰²

Neste ano de 1925, Portugal é alvo de mais uma denúncia em relação ao trabalho indígena. O delegado britânico na Sociedade das Nações e membro da Comissão de Escravidão, Lord Robert Cecil, torna público um projeto de protocolo pedindo que este

⁵⁰¹ B.O.M nº. 43, Ia. Série de 25.10.1924, pp. 232-233

⁵⁰² B.O.M nº. 25, Ia. Série, de 20.06.1925

fosse apreciado e votado dispensando-se as formalidades. Com esta urgência não concorda General Freire de Andrade, então delegado português na Comissão Temporária da Escravatura, que apresentou um extenso relatório, resultando que a proposta do membro britânico foi enviada aos Estados Membros para que estes se pronunciassem a respeito dela até o dia 01 de junho de 1926.

A proposta do Lord Cecil baseava-se em queixas apresentadas por diversas entidades contra diversas administrações coloniais, entre elas, as de Moçambique e de Angola.

Alegava-se, na oportunidade, que o sistema de trabalho posto em prática naquelas colônias pode ser tomado “[...] como uma forma atenuada de escravidão, que foi legalmente abolida a muito tempo”,⁵⁰³ além dos indígenas serem recrutados à força; do recrutamento ser de mulheres e homens; das mulheres sofrerem abuso dos policiais indígena (sipais); do tempo de trabalho obrigatório muito lato; da falta de alimentação para os indígenas recrutados para o trabalho obrigatório; do uso de ferramenta indígena o que alongava o período de trabalho; do abandono das culturas dos indígenas em função do recrutamento; do recrutamento para particulares; no caso de fuga do indígena, a sua mulher deveria trabalhar em seu lugar; da apropriação de salário dos indígenas por alguns chefes de circunscrição e maltrato dos indígenas pelos seus patrões.⁵⁰⁴

As acusações foram todas refutadas, acusando-se o Dr. Ross, que elaborou e enviou o relatório da viagem que fez a Angola e Moçambique, onde permaneceu por pouco mais de um mês, período em que, acompanhado do médico, também americano, Dr. Cramer, sem o conhecimento do governo português, entrou em contato com indígenas, missionários, ambaquistas,⁵⁰⁵ responsáveis pelas informações que obteve, de faltar com a

⁵⁰³ FREIRE DE ANDRADE, A.A., 1926, pp. 03-15

⁵⁰⁴ As queixas apresentadas foram discriminadas pelo General Freire de Andrade no relatório já enunciado na nota anterior.

⁵⁰⁵ HENRIQUES, I.C., 2000, p.227, identifica-os como sendo “Angolanos que aprenderam a ler e escrever no mato, quer dizer, fora dos circuitos escolares urbanos, e que não hesitavam em recorrer a uma fraseologia fantasista”. A escrita, segundo a autora, “[...] permitiu que estes homens fossem organizadores do comércio, tal como, mais tarde, utilizaram a escrita para denunciar os abusos dos chefes brancos,[...]” e que no texto uma “Campanha Difamatória, publicado no Boletim da Agência Geral das Colônias, Ano. 2º.n, no.16, pp130 A propósito do “Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa” apresentado por 19 cidadãos americanos à Comissão de Escravatura da Sociedade das Nações, aparecem como informantes do Dr. Ross e demonstram toda a antipatia que sentiam pelos portugueses porque [...]nunca levaram a bem a supressão do comércio de armas de pólvora em Angola. Era esse um dos seus principais meios de explorarem os seus semelhantes, de fomentarem guerras entre as diversas tribus e rebeliões contra a soberania portuguesa – guerras e rebeliões de que tiravam o maior proveito, como elementos parasitas e exploradores que são da região que infestam.”

verdade, bem como de confundir alguns fatos perfeitamente normais da vida indígena, com maus tratos e ou trabalhos forçados, sendo um deles, talvez o mais pitoresco, a acusação feita de que as mulheres indígenas trabalhavam com os filhos às costas, como se isto não fosse uma prática normal entre elas e que foi “[...] citado unicamente para exacerbar a sentimentalidade e a piedade humana [...]”.⁵⁰⁶ Na resposta ironiza-se a filantropia americana, justifica-se as dificuldades que Portugal vem enfrentando devido, não só, as consequências da guerra, como, também, pela mudança de regime de governo e na orientação da política colonial concedendo maior autonomia as províncias, da qual estas não souberam utilizar-se.⁵⁰⁷

No que se refere ao trabalho obrigatório, a delegação defende-se da acusação de permiti-lo utilizando um jogo de palavras. Segundo eles “[...] é preciso não confundir a imposição do trabalho obrigatório, que deve ser evitado tanto quanto possível, com a «obrigação do trabalho», que é uma lei da natureza e de que o progresso da nossa civilização alarga a cada dia mais o seu campo de acção.”⁵⁰⁸

Há uma defesa de toda a política portuguesa em relação ao trabalho indígena, inclusive noticiando fatos que, quando chegaram ao conhecimento das autoridades competentes, resultaram em punição dos seus agentes, inclusive com demissões.

Defende-se o atual Regulamento do Trabalho Indígena, o do ano de 1914, que segue toda a orientação da Sociedade das Nações, art. 23, alíneas a e b, o que é realmente verdade; Portugal, ao menos na ordem do discurso, muito antes do Tratado de Versailles, observava o que fora ali estabelecido e indicado para ser seguida pelos membros da Sociedade das Nações, sendo o Regulamento em vigor um exemplo disto, lembrando que tal regulamento, com algumas modificações, era uma grande compilação de muitos diplomas esparsos.

O fato é que o Relatório Ross, como ficou conhecido, ficou desacreditado, o que pode ser observado nas diversas publicações em jornais internacionais, que foram transcritas no Boletim da Agência Geral das Colônias, e não nesses, como também, algumas defesas de Portugal recebidas em Consulados, instituições governamentais, dentre

⁵⁰⁶ Uma Campanha Difamatória. A propósito do “Report on Employment of Native Labor in Portuguese Africa” apresentado por 19 cidadãos americanos à Comissão de Escravatura da Sociedade das Nações”. *Boletim da Agência Geral das Colônias, Ano 2º nº 16, p 125*

⁵⁰⁷ Delegação de Portugal à 6ª. Assembléia da Sociedade das Nações. “Algumas Observações ao Relatório do Professor Ross”. *Boletim da Agência Geral das Colônias, nº 08, .152-163*

⁵⁰⁸ Idem. p.156

outras,⁵⁰⁹ embora, como identifica Clarence-Smith, “[...] os portugueses não foram capazes de refutar o peso geral das suas acusações. O escândalo internacional que se seguiu contribuiu para a queda do regime republicano, na medida em que se levantou uma vez mais a questão, se Portugal teria competência para tomar conta das suas colônias”.⁵¹⁰

O certo é que, neste mesmo ano de 1926, Portugal muda, mais uma vez, o seu regime político. O Congresso é fechado⁵¹¹ instalando-se a ditadura. É publicado o Decreto de nº. 12.421, e mais uma vez, modifica-se as bases orgânicas das colônias: restringem-se os poderes dos Altos Comissários; as colônias passam a formar o *Império Colonial Português* e, embora fique registrado na lei que as colônias constituem organismos administrativos autônomos, esta autonomia, na própria lei de Bases, já está limitada, não só com a retirada de poderes dos Altos Comissários, como, também, pela extinção dos Conselhos Legislativo e Executivo, voltando a existir o antigo Conselho de Governo, tudo isto levado a cabo por um colonialista, “João Belo”.

Como os atos dos homens refletem o seu pensamento, a suas experiências, as suas convicções, João Belo, que viveu em Moçambique por quase 30 anos, observe-se que ele lutou contra os vátuas ao lado de Mouzinho de Albuquerque e era apreciador de Antonio Enes e das suas teses,⁵¹² aproveitou todo este conhecimento para estabelecer a sua política colonial, que tinha como bases:

- “- Necessidade de um controlo mais cerrado nos assuntos coloniais, com a conseqüente limitação do regime de amplas autonomias concebido pela República.
- Centralização na capital de todas as decisões importantes que diziam respeito à totalidade do império ou a alguma das suas parcelas.
- Importância determinante do saneamento financeiro e da nacionalização em matéria econômica, contra a ambição de estrangeiros.”⁵¹³

No nível internacional é publicada a Convenção de 25 de setembro de 1926, que foi ratificada por Portugal em 26 de agosto de 1927, portanto, após a publicação do *Estatuto Político e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*. O documento destinava-se a

⁵⁰⁹ Ver. Boletim da Agência Geral das Colônias, nº 08, p. 160-163, Ano 2º, nº 16, p.248. Ainda como conseqüência do Relatório Ross, que provocou o pedido de informações feito pela Sociedade das Nações, o no. 05 do Boletim, Ano. 1, Nov./1925, publica, na íntegra, embora em francês, as informações prestadas pelo Governo Português, pp170-208

⁵¹⁰ SMITH. G. C., ob. cit. p. 149.

⁵¹¹ Decreto nº 11.711 de 09.06.1926. D.G. nº. 122, 1ª Série de 09.06.1926.

⁵¹² HENRIQUES, I.C., ob. cit. p.232.

⁵¹³ SILVA, R.F. da, 1991, pp.337-338.

evitar e reprimir o tráfico de escravos e suprimir, completamente, a escravatura em todas as suas formas.

Convém notar que o art. 2º da Convenção ao se referir à abolição completa da escravidão, diz que ela será promovida, progressivamente, e assim que possível, sem, no entanto, dizer como isto deveria ser feito pelas nações membros e quais as consequências para aquelas que não observassem estas orientações, o que significa que nada podia acontecer, mesmo se a Convenção fosse ratificada pelos Estados Membros.

No art. 5º a Convenção⁵¹⁴, na qual se propunha a acabar com a escravidão em todas as suas formas, inclusive sob a forma de trabalho forçado, continua permitindo-o, embora para fins públicos, ressalvando que, nos territórios onde se permite trabalho forçado para fins não públicos, as partes devem por fim a esta maneira de exigência de trabalho, que deve ser devidamente remunerado e prestado no local de residência habitual do prestador.

O termo “progressivamente” utilizado, sem qualquer fixação de tempo, apenas “com a possível rapidez” não deixa a menor dúvida de que tudo podia ficar como estava durante muito tempo. E ainda que não fosse a imprecisão de tudo na Convenção, nada aconteceria se os países signatários não quisessem. Primeiro, porque não ordem interna ela somente seria observada se ratificada; depois, porque da sua não observação, não adviria qualquer sanção porque tudo não passava de recomendações gerais. A única sanção que a Alta Parte Contratante teria, à época, seria a de se expor à crítica da opinião pública internacional, que quase sempre lhe era desfavorável. As coisas ficariam, como sempre estiveram, pelo menos no que diz respeito à legislação interna de Portugal, que já não admitia, há muito, a escravidão, já não permitia o “chibalo”- trabalho gratuito para particulares, e nem o fornecimento de trabalhadores compelidos para particulares, embora continuasse a permiti-lo nos serviços de utilidade pública, princípios que foram observados no *Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, art. 5º.

⁵¹⁴ Todo o texto do Relatório apresentado pela Comissão Temporária da Escravatura ao Presidente do Conselho da Sociedade das Nações, está publicado no Boletim da Agência Geral das Colônias, Ano. 1º nº 04, Outubro de 1925. pp. 24-55. O texto da Convenção também pode ser encontrado na mesma publicação, no Boletim nº. 17, Ano 2º pp.107-117

6.3 – Legalização da Exclusão - Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique -1926⁵¹⁵

Mais uma vez, outubro traz transformações. João Belo, que era Ministro das Colônias em 1926, também, pela melhor maneira de se legislar para o Ultramar, publica o Decreto 12533 de 23 de outubro de 1926, primeiro código de Indigenato,⁵¹⁶ no qual resta bem clara a intenção do legislador: *Não se poderia atribuir aos indígenas os direitos relacionados com as instituições constitucionais.* Para o Ministro, isto não teria qualquer efeito prático, e não teria mesmo, a legislação colonial pós 1878 não permitiu que os direitos constitucionalmente assegurados aos cidadãos portugueses alcançassem os indígenas portugueses. Após o período de assimilação total, eles passaram a ser regidos por leis especialíssimas, leis que assim eram para garantir o seu afastamento de tais direitos, e sendo assim não teria mesmo qualquer efeito prático dar direitos assegurados pela Constituição, a quem nunca soube o que era isto, era mesmo uma inocuidade. Mais fácil seria ficar como estava e se ter a coragem de decretar o Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas, este sim, uma verdadeira Constituição para eles, oficializando, de uma vez por todas, a diferença.

No intróito do Decreto, o Ministro deixa bem claro qual a intenção da metrópole em relação aos indígenas: manter para “[...] eles uma ordem jurídica própria do estado das suas faculdades, da sua mentalidade de primitivos, dos seus sentimentos da sua vida, sem prescindirmos de os ir chamando por todas as formas convenientes à elevação, cada vez maior do seu nível de existência”,⁵¹⁷ diretrizes que não diferem da orientação exterior.

⁵¹⁵ D.G.nº. 237, Ia.Série, de 23.10.1926,p1667-1670

⁵¹⁶ Na França, segundo Isabelle Merle, o sistema de indigenato instaura, em 1881, um duplo nível de repressão em relação aos indígenas. Um exercido pelo Governador com relação aos atos graves ou julgados como tal , que coloquem em perigo a segurança pública,embora a lista destes atos não sejam previamente definidos, o mesmo ocorrendo em relação as penas, o que dá ao governador uma grande margem de discricionariedade para a aplicação. O outro nível de repressão é colocado nas mãos dos agentes subalternos da administração que são encarregados de sancionar os indígenas, segundo uma lista de precisas de infrações e de penas definidas e limitadas. Os delitos são discriminados na lei e vão desde a desobediência a recusa de pagamento do imposto de capitação ou de trabalho. A autora diz, ainda, que às infrações discriminadas na lei de Indigenato, outras poderiam ser acrescidas à critério da governação local. Caracteriza o regime como de repressão e utilizado para controlar a população dita “indígena”, acrescentando que este sistema, segundo as autoridades, deveria ser provisório, porque quando votado em 1881 era para vigor durante um período de sete anos, tempo necessário, segundo as próprias autoridades, e foi apresentado como uma passagem obrigatória no lento caminho para alcançar a civilização. Continuando, diz que o sistema que era para ser provisório durou até 22 de setembro de 1945.(tradução livre) MERLE, I., 2005,p.44

⁵¹⁷ D.G. nº. 237, Ia.Série, de 23.10.1926, p.1668

Traduzindo a intenção do Senhor Ministro que representava o sentimento da nação portuguesa: Deixemos lá os indígenas com os seus costumes, suas crenças, sua vida. Não forneçamos a eles instrumentos que podem ser utilizados contra nós mesmos. O indígena dotado de direitos constitucionais seria “um igual”, e, a um igual, temos de tratar igualmente, não havendo, pois, como assegurar a igualdade a este ser que não sabe se portar diante da vida, que tem hábitos (usos e costumes) primitivos, os quais nos é necessário preservar, ou melhor: codificar para melhor conhecê-los e aplicá-los, através de nossa autoridade. Não os afastemos dos seus costumes, não os retiremos da sua primitividade, a não ser para melhor servir-nos, embora esta retirada seja consentida apenas no intuito de aprimorar a sua capacidade de trabalho, para render lucros aos nossos iguais e aos nossos cofres. Não temos interesses maiores nos indígenas e nem de conhecer os seus usos e costumes, a não ser para garantir que a inferioridade seja uma marca da diferença entre o cidadão e o não cidadão. Se o indígena continua inferior, se ele não puder, por si só, determinar-se diante de alguns fatos da vida, podemos manipulá-lo e, portanto, mantemos a nossa superioridade.

Não há, pois, mudanças. O indígena fica onde sempre esteve: na incapacidade. Capacidade! Somente a relativa e, apenas, para ser sujeito em um contrato de trabalho. Capaz para ser julgado e punido com as penas correcionais, que significavam braços mais baratos para a agricultura e indústria, enfim, para continuar cumprindo o seu dever moral e legal de trabalho Capaz, pois, para prover a sua própria subsistência e a dos seus, e se a isto se recusasse, para ser compelido a fazê-lo.

O Estatuto funciona como uma norma programática⁵¹⁸, nele se contém todas as diretivas que teriam de ser seguidas pelos governos locais para colocá-lo em execução. O que não podia ser esquecido pela legislação local eram os princípios que a governação geral elegeu para levar avante a intenção explícita de excluir os indígenas, como também a neutralização política da administração das colônias,⁵¹⁹ porquanto trouxe de novo para a Metrópole o controle da administração, extinguindo os Conselhos Legislativo e o Executivo, voltando ao antigo Conselho de Governo, formado por vogais natos, nomeados e pelo Governador, Base IV. Os conselhos teriam competência consultiva e deliberativa e o Governo, entenda-se aqui como o da Metrópole, elaboraria carta orgânica para cada uma

⁵¹⁸ Normas programáticas traçam preceitos a serem cumpridos, dão as linhas gerais que devem ser utilizadas pelos legisladores quando da criação de normas regulamentando as condutas.

⁵¹⁹ Decreto 12.421 de 02.10.1926. B.O.M nº. 45, Ia. Série, p.324-328, vide referência no. 127.

das colônias, competência do Congresso da República, Base VIII, dispositivo de letra morta, porque o Congresso, neste mesmo ano, foi fechado, estabelecendo-se em Portugal a ditadura.

As Bases II e IV referem-se aos direitos e deveres dos indígenas e aos usos e costumes, que deveriam ser observados, como, efetivamente, aconteceu no Estatuto que oficializou a exclusão, que, por isso mesmo, teria de identificar bem a quem era dirigido, o que o diploma legal faz no art. 3º que define o indígena como: “[...] os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que pela sua ilustração e costumes se não distingam do comum daquela raça”, ⁵²⁰ retorna-se ao critério biológico para a identificação do indígena, entretanto esta definição pode ser alterada pelo governo local, porque é este que define as condições que devem caracterizar os indivíduos naturais da terra, ou nelas habitando, para serem considerados indígenas.

O Governo de Moçambique, para efeitos de aplicação do Estatuto, em novembro de 1927, através do Decreto Legislativo nº. 32, *define, mais uma vez, o indígena*: “os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que não satisfaçam cumulativamente as condições inseridas nas alíneas do art. 1º que são: falar português, não praticar os usos e costumes característicos do meio indígena, exercer profissão, comércio ou indústria ou possuir bens de que se mantenham” ⁵²¹. O indígena, portanto, é identificado pela negação. Se o indivíduo não fala português, pratica os usos e costumes indígenas e não exerce profissão ou comércio ou não possui bens de que se mantenham então ele é considerado indígena e a ele se aplica o Estatuto e todas as leis especiais relativas aos indígenas.

Moçambique, entretanto, não se contentou em definir o indígena, mas declarou como era provada a condição de “não indígena”, caso houvesse dúvida a respeito; nesse caso o indivíduo teria de promover uma justificação e a sentença serviria de comprovação desta condição de “não indígena”, a qual, também, poderia ser obtida através de decisão do Tribunal Privativo dos Indígenas.

Os filhos de “uma indígena” e “um não indígena”, que fossem perfilhados por este; as mulheres e os filhos de “não indígenas” e os indivíduos habilitados com o curso dos liceus ou qualquer outro secundário eram “não indígenas”.

Pelas definições e exigências que eram feitas em Moçambique temos que o que se queria era dificultar a passagem do “indígena” para a condição de “não indígena”.

⁵²⁰ Decreto 12.533 de 23.10.1926. D.G. nº. 237, Ia. Série, p. 1667-1670

⁵²¹ Decreto Legislativo nº. 32 de 12.11.1927. B.O.M. nº. 46, Ia Série, de 12.11.1927, p.383

A definição da lei geral trouxe problemas para a identificação, e tanto é assim que, em 1929, através do *Decreto de nº. 16.473 de 06 de fevereiro de 1929, que reformou o Estatuto de 1926*, este último já com aplicação na Guiné e nos territórios da Companhia de Moçambique, no art. 2º, redefine os “indígenas” e, também, os “não indígenas”, estes últimos considerados como “os indivíduos de qualquer raça que não estejam nestas condições”,⁵²² distinguindo-os dos primeiros através da negação, acompanhando o que já fora feito em Moçambique.

No estatuto, é repassada aos indígenas a garantia constitucional da individualização da pena, 10º e 11º e a liberdade contratual tão apregoada, que já tivemos oportunidade de comentar, completamente limitada.

No art. 2º mais uma vez, se impõe a codificação dos usos e costumes dos indígenas e por força disto foi enviado, para apreciação superior, um projeto de Pereira Cabral, que não foi aceito e ao qual o Tribunal da Relação de Moçambique classificou de ilegal, sob o argumento de que a proposta apresentada tinha a pretensão de unificar os usos e costume de todos os indígenas, unificação que se sabia impossível dado às diferenças entre as nações africanas, o que no dizer da Relação, “[...] vai decerto retardar o progresso e causar sérias perturbações na vida do indígena”⁵²³ e contraria o que está estabelecido no art. 2º do *Estatuto Político Civil e Criminal dos Indígenas*, que estabelece que tal codificação deveria ser feita por circunscrições administrativas e aceites todos os costumes, desde que estes não ofendam o direito de soberania e não repugnem aos princípios da liberdade, sendo certo que tais critérios, soberania e liberdade, eram ocidentais, “europeus”, o que significa dizer que até mesmo o respeito pelos usos e costumes tinha a sua limitação.

Os critérios de moralidade, bons costumes, educação, eram os peculiares aos “brancos”, portanto, a criminalização da conduta era efetivada de acordo com estes critérios, que eram estranhos aos costumes indígenas; desta maneira, qualquer orientação que neles se baseassem, limitava o tal respeito aos usos e costumes tão apregoado pelas autoridades. Ainda que o julgamento tivesse a participação de dois indígenas, o respeito aos usos e costumes não estava garantido, porque o julgamento era feito observando-se a limitação imposta pela moralidade estabelecida pelo europeu. Jamais os usos e costumes dos indígenas seriam observados na sua totalidade, até porque, alguns deles, já tinham sido

⁵²² D.G. nº. 30, Ia Série, de 06.02.1929 pg.386

⁵²³ Parecer do Tribunal da Relação de Moçambique acerca da proposta de Código de Milandos remetida em 25 de agosto de 1927 (Ofício nº. 1746) pela Direcção dos Serviços dos Negócios Indígenas.

modificados, exatamente, pela convivência com o europeu. Também, de nada valia a presença do chefe indígena, uma vez que este podia atuar, se a autoridade permitisse, como mero informante. Um mero informante não é considerado como testemunha e as suas informações, se ouvidas, apenas serviria para orientar os julgadores no que se refere aos envolvidos, às suas vidas nas suas respectivas comunidades, suas personalidades; características pessoais dos litigantes, do réu ou da própria vítima e dos costumes de suas respectivas tribos.

Os tribunais privativos teriam jurisdição cível, comercial e penal; quanto a esta última deveria ser aplicado o Código Penal Português, com a ressalva do artigo “tendo na devida atenção o estado de civilização dos indígenas e os seus usos e costumes.”.

Se um indígena estivesse litigando com um não indígena, o foro privativo era excluído, e a causa seria julgada por tribunais ordinários, que também tinha competência para as questões que tivessem a participação de não indígenas como co-réus. A estrutura da Justiça Privativa dos Indígenas compreendia: o “Tribunal Privativo nas circunscrições”, “Tribunal Superior Privativo dos Indígenas” com sede na capital da Colônia. Neste Tribunal, que deveria julgar, em “grau de recurso”, as querelas julgadas pelo Tribunal privativo dos indígenas, não tinha qualquer membro indígena, dele faziam parte: o governador geral como presidente; o presidente da Relação do distrito judicial; um vogal eleito anualmente pelo Conselho do Governo e o Diretor dos Serviços e Negócios Indígenas, não havendo recurso das suas decisões.

Não havia recurso das decisões do Tribunal Superior Privativo dos Indígenas, entretanto, das decisões definitivas, seja do tribunal de primeiro grau, seja do de segundo grau, deveriam ser enviadas cópias para, respectivamente, o diretor dos “Serviços Indígenas” e para o “Conselho Superior Judiciário das Colônias” o que leva a um questionamento: Se estes dois órgãos não podiam modificar as decisões, para que as cópias eram enviadas? Um controle de que? Do número de decisões? Uma maneira de codificar os usos e costumes? Um controle administrativo das atividades daqueles julgadores? Uma espécie de Corregedoria para avaliar a correção das decisões? A resposta encontra-se no Decreto nº. 12.452: as cópias serviriam para que o “Conselho Superior Judiciário das Colônias” publicasse, anualmente, um livro com estas decisões, depois que estas transitassem em julgado, ou seja; não estivessem mais sujeitas a qualquer recurso. A justificação da medida é que o conhecimento da atuação do Judiciário nas colônias era

imperfeito tanto no país, como no estrangeiro, que precisavam saber do respeito e atenção que os Juízes tinham aos direitos dos indígenas.

Os processos continuavam a observar o rito sumário, onde prevalece a oralidade, entretanto, as informações dos chefes indígenas seriam reduzidas a escrito, o mesmo ocorrendo, no caso do parágrafo único do art. 4º, com as declarações dos dois indígenas mais conceituados no seu meio, designados pelo presidente do Tribunal. Estes dois últimos indígenas, bem como o chefe indígena da região, enquanto não fossem codificados os usos e costumes de cada uma delas, declarava quais eram eles em cada caso a ser julgado pelo tribunal.

Em relação aos usos e costumes uma observação deve ser feita. A metrópole sempre quis reduzir a escrito estes usos e costumes, porque na ordem jurídica, segundo os princípios positivistas, o direito tem de ser positivado, real, materializado, normativo, emanado do Estado. A representação deste direito, completamente normatizado, se fazia através da sua apresentação no mundo real pela lei escrita, codificada.

Os costumes fazem parte do mundo do Direito porque eles são validados pela lei e utilizados pelo julgador na resolução das questões que lhe são colocadas, nas quais há alegação de que se agiu de acordo com este ou com aquele costume, cuja existência tem de ser provada pela parte que o alegou. Entretanto, o costume, dentro do positivismo, estaria fora do mundo normativo, porque não era lei, não estava dentro do princípio da normatização, que sempre caracterizou o positivismo jurídico, não era uma norma no sentido restrito que se lhe empregava os teóricos desta doutrina. Para estar no mundo do direito, necessariamente, precisa ser criado pelo Estado, ser imperioso, ser normativo.⁵²⁴

Assim, para que os usos e costumes fossem considerados como “leis”, e pudessem ser observados e aplicados, eles teriam de ser codificados, apresentados ao mundo como normas de conduta emanadas do Estado, que na realidade, não estava a criar nada, mas, no momento em que, por decreto, “algum Ministro” aprovasse um código cafre, aí sim; O Código estava dentro do mundo da norma, dentro do mundo do direito, dentro do mundo do “dever-ser”.

Mas como codificar estes usos e costumes se eles evoluem junto com a sociedade que os seguem? Os costumes são observados, muitas vezes, por muitos e muitos anos sem quaisquer alterações, mas isto não é uma regra que não comporte exceção, exatamente pelo

⁵²⁴ Sobre o assunto ver: MONCADA, L. C., 1992, pp.43-49

próprio dinamismo social, que recebe a influência do mundo exterior, de outros costumes. O que caracteriza o costume é a prática reiterada de uma determinada ação e a sua transmissão de geração em geração, a interiorização dele e a convicção de que se age de acordo com o que é tido como certo pela comunidade onde ele é observado.

Partindo destas premissas: deveriam os usos e costumes dos indígenas ser codificados? Eles ficariam estáticos sem comportar mudanças? Estabelecer-se-ia um procedimento para criar um novo costume? Como codificar uma conduta que praticamente aparece por geração espontânea, por uma repetição de uma primeira ação que passa a ser observada por um grupo de indivíduos? E no caso em questão, o dos indígenas portugueses, quantas codificações existiriam? Era, pois, quase impossível se fazer esta codificação, que, se fosse o caso, deveria, pelo exposto acima, ser atualizada a cada vez que um novo costume fosse identificado, de acordo com o processo criado, pelo Estado, portanto normatizado, para adaptar esta mudança ao ordenamento jurídico existente. Ou seja, deixava de se costume, para ser, exatamente, lei.

Não era, pois, razoável falar em uma codificação dos “usos e costumes”. O que, possivelmente se quis, embora com a nomenclatura errada, foi uma catalogação deles, que serviria para orientar os julgadores.

Como não foram feitas codificações ou catalogações, a administração encontrou uma maneira para que os “usos e costumes dos indígenas” fossem observados: criou a “Comissão de Defesa dos Indígenas,” e na sua formação incluiu dois indígenas, que deveriam ser escolhidos entre os chefes de maior prestígio da sede do distrito, dando-se preferência aos que sabiam falar português.

Esta Comissão, segundo o art. 20º tinha competência para: a) receber todas as queixas contra as autoridades, que tenham como causa a relação destas com os indígenas; b) ouvir os chefes indígenas sobre as necessidades das suas populações; c) proceder a inquéritos, quando necessários, em relação aos dois itens anteriores; d) propor ao governador geral da colônia todas as medidas que entender convenientes em benefício dos indígenas; e) consultar sobre todos os assuntos referentes aos indígenas em que for mandada ouvir pelos governadores e f) aprovar os contratos a que se refere o art. 6º - contratos que não sejam de prestação de serviços entre indígenas e não indígenas; a validade destes contratos estava sujeita a esta aprovação.

Como direitos políticos dos indígenas o Estado garantia a proteção, educação e instrução, que seriam patrocinados por uma parte do imposto indígena; a contra prestação do Estado, que cumprindo a sua função social, devolve em serviço o que recebe do indivíduo através de imposto. O respeito às instituições políticas dos indígenas também é erigido à categoria de direito político, art. 8º.

No que se refere aos contratos de trabalho dos indígenas assegura-se, no art. 5º a liberdade nos contratos de prestação de serviços e a validade da execução dos mesmos.

A que liberdade reporta-se a lei? A liberdade da contratação? De estipulação das cláusulas contratuais? Se existia a liberdade, por que a autoridade teria de assegurar a validade deles? Esta validade do contrato refere-se a que? Aos termos nele colocados, que evidentemente teriam de estar de acordo com a lei? Ou ao tempo de duração do contrato? E por que, no caso de outros contratos, que não o de prestação de serviços, a aprovação pela Comissão era necessária?

O certo é que o que se quer, e o que sempre se quis, é controlar, se possível na sua totalidade, todas as ações dos indígenas. Se um organismo desaparecia, outro era criado para exercer a fiscalização e controle. Proteger os indígenas era a “senha” para o exercício da dominação, do controle, da subordinação, criação de comissões, instituições, cargos.

Colocar indígenas fazendo parte de uma Comissão nada quer dizer em termos de proteção. Dava-se a aparência de que as recomendações internacionais estavam sendo seguidas; que o respeito aos usos e costumes estava sendo observados. Colocar missionários dentro desta específica comissão realmente tinha sentido, porque eles tinham a obrigação de incutir nos indígenas o respeito por Portugal, ensinar-lhes a língua, nacionalizar a África portuguesa. Que melhor influência para os dois indígenas que participavam da Comissão podia ser exercida, que não a destes missionários?

Por outro lado, se os indígenas eram escolhidos entre os Chefes de maior prestígio, certamente, este prestígio tinha de ser utilizado em favor dos colonizadores. O raciocínio é lógico: o chefe indígena de prestígio nada mais tinha de provar à sua comunidade, na qual já tinha o seu reconhecimento, tanto que, por isso mesmo, pela influência que exercia no seu povo, é que foi escolhido para participar da Comissão. O prestígio do chefe é usado para angariar a confiança do indígena, que teria a “certeza” que não seria ludibriado, enganado, porque o seu “chefe” estaria presente e iria defendê-lo, caso necessário: Mais

correto de que isto é impossível! Mas quem irá defender o próprio chefe da influência de tantos doutos e missionários? Como o chefe poderia, diante de tantos, impor os direitos dos seus chefiados, os usos e costumes dos seus? Estas são apenas algumas das questões que podem ser levantadas a respeito desta participação e utilização dos indígenas, não só nestas comissões, quanto em instituições criadas, a exemplo do “Tribunal Privativo dos Indígenas”, no qual eles também estavam presentes.

Dentro de um ano a contar da data da publicação do Estatuto nos Boletins Oficiais, os governadores deveriam colocar em vigor os regulamentos necessários à sua execução, que deveriam ter o parecer das Relações dos distritos judiciais.

O Estatuto, em relação ao trabalho dos indígenas, não altera a lei que o regulamentava até o momento, o Decreto nº. 951 de 1914. A única modificação refere-se ao trabalho compelido, que continua sendo admitido quando for indispensável em serviços de interesses públicos e de urgência inadiável, mas fica proibido em relação a particulares. Neste aspecto é que reside a liberdade de contratação assegurada no art. 5º: A partir da edição do Estatuto, e quando ele entrasse em execução nas províncias, qualquer contratação de serviços por particulares só poderia ser feita através de contratos, livremente firmados, entre o tomador e o prestador dos serviços.

O trabalho correcional continua admitido, assegurada, entretanto, a sua remuneração: denote-se, por importante, que o trabalho correcional é o derivado de uma condenação, portanto não poderia ser abolido, mas, também aqui, ele só é admitido em serviços públicos ou de utilidade pública, art. 11º.

Para dar execução ao estabelecido no art. 21º do Estatuto, em 1927, publica-se em Moçambique o “Regulamento dos Tribunais Privativos Indígenas”,⁵²⁵ que, no seu art.12º, trata das condenações em trabalhos públicos e trabalhos correcionais: as primeiras designadas por penas maiores, são cumpridas em distrito diferente do de residência do condenado; as segundas poderão ser cumpridas fora, ou no lugar da residência do réu, ficando certo que, tanto em uma como na outra, o condenado é obrigado a trabalhar sob vigilância especial da polícia, realizando serviços públicos ou de utilidade pública. Somente em 1929, já com uma nova edição do *Estatuto Político e Criminal dos Indígenas* é que se regulam as relações de direito privado entre indígenas e não indígenas.⁵²⁶

⁵²⁵ B.O.M nº 46, Ia. Série, de 12.11.1927, Diploma Legislativo de nº 37

⁵²⁶ D.G. nº 30 Ia. Série de 06.02.1929, pp. 390-392

No art. 13º do regulamento há expressa referência ao cumprimento de penas de menores de 14 anos e das mulheres, que deverão cumpri-las nos estabelecimentos públicos que menciona. Observe-se que há previsão da aplicação de pena a menores de 14 anos, que deveriam ser considerados inimputáveis.

O Regulamento de 1914 vige, com algumas modificações, até o advento do novo Código de Trabalho Indígena das Colônias Portuguesas em África, publicado em 1928 e ao qual nos reportamos no presente trabalho apenas a título de informação, uma vez que a nossa data limite é 1926, quando da edição da primeira versão do Estatuto Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique, mas é imprescindível deixar fixado que a política indígena que continuava a ser praticada em Portugal era a de exclusão, cada dia mais visível e mais legalizada.

6.4 – Legislação pós-ditadura

6.4.1 Código do Trabalho Indígena⁵²⁷

O processo de exclusão do “Outro” continuou a desigualar os indígenas, que, a cada nova lei proposta, eram mais diferenciados pelos marcadores criados pela cultura europeia.

O Governo, com a mesma justificativa anterior, alegando que o Regulamento de 1914 já está, após 14 anos da sua publicação, alterado por muitos preceitos dispersos, e que algumas das suas disposições são de difícil consulta e aplicação em todas as colônias, remodela-o para adaptá-lo às condições atuais e para unificar toda a legislação referente ao trabalho indígena.

A Legislação vem condensada num Código e contém 428 artigos. Como uma sistematização que é, recolhe toda a legislação existente entre 1914 e 1928, num único diploma. A confirmação disto pode ser vista no relatório que precede o Decreto de aprovação; Por exemplo, a instituição da caderneta indígena foi determinada antes mesmo de 1914, portanto não é criação nova alguma, o que o Código faz é determinar que ela seja exigida em todas as colônias;⁵²⁸ o sistema de compensações por acidente de trabalho e assistência médica aos indígenas já existia, o primeiro desde 1913, através da lei 83, tendo

⁵²⁷ Decreto 16199 de 06.12.1928. Suplemento ao B.O.M. nº 2, Ia. Série, de 16.01.1929 pp. 19-62

⁵²⁸ B.O.M. nº 02, Ia Série, de 16.01.1929, p.20

Moçambique regulado esta compensação, localmente, em 1917, a diferença é que, agora, o patrão, para fornecimento da assistência médica é ajudado pelo Estado, ficando, exclusivamente, sob o seu encargo no caso de ter mais de 1000 empregados. A proibição do trabalho compelido para particulares é, e não é, uma novidade, pois ela já existia, embora, na prática, o fornecimento de compelidos para particulares tenha existido até data muito próxima à da recomendação para sua extinção “progressiva” na ordem internacional: lembremos-nos do acordo de fornecimento de mão-de-obra para a Sena Sugar.

A obrigação moral do trabalho não desaparece, porque no art. 3º o governo, apesar de não impor qualquer espécie de trabalho obrigatório ou compelido para fins particulares, não prescinde de que os indígenas cumpram o “dever moral” de procurarem, pelo trabalho, os meios de subsistência. Se o indígena não cumprir este dever moral, o que acontece? Anteriormente ele podia ser punido porque a obrigação, além de moral era legal, podia, pois, ser exigida legalmente. E agora, como o Governo agirá para que os indígenas cumpram esta obrigação moral, que, por ser apenas moral não admite qualquer cobrança coercitiva? Podemos achar esta resposta no art. 4º quando o Governo reserva-se o “direito de incitar o indígena a trabalhar de conta própria, tanto quanto for razoável, para melhoria de sua subsistência e condição social, e de fiscalizar e tutelar benêficamente o seu trabalho em regime de contrato.”⁵²⁹

Como o Governo poderia incitar o indígena a trabalhar por conta própria? Concedendo-lhes terrenos para que plantassem culturas indicadas pelo próprio governo, como o caso do algodão, que já em 1926 teve sua cultura regulada pelo Decreto nº. 11.994? Proibindo-lhe a venda direta? Fixando o preço da produção?⁵³⁰ “O algodão é o mais belo florão do “pacto colonial”. A cultura forçada do algodão é imposta em 1926 aos camponeses africanos para abastecer a indústria têxtil metropolitana, então em pleno desenvolvimento, [...] mas é o norte de Moçambique que fornece os quatro quintos da produção de algodão. As colônias de África conseguem cobrir as necessidades da Metrópole, mas à custa de graves fomes em Moçambique.”

No art. 2º, mais uma vez, conceitua-se indígenas: “*são os indivíduos da raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, se não distingam do comum da*

⁵²⁹ *Idem* p. 22

⁵³⁰ Ver arts. 13º, 14º, Parágrafo Único do 15º, 19º. 21º, 45º este último diz respeito à infrações ao regulamento, que, no caso do indígena será sempre de um a seis meses de trabalho correcional e aplicada pela autoridade administrativa local. D.G. nº. 165. Ia. Série, de 30.07.1926, p. 889-895

sua raça”, remetendo para a legislação local as condições especiais que devem caracterizar os indivíduos delas naturais ou nelas habitando para assim serem considerados, no entanto, também define os não indígenas.

O “trabalhador indígena” é conceituado no art. 5º⁵³¹, que exige três requisitos para assim ser considerado – ser indígena, prestar serviço a outrem, ter um contrato de prestação de serviço. Retira-se do conceito de trabalhador, o que mais caracteriza a relação, que é o salário.

A “tutela do Estado sobre os trabalhadores indígenas” continua a ser exercida, art. 8º, através do Curador Geral e pelos seus agentes, sob a superintendência do governador, o que significa que os indígenas continuam com o status de incapazes, no entanto, na ordem do discurso esta tutela passa, realmente, ao que devia ser sempre, uma maneira do Estado fiscalizar a correta aplicação da lei, seja em relação aos trabalhadores, seja em relação aos patrões. Capítulo II do Código, particularmente, os arts. 10º e 12º.

A lei permite o recrutamento e aqui é que se encontra, efetivamente, o maior problema do diploma legal: Por que dizemos isto? Porque a lei que pretende cumprir a Convenção de 1926, que proíbe o trabalho compelido, permite que existam sociedades de angariadores, que funcionam, na realidade, como agentes recrutadores, como era antigamente o próprio Governo. Para fazer este recrutamento, embora cercado de toda a fiscalização possível, a lei dá algumas facilidades aos engajadores, e estas facilidades são concedidas e prestadas através dos funcionários do Governo art. 37, que; a) indicam os locais onde a mão-de-obra disponível, por problemas com a agricultura local ou por qualquer outra causa, é abundante; b) não lhe opõe qualquer embaraço na sua ação, a não ser para prevenir abusos; c) aconselham chefes gentílicos e os indígenas a procurar trabalho embora sem lhes impor a obrigação de contratarem com estes recrutadores; d) coíbem boatos e campanhas contra o trabalho honesto dos recrutadores, e e) presta-lhes, em qualquer emergência, todo o auxílio moral e material, que é justo e de uso prestar aos viajantes no interior das colônias. Facilidades que não deveriam existir porque, favorecendo os recrutadores com as benesses acima, as autoridades participam, de uma maneira ou de outra, do processo, o que lhes estava vedado por lei. Imagine-se uma autoridade, na presença do engajador, a dizer a um chefe gentílico e ao seu povo que o

⁵³¹ “Consideram-se como trabalhadores indígenas todos aqueles que, estando nas condições do art. 2º, prestem serviço a outrem, mediante um contrato de prestação de serviços feitos nos termos deste Código”. O artigo 2º ao qual se reporta o artigo 5º define o indígena.

trabalho daquele é honesto e que eles, indígenas, devem procurar trabalho: o que vem a ser isto senão uma participação ativa no recrutamento? Presume-se que, com esta interferência, que funciona como uma coação, o resultado é a concordância do indígena.

Se a preocupação era retirar do Estado a atividade de recrutamento, para que estas concessões aos recrutadores? Será que a resposta pode ser encontrada em ter se achado um meio para não permitir que os braços “administrativos” ficassem inertes e atrofiassem? Isto porque, retirado do Estado o recrutamento, o que fariam tantos e tantos empregados do governo? O que fariam os sipais? Esses portugueses e assimilados não podiam ficar sem nada fazer, portanto, ajudar o recrutamento, fundir o público com o privado, mascarando o primeiro para atender o segundo, facilitando-lhes o trabalho era uma solução, que, inclusive, não ofendia aos reclames humanitários internacionais.

O certo é que o desgosto, com esta passagem do recrutamento da mão-de-obra para o setor privado, é geral, conforme afirmado por José Telo: “O decreto encontra a oposição quase unânime das plantações e dos comerciantes”,⁵³² com as suas razões de padrões evidentemente: o trabalho livre; a presença de recrutadores privados; o cumprimento de tantas obrigações, tudo isto, certamente significava custos, despesas, lucros menores, quanto pior; uma valoração do indígena que não era querida, provavelmente, pelos srs. proprietários, que sem a ajuda do governo não teriam a mão-de-obra que necessitavam, como se observa da carta que foi enviada por Francisco Gavacho de Lacerda e publicada no Boletim da Agência Geral das Colônias,⁵³³ na qual o autor queixa-se da decisão do Governo de passar para a iniciativa privada a angariação de trabalhadores, para ele

“[...]desde o momento em que o Govêrno se desinteresse do angariamento de mão de obra, toda a atividade agrícola cessará.

Substituir o fornecimento da mão de obra, que tem sido feito pelo Govêrno, pelo das associações de recrutamento, não dará o resultado desejado, pela simples razão de que poucos indígenas, em número insuficiente para as necessidades locais, se irão contratar”.

Opinião com a qual não concordava Henrique Corrêa da Silva (Paço d’Arcos), que em artigo publicado na *Seara Nova* sobre a mão-de-obra indígena criticando um anúncio da Companhia de Moçambique sobre a contratação livre de trabalhadores se reporta não a esta lei, e sim a anterior de 1926, em que, efetivamente e oficialmente, ficou assegurado o trabalho livre, que foi implantando na Companhia de Moçambique pelo então governador,

⁵³² TELO, A. J., 1992, p.79

⁵³³ LACERDA, F. G., 1929, p. 10-14.

que passou um ano para conseguir colocar em prática tudo aquilo que se continha no Estatuto em relação ao trabalho livre.

Segundo ele, também a partir daquele momento, a Direção dos Negócios Indígenas da Companhia passou a executar o seu papel de fiscal, com a proibição absoluta de qualquer ato de angariação. Por força disto, a população trabalhadora subiu em 1927 para 128.124 mil indígenas, em 1928 para 138.305, uma vez que os indígenas passaram a oferecer-se para trabalhar sem necessidade de qualquer angariamento.

Continuando, fala, especificamente, da coragem de um homem, que era ele próprio, que acreditava no indígena e que sabia “[...] que o preto tem, como disse, a noção precisa do limite do seu direito e do seu dever” e que durante o seu passar pela Companhia fez o trabalho do qual a Companhia agora quer se apropriar, para colher as glórias.⁵³⁴

Ora bem: se as autoridades estão proibidas de recrutar trabalhadores para serviços de particulares, como é o caso do trabalho executado pelos recrutadores, que como a própria lei ressalva, estão a fazer um trabalho honesto, mas é uma atividade completamente particular e com fins de lucro; Por que o governo tem de intermediar esta relação? Será que a máscara seria tão grande que o recrutamento continuaria oficial? Será que teremos de concordar com o Cônsul americano de Lourenço Marques, quando em relatório de 1919 diz:

«“Tal como acontece actualmente, em muitos casos a questão está em saber quanto é que o gerente da plantação está disposto a pagar ao funcionário administrativo para este esquecer a lei e proceder ao recrutamento, como até aqui”».⁵³⁵

O trabalho obrigatório e o correcional estão regulamentados no Capítulo X, entendendo-se, de acordo com o art. 293º, como “trabalho obrigatório”, “forçado” ou “compelido”, vide que o código iguala todas as formas, “[...] aquele que algum indígena for coagido a prestar, por ameaças ou violência de quem lho impuser, ou por simples intimativa das autoridades públicas.”⁵³⁶ No artigo seguinte, proíbe-se o trabalho obrigatório para fins particulares, admitindo-o, excepcionalmente, para fins públicos em certos casos urgentes e especiais, nas condições ali estabelecidas, art. 296º e só o Governo da Metrópole pode autorizar este trabalho, que, entretanto, será exigido pelas autoridades

⁵³⁴ SILVA, H.C., 1929 p.359-362

⁵³⁵ Citado por Antonio José Telo, ob. cit. p.79

⁵³⁶ Suplemento B.O.M nº. 02, Ia.Série de 16.01.1929, p. 48

da área de residência do indígena, sempre por intermédio dos chefes indígenas, utilização das autoridades gentílicas.

No art. 300º, o princípio da liberdade contratual apregoado é completamente quebrado, quando permite que a autoridade faça o indígena tomar, ou retomar, o trabalho para o qual se tenha obrigado, caso ele o abandone. Por que quebrado o princípio? Porque esta é uma falta disciplinar, trabalhista, que deve ser punida como tal. Se um trabalhador deixa o trabalho, voluntariamente, deixa de cumprir o contrato e dá causa à rescisão do mesmo e a sanção aplicável deve ser a “trabalhista”. Além disto, e para afastar a imposição de retornar ao trabalho, há sanção na própria lei, art. 351, que prevê indenização pelo que foi gasto com a contratação, bem como a pena de trabalho correccional de até 180 dias, o que ratifica a falta de liberdade, pois, mais uma vez, uma ação completamente alheia ao direito penal é criminalizada para efeitos de punição pelo meio peculiar a este ramo do direito. Por outro lado, institui-se a proibição de rescisão do contrato, retirando do trabalhador a iniciativa da ruptura do vínculo, como seria o caso do abandono voluntário. Está, pois, completamente afastada a liberdade contratual.

No particular, todas as faltas dos trabalhadores indígenas continuam sendo punidas com o trabalho correccional, forma de angariar mão-de-obra forçada para os trabalhos públicos.

Os recontratos só podem ser feitos após 10 dias de vencido o primeiro e não podem ultrapassar, somados ao anterior, três anos, para fora da colônia, dois anos para a colônia de naturalidade do indígena e um ano para contratos que sejam feitos sem a intervenção da autoridade. Os contratos primitivos, pois, tem prazo máximo de dois anos para dentro da colônia e três para fora dela, o que é um avanço em relação ao código anterior que fixava o prazo de 5 anos.

Agora o tempo de doença é contado como tempo de serviço, porque é considerado como ausência legal. O repouso remunerado é fixado para o domingo e respeitam-se os feriados, art.226º.

O Código, como os anteriores, regula o recrutamento para dentro e fora da colônia; o transporte dos trabalhadores; a identificação dos indígenas através da caderneta indígena; os contratos; recontratos e prorrogações; horário e descanso semanal; acidentes de trabalho, alimentação, alojamentos e vestuário; assistência social (creches, escolas), na realidade é um código completo, em que todas as situações que envolvem o trabalho

indígena estão contempladas, bem ou mal, as hipóteses estão, quase todas, previstas na lei, portanto, positivadas. Se seguido fosse, se não ficasse apenas na ordem do discurso, os indígenas teriam uma proteção mais humanizada, à exceção do trabalho correcional, pois voltamos a dizer: a falta trabalhista, que é uma falta civil, de direito privado, não poderia ser criminalizada para permitir a condenação do indígena em trabalho correcional, mas como já constatamos, podemos concluir: *a transformação de infrações civis em penais tinham uma finalidade, fazer com que os indígenas trabalhassem, tirá-los da ociosidade, obedecia a uma política de há muito instaurada, cujo princípio maior era, através do trabalho, moralizar e trazer o indígena à civilização.*

Não abordaremos outros assuntos, porquanto, em relação a esta última lei, ela somente foi comentada para que fossem registradas as mudanças ocorridas, dentro de um curto período de tempo, nas relações de trabalho, que tiveram como causa as decisões internacionais, as mudanças de política interna, política esta que também, alterou o Estatuto Político e Criminal dos Indígenas, em fevereiro daquele ano.⁵³⁷

6.4.2 - Revisão do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Moçambique, Angola, Guiné.

Segundo o relatório do decreto de aprovação, as mudanças do Estatuto referem-se tão somente às questões formais que visam a “[...] a facilitar a sua execução administrativa e judiciária, a viabilidade dos juízos e processos que constituem a base essencial de um estatuto acomodado às concepções psicológicas, desejos, necessidades e vida de elementar civilização das populações indígenas.”

Aqui o bom senso prevalece, quando se entende que a codificação dos usos e costumes teria o inconveniente “[...] que resultaria de se impedir a natural evolução do direito privado dos indígenas cristalizando em regras de carácter imperativo”⁵³⁸, mas, ainda assim, determina-se que seja feita uma codificação contendo o “[...] indispensável para regular, de um modo geral, as relações de direito civil entre os indígenas”⁵³⁹.

Os contratos podem ser aprovados por delegação pela Comissão de defesa dos indígenas, a pena maior de trabalhos públicos pode ser cumprida em colônia diferente.

⁵³⁷ Decreto nº. 16.473 de 06.02.1929, D.G nº. 30, Ia. Série, p. 386-392

⁵³⁸ Ibid

⁵³⁹ Ibid.

O decreto dá uma melhor constituição aos Tribunais Privativos, do qual passam a fazer parte dois vogais nativos. É, efetivamente, a Justiça indígena que sempre se quis assegurar, porque as partes teriam maiores chances de expor as suas argumentações em sua própria língua e de acordo com os seus costumes, no que seriam compreendidos, em razão da atuação dos dois vogais, que ao mesmo tempo, funcionariam como interpretes para as demais autoridades julgadoras.

Para tornar mais eficaz a aplicação da justiça permite-se a criação de Tribunais de Conciliação. A Comissão de Defesa tem a sua composição modificada, agora os dois vogais que fazem parte dela, preferencialmente, serão missionários portugueses em serviço nas missões nacionais, delegado do Procurador da República ou conservador do registro predial, art. 22 Parágrafo 2º.

Observe-se como foi alterada a composição da Comissão: os chefes indígenas que dela participavam foram excluídos, se bem que, como dito anteriormente, a participação deles, possivelmente, trazia mais prejuízos de que benefícios para os indígenas. A quantidade de vogais diminuiu e foi retirado o membro pertencente à classe médica.

A competência destas comissões está no art. 23º e é igual ao do Estatuto anterior, entretanto, criou-se mais um item, o 7º, para determinar que exerçam, também, as demais atribuições que lhes forem consignadas nos “Códigos do Indigenato” e regulamentos locais, além das que os governadores lhes conferirem.

O artigo que define o indígena faz referência aos não indígenas, conforme já comentado anteriormente.

Os governadores locais, dentro de 1 ano, deveriam colocar em vigor os respectivos Códigos de Indigenato.

Nem bem decorreu este prazo, um novo diploma vem alterar a organização administrativa das colônias, que agora passam a fazer parte do Império Colonial Português, expressão utilizada por João Belo, e agora, completamente aproveitada no “Acto Colonial”.

No final do ano de 1929 é publicado o *Regimento do Conselho Superior das Colônias*, que doravante vai exercer um papel primordial em relação à fiscalização da ação dos governadores das colônias, não só de referência à ação legislativa, como as de natureza financeira e administrativa.

As suas atribuições estão nos arts. 2º a 6º, funcionando como Tribunal Supremo do Contencioso Administrativo das colônias e como Tribunal Supremo de Contas.⁵⁴⁰

Pelo art. 2º. O Conselho tem obrigatoriedade de dar parecer nos assuntos indicados no art. 3º. No art. 4º o Conselho Superior das Colônias tem uma função, que nos parece, de controlador da constitucionalidade das leis coloniais locais, pois, através da leitura delas no Boletim Oficial, há a verificação da adequação às leis orgânicas vigentes, e se mantiveram uma orientação que conduza ao maior bem da colônia e aos superiores interesses da soberania nacional.

Também através da leitura dos Boletins Oficiais das Colônias, o Tribunal pode, quando julgar conveniente, informar ao Ministro as razões da sua discordância com atos dos governos locais. Além disso, exercia a função de exame e visto sobre os atos ministeriais relativos às colônias, e mais a de dar parecer sobre qualquer assunto, caso fosse a isto solicitado pelo Ministro. No exercício desta função deu o parecer de nº. 331 sobre o “Acto Colonial”, publicado, juntamente com este, em 08 de julho de 1930.⁵⁴¹ Observe-se bem que, já não é mais necessário que o Governo local enviasse a medida para apreciação, pois, de acordo com o que está na lei, o Conselho, somente com a publicação dela no Boletim oficial, podia “de ofício” analisá-la e dar o seu parecer, solicitando, inclusive, a sua revogação.

6.4.3 – Acto Colonial⁵⁴²

Em 1930, antes da publicação do Acto Colonial, alguns outros diplomas legais foram editados, tanto a nível internacional, quanto a nível nacional, e neste último, nas colônias.

A 10 de junho de 1930, reúne-se, na sua 14ª Sessão, a Conferência da Organização Internacional do Trabalho, que, em 28 de junho do mesmo ano, adota a Convenção de nº.29 “sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório”.

No art. 2º define o trabalho forçado ou obrigatório como sendo: “todo o trabalho ou serviço exigido a um indivíduo sob ameaça de qualquer castigo e para o qual o dito indivíduo não se tenha oferecido voluntariamente”.

⁵⁴⁰ B.O.M nº. 11, Ia Série, de 15.03.1930, pp.67-86

⁵⁴¹ D.G.nº. 156, Ia. Série, 2º.Semestre de 08.07.1930, pp.79-85

⁵⁴² Decreto nº 18570 de 08.07.1930

Exclui-se da definição: a) trabalhos exigidos em virtude de leis sobre serviço militar obrigatório; b) todo o serviço que faça parte das obrigações cívicas normais dos cidadãos dum país que se governe por si mesmo; c) serviço exigido por força de uma condenação judicial, que somente pode ser executado em serviços de natureza pública, vedada a sua utilização por particulares; d) trabalhos exigidos em caso de força maior que menciona; e) pequenos trabalhos realizados no interesse direto da coletividade e pelos membros desta.

A Convenção fixa prazo de 5 anos para que o trabalho forçado seja extinto, em qualquer das suas formas, aí se incluindo, aquele prestado para pagamento de imposto ou em trabalhos de interesse público, que só pode ser exigido pelas autoridades administrativas, nas formas permitidas pela convenção, até o final do prazo ali assinalado.

Os trabalhadores não poderão prestar o serviço em locais que não seja da sua residência habitual; somente homens válidos, entre 18 e 45 anos é que estão sujeitos a tal trabalho; que deverá ter duração máxima de 60 dias a cada período de 12 meses; contam-se os dias de deslocamento até o local do trabalho e o da volta a casa.

Os trabalhadores estão sujeitos a jornada igual à dos demais trabalhadores; são remunerados e, têm direito ao descanso semanal.

O trabalho forçado para transporte de mercadorias, pessoas, deverá ser suprimido no mais curto espaço de tempo possível e, enquanto isto não acontecer, as autoridades devem editar regulamentos fixando as matérias que estabelece no art. 18º.

No art. 19º recomenda-se não recorrer às culturas obrigatórias, a não ser em caso de evitar a fome ou escassez de produtos alimentares.

O trabalho forçado não deve ser prestado em trabalhos subterrâneos nas minas.

Os membros que ratificarem a Convenção deverão apresentar relatórios anuais à Repartição Internacional do Trabalho sobre as medidas que tomaram para dar cumprimento à Convenção.

É evidente que a Convenção só teria aplicação nos países que a ratificassem e registrassem tal ratificação na Repartição Internacional do Trabalho, e só depois de 12 meses do registro de ratificação ser feito por, ao menos, dois membros. Cada membro que registrasse a ratificação se obrigava a colocá-la em vigência 12 meses depois deste registro.

Na ordem internacional a convenção somente entrou em vigor em 01 de maio de 1932. Em Portugal ela foi ratificada pelo Decreto 40.646 de 16 de junho de 1956, e a comunicação ao Diretor Geral da Repartição Internacional do Trabalho foi feita em 26 de

junho de 1956, entrando em vigor, portanto, na ordem jurídica interna portuguesa, em 26 de junho de 1957⁵⁴³. No Brasil, a Convenção só foi ratificada em 25 junho de 1957, através Decreto nº. 41.721, ou seja; ao menos nestes dois países esta Convenção não pôde ser exigida antes de 1956 e 1958, respectivamente, portanto em nada ela modificou o direito interno de cada país até as datas acima mencionadas. Se isto aconteceu, foi por porque não havia qualquer obrigatoriedade de observação dos princípios e recomendações ali contidos. Em resumo, a Convenção, juridicamente, não poderia ser exigida na ordem interna dos dois países, e de qualquer um outro, que a não tenha ratificado e cumprido as demais formalidades exigidas.

Logo depois, no dia 08 do mês de julho de 1930, Portugal publica o *Acto Colonial*, Decreto nº. 18.570.⁵⁴⁴

Daqui para frente toda a orientação da política colonial sofre alteração: O *Acto Colonial* substitui todo o título V da Constituição de 1911. Seria ele, quando da revisão constitucional, incorporado ao texto da Constituição, mas urgia que fosse publicado antes, dado a situação em que se encontravam as colônias, numa verdadeira desorganização administrativa e, mais ainda, com Portugal sofrendo as pressões internacionais a respeito da sua incapacidade financeira de geri-las.

O *Acto Colonial* define a forma de relacionamento entre Portugal – Metrópole e as suas colônias que passam a formar o “Império Colonial Português”. A administração, que de acordo com o relatório de introdução, é descentralizadora, nada tem disto, porque a Metrópole traz para si as rédeas da administração financeira das colônias, retirando muito dos poderes dos governadores, que tem a sua ação limitada pela então “carta constitucional das colônias”, que é como pode ser considerado o Acto. Observe-se o art. 1º do decreto de aprovação no qual consta, textualmente, que “A Constituição Política da República Portuguesa e todas as suas disposições que por sua natureza se não apliquem exclusivamente à metrópole, é aplicável às colônias com os preceitos dos artigos seguintes”.

Diferentemente das outras leis relativas ao Ultramar o *Acto Colonial* foi previamente, publicado em jornais, para que o público sobre ele se pronunciasse, havendo uma ampla divulgação exatamente para este fim.

⁵⁴³ D.G.nº.123, Ia. Série de 16.05.1956 .

⁵⁴⁴ D.G.nº.156, Ia. Série, 2º semestre, 08.07.1930, pp. 74 - 86

Todo o seu conteúdo foi discutido no 3º. Congresso Nacional Colonial promovido pela Sociedade de Geografia, e teve ainda o parecer do Conselho Superior das Colônias.

Uma das grandes discussões girou em torno da denominação que deveria ter as possessões; se colônias ou se províncias. Prevaleceu a primeira hipótese, sob o argumento de que; primeiro atendia à tradição colonial portuguesa, segundo já em Portugal não mais se falava em Províncias, agora as antigas províncias metropolitanas portuguesas eram distritos administrativos, depois o termo província remete à uma época em que vigia o sistema político da assimilação ou centralização, em que “[...] a integração destas na organização da Mãe-Pátria, fundindo-se e amalgamando-se umas e outra em um todo único, com as mesmas leis e os mesmos processos administrativos, com a mesma economia e as mesmas finanças, e concentrados todos os poderes no Parlamento e no Governo. A pouco e pouco, as províncias ultramarinas iam sendo assimiladas pela metrópole”⁵⁴⁵.

As razões acima indicadas pelo Conselho Superior das Colônias desdizem tudo o quanto o próprio *Acto Colonial* informa: As Colônias agora, a partir da edição deste diploma voltam, quase como no começo, a ter uma severa fiscalização da metrópole. A descentralização apregoada no decreto de aprovação é totalmente contrariada nas diretivas estabelecidas no corpo do texto legal. A intenção não é descentralizar, a intenção é centralizar o máximo, a fim de reorganizar e controlar. Evidentemente que não se quer retornar à assimilação, longe disto, o próprio acto colonial é a maior prova de que se quer as colônias completamente diferentes da metrópole, tanto que se fez uma lei básica, que funcionaria como uma constituição, o que efetivamente acontece quando o seu texto é integrado à Carta Magna publicada no ano de 1933.

A partir da edição do *Acto Colonial* já se podia, ao menos teoricamente, falar em um controle constitucional da legalidade das normas relativas às colônias, tanto as de natureza geral editadas pela metrópole, como as de competência concorrente e residual atribuídas aos governadores de cada uma delas, cuja ação legislativa em muito foi reduzida nesse período, arts. 27º, 28º e 29º, neste último se utiliza, inclusive, o termo “restritamente” para a ação dos governadores, embora se trate de competência delegada pela metrópole para casos específicos. As funções legislativas, no que sobrou para ser legislado pelos

⁵⁴⁵ Trecho do parecer de nº.331, D.G. nº. 156, de 08.07.1930, 2º Semestre, pp 79-86

governadores, são “[...] sempre exercidas sob a fiscalização da metrópole e por via de regra com o voto dos conselhos do govêrno [...]”.⁵⁴⁶

A intenção flagrante do *Acto Colonial* é controlar, e não se controla senão centralizando o poder. Este retorno à centralização em tão grande escala, entretanto, não começou a ser idealizada com este diploma e nem com o Sr. Salazar, e sim com o Ministro João Belo.

Se esta centralização aumentou mais com Salazar isto tem uma explicação: as colônias tinham de passar por um saneamento financeiro e administrativo, a fim de que, juntamente com a mãe pátria passem a formar uma “[...] certa comunidade natural na economia delas”, lembrando que o idealizador da lei foi Ministro das Finanças. Sobre este particular da centralização demasiada, Penha Garcia, em discurso na Sociedade de Geografia, reconhece que o “[...] excesso de centralisação que predomina n’este título do Acto Colonial se venha a revelar defeituoso”⁵⁴⁷, o que, obviamente, de nada adiantou, porque prevaleceu o que foi mesmo idealizado pelo Ministro das Colônias.

No que se refere aos indígenas pouco ou quase nada foi alterado, apenas os seus limitados direitos e os seus deveres estavam, agora, garantidos, no nível constitucional, tanto que foi expressamente proibido que os governadores modificassem ou estabelecessem regimes sobre qualquer matéria constante do Título II do Acto, que abrangia os arts. 15º à 24º.⁵⁴⁸

Há uma modificação no que se refere ao trabalho compelido; observe-se que o verbo utilizado no texto é “compelir”, o que significa “obrigar”. Os indígenas poderiam ser compelidos ao trabalho em obras públicas de interesse geral da coletividade, em ocupações cujos resultados lhes pertençam, em execução de decisões judiciais de carácter penal, ou para cumprimento de obrigações fiscais.

Observe-se bem o detalhe; o diploma admite o trabalho forçado em: obras públicas; ocupações cujo resultado pertença aos indígenas; cumprimento de penas resultantes de julgamento por cometimento de crime ou delito e infrações de natureza penal e, ainda, para pagamento de impostos, esta última hipótese já afastada da legislação, vide que em Moçambique foi abolido o imposto braçal em 1926, e condenado pela Convenção de nº. 29

⁵⁴⁶ Art. 30º do Acto Colonial. D.G.nº. 156 de 08.07.1930, p. 78

⁵⁴⁷ Actas das Sessões e Teses do III Congresso Colonial Nacional, 1930, Lisboa, Tipografia e Papelaria Carmona, 1930 pp.32-39. O discurso foi realizado na sessão de encerramento do Congresso realizado em Lisboa sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Lisboa.

⁵⁴⁸ Item 2º do art. 28.

da OIT, que orientava aos Estados membros, que ainda se utilizassem deste meio para a cobrança de impostos, deixassem de fazê-lo em um futuro próximo, lembrando, ainda, que este tipo de trabalho, para pagamento de impostos, não estava contemplado nos últimos regulamentos relativos ao trabalho indígena.

Observe-se bem a discriminação acima das hipóteses em que se admite o trabalho forçado, pois bem: se a lei constitucional, que é o que o *Acto Colonial* é, tendo sido publicado antes da Constituição que passou a incorporar em 1933, exatamente porque, de acordo com o seu idealizador, a parte relativa às colônias “[...] não oferece dificuldades especiais que tem as outras, em que mais de perto influem as doutrinas políticas, econômicas e sociais; ao mesmo tempo é grande a urgência de aperfeiçoamentos nos textos em vigor”,⁵⁴⁹ diz que somente exigirá trabalho para cumprimento de sentença penal, como serão, a partir de agora, “penalizadas” as faltas trabalhistas cometidas pelos indígenas?

A pergunta tem pertinência porque no *Código de Trabalho de 1928* todas as faltas trabalhistas estão criminalizadas para efeito de ser reparada com trabalhos correcionais, mas o que a lei constitucional fala é de sentença penal, ou seja, aquela proveniente de uma decisão em um processo criminal.

No art. 4º do decreto de aprovação está expresso que “ficam revogadas as disposições das leis orgânicas das colônias que são alteradas pelo *Acto Colonial* e bem assim a demais legislação em contrário.”⁵⁵⁰

Se são alteradas as disposições em contrário; como seriam punidas, a partir daí, as faltas trabalhistas cometidas pelos indígenas, O que se faria: aplicava-se leis que contrariavam a Constituição?

Moçambique nos dá a resposta ao publicar, após a edição do *Acto Colonial*, o seu *Regulamento de Trabalho dos Indígenas na Colónia de Moçambique*, em 30 de setembro de adaptando o Código de 1928 às condições locais. As faltas trabalhistas continuam, como sempre foram, criminalizadas para efeito de reparação através do trabalho correcional.⁵⁵¹

No Regulamento de Moçambique contrato de trabalho dos indígenas é livre, assalariado, tem assistência e é fiscalizado, mas também não admite a ruptura, (abandonar

⁵⁴⁹ D.G.nº. 156 de 08.07.1930, p 74

⁵⁵⁰ *Idem*, p. 76

⁵⁵¹ Suplemento B.O.M. nº. 35, Ia. Série, de 04.09.1930, pp 410-444, especialmente os arts. 310º a 312º tn

o serviço sem autorização do patrão), que é considerada como falta cuja reparação está no art. 278º do código: trabalho correcional, sem sentença penal.

O objetivo de se falar do ano de 1930 foi incluir alguns comentários sobre o *Acto Colonial* diploma que marca, decididamente, a mudança de toda a orientação política em relação às Colônias, que fazem parte da Nação portuguesa, e que, por isso mesmo, tinham de ser defendidas da especulação estrangeira, da influência perniciosa que esta, segundo os administradores, exercia sobre os indígenas. O *Acto Colonial* é um programa de nacionalização das colônias, que vai incluir a nacionalização dos portos; a fiscalização e autorização, de acordo com as leis portuguesas, para o funcionamento das missões estrangeiras; a restrição das concessões de terras a empresas estrangeiras; não renovação das concessões existentes; valoração das missões portuguesas, que são erigidas às agentes de civilização e de soberania com as funções de ensinar a língua portuguesa e valorizar os fatos históricos e figuras públicas portuguesas, ambos os fatores de nacionalização.

O recurso à colonização branca também é um fator de nacionalização que será utilizado para, de acordo com o intróito do *Acto Colonial*, “expandir a nossa raça”⁵⁵², evidentemente, a portuguesa, o que significa que os indígenas, que continuam protegidos pela tutela das autoridades portuguesas, continuarão submissos e alimentando o sonho de Portugal: o da “expansão da sua raça”.

Sem a existência do indígena, e sem a sua ajuda, Portugal não poderia, nem ele e nem qualquer outra nação colonizadora, desempenhar a sua função histórica de “colonizar domínios ultramarinos e de civilizar populações que neles se compreendem, exercendo, também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente”,⁵⁵³ função esta que passa a ser da “essência” da Nação Portuguesa.

Em 1933 é publicada a *Novel Constituição da República Portuguesa* da qual o *Acto Colonial* passa a fazer parte, constitucionalizando-se, desta maneira, os direitos e deveres dos indígenas, não como cidadãos, e sim como “pretos” que eram.

⁵⁵² D.G.nº. 156 de 08.07.1930, p. 76.

⁵⁵³ Idem

7 – CONCLUSÃO

7 - CONCLUSÃO

A proposta do nosso trabalho era, a partir da análise das leis que regulamentaram o trabalho dos indígenas nas colônias portuguesas, no período de 1899 a 1926, e na comparação dessas com as que lhes eram imediatamente superiores, saber de sua constitucionalidade, das suas compatibilidades com as normas internacionais relativas ao trabalho indígena, e com a legislação infraconstitucional portuguesa, incluindo-se aí a legislação peculiar ao ultramar.

A partir destas representações que são as leis, pois que elas representam o direito de uma sociedade determinada, demonstramos a nossa imagem para os “Outros”. Pelas leis podemos indicar aos “Outros”, como regulamos as nossas condutas; qual a nossa forma de governo; quais as nossas liberdades e como elas são protegidas; quais são os direitos e deveres dos cidadãos que vivem neste território, enfim, retratamo-nos para os que são estranhos à nossa ordem jurídica. Através destas representações pretendíamos saber da adequação das leis ultramarinas ao sistema jurídico português, na firme idéia de que elas faziam parte deste ordenamento jurídico.

A primeira coisa que deve ser levada em conta num trabalho com leis, que envolve, evidentemente, a interpretação delas é determinar o espaço em que elas têm aplicação. Este espaço de aplicação da lei pode ser temporal e físico; no espaço temporal estamos atentos à vigência da lei no que se refere, obviamente, ao período de sua observação obrigatória. Analisamos o quando e o enquanto a lei está fazendo parte do ordenamento jurídico, o tempo da sua vigência; no espaço físico estamos dentro do limite espacial em que as leis têm aplicação, o território em que ela é observada.

Estas duas limitações, territorialidade e temporalidade, são imprescindíveis para a interpretação e correta aplicação da lei, porque elas delimitam a sua vigência, a sua validade e a quem se dirige.

Dentro de um espaço físico, as leis têm vigência indeterminada ou determinada, regulam situações gerais ou especiais.

Se a lei não é aplicada a todos, indistintamente, é considerada uma lei especial, porque perde a sua característica de lei geral e passa a regular condutas “particularizadas”.

A especialidade da lei pode ser uma necessidade determinada por circunstâncias alheias à vontade do legislador, motivos de força maior, acontecimentos que justifiquem o tratamento especial a uma parte dos indivíduos que estão dentro do espaço físico da sua

abrangência, ou seja; dentro do seu território de aplicação; como pode, voluntariamente, ser criada com esta característica por questões políticas.

A questão da especialidade, entretanto, tem limites: o legislador, no momento em que projeta uma lei especial, tem de levar em conta que o fato da norma ser criada com esta característica não significa que ela pode contrariar o ordenamento jurídico existente.

A especialidade não justifica, por exemplo, a edição de uma lei contrária aos princípios estabelecidos na lei que lhe é imediatamente superior, nem a qualquer dos seus dispositivos e princípios. Quando nos reportamos aqui à lei superior estamos a falar num ordenamento jurídico hierarquizado, em que a lei maior é o limite para todas as demais, que têm de estar de acordo com ela exatamente para fazer parte deste ordenamento, normalmente, a Constituição.

Se o legislador, entretanto, precisa, por questões políticas, regular situações que não cabem no ordenamento jurídico, há que encontrar fórmulas que justifiquem a existência desta lei especial. Provavelmente, modificará a ordem jurídica existente para que esta possa receber a lei que está sendo criada, ou, como este é um processo complexo, procurará mascarar esta lei especial, de maneira tal, que ela tenha uma legalidade aparente, que não fuja aos padrões estabelecidos, embora os seus objetivos sejam diversos dos que ali estão representados.

Foi esta aparente conformação com os princípios e com a legalidade que encontramos nas leis especiais referentes aos indígenas. Foram analisadas mais de uma centena delas, entre leis gerais expedidas pela metrópole e leis locais do Governo Geral de Moçambique e dos governos distritais.

A dialética “imaginário-real” estabeleceu uma contradição que permeou toda a legislação aplicada aos indígenas no período por nós analisado.

Por que falamos em contradição? Porque identificamos uma lógica excludente dentro de um contexto de inclusão.

A lógica da civilização, como uma missão dos colonizadores, era a de trazer os indígenas para o mundo civilizado, retirá-los da “primitividade” em que se encontravam para incluí-los em um mundo desconhecido para eles, no qual sempre seriam o “Outro” - o indígena - aquele que, por questões políticas, por motivos altruísticos e humanitários seria aceito, embora com restrições - exclusão, no mundo dos “Mesmos”.

A lógica era incluir para excluir. E é nesta contradição que esta alicerçada toda a legislação analisada.

Exclusão! Esta era a ordem que tinha de ser aplicada aos indígenas. Toda a regulamentação da conduta dos indígenas africanos foi pensada em termos de diferenças, toda ela voltada para realçar esta diferença e justificar a especialidade das normas, que, portanto, eram excludentes. O que é especial afasta-se da normalidade, no caso de leis, da generalidade, portanto, o que é excluído do geral passa ser tratado como “especial”.

Até entendermos este mecanismo, estávamos cheios de conceitos e pré-conceitos. Fomos traídos pelo arcabouço doutrinário de tantos e tantos anos de experiência jurídica profissional. Ao pensarmos o trabalho estávamos completamente imbuídos de nossas teorias tradicionais, das doutrinas dos compêndios de direito. Queríamos encontrar a legalidade dentro dos conceitos atuais e do que achávamos politicamente corretos, como se isto fosse possível a um historiador: esquecer do mais importante na sua tarefa que é a questão temporal. A constatação de uma possível verdade histórica contemporânea aos fatos analisados.

O que encontramos na análise da ordem jurídica estabelecida para as colônias é contrario a tudo que tínhamos em mente, ou melhor, bem diferente das respostas que pensávamos encontrar.

O pensar na especialidade das normas jamais passou por perto do que foi idealizado e realizado, em termos de exclusão, no que se refere às leis aplicadas aos indígenas.

Entender a especialidade das normas em termos de igualar os desiguais era o que tínhamos em mente, exatamente por entendermos que, desigualando-se, igualava-se. Todavia, no caso da legislação aplicada aos indígenas, o princípio atuou diferentemente: desigualavam-se os desiguais para que eles ficassem desiguais para sempre, não se quis, realmente, que eles alcançassem a igualdade, nem mesmo nos momentos em que a política da assimilação foi mais fortemente observada em relação ao ultramar. A intenção era mesmo registrar a diferença. Não era permitido que desiguais ficassem iguais àqueles que eram superiores, e, portanto, inigualáveis.

As leis analisadas, leis especiais autorizadas constitucionalmente para assim serem, eram tão especiais que não foram, durante muito tempo, integradas ao contexto constitucional, e quando o foram, conservaram a sua característica maior, justificar a desigualdade.

Na *Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa* (1826), não havia referências específicas, seja ao indígena, seja ao Ultramar, isto porque as leis eram aplicadas, indistintamente, seja na Metrópole; seja no Ultramar, porque a Nação Portuguesa era a associação política de todos os cidadãos portugueses, e o seu território abrangia os domínios ultramarinos; período de assimilação. No entanto, havia uma instituição muito bem definida em relação aos indígenas, que os fazia completamente diferentes: “a escravidão”, que permitia a despreocupação com a igualdade no texto constitucional.

Quem era escravo não era português, até porque o primeiro não era considerado como ser humano, e sim como “coisa”, passível de apropriação; portanto: qual o motivo que levaria a se colocar dentro do texto Constitucional qualquer referência a estes “bens móveis”, a não ser para garantir o direito de propriedade ao seu “dono”? Assim, não era necessário editar leis para estabelecer quaisquer diferenças, embora no art. 21º da *Constituição Política da Monarquia Portuguesa* (1822) constasse a condição de cidadão outorgada ao escravo que fosse alforriado, dispositivo que foi retirado em 1826, pois no texto constitucional, art. 7º, que trata da cidadania portuguesa, não há referência a escravo.

Diferentemente, entretanto, aconteceu quando da instituição da condição de liberto e da abolição da escravatura, porque esta condição, “liberto”, exigia uma referência constitucional, uma vez que, passado o período em que ele tinha, obrigatoriamente, de servir ao seu “ex senhor,” automaticamente, alcançava o status de cidadão, sem quaisquer restrições, a não ser as de natureza geral; portanto, necessário, estabelecer na lei, quais os direitos que não lhe eram atribuídos, observe-se bem: tinha de ficar claro o direito que os “libertos” não tinham, como por exemplo: o de não votar, art. 6º, Item II, do *Acto Adicional de 1852*.

Este mesmo *Acto Adicional à Constituição Monárquica Portuguesa* estabelecia no seu art. 15º que o Ultramar poderia ser regido por leis “especiais”: Pronto! A senha fora divulgada e, de posse dela, abria-se a porta da discriminação, da exclusão, da desigualdade legalmente assegurada.

A posse da senha permitiu a criação de leis sem atendimento ao processo estabelecido na própria lei constitucional; ou seja, sem apreciação pelas Cortes. A falta de apreciação pelas Cortes era justificada pela urgência, que também estava no texto constitucional. O estágio de civilização dos indígenas também fazia parte da tríade da “legalidade”: *especialidade, urgência, e o respeito pelos usos e costumes*, que aliada ao

princípio mor “da missão civilizadora” orientou e serviu para justificar toda a legislação da exclusão.

A senha foi conhecida, divulgada, já não era segredo que os indígenas não poderiam fazer parte do mundo dos civilizados. A África era especial e também os seus naturais, portanto, em nome desta especialidade, já assegurada constitucionalmente e justificadora das medidas que seriam e foram, efetivamente, tomadas, e que ainda servia de bálsamo para acalmar as mais nobres almas humanitárias, permitia-se toda a sorte de orientação política em relação aos indígenas, porque não era necessário observar a ordem instituída. A senha concedia aos seus detentores o direito de dirigir, da maneira que entendessem conveniente, a vida dos indígenas, o tratamento que deveria ser dispensado a aqueles “especiais” tão diferentes dos “iguais” do outro lado; o código, agora conhecido, era legislar, diferentemente, para as colônias.

A especialidade, então, ganhou ares superiores e foi elevada a princípio constitucional e, mais importante que isto: podia contrariar todos os outros princípios constitucionais que pudessem ser afastados em seu favor, inclusive o da igualdade, que constava do art. 145º, Parágrafo 12º da Constituição, então vigente, que a inspirou, pois a especialidade, de acordo com este último, serviria para dar tratamento diverso ao diferente para que a igualdade fosse alcançada.

E foi efetivamente o que aconteceu. Assim, e respondendo as duas primeiras questões postas: a especialidade era um princípio estabelecido na Constituição Portuguesa para justificar o tratamento diverso dispensado às colônias e aos indígenas. A especialidade, que está diretamente relacionada com a espacialidade e com tudo o que está contido dentro dela, não era pensada em termos de igualar, quando da elaboração das leis, isto é; em termos de observar as diferenças que justificavam o tratamento especial.

Não se perguntava “onde” ou “para quem”: estes questionamentos eram secundários. O que interessava era “o que” e “como”. Qual o nosso objetivo e como o alcançaremos? O que lucraríamos regulando a conduta destes povos que habitam este território? O que teremos de fazer para que estes seres inferiores possam ser manipulados e façam o que queremos? O que temos de fazer para excluir do nosso convívio estas pessoas, que só servem para servir e assim devem continuar, a fim de que possamos alcançar os objetivos a que nos determinamos?

Por isso mesmo, porque as leis eram pensadas pelo objetivo que se queria alcançar, a especialidade se afastou da conotação em que foi inserida na Constituição, para passar a ser, o que sempre foi: a justificação da desigualdade e a sua manutenção ao longo do tempo. Observe-se bem: a especialidade deveria ser utilizada para igualar, dar tratamento especial ao que era diverso, exatamente para atender as particularidades deste diverso e, assim, atender ao princípio da igualdade.

Assim, as leis que durante o período analisado regularam o trabalho indígena eram especiais. A finalidade delas era retirar o indígena da ociosidade, fazer com que o trabalho fosse considerado uma obrigação moral e legal, e por isso mesmo, pudesse ser exigida pelo Estado. O trabalho seria o meio para trazer o indígena à civilização. Com a exigência dele, o Estado cumpria a sua missão civilizacional, requisito internacional para que continuasse a ser considerado apto a ter colônias, ser uma potência colonial; princípio estabelecido pela Conferência de Berlim (1885) e ratificado pelas que lhe seguiram, Bruxelas (1890), Saint-Germain-en Laye (1919).

O objetivo explícito da legislação do trabalho indígena: O que queremos e por que queremos: - civilizar os indígenas, cumprir a Missão Civilizacional peculiar a toda e qualquer nação colonizadora -. O objetivo implícito - utilizar uma mão-de-obra barata para conseguir da África o que ela pode oferecer em termos econômicos para a Metrópole, substituir a mão-de-obra escrava que, agora, já não podia ser exigida -. Observemos que estamos sempre no campo do “que” e do “por que”; do objetivo, do material.

O Regulamento de 1899, o começo de uma série de restrições à liberdade, tinha, como se pode constatar, os objetivos acima muito bem identificados: o explícito era fazer com que os indígenas, trabalhando, fizessem as colônias desenvolverem-se. Não havia nenhuma segunda intenção neste ponto, o Ministro das Colônias, na sua fala no parlamento diz textualmente, amparado no que fora assegurado pela comissão, que as colônias com “[...] os seus milhões de habitantes devem fornecer legiões de trabalhadores robustos, disciplinados e baratos, logo que as leis e os costumes consigam vencer n’elles a nativa indolência [...]”.⁵⁵⁴ “Empenhado como está o governo em dar vigoroso impulso a todos os progressos do ultramar [...] cuidou de utilizar e preparar a utilização d’esse tão valioso elemento da sua prosperidade”⁵⁵⁵

⁵⁵⁴ VILLAÇA, A. E., ob. cit. p.103

⁵⁵⁵ Idem.

Onde havia, marcadamente, a segunda intenção, o motivo implícito das medidas, era exatamente no fato de reduzir os indígenas à condição de incapazes, para que assim eles pudessem ser manipulados, orientados, no dizer da lei – civilizados –, justificada pelo primeiro objetivo explícito, que fica bem claro quando o Senhor Ministro diz que a autoridade pública que exerce uma ação tutelar sobre os indígenas, em tantos aspectos, tem o direito de lhes impor o trabalho. Era como se fosse uma questão de troca, sendo que uma das partes tinha a exclusividade do benefício: aquela que mandava, compelia, ordenava; a que utilizava os verbos da dominação. O “Outro”, como já dito, era apenas um instrumento, e como tal, podia ser manipulado e o meio encontrado para esta manipulação foi reduzi-lo à incapacidade.

Como se vê, depois de pensadas todas as questões relativas aos objetivos, passa-se a pensar no sujeito, que somente é pensado porque é o instrumento que vai realizar o meu “o que”, e justifica o meu “por que”. Como instrumento que é, pode ser manipulado e utilizado como quero e para o que quero, e, portanto, posso excluí-lo de todo um sistema, para incluí-lo em outro que justifique as minhas idealizações, todos os meus objetivos, e é exatamente por isso que Ennes, em seu relatório de 1893, *MOÇAMBIQUE*, sugeria o emprego dos braços africanos e condenava a liberalidade com que estes mesmos braços eram protegidos pelo liberalismo, que teria instituído “[...] a liberdade de não trabalhar [...]”⁵⁵⁶ entre os indígenas portugueses, criando uma verdadeira “[...] declaração de direitos dos negros, que lhes dizia [...] *de ora avante ninguém tem obrigação de trabalhar [...]*”.⁵⁵⁷ Segundo ele, os princípios liberais não poderiam ser aplicados naquela parte do mundo, no qual viviam os “pretos”, que não podiam ser igualados em direitos aos ocidentais.

A fórmula da exclusão, o “como” fazer para conseguir o objetivo, era retirar do sujeito, que a legislação dos objetivos alcançaria, a sua condição de cidadão e reduzi-lo à de indígena; pura e simplesmente “indígena”, com toda a conotação pejorativa que o termo indicava, como identificado por Isabel Castro Henriques⁵⁵⁸.

No relatório, que antecedeu a lei de 1899, nota-se que, em matéria de excluir direitos dos indígenas, nada precisava ser doutrinariamente correto ou obedecer a ideologias. Se o objetivo era exigir o trabalho do indígena, o que ali se recomenda embora

⁵⁵⁶ ENNES, A., ob. cit. p. 71.

⁵⁵⁷ *Idem.* p. 70. (grifo do autor)

⁵⁵⁸ Ob. cit. 2000, p. 230.

“[...] pareça destoar de algumas disposições das leis e regulamentos liberais em vigor nesses territórios [...]” não encontrou qualquer dificuldade de aprovação por parte dos componentes da Comissão, conquanto ali se esclareça que não houve discussão se a filosofia do direito poderia “[...] deduzir o *dever* ou a *obrigação de trabalho* da melhor teoria das relações entre a colectividade social e o individuo e dos poderes daqueles sobre este; [...]”.

O novo direito de exclusão, criado por Ennes e sua Comissão, acompanhou toda a legislação posterior objetivando regulamentar o trabalho indígena e era, exatamente, a especialidade em ação. O de 1911 é uma cópia quase total do anterior, e o de 1914 é uma compilação gigante de toda a legislação que foi editada entre 1899 – 1914. Todos tinham a mesma contradição inicial: instituía a liberdade de trabalho para os indígenas, mas, paralelamente a esta liberdade, criava e mantinha uma qualificação jurídica para o indígena, que contrariava toda esta liberdade apregoada, porque a incapacidade com que o indígena é contemplado é incompatível com o corolário da liberdade, que pressupõe autodeterminação, exercício da própria razão, exteriorização da vontade individual, tudo o que foi retirada do indígena, no momento em que ele foi declarado “*incapaz*.”.

O incapaz, exatamente por que lhe falta a capacidade de determinar-se de acordo com a sua própria vontade, não pode exercer qualquer direitos relativos à liberdade. Para exercê-los, carece de um tutor; alguém que possa declarar, por si, a sua vontade, obrigar-se por si.

É um processo complicado, embora, como sempre, completamente natural, e dentro da lógica contraditória criada para justificar a exclusão do indígena: O indígena tem liberdade para trabalhar, ou seja, escolher o meio de cumprir a sua obrigação moral e legal do trabalho, mas, se não exerce esta sua liberdade, o Estado pode exigir este exercício e lhe obrigar, como bom pai faz com os seus filhos, que cumpra a obrigação moral do trabalho. O Estado, como tutor pode arranjar-lhe o trabalho e obrigá-lo a trabalhar.

Esta mais de que evidente que a Comissão não se preocupou com o ordenamento jurídico, e nem mesmo com a ideologia, então vigente, da liberdade contratual; aliás, o texto literalmente a isto se refere quando informa que os membros da Comissão não sabem, “[...] se às soberanias coloniais, só pelo facto de o serem, é lícito submeter a tamanha restrição as liberdades individuais dos seus súbditos.”⁵⁵⁹

⁵⁵⁹ Ibid.

A restrição da liberdade individual do indígena está presente em toda a legislação do trabalho indígena, e não só em relação a esta, embora neste campo – o do trabalho –, tenha sido onde mais evidente ficou a manipulação desta liberdade, ou melhor, dizendo: não liberdade.

Se esta lógica era observada na lei geral, quanto pior nas particularidades inerentes a cada colônia. E passamos a responder a mais dois outros dos nossos questionamentos iniciais, que também, em princípio, obedeciam ao mesmo pensamento anterior em relação à Constituição, leis gerais portuguesas (código civil, código penal, código comercial).

Acreditávamos que as leis específicas de cada colônia deveriam observar os princípios que eram estabelecidos pelas leis gerais editadas pela metrópole. Por exemplo, editado o Regulamento de 1899, entendíamos que os regulamentos que lhes dariam execução nas colônias tinham de observar tudo o quanto ali contido, apenas adaptando-o às situações locais.

Grande engano! Moçambique especializou-se em não cumprir os regulamentos gerais, e, quando o fazia, ao invés de editar um Regulamento Geral para toda a colônia regulamentando todas as matérias contidas na lei especial criada na metrópole, preferia fazê-lo por partes e através de portarias, embora, em três momentos diferentes o tenha feito ainda que com o devido atraso: 1881, 1913 e 1930.

Bem verdade que Moçambique tinha uma particularidade que as demais colônias não tinham e que justifica a existência de ordem jurídica bem diversa das demais. Num mesmo espaço territorial vigiam diversas ordens jurídicas, conforme fica bem explicitado no Capítulo 4, deste trabalho. A ordem jurídica das companhias majestáticas; a dos prazos; a dos acordos internacionais relativos ao fornecimento de mão-de-obra – Transval, Rand, e demais colônias estrangeiras, e a ordem jurídica aplicada ao que sobrou: territórios administrados pelo Estado.

A ordem jurídica das companhias majestáticas, por assim dizer, constituía-se em um Estado dentro de outro Estado, sobre o qual o segundo, o da Província, não tinha grande ingerência. A companhia tinha o seu Governo, os seus administradores, os seus impostos, os seus juízes, e o mais importante para a nossa questão: o seu regulamento de trabalho dos indígenas. Em nome da colonização e da ocupação efetiva o Governo português concedeu terras e poderes estatais a uma companhia particular de capital quase

que exclusivamente estrangeiro, e que sofria pouca, ou quase nenhuma, fiscalização por parte do Governo.

Mais o interessante disto tudo, e o que responde a nossa pergunta inicial, é que, com a concessão de poderes majestáticos à Companhia, uma empresa particular, também se concedeu o privilégio de se instituir uma ordem jurídica própria e um judiciário para garantir esta ordem jurídica; o Estado português abdicou da sua soberania em relação aos territórios ocupados pela Companhia de Moçambique.

Nos territórios administrados pelo Estado, o que ora nos interessa, porque é neles que temos o campo de aplicação das leis objeto desta dissertação, para que as leis gerais tivessem validade, necessário se fazia a sua publicação nos Boletins Oficiais, entretanto, a publicação da lei no Boletim Oficial de Moçambique, não significava a sua imediata aplicação. A publicação da lei geral, pelo que podemos observar, dava conta, apenas da sua existência, mas não obrigava à sua observação, o que somente acontecia depois que o Governo local publicasse a sua lei para lhe dar execução.

Que fez Moçambique em relação ao Regulamento de 1899? Nada, O Governo apenas publicou o Decreto do Ministro no Boletim Oficial de janeiro de 1900⁵⁶⁰ e, depois, em novembro de 1911, expediu circular esclarecendo que não podia ser considerado em execução dito regulamento na província.⁵⁶¹ O procedimento era natural; se o Governador não promovesse a adaptação dos Regulamentos, para atender à especialidade da colônia por ele administrada, acontecia o que nos foi noticiado na Ata da Sessão do Conselho de Governo de Moçambique, isto em 1908, em que se pede a atenção do Conselho para o fato de que a regulamentação do trabalho na colônia tinha de ser feita sem demora, até porque um outro regulamento geral estava em elaboração; o que efetivamente ocorreu, sendo ele publicado em 1909, entretanto, a modificação em questão relacionava-se com a emigração para São Tomé,⁵⁶² mas nada disto afetou Moçambique em termos de legislação local. Continuava em vigência, naquela colônia, o regulamento de 1878.

Em 1913, há novamente referência expressa ao Regulamento do Trabalho Indígena em Ata da Sessão do Conselho no que diz respeito a sua regulamentação, isto em relação

⁵⁶⁰ B.O.M.nº. 03 de 20.01.1900, pp.23-29

⁵⁶¹ B.O.M nº. 46.de 12.11.1900

⁵⁶² Actas do Conselho de Governo de Moçambique, Sessão de 30 de abril de 1908, p.5. Estas atas encontram-se no AHU, encadernadas, mas não consta qualquer referencia seja a editor, local de publicação, etc, além do fato de não serem seqüenciadas e nem existir de todo o período cronológico abrangido por este trabalho, mas, as que foram encontradas, nos dá conta do que efetivamente ocorria em termos de legislação local. O Regulamento que se pretendia, em 1908, adaptar em Moçambique era o de 1899.

ao de 1899, que já sofrera modificações em 1903, 1909, 1911. O Senhor Intendente dos Negócios Indígenas em Moçambique diz, expressamente: “[...] Está em vigor o regulamento de 1878, mas as providências nele exaradas são inadaptáveis à actualidade. Temos o serviço compellido, e, todavia, não está regulada a forma de fazer o fornecimento do trabalho compellido. É necessário estabelecer legislação uniforme”⁵⁶³.

O que significa dizer que, no caso específico de Moçambique, nos territórios administrados pelo Estado, o Regulamento de 1878 – *Regulamento para Contratos de serviçaes e colonos nas províncias da África Portuguesa* - devidamente adaptado às condições locais - *Regulamento Provincial para a Execução, na província de Moçambique, do Regulamento decretado em 21 de novembro de 1878, para os contratos de serviçaes e colonos na África Portuguesa* - que recebeu aprovação do Governo da Metrópole, precedido de parecer afirmativo da Junta Consultiva do Ultramar⁵⁶⁴ vigorou até a edição do de 1913⁵⁶⁵.

Por outro lado, se Moçambique não atuou para regulamentar a execução da lei na Colônia como um todo, o que era exigido por muitos dos governadores distritais, Lourenço Marques, em 1904 edita um Regulamento local que aumenta as restrições à liberdade já impostas no Regulamento Geral de 1899, que, relembremos, não estava em vigor em Moçambique.

Estamos aptos, pois, a responder ao terceiro questionamento: As leis locais não observavam o regulamento geral editado pela metrópole e que deveria, ao menos, servir de base para sua elaboração e edição, entretanto, quando o faziam, regulando situações locais, observavam as condições especiais da localidade, embora, esta especialidade, tenha justificado medidas restritivas à liberdade dos indígenas, que em Lourenço Marques tinham horário para se recolher; cerceada a liberdade de ir e vir; obrigação de vestir-se de determinada maneira; fixado o tempo em que podiam permanecer no distrito; portar documento para ser apresentado às autoridades; usar placa de identificação autorizando a permanência no distrito.

Este regulamento criou uma nova modalidade para o crime de vadiagem, que era a não comprovação de qualquer das causas legais de permanência na cidade.

⁵⁶³ Idem. Acta de Continuação da Sessão de 02 de julho de 1913, p. 324.

⁵⁶⁴ CLNU. Vol. XI 1881-1882, pp 67-68

⁵⁶⁵ B.O.M. n.º. 42 de 18.10.1913. pp. 742- 747

Ou seja: o regulamento vai muito mais além do que era permitido ao legislador local, portanto, o que a documentação demonstra é que ele não estava adstrito à legislação superior, seja em relação às leis provenientes da metrópole, seja em relação às editadas pelo Governo Geral da Colônia. É oportuno esclarecer que o normal seria, em relação às leis sublocais, assim designadas apenas para se distinguirem das locais originárias do Governo Geral da Colônia, que elas observassem o estabelecido nessas últimas, mas, como visto, no caso específico de Moçambique e em relação ao Regulamento de 1899, era completamente impossível, porque não houve regulamentação geral anterior a 1913.

Se as leis coloniais locais não respeitavam o estabelecido nas leis de natureza geral, o que se dirá das leis de natureza geral editadas pela metrópole em relação ao direito internacional? Será que Portugal e as suas colônias observavam o que o direito das gentes preconizava em relação aos indígenas e à administração dos territórios coloniais.

Esta resposta pode ser positiva e negativa ao mesmo tempo. Portugal, após a Conferência de Berlim teve que legislar no sentido de atender ao que ali fora estabelecido no sentido de ocupar e defender os seus domínios e demonstrar que estava apto a promover a evolução moral e material dos indígenas.

Sem dúvida nenhuma que foram tomadas diversas providências administrativas que demonstraram à ordem internacional que se estava cumprindo o que fora acordado entre as nações civilizadoras.

Portugal passa, a partir de 1885, a desenvolver um programa sistemático de ocupação do território colonial. Expedições militares e científicas são organizadas, providencia-se a fixação dos limites territoriais, criam-se cargos administrativos, assinam-se inúmeros termos de vassalagem, não se cria empecilhos à missionação.

No entanto, no tratamento dos indígenas é que a dualidade da resposta encontra fundamento.

Evidentemente que a resposta será positiva quando estudos de campo são feitos para se conhecer a potencialidade da terra e a maneira de aproveitamento dela com a participação dos seus naturais. Já era bem claro que somente com a utilização dos braços africanos é que se conseguiria cumprir os princípios estabelecidos na Convenção de Berlim, o desenvolvimento da colônia e a melhora material da vida dos indígenas, bem como a sua evolução moral.

Programas de colonização deveriam ser criados com dois motivos: o primeiro era mesmo a ocupação do terreno e o segundo era o aproveitamento da terra com a utilização do próprio nativo.

O que não estava autorizado pela ordem internacional era a utilização de formas redutoras da liberdade para atender aos objetivos da civilização, o que foi amplamente, conforme já comprovado, utilizado por Portugal, seja no período monárquico, seja na república, seja na ditadura.

A legislação da exclusão, da diferença, da desigualdade, atendia, pois, e não atendia, aos princípios internacionais estabelecidos. Aparentemente, a lei atendia a todos os princípios; na realidade, entretanto, os princípios eram interpretados e aplicados de maneira tal que favorecia a continuidade da política iniciada por Enes, observada, de forma atenuada, após 1926 quando foi realmente extinto o trabalho compelido em favor de particulares.

As constantes denúncias, de que era alvo Portugal, em relação ao trabalho forçado dos indígenas, determinaram mudanças na legislação, sem, entretanto, alterar as bases em que se fundamentava. Proibia-se, temporariamente a emigração para São Tomé ou para colônias estrangeiras em locais específicos, para depois permiti-la em locais diversos; proibia-se o recrutamento de trabalhadores pelos administradores, mas permitia-se que este recrutamento fosse garantido pelo próprio Governo, através das autoridades. Assinava-se a Convenção de nº. 26 e editava-se a lei permitindo o trabalho forçado para pagamento de impostos.

No particular das Convenções Internacionais é necessário esclarecer que nem Portugal, nem qualquer outro país, tinha obrigação de observá-la na sua ordem interna se não houvesse a ratificação e registro.

O certo é que todo o sistema português de proteção ao indígena e ao seu trabalho (1899-1926) é estabelecido dentro de um jogo de contradições já exaustivamente analisado, cuja contradição maior esta no binômio “liberdade - trabalho forçado”- este último derivando para as suas diversas formas: trabalho público, trabalho compelido, trabalho correcional. A contradição entre a liberdade e o trabalho forçado já foi explicada acima e ela se fundamenta no fato de que o indígena, a quem se atribui a liberdade contratual, é o mesmo que é considerado incapaz e que necessita da proteção do Estado,

que, como tutor, tinha a obrigação de promover a sua elevação moral e material, patrocinando, assim, a sua inclusão social.

De que maneira se daria esta inclusão social? O que o Estado fazia para promovê-la? No período analisado quem deixou de ser incapaz e passou ao estágio de capacidade total? Por que as fórmulas de exclusão continuavam a ser observadas na legislação? Depois da análise de tantas e tantas leis podemos responder sem qualquer sombra de dúvida:

O Estado Português não quis a inclusão dos indígenas. O discurso agradava a ordem internacional, a ordem humanitária, mas era prejudicial aos interesses econômicos, porque o trabalho livre oneraria os investidores das colônias, não permitiria a utilização de trabalho “gratuito” para satisfazer interesses particulares, não permitiria que faltas trabalhistas fossem penalizadas com trabalho forçado (correcional).

Era preciso que os indígenas continuassem nesse estágio primitivo para que se justificassem todas as medidas tomadas em nome de uma civilização que não se queria. Se fosse promovida, como estava na lei, na ordem do discurso, a educação, a que, note-se; eram os patrões obrigados por lei a patrocinar a fim de promover a elevação moral dos seus “serviçais”, o indígena deixava de ser “incapaz e tutelado”, passava ele a condição de capaz, livre de imposições e poderia ser assimilado, pois saberia ler, escrever, adquiriria hábitos europeus, afastando-se dos seus; cumpria, pois, o ritual imposto pela lei de exclusão para concorrer a uma vaga no mundo dos civilizados, ou seja; corria o risco de ser incluído, o que devia ser evitado.

É por isso que a continuidade das leis exigindo o trabalho forçado, incluindo novas formas de exigí-lo com a criação de tipos novos de crimes que admitissem a aplicação da pena correcional, autorizando o funcionamento de uma justiça especial para aplicar as leis de exclusão foi uma constante em todo o período aqui delimitado. Quando mais se não pode criar leis esparsas de exclusão, quando já não se podia obrigar os indígenas ao trabalho, criou-se um “estatuto especial de exclusão”, a partir do qual seriam reguladas todas as condutas dos indígenas – *O Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique*, que, em 1929, foi estendido à Guiné.

Em 1928, já depois de mais uma denúncia sobre a exploração do trabalho indígena, que apesar de desprovida de fundamento, não deixou de abalar a opinião pública internacional em relação a Portugal, edita-se o *Código do Trabalho dos Indígenas nas Colónias Portuguesas de África*, que, entretanto continua a permitir a reparação de faltas

trabalhistas com a condenação em trabalho correcional, bem como a permitir o recrutamento assistido por autoridades administrativas. Os indígenas deixam de ter a obrigação legal, não se lhes pode exigir trabalho, sob pena de compulsão, mas não se admite a ruptura do contrato, que é punível com a pena de “trabalhos correcionais”. É a continuidade da política estabelecida por Ennes.

Já em 1930, após mais uma denúncia contra Portugal; após a edição de um Código de Trabalho para os Indígenas; após rumores de que Portugal, pela crise financeira que atravessava, não tinha condições de continuar com a sua missão civilizacional e após a instalação da Ditadura, um novo diploma legal é editado. Representa ele a inclusão da exclusão na ordem constitucional. Indígena é Indígena e assim será tratado, embora faça ele parte da Nação Portuguesa, que terá diante de si a missão de nacionalizar a África, nacionalização, entretanto, que, a não ser fazer com que os indígenas aprendam a língua portuguesa e reconheçam os feitos históricos e os grandes heróis portugueses, deixará os mesmos excluídos dos direitos atribuídos aos “portugueses”.

Deixemos, pois, os indígenas com os seus costumes, suas crenças, sua vida. Não forneçamos a eles instrumentos que podem ser utilizados contra nós mesmos. O indígena dotado de direitos constitucionais seria “um igual”, e, a um igual, temos de tratar igualmente, não havendo, pois, como assegurar a igualdade a este ser que não sabe se portar diante da vida, que tem hábitos primitivos, os quais nos é necessário preservar, ou melhor, codificar para melhor conhecer e aplicar-lhes justamente, através de nossa autoridade. Não os afastemos dos seus costumes, não os retiremos da sua primitividade, a não ser para melhor servir-nos. Se o indígena continua incapaz, inferior, se ele não pode, por si só, determinar-se diante de alguns fatos da vida, podemos manipulá-lo e, portanto, mantemos a nossa superioridade. Continuemos moralmente superiores e teremos garantida e justificada a nossa missão: trazê-los à civilização, tarefa das mais dignificantes e humanitárias.

E foi assim que Portugal tratou os seus indígenas, ao menos, em todo o período em que analisamos os diplomas legais que justificaram, em nome da especialidade, a inferioridade.

Ainda que, em muitos momentos do nosso trabalho tenhamos identificado medidas protecionistas em relação ao indígena e ao seu trabalho, não podemos garantir que tais medidas foram efetivamente aplicadas, uma vez que a positivação do direito através das

leis não significa a sua efetiva aplicação ou observação, apenas demonstra a sua existência, existência, que como comprovado no decorrer do texto, na sua generalidade, discriminou, inferiorizou e excluiu o “Outro”.

Em 1933 é publicada a novel *Constituição da República Portuguesa* da qual o *Acto Colonial* passou a fazer parte, constitucionalizando os direitos e deveres dos indígenas, não como cidadãos, e sim, como “especiais” que eram; como os “*OUTROS*”, que, continuando a ter a conduta regulada através de diplomas especiais, jamais alcançariam os “*MESMOS*,” que assim legislavam, exatamente, para mantê-los fora da sua ordem jurídica, fora do mundo da civilização, fora do mundo dos “brancos civilizados”, mas dentro do mundo do “trabalho” exigido em nome da lei e da moral.

LEGISLAÇÃO

Constituições portuguesas	1822, 1826, 1911, 1933
Alterações às Constituições	Acto Adicional de 1852
Código Civil Português	
Código Penal Português	
Decreto de 31.10.1874	Extingue o estado de liberto
Lei de 29.04.1875	Trabalho ex libertos para os patrões
Decreto de 20.12.1875	Regulamenta a lei de 29.04.1875
Lei de 21.11.1878	Regulamento para a contratação de serviços e colonos nas Províncias da África Portuguesa
	Aprova o regimento da Administração da Justiça nas Províncias Ultramarinas
Decreto de 20.02.1894	Regulamenta o Decreto de 20.02.1894
Decreto de 20.09.1894	Engajamento de trabalhadores de Moçambique para a República Sul-Africana
Decreto de 18.11.1897	
	Regulamento do trabalho dos Indígenas
Decreto de 09.11.1899	Autoriza emigração de indígenas de Angola, Guiné, Moçambique e Cabo Verde para S. Tomé
Decreto de 04.04.1903	Modifica o Decreto de 04.04.1903
	Cria a Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração
Decreto de 18.07.1908	Determina a aplicação do regulamento de 1899 com as modificações introduzidas
Decreto de 24.01.1910	Regulamentação da contratação de Indígenas
	Acidente do trabalho
Decreto de 27.05.1911	Lei Orgânica da Administração das Províncias
	Lei Orgânica da Administração financeira das Províncias
Decreto nº 154 de 01.11.1913	Regulamento Geral do trabalho dos Indígenas
Lei nº 83 de 24.07.1913	Extingue a Intendência dos Negócios Indígenas e de Emigração e criação da Intendência de Emigração e da Secretaria de Negócios Indígenas
Lei nº 277 de 15.08.1914	Define o responsável pelas despesas dos indígenas quando retornam aos seus locais de origem
Lei nº 278 de 15.08.1914	Recrutamento nas áreas dos prazos de Moçambique e Quelimane
	Criação do Comissariado da República
Decreto nº 951 de 04.10.1914	Autoriza recrutamento em Quelimane
Decreto nº 953 de 04.10.1914	Criação das missões civilizadoras
	Vigência das cartas orgânicas das Colónias
Decreto nº 2715 de 27.01.1917	Autonomia financeira e legislativa das Colónias
Decreto nº 5713 de 10.05.1919	Algodão
	Criação do Conselho Superior das Colónias
Decreto nº 5787 de 10.05.1919	Aprova as bases orgânicas da Administração Colonial
Decreto nº 5229 de 31.05.1919	Unificação das Leis nºs 277 e 278
Decreto nº 5778 de 04.10.1919	Estatuto Orgânico das missões
Decreto nº 5779 de 04.10.1919	
Lei nº 1005 de 07.08.1920	
Decreto nº 11994 de 28.07.1926	
Decreto nº 12110 de 13.08.1926	
Decreto nº 12110 de 02.10.1926	
Lei nº 7008 de 09.10.1920	
Decreto nº 12485 de 13.10.1926	

Decreto nº 12533 de 23.10.1926	Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique
Decreto nº 16199 de 06.12.1928	Código do trabalho Indígena
Decreto nº 16473 de 06.02.1929	Alteração do Estatuto Político, Civil e Criminal dos Indígenas de Angola e Moçambique
Decreto nº 16474 de 06.02.1929	Regula as relações de direito privado entre indígenas e não indígenas
Decreto nº 16475 de 06.02.1929	Reserva de mão-de-obra nos prazos de Quelimane
Decreto nº 17878 de 15.01.1930	Alteração da Organização Judiciária
Decreto nº 17759 de 15.02.1930	Regimento do Conselho Superior das Colónias
Decreto nº 18570 de 08.07.1930	Aprova o Acto Colonial

Legislação Internacional

Acta da Conferência de Berlim
 Conferência de Bruxelas
 Convenção de Saint Germain-en-Laye
 Convenção de 25.09.1926 Proibição do tráfico e trabalho obrigatório
 Convenção de 28.06.1930 Trabalho Obrigatório

Portarias Governo Geral Moçambique

11 de 10.01.1902	engajamento
30 de 25.01.1902	engajamento
682 de 17.09 1902	regimento das Cadeias civis do Distrito judicial de Moçambique
177 de 11.05.1901	declara caduco o regulamento para emigração para o Transval
917 de 08.12.1906	cessar fornecimento de preto de chibalo em Gaza e L.Marques
93 de 19.02.1910	viagens de indígenas
1310 de 18.11.1913	aprova o regulamento do trabalho indígena de Moçambique.
962-A de 02.08.1913	regulando Curadoria Indígenas Port. no Transval
1075 de 02.08.1913	julgamento delitos pelo Comissário Pol. de L. Marques.
1198 de 13.09.1913	exigência da inscrição no Comissariado de Policia
612 de 16.05.1914	isenção de imposto para baratear mão-de-obra
795 de 20.06.1914	aplicar na Rodésia Reg.Transval.
1147 de 20.08.1914	cria comissão de estudos dos usos e costumes indígenas
2077 de 03.10.1914	recrutamento Rodésia mesmo regulamento do Transval.
2079 de 03.10.1914	acordo Gov. Geral Moçambique e Cia de Moçambique para recrutamento.
2098 de 10.10.1914	salário dos indígenas que se evadem.
2108- A 12.12.1914	passes e bónus

1059 de 18.09.1915	determina a execução do Reg. do Trabalho Indígena - 1914
1122 de 02.10.1915	altera disposições do regulamento indígena - 1914
403 de 18.09.1915	
545 de 13.01.1917	acidentes do trabalho
317 de 13.01.1917	definições de indígena e assimilado
362 de 10.02.1917	aplicação imposto palhota
398 de 14.04.1917	modelo lançamento taxas pagas por indígenas
475 de 30.06.1917	regulamentação movimentação interna de indígenas
500 de 07.07.1917	alteração do regulamento de 1914
545 de 18.08.1917	retificação portaria acidentes - compensação
567 de 28.08.1917	pena trabalho correcional aos embriagados
643 de 15.10.1917	determinando a aplicação do Reg. Geral acidentes do trabalho
17.11.1917	republicação da portaria 643
716 de 22.12.1917	transformação de penalidades em multas
718-A 27.12.1917	aprova regimento da Sec.dos Negócios Indígenas
842 de 29.06.1918	autoriza cumprimento de pena de trabalho
1041 de 18.01.1919	define indígena e assimilado
1184 de 24.05.1919	aprova Regulamento de Identificação Criminal
1185 de 24.05.1919	bilhete de Identidade
1223 de 25.06.1919	colonização em Lourenço Marques
1329 de 01.11.1919	recrutamento indígena para Cia de Moçambique
185 de 07.01.1922	cobrança de multas em ouro
302 de 20.11.1923	elimina disposições relativas aos não indígenas do Regulamento de policia
427 de 21.04.1923	criação de comissão para estudar as questões Relativas ao trabalho indígena
450 de 05.05.1923	cria prémio para captura de indígenas
725 de 07.06.1924	modificação sistema de identificação dos indígenas
831 de 25.10.1924	novo acordo com a Cia de Moçambique para Recrutamento de indígenas
837 de 25.10.1924	Comissão estudar condições trabalho indígena
431 de 30.10.1926	Criação da inspecção distrital
444 de 06.11.1926	criação entidade para evitar venda bebidas
1031 de 04.01.1930	recrutamento para serviço próprio
Circulares	
18.12.1915	determina recenseamento dos homens vadios.
01.01.1916	autoriza agricultores a se associarem para recrutamento

Diploma Legislativo nº 36 de 12.11.1927 Define indígena

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Roque, *Districto de Lourenço Marques, Relatório Das Circunscrições 1909-1910. 1ª. Circunscrição, Marracuene*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.

ALBUQUERQUE, Mouzinho de, *Providências Publicadas Pelo Comissário Régio na Província de Moçambique de 1 de Dezembro de 1896 até 18 de Novembro de 1897*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1898.

____ *Moçambique 1896-1898*, Lisboa, Sociedade de Geografia De Lisboa, Reimpressão Autorizada, 1913

ALMADA, José de, *Tratados Aplicáveis ao Ultramar*, Vol. IV. Agência Geral das Colônias Lisboa.1943.

ALMEIDA, José Maria de, e LACERDA, Araújo Corrêa de, *Diccionario Encyclopedico ou Novo Diccionario da Língua Portuguesa*, Vol. II. Lisboa, 4ª. ed. 1874

ALEXANDRE, Valentim. “Configurações Políticas - Nação e Império” *História da Expansão Portuguesa, Vol.4, Do Brasil para a África (1808-1930)*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri(dir.) Navarra, Circulo dos Leitores, 1998.

____, Situações Coloniais: II – O Ponto de Viragem: As Campanhas de Ocupação (1890-1930)”*História da Expansão Portuguesa, Vol.4, Do Brasil para a África (1808-1930)*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri(dir.) Navarra, Circulo dos Leitores, 1998

____, (dir), *O Império Africano Sec. XIX e XX*, Lisboa, Colibri, 2000.

____, “A questão colonial no Portugal oitocentista,” *Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1825-1890*, Vol. X. Jill Dias e Valentim Alexandre, (coord.) Lisboa, Estampa, 2001.

ARENDT, Hannah *As Origens do Totalitarismo. Imperialismo e Expansão do Poder, uma análise dialética*. Trad. Roberto Raposo. Editora Documentário, RJ. 1976. p.93.

AZEVEDO, Alves de “ Cecil Rhodes e o Mapa Cor de Rosa ” *Cadernos Coloniais* no.38, Lisboa, Editorial Cosmos;1932

BAYLY, A.W “Prefácio da Segunda Edição” *Anuário de Lourenço Marques 1915*. Lourenço Marques, A. W. Bayly & Co. Editores. 1915.

BARRADAS, J. P. Paixão, *Legislação sobre o Trabalho Indígena (Anotada e Actualizada)* Lisboa, Tipografia Minerva, 1957.

BEAUD, Michel. *Arte da Tese*, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1996 (trad. Glória de Carvalho Lins)

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, (dir) *História da Expansão Portuguesa, Vol. 4*, Navarra, Círculo dos Leitores, 1998.

BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti, (dir) *História da Expansão Portuguesa, Vol. 5*, Navarra, Temas e Debates e Autores, 2000.

BLUTEAU, D. Raphael *Vocabulário Português & Latino – Áulico, Anatômico, Architectonico*, Lisboa, Officina de Paschoal da Sylva, 1720.

BORGES, João Melo *A Constituição do Estado Moderno em África: o problema das fronteiras. A propósito de um Artigo de Wole Sonyka*. Brief Papers no. 02/59, Lisboa, CESA, 1995

CADBURY, William A. *Os Serviços de S. Thomé, Relatório d'uma vista às Ilhas de S. Thomé e Príncipe e a Angola feita em 1908, para observar as condições de mão d'obra empregada nas roças de cacau da África Portuguesa*. Lisboa, Livraria Bertrand. 1910, (trad. Alfredo H. da Silva)

CAETANO, Marcelo *Do Conselho Ultramarino ao Conselho do Império*, Lisboa, Ag. Geral das Colónias, 1943.

_____, *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Livraria Moraes, 1948

_____, *Tradições, Princípios e Métodos da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Agencia Geral Ultramar, 1951

_____, *Os nativos na Economia Africana*, Coimbra, Coimbra Editora, 1954

_____, *Portugal e a Internacionalização dos Problemas Africanos (Da Liberdade dos Mares às Nações Unidas)*. Lisboa, Ática, 1963.

_____, *Manual de Direito Administrativo*, Coimbra, Almedina, 10ª ed., 6ª Reimpressão, Revista e Actualizada pelo Prof. Doutor Diogo Freitas do Amaral, Tomo I, 1997.

CANOTILHO, J.J. Gomes *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, Coimbra, Almedina, 6ª ed., 2002.

CARDOSO, Augusto *Relatório Governador de Inhambane 1906-1907*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1907

CARNEIRO DA CUNHA, A.F *Código Civil Português Actualizado*, Vol. 1 Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1920.

CARREIRA, António *Estudos de Economia Caboverdiana*. “Estudos de História de Portugal e dos portugueses. Lisboa”, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1982

CARVALHO, Tito de “Revista Ultramarina”, *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Terceiro Anno 1899-1900, 1º. Semestre, no.25, Lisboa, Livraria Ferin, 1900,

CARVALHO, Antonio Gonçalves de, – *Direito Civil – Obrigações. De Harmonia com as doudas aulas do Exmo. Prof. Dr. Jaime de Gouveia*. Lisboa, 1935-1936.

CARVALHO, José Botelho de, *Relatório do Governador do Distrito de Inhambane - 1917*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1920

CEITA, Maria Nazaré *Para uma História da Curadoria Geral dos Serviçais e Colonos de S. Tomé e Príncipe (1875-1926)*. Tese de Mestrado em História de África, apresentada a Universidade de Letras, Departamento de História, sob orientação da Doutora Isabel Castro Henriques, Lisboa, 2005

CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS DA UNIVERSIDADE DO PORTO (coord)
Trabalho Forçado Africano – Experiências Coloniais comparadas Colecção Estudos Africanos/1 Porto, Campo das Letras, 2006

COELHO, Agostinho. *Relatório do Governador da Província de Moçambique*, 1883.

COELHO DA ROCHA, M.A. *Instituições de Direito Civil Portuguez*, Tomo II, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1857.

COHEN Robin, *Migration and its Enemies, Global Capital, Migrant Labour and the Nation State*, Burlington, ASHGATE, 1944.

COOPER, Frederick, HOLT, Thomas, SCOTT, Rebecca J. *Além da Escravidão – Investigação sobre raça, trabalho e cidadania em sociedades pós emancipação*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2005 (trad. Maria Beatriz Medina)

CORDEIRO, Luciano, *Questões Coloniais*, Selecção de textos e prefácio de A Farinha de Carvalho, Colecção Documenta Histórica, Lisboa, Veja, 1993.

COSTA, Eduardo, “Governos Coloniais”. *Revista Portuguesa Colonial e Marítima*, Quarto. Anno, 1900-1901 nos. 41 e 42, Lisboa, Livraria Ferin, 1901.

_____, “Estudo sobre a Administração Civil das nossas Possessões Africanas”, *Congresso Colonial Nacional, Memória apresentada por Eduardo da Costa*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

_____, *Princípio de Administração Colonial*. Antologia Colonial Portuguesa, Vol. I, Lisboa. Agência Geral das Colónias. 1946.

COSTA, Fernando, *Portugal e a Guerra Anglo-Boer-Politica Externa e Opinião Pública-1899-1902*, Lisboa, Cosmos, 1998.

COSTA, Cap. Gomes da, *GAZA 1897-1898*, Lisboa, M. Gomes, s/d

CRUZ, Pe. Daniel da, *Em Terras de Gaza*, Porto, Gazeta das Aldeias, 1910.

DELEGAÇÃO DE PORTUGAL à 6ª. Assembléia da Sociedade das Nações. “Algumas Observações ao Relatório do Professor Ross”. *Boletim da Agência Geral das Colônias*, no 08.

DECRAENE, Philippe, *Le Panafricanisme. « Que Sais-Je ? »* Le Point des connaissances Actuelles n° 847. Paris, Presses Universitaires de France, 1961

DIAS, Jill R. “Relações Portuguesas com as Sociedades Africanas em Angola no Século XIX”. O Império Africano Séculos XIX e XX Alexandre Valentim(coord) Lisboa, Colibri, 2000

DUFFY, James. *A Question of Slavery*, Londres, Oxford University Press, 1967

DURÃO, Susana, GONÇALVES, Candido Gonçalo, CORDEIRO, Graça Índias “Vadios, mendigos, mitras: práticas classificatórias em Lisboa”. *Política y Sociedad*, Vol. 42, no. 3, 2005, (trad. Pablo Dopico).

ENDERS, Armelle *História da África Lusófona*, Mém Martins, Editorial Inquérito, 1994 (trad. Mário Matos e Lemos)

ENNES, Antonio *Moçambique, Relatório apresentado ao Governo*. 4^a.ed. Facsimilada pela de 1946, (1893) Lisboa. Imprensa Nacional, 1971

_____. *O Trabalho dos Indígenas e o Crédito Agrícola*. Antologia Colonial Portuguesa, Vol. I, Política e Administração. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1946.

ESTEVES, Abílio Jose *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circumscrições 9^a. Circumscrição, Chibuto -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910

FALCÃO, João Bravo *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circumscrições 5^a. Circumscrição, Maputo -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.

FANTON, Frantz *Pele Negra Mascaras Brancas*, Porto, Paisagem, 2^a. ed., 1975, (trad. Alexandre Pomar)

FEIO, Manuel Moreira “A Colonização de Moçambique” *I Congresso Colonial Nacional, Vol. 1. Conferências Preliminares e Actas*. Lisboa, Sociedade de Geografia 1901.

FERNANDES, Antonio Monteiro *Direito do Trabalho*, 11^a.ed, Coimbra, Almedina, 1999.

FERREIRA, A. Rita “O Movimento Migratório de Trabalhadores entre Moçambique e a África do Sul,” *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, no. 67, Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1963

_____. *Povos de Moçambique História e Cultura*. Porto, Afrontamento, 1975.

_____. *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (Até c. 1900)* Lisboa, Junta de Investigação Científica do Ultramar, 1982.

FERRÃO, Francisco Xavier *Relatório das Investigações a que procedeu o secretario de Negócios Indigenas. Sobre emigração dos indigenas, nos districtos de Quelimane e Tete, e sobre assumptos mencionados na portaria provincial 268, de 13 de maio de 1908*. Provincia de Moçambique Relatórios e Informações, Anexo ao Boletim Oficial, Anno de 1908, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1908

FREIRE DE ANDRADE, Alfredo Augusto. *Trabalho Indígena e as Colônias Portuguesas – A escravatura e a Sociedade das Nações*. Boletim da Agência Geral das Colônias. Ano II, Out/1926, no. 16. Lisboa, Agencia Geral das Colônias, 1926, pp. 03-11

_____, *Relatórios sobre Moçambique*, 1º Vol. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 2ª.ed. 1949

FREUND, Bill, *The Making of Contemporary Africa, The Development of African Society since 1800*. London, Macmillan Press.Lt, 1984

FOLLIET, Joseph, *Le Travail Forcé Aux Colonies*, Paris, Les Editions du Chef, 1934

GALVÃO, J, A, Lopes. *O Regime da Mão-de-Obra em Moçambique* ,Boletim da Agência Geral das Colónias, nº 3, Setembro de 1925.

GARRET, Thomaz de Almeida, *Administração Colonial*, 1º. Vol. Porto, ed. do autor, sd.

GASPAR, José Maria, *A Problemática do Trabalho em África*, Planeta, Lisboa, 1910

GIRAULT, M.Arthur Condition des Indigènes au point de vue de la législation civile et criminelle et de la distribution de la justice, *Congrès International de Sociologie Coloniale, Tome Premier, Rapports et Procès – Verbaux des séances*, Paris, Arthur Rousseau Editeur, 1901

GRANT, Kevin *A Civilised Savagery – Britain and the New Slaveries in Africa, 1884-1926* London, Routledge, 2005

GUIMARÃES, Angela “A Ideologia Colonialista em Portugal no Último Quartel do Séc. XIX”, *Revista de Historia*, Vol. I, Lisboa, Jan-abril 1983, 1983

_____, *Uma Corrente do Colonialismo Português. A Sociedade de Geografia de Lisboa, 1875-1895*, Porto, Livros Horizonte, 1984

GOVERNO PORTUGUES Secretariado da Propaganda Nacional. *A Obra Colonial do Estado Novo*. Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942

HAMMOND, R.J. *Portugal and Africa -1815-1910 A Study in Uneconomic Imperialism*, Stanford, Stanford University Press, 1966.

HENRIQUES, Isabel Castro, “A Sociedade Colonial em África. Ideologias, Hierarquia, Quotidianos” *História da Expansão Portuguesa*, Vol. 5, *Último Império e Recentramento 1930-1998*, (Dir) Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri, 2000

_____, *Os Pilares da Diferença, Relações Portugal-África, Séculos XV-XX*, Lisboa, Caleidoscópio, 2004.

HENRIQUES, C. Correia Relatório do Governador do Distrito de Inhambane 1913-1915, Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1916

INSTITUTO PORTUGUES DE ARQUIVOS, *Guia de Fontes Portuguesas para a História da África*. Vols. I, II e III, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses- Fundação Oriente Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991, 1993, 2000.

JESUS, Querino Avelino de, “O Trabalho no Ultramar” *Revista Portugal em África*, Vol. 5, Lisboa, Typographia da Companhia Nacional Editora, 1898

JOÃO, Maria Isabel, “Ideologia e políticas coloniais na segunda metade do século XIX” *Portugal no Mundo Vol. VI* (dir) Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

KHOSA, Ungulani Ba Ka *Ualalapi*. Lisboa, Caminho, 2ª.ed.1990.

KEESE Alexander. “*Dos Abusos às Revoltas? Trabalho forçado, reformas portuguesas Política “tradicional” e religião na baixa Cassenge e no Distrito do Congo(Angola), 1957-1961*”. *Africana Studia* nº7/2004. Porto. Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp. 247-276.

—, “*Proteger os Pretos. Havia uma mentalidade reformista na Administração Portuguesa na África Tropical-1926-1961*”, *Africana Studia*, nº 672005. Porto, Edição da Faculdade de Letras do Porto, 2005, pp. 99-125

LACERDA, Francisco Gavicho de “O Trabalho Indígena em Moçambique” *Boletim da Agência Geral das Colônias*, Ano. 5º., no. 46. Abril de 1929

LARA, António de Sousa. *Colonização Moderna e Descolonização (Sumários para o Estudo da sua História)* Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Universidade Técnica de Lisboa, 2000.

LASSEUR, M. *Congrès International de Sociologie Coloniale, Tome Premier, Rapports et Procès – Verbaux des séances*, Paris, Arthur Rousseau Editeur, 1901, pp.8,10

LEFEBVRE, Jacques *Afrique et Communauté Européenne*. Bruxelles Editions D`Treunrenberg, 1957

LEAL, Ernesto Castro “Opinião Pública na Província em 1890. Elementos de Agitação e Antropologia do Português durante a crise do “Ultimatum” inglês!”, *Clio- Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Colibri

LEROY-BEUALIEU, Paul *De la Colonisation chez les Peuples Modernes*, Paris, Félix Alcan Éditeu, 6ª. ed. Vol. II, 1908.

LOBATO, Alexandre. *Lourenço Marques, Xilunguine Biografia da Cidade I-Parte Antiga*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1970

M'BOKOLO, Elikia *Afrique Noire Histoire et Civilisations, Tome II – XIXe. et XXe. Siècles*. Paris, Hatier-Aupelf. 1992.

—, “La Colonisation”. *L'Histoire* no. 302, Octobre 2005, pp 66-67

MACAMO, Elisio *The Denial of Modernity. The Regulation of Native Labor In Colonial Mozambique and its Postcolonial Aftermath* .www.codesria.org/Archives em agosto de 2006.

MAGALHÃES, Albano de *Legislação Colonial, Seu espírito, Sua formação e seus*

defeitos. Estudos Coloniais I. Lisboa, 1907

MANTERO, Francisco. *A mão de obra indígena nas colónias africanas*. Actas do 2º Congresso Colonial Nacional, Lisboa, Sociedade de Geografia 1924.

_____, *Obras Completas Vol. I – A Mão-de-Obra em São Tomé e Príncipe*- Lisboa, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, 1954,

MARQUES, A H. de Oliveira “Aspectos de política geral”, *Nova História da Expansão Portuguesa. O Império Africano 1890-1930*, Vol. XI, A de Oliveira Marques(coord), Lisboa, Estampa, 2001.

_____, *Breve História de Portugal*, Lisboa, 5ª ed., Editorial Presença, 2003.

MARQUES, João Pedro “ Historiografia Virtual: A propósito de uma recensão de Os Sons do Silêncio”, *Análise Social*. no. 168, 2003, pp. 853-867;

MARNOCO e Sousa. *A Assimilação dos Indígenas e seus Inconvenientes*. Antologia Colonial Portuguesa. Vol. I. Agência Geral das Colónias, 1946

MARKS, Shula “Southern África, 1867-1886” *The Cambridge History of África. Vol. VI, from 1870 to 1905*, edited by Roland Oliver and G.N. Anderson, London, Cambridge University Press, 1985,

MARTINEZ, Soares *Filosofia do Direito*, Coimbra, Almedina, 2003

MASSANO DE AMORIM, Pedro *Relatório do Governador 1906-1907 (Districto de Moçambique)* Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1908,

MATOS, Leonor Correia de, “O Problema do recrutamento da mão-de-obra local e respectivo código de trabalho”. *Portugal no Mundo Vol. VI* (dir) Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

_____, “O movimento pendular centralização/descentralização na política colonial portuguesa”. *Portugal no Mundo Vol. VI* (dir) Luís de Albuquerque, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

MATOS, Sérgio Campos “ Propostas de Reorganização do Império Colonial Português nos finais de oitocentos e debate acerca da venda das colónias”. *A definição dos espaços sociais, culturais e políticos no mundo ibero-atlântico (de finais do séc. XVIII até hoje)*. Coord. de Maria da Graça Mateus Ventura. Lisboa, Colibri, 2000.

MATTOS, Jose Antonio Paes de *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circunscrições, 2ª. Circunscrição, Manhica -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910

MATTOSO, José(direc) *História de Portugal*, Vol V Lisboa, Círculo de Leitores, 1993

_____, *História de Portugal*, Vol. VI, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1994

MERCIER, René *Le Travail Obligatoire dans les Colonies Africaines*. Paris, Larose Éditeur, 1933

MERCURE, Daniel, SPURK, Jan. (orgs) *O trabalho na História do Pensamento Ocidental*, Petrópolis, Vozes, 2005, tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Sônia Guimarães Taborda

MERLE, Isabelle “Um code pour les indigènes. Lê redécouvrir fait scandale: la justice n’était pas la même pour les <<indigènes>>” *L’Histoire* no.302, Colonisation en Procès., Paris, Octobre/2005, p.44

MIRANDA, Jorge *As Constituições Portuguesas 1822-1826-1838-1911-1933-1976*. Lisboa, Livraria Petrony, 1976

MONCADA, Cabral *Lições de Direito Civil (Parte Geral) 1931-1932*, Coimbra, Atlantida Editora, 1932

_____, “Determinações Onticas do Direito Positivo” in Antonio Braz Teixeira. *Filosofia Jurídica Portuguesa Contemporânea*. Porto, Rés Editora, Coleção Res Jurídica, 1992

_____, *Subsídios para a História da Filosofia do Direito em Portugal*. Lisboa, Imprensa Nacional, 2003

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil, Parte Geral*, 12ª ed. revista e ampliada, São Paulo, Saraiva, 1973,

MOREIRA JUNIOR, Manoel Antonio *Relatório e Propostas de Leis referentes as Províncias Ultramarinas e ao Districto Autônomo do Timor, apresentados na Câmara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa na Sessão Legislativa de 1905 pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar. 1ª. parte, Relatório*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905

MOURÃO, Fernando Augusto “As Duas Vertentes do Processo no Século XIX: Idealismo e Realismo”. *Actas da I Reunião Internacional de História da África-Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX*. Instituto de Investigação Científica e Tropical, Lisboa 1989

NASCIMENTO, Augusto “Escravidão, Trabalho forçado e contrato em S.Tomé e Príncipe Séculos XIX – XX: Sujeição e Ética Laboral”. *Africana Studia* nº 7/2004, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2004, pp.183-217

NEGREIROS. A.L. de Almada, Colonies Portugaises Les *Organismes Politiques Indigènes*, Paris, Librairie Maritime & Coloniale, 1910

NEWITT, Malyn *História de Moçambique*, Mem Martins, B.H. Publicações Europa-América. 1997. Lucília Rodrigues e Maria Georgina Segurado (trad.)

NEVES, Olga Iglésias “Moçambique” *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel Serrão e A. H de Oliveira Marques (dir.) Vol. XI, A.H. de Oliveira Marques (coord.), Lisboa, Editorial Estampa, 2001

NOGUEIRA, Franco *As Nações Unidas e Portugal (Estudo)* Lisboa, Ática, 2ª ed., 1962.

OLIVEIRA, Fernando de, *Duas Vitórias. O Princípio da Liberdade e igualdade do comércio na bacia convencional do Congo e as reservas portuguesas de 1885 e 1919 – subsídio para a história da diplomacia portuguesa nos séculos XIX e XX*, Tipografia Silvas Ltda., Lisboa, 1962

OLIVEIRA MARTINS, Joaquim Pedro, de *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, Lisboa, Guimarães Editores, 1953

PACHECO, A.F. Carneiro. *Código Civil Actualizado* Coimbra, Gráfica Conimbricense, 1920.

PÉLISSIER, René. *História de Moçambique Formação e Oposição (1854-1918)*, Vol I Lisboa, Editorial Estampa, 1987

PEREIRA, Jorge M. “Comércio Ultramarino e Integração Económica” *História da Expansão Portuguesa, Vol.4, Do Brasil para a África (1808-1930)*, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.) Navarra, Circulo dos Leitores, 1998

PESSOA, J.C. Carvalho A Nossa Legislação Ultramarina – Analyse Crítica. *Boletim da Sociedade de Geografia no.16*, Lisboa, Imprensa Nacional, 19º. Série, 1901

PINTO COELHO, Jose Gabriel *Direito Civil (Obrigações) Prelecções dirigidas ao Curso de 1939-1940 pelo Exmo.Professor Senhor Doutor Jose Gabriel Pinto Coelho* e coligadas pelo aluno da Faculdade de Direito Augusto de Sá Vianna Rebello. Lisboa, 1939

PIRES DE LIMA, Fernando Andrade Pires de Lima e VARELA, João de Matos Antunes *Código Civil Português*, Edição Actualizada e Anotada, Coimbra, Coimbra Editora
_____, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, Vol. 1, 5ª edição revista e ampliada, Coimbra, Coimbra Editora, 1962

REGO, A. da Silva *O Ultramar Português no Século XIX (1834-1910)*(*Palestras na Emissora Nacional de 16 de Fevereiro a 21 de Setembro de 1965*).Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 2ª ed. 1969.

RIBEIRO, Augusto *O trabalho Indígena nas colônias portuguesas* - Memória justificativa: 35ª Série, nos. 7-9, Julho a Setembro de 1917,

RODRIGUES, P.Vianna *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circumscripções 6ª.Circumscripção, Bilene -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910

SÁ DA BANDEIRA, *O Trabalho Rural Africano – A Administração Colonial*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1873.

SÁ, Victor de *Repensar Portugal, Reflexões sobre o colonialismo e a descolonização*. Colecção Movimento nº 17, Lisboa, Livros Horizonte.1977.

SALDANHA, Eduardo D'Almeida. *Colónias, Missões e Acto Colonia*, Vila Nova de Famalicão, Minerva, 1930.

____, *Moçambique perante Genebra*, Porto. Tipografia Porto Médico, ltda. 1931.

SAMPAIO E MELLO, Lopo Vaz de *Questões Coloniais Política Indígena*. Porto. Magalhães e Moniz Editores, 1910.

SANTOS, Boaventura de Souza “*Entre Prospero e Caliban Colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade.*” *Entre Ser e Estar. Raízes, Percursos e Discurso Identidade*. Maria Irene Ramalho e António Sousa Ribeiro [orgs]. Porto, Edições Afrontamento, 2001.

SANTA RITA José Gonçalo *Estudo sobre a Conferência de Berlim de 1885*, Imprensa Libanio da Silva, Lisboa, 1916.

SECRETARIADO DA PROPAGANDA NACIONAL. *A Obra Colonial do Estado Novo*, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1942

SERRÃO, Joel (dir) *Dicionário de História de Portugal*. Vol. II/E-MA, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965,

SILVA, Ana Cristina Nogueira da *A Cidadania nos trópicos – O Ultramar no Constitucionalismo monárquico português (1820-c.1880)* Dissertação de Doutoramento apresentada à Faculdade de Direito da UNL. Lisboa, 2004.

____, “Uma Justiça «liberal» para o Ultramar? Direito e organização judiciária nas províncias ultramarinas portuguesas do século XIX” , *Revista do Ministério Público* n° 105, Ano 27, Jan-Mar. 2006

SILVA CUNHA, Joaquim Moreira da, *O Sistema Português de Política Indígena*. (Subsídios para o seu estudo) Coimbra, Coimbra Editora Ltda., 1953

____, *O Trabalho Indígena. Estudos de Direito Colonial*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955.

____, *Questões Ultramarinas e Internacionais (Sociologia e Política : Ensaio de Análise das Situações Coloniais Africanas II)* , Lisboa, Edições Ática, 1961.

SILVA, A. J. Marques da, *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circumscrições, 3ª. Circumscrição, Sabié -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910

SILVA, Fernando Emygdio da, *O Regimen Tributário das Colônias Portuguesas* Lisboa. Typografia Universal, 1906

SILVA, Francisco Ferreira da, *Relatório–A Obra Missionária na Província de Moçambique*, Porto, Typografia da Officina de S. José, 1911

SILVA, G. *Lei de 29 de Janeiro – Monopólio da Escravatura em Angola*, Lisboa, Typographia do Commercio, 1903

SILVA, Henrique Corrêa da, “Mão de Obra Indígena(A propósito de artigos sobre a Companhia de Moçambique)” *Seara Nova* no. 191, Jul/Dez 1929, 1929

SILVA, Manuel D. Gomes da. *Conceito e Estrutura da Obrigação*. Dissertação de doutoramento em Direito (Ciências Histórico-Jurídicas) na Universidade de Lisboa, Lisboa, 1943

SILVA, Rui Ferreira da, “Sob o Signo do Império”, *Nova História de Portugal Vol. XII Portugal e o Estado Novo* (1930-1960). Fernando Rosas(coord) Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques(dir), Lisboa, Presença, 1991

SILVEIRA, Frederico, “Guiné”.*Nova História da Expansão Portuguesa, O Império Africano 1825-1890*, Vol. X. Jill Dias e Valentim Alexandre, (coord.)Lisboa, Estampa, 2001.

SMITH, Gervase Clarence *O Terceiro Império Português (1825-1975)* Lisboa, Teorema, 1985 (trad. Maria João Pinto)

TAVARES, José *Os Principios Fundamentais do Direito Civil*, Vol. I, Coimbra, Coimbra Editora, 1922

TEIXEIRA, Nuno Severiano “Colônias e Colonização Portuguesa na Cena Internacional (1885-1930)”, *História da Expansão Portuguesa, Vol.4, Do Brasil para a África (1808-1930)*,.Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dir.), Navarra, Circulo dos Leitores, 1998

TELLES,Inocêncio Galvão *Introdução ao Estudo do Direito*, Vol. I, 11ª. ed., Coimbra, Editora, 2001.

TELLES, J.H. Corrêa, *Digesto Portuguez ou Tratado dos Modos de Adquirir a Propriedade; de a gozar e administrar, e de a transferir por derradeira vontade; para servir de subsidio ao “Novo Código Civil”* Tomo II, nova ed. Revista, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1909

TELO, Antonio José “Modelo e fases do Império português 1890-1961” *Portugal, Espana y África em los últimos cien años (IV Jornadas de Estudios Luso Españoles. Mérida)* Mérida, Universidad Nacional de Educación a Distancia 1992, p.79

TORRES, Adelino *O Império Português entre o Real e o Imaginário*, Lisboa, Esher,1991.

TORRINHA,Francisco *Dicionário Latino Português*, Porto, Porto Editora,Emp.Lit. Fluminense, Livraria Arnado, 2ª. ed. 1942

TOSCANO, Francisco e QUINTINHA, Julião. *A Derrocada do Império Vátua e Mousinho de Albuquerque*, Portugal Ultramar, Lisboa, 1930.

ULRICH, Ruy Ennes *Economia Colonial. Lições feitas ao Curso do 4º ano jurídico do ano de 1909-1910 Vol. I*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1910.

VALENTE, Antonio Lopes dos Santos *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*, Tomo 2, Lisboa, 1881.

VAN KOL “Condition Politique et Juridique dês Indigenes”. *Congrès International de Sociologie Coloniale, Tome Première, Rapports et Procès – Verbaux dês séances*, Paris, Arthur Rousseau Editeur, 1901

VARELA, João de Matos Antunes *Noções Fundamentais de Direito Civil. Lições do Prof. Dr. Pires de Lima ao Curso do 1º. Ano jurídico de 1944-45*, Vol. 1, Coimbra Editora, 1945.

____, *Código Civil Português*, Edição Actualizada e Anotada, Coimbra, Coimbra Editora, 1948

____, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, Vol. 1, 5ª edição revista e ampliada, Coimbra, Coimbra Editora, 1962.

VASCONCELOS, Ernesto J.C. de *As Colónias Portuguesas. Geografia Física Económica e Política*, 3ª ed. Lisboa. Livraria Clássica Editora, 1921.

VENTURA, Raúl Jorge Rodrigues, *Teoria da Relação Jurídica de Trabalho - Estudo de Direito Privado*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1944.

VIEIRA BRANCO. *Districto de Lourenço Marques, Relatório das Circumscrições 8ª. Circumscrição, M'Chopes -1910*. Lourenço Marques, Imprensa Nacional, 1910.

VIDROVITCH, Catherine Coquery MONIOT, Henri, *L'Afrique Noire de 1800 À Nos Jours*. Paris, 5ª.ed, Presses Universitaires de France, 2005.

VILHENA, Ernesto Jardim de *Questões Coloniais – Discursos e Artigos*, Lisboa, Edição do auctor, 1910.

VILHENA, Maria da Conceição, *GUNGUNHANA - Grandeza e Decadência de um Império Africano*. Lisboa, Colibri. 1999

VILLAÇA, Antonio Eduardo, *Relatório, Propostas de Lei e Documentos relativo às Possessões Ultramarinas apresentados na Camara dos Senhores Deputados da Nação Portuguesa em sessão de 20 de março de 1899 pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar Vol. II*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1899

ZAMPARONI, Valdemir *Entre Narros e Molungos – Colonialismo e paisagem social em Lourenço Marques, 1890-1940*. São Paulo. 1998.

____, “Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos – Colonialismo e Racismo em Lourenço Marques, 1890-1940”. *Revista Lusotopie*, 2000, pp.191-222.

____, “Trabalho, Raça e Classe no contexto colonial de Lourenço Marques, Moçambique, C.1890-1940” *Actas Del II Congresso de Estudios Africanos em el Mundo Ibérico* Madrid, SIAL, Casa de África, 2001, pp.27-58

____, “Da Escravatura ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas”, *Africana Studia*, nº 7/2004, Porto, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004, pp 299-325.

____, “Frugalidade, moralidade e respeito: a política do assimilacionismo em Moçambique, c.1890-1930”; *X Congresso Internacional – Cultura, Poder e Tecnologia: África e Ásia Face à Globalização* html.bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/valde.rtf , acesso em 27.02.2008.

WILENSKY, Alfredo Héctor, *Tendencias de La Legislación Ultramarina Portuguesa en África*, (*Contribución para su estudio en los países de habla hispana*) Braga, Editora Pax, 1968.

____, *La Administración de Justicia en África Continental Portuguesa*(*Contribución para su estudio*). Estudos de Ciências Políticas e Sociais,nº 85, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais 1971.

PERÍODICOS

Análise Social

Acórdãos da Relação de Lourenço Marques

Anais do Conselho Ultramarino

Anuário de Lourenço Marques

Boletim Oficial da Colônia de Moçambique (Oficial)

Boletim Oficial da Colônia de Angola

Boletim Oficial da Colônia de São Thomé

Boletim Oficial da Colônia da Guiné

Boletim da Agência Geral das Colónias

Boletim das Colônias

Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa

Colecção da Legislação Novíssima do Ultramar

Diário do Governo (Oficial)

Diário da Câmara dos Senhores Deputados

Revista História das Idéias

Revista do Ministério Público

Revista Legislação e Jurisprudência

Revista Seara Nova

Revista Portuguesa, Colonial e Marítima

Revista Portugal em África

Revista Colonial

Leis Coloniais

Boletins Oficiais de Moçambique e Diários do Governo Consultados

D.G nº 267 de 25.11.1878
D.G nº 262 de 18.11.1899
B.O.M nº 29 de 18.07.1908
B.O.M nº 37 de 11.09.1909
B.O.M. nº 44 de 01.11.1913
B.O.M nº 40 de 03.10.1914
Suplemento ao B.O.M. nº 49 de 10.12.1914
B.O.M nº 12 Ia.Série, de 18.09.1915
B.O.M. nº 27 Ia.Série, de 07.07.1917
B.O.M. nº 41 Ia.Série, de 15.10.1917
B.O.M nº 46 Ia. Série de 17.11.1917.
B.O.M. nº 27 Ia. Série, de 07.07.1917
Suplemento ao B.O.M nº 51, I Série, de 27.12.1917
B.O.M. nº 14 Ia. Série, de 02.10.1915
B.O.M. nº 43 Ia. Série, de 25.10.1924
B.O.M. nº 51 Ia. Série, de 22.12.1917
B.O.M. nº 12 Ia. Série, de 18.09.1915
B.O.M. nº 13 Ia. Série, de 25.09.1915
B.O.M nº 14 Ia. Série, de 02.10.1915
B.O.M nº 04 Ia. Série, de 27.01.1917
B.O.M. nº 03 Ia. Série, de 18.01.1919
D.G. nº 237 Ia. Série, de 22.11.1920
B.O.M nº 06 Ia. Série, de 10.02.1917
B.O.M. nº 15. Ia. Série, de 14.04.1917
B.O.M nº 26. Ia. Série, de 30.06.1917
B.O.M. nº 35 Ia. Série, de 01.09.1917
B.O.M. nº 03 Ia Série, de 18.01.1918
B.O.M nº 26 Ia. Série, de 19.07.1918
B.O.M nº 21 Ia. Série, de 24.05.1919
B.O.M nº 25 Ia. Série, de 21.01.1919
B.O.M nº 29 Ia. Série, de 19.07.1919
B.O.M nº 31 Ia. Série, de 02.08.1919
B.O.M nº 40 Ia. Série, de 04.10.1919
B.O.M nº 44 Ia. Série, de 01.11.1919
D.G de 01.11.1922
DCD nº 47 de 20.04.1921
B.O.M. nº 38 Ia. Série, de 18.09.1920
B.O.M. nº 47 Ia. Série, de 20.11.1920
B.O.M nº 22 IIIa Série, de 28.05.1921
B.O.M. nº 38 Ia Série, de 18.09.1920
B.O.M. nº.47 Ia.Série, de 20.11.1920
B.O.M nº. 25 Ia. Série, de 20.06.1925
D.G. nº 122, Ia. Série de 09.06.1926
D.G. nº 237, Ia. Série, de 23.10.1926
B.O.M nº 46 Ia. Série, de 13.11.1926
B.O.M. nº 46 Ia. Série, de 12.11.1927
B.O.M. nº 02 Ia. Série, de 16.01.1929

Suplemento B.O.M nº 02, Ia.Série de 16.01.1929
D.G. nº 30, Ia Série, de 06.02.1929
B.O.M nº 11, Ia Série, de 15.03.1930,
D.G.nº 156, Ia. Série, 2º.Semestre de 08.07.1930,
D.G.nº 123, Ia. Série de 16.05.1956

